



Douglas Souza Angeli
Jonas Moreira Vargas
(Orgs.)

Contribuições recentes sobre

& HISTÓRIA POLÍTICA

Uma coletânea dos trabalhos apresentados no
III Seminário do GT História Política, ANPUH-RS



Seguindo uma tendência presente nos estudos de História Política após a renovação deste campo, a partir da década de 1980, percebe-se a interface com outras disciplinas, como Comunicação, Ciência Política e Letras. Temas tradicionais da História Política, com novas abordagens, se destacam: partidos, trajetórias políticas, imprensa, movimentos sociais, regimes ditatoriais, política externa, entre outros. Há também uma diversidade de fontes, com destaque para os periódicos, depoimentos, literatura, cinema e, certamente, fontes oficiais. Isso tudo demonstra o enriquecimento dos estudos políticos no âmbito da pós-graduação, incorporando-se novos objetos e fontes e promovendo novas interpretações sobre temas tradicionalmente abordados.



Contribuições recentes sobre História e Política



III Seminário do GT de História Política da ANPUH-RS

Datas: 15, 16 e 17 de outubro de 2019

Local: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Realização:

Grupo de Trabalho de História Política da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS);
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH UFPel).

GT História Política - ANPUH-RS (2018-2020)

Coordenador(a): Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL)

Vice-coordenador(a): Alessandro Batistella (UPF)

Secretários: Douglas Souza Angeli (UFRGS), Samuel da Silva Alves (PUCRS), Luan Golembiewski (PUCRS).

Coordenador dos fóruns de discussão: Diego Dal Bosco Almeida (UNISC).

E-mail: gthistoriapolitica.anpuhrs@gmail.com.

Coordenação do PPGH UFPel

Coordenadora: Dr^a. Daniele Gallindo Gonçalves Silva;

Coordenador Adjunto: Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes.

E-mail: ppgh.ufpel.coordenacao@gmail.com.

Comissão organizadora do III Seminário do GT de História Política

Aristeu Machado Lopes;

Carla Brandalise;

Charles Sidarta Machado Domingos;

Douglas Souza Angeli;

Jonas Moreira Vargas;

Luiz Alberto Grijó.

Contribuições recentes sobre História e Política

**Uma coletânea dos trabalhos apresentados no
III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS**

Organizadores:

Douglas Souza Angeli

Jonas Moreira Vargas



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.)

Contribuições recentes sobre História e Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS [recurso eletrônico] / Douglas Souza Angeli; Jonas Moreira Vargas (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

312 p.

ISBN - 978-85-5696-767-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Coletânea; 2. Evento; 3. Pesquisa; 4. História; 5. Política; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

| | |
|---|-----------|
| GT de História Política da ANPUH-RS: uma breve apresentação..... | 11 |
| Charles Sidarta Machado Domingos | |

| | |
|---------------------------|-----------|
| Apresentação | 13 |
| Douglas Souza Angeli | |
| Jonas Moreira Vargas | |

Comunicações

| | |
|----------------|-----------|
| 1 | 19 |
|----------------|-----------|

Imprensa e sociedade em transição

Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa

| | |
|---------------|-----------|
| 2..... | 36 |
|---------------|-----------|

O Partido Libertador e a experiência democrática (1945-1964): notas iniciais de pesquisa

Anderson Vargas Torres

| | |
|---------------|-----------|
| 3..... | 56 |
|---------------|-----------|

História e memória: marcas da ditadura civil-militar em São Borja

Carmen Abreu

| | |
|---------------|-----------|
| 4..... | 74 |
|---------------|-----------|

O deputado João Carlos Gastal e a questão da democracia no Brasil

Daniel Lemos

| | |
|---------------|-----------|
| 5..... | 88 |
|---------------|-----------|

E agora Reagan? O caso Irã-Contras nas páginas da Revista Veja (1986-1987)

David Anderson Zanoni

| | |
|---------------|------------|
| 6..... | 108 |
|---------------|------------|

Cidadania carcerária feminina no Presídio Estadual de Jaguarão-RS: da reclusão à reintegração social

Francisca Mesquita Jesus

| | |
|--|-----|
| 7..... | 126 |
| A tecnologia nos libertará? Política, trabalho e inovação no Brasil pós 1988 | |
| Jênifer de Brum Palmeiras | |
| | |
| 8 | 144 |
| Reconquista peninsular e experiências religiosas em Castela e Leão, Século XIII | |
| Léo Araújo Lacerda | |
| | |
| 9..... | 161 |
| A trajetória de José Vecchio: um militante sindical | |
| Leonardo Silva Amaral | |
| | |
| 10 | 177 |
| Hollywood como difusor de ideologias estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, nas narrativas cinematográficas <i>Hangmen Also Die!</i> (1943) e <i>The North Star</i> (1943) | |
| Maicon Alexandre Timm de Oliveira | |
| | |
| 11..... | 195 |
| Do local ao nacional, do nacional ao local: as críticas e tentativas de cooptação política em Ângelo Dourado por meio da imprensa no pós-revolução federalista | |
| Marcelo França de Oliveira | |
| | |
| 12 | 216 |
| Leonel Brizola e a relação com os Estados Unidos durante a ditadura civil-militar no Brasil (1961-1985) | |
| Marcelo Marcon | |
| | |
| 13 | 233 |
| Margaridas em marcha, margaridas em luta: representações das identidades floridas na imprensa brasileira (2019) | |
| Maria Clara Lysakowski Hallal | |

| | |
|---|------------|
| 14 | 249 |
| O mundo do trabalho e o Estado brasileiro frente ao processo de terceirização (1980 a 2018) | |
| Mariuza Toledo Pinheiro | |
| 15 | 264 |
| O terrorismo de Estado na Argentina: uma análise sobre o terceiro governo peronista (1973-1976) | |
| Nádia Coelho Kendzerski | |
| 16 | 281 |
| Diplomacia federativa: fatores externos e domésticos que motivaram o seu surgimento em 1995 | |
| Nairana Karkow Bones | |
| 17 | 297 |
| “Generoso e cavalheiro mesmo em face da morte”: a defesa da honra partidária no duelo de Pinheiro Machado por meio de <i>A Federação</i> | |
| Vitor Wieth Porto | |

GT de História Política da ANPUH-RS: uma breve apresentação

*Charles Sidarta Machado Domingos*¹

O Grupo de Trabalho (GT) **História Política** da seção do Rio Grande do Sul da Associação Nacional de História (ANPUH) é um dos mais longevos em atividade de nossa entidade que nasceu em 1979 em plena ditadura em nosso país. De lá para cá, a vida política sul-rio-grandense, brasileira e mundial mudou muito – e diversas vezes. Embora não com o mesmo grau de mudança, a ANPUH e o nosso GT também passaram por momentos ora de mais atividade, ora de menos atividade até chegarmos ao ponto atual, onde tanto ANPUH quanto o GT História Política se consolidaram como expressiva e legítima representação dos profissionais da História no Rio Grande do Sul no caso da ANPUH e como palco de discussões aprofundadas sobre o fazer História Política (regional, nacional ou mundial) como tem acontecido com regularidade no GT História Política.

O GT História Política tem sido protagonista, com certo destaque, dos Encontros Estaduais de História da ANPUH ao oferecer, regularmente, o Simpósio Temático GT História Política palco privilegiado para a apresentação e discussão das pesquisas em História Política produzidas aqui no Estado. Essas pesquisas versam sobre uma grande diversidade de enfoques, compreendendo desde a gênese e o desenvolvimento dos partidos políticos, campanhas eleitorais, propagandas, revoluções, golpes, democracias e ditaduras, nações e nacionalismos, anticomunismo, culturas políticas, relações de poder político-institucionais, política externa, atores e agentes políticos de ontem e de hoje.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL – campus Charqueadas), coordenador do GT de História Política da ANPUH-RS, csmd@terra.com.br.

Além disso, o GT História Política tem procurado, sem medir esforços, realizar eventos mais localizados, tanto temática quanto espacialmente, naqueles temas que tem mobilizado a categoria dos historiadores profissionais de nosso Estado. Eventos como “Por uma História Política: 30 anos” e “Voto e Eleições no Brasil: olhares da História Política” se mostraram de grande importância nos últimos anos. Além disso, nosso GT História Política mantém excelentes relações com o GT Nacional de História Política da ANPUH, o que propiciou, entre outras coisas, a escolha da cidade de Porto Alegre para Seminário Nacional de História Política que ocorrerá em 2020.

De tudo isso, contudo, há uma atividade que vem mobilizando nossos melhores esforços e produzindo diversas alegrias, seja pela oportunidade de se conhecer novas e importantes pesquisas de História Política, seja pela possibilidade de reencontrar queridas e queridos colegas ou ainda de conhecer novas e novos companheiros de caminhada: estou me referindo ao Seminário do GT História Política.

Recentemente, realizamos a segunda e a terceira edição do Seminário do GT História Política. Em 2017 na UPF na cidade de Passo Fundo e em 2019 na UFPel na cidade de Pelotas. E já começamos os trabalhos para a quarta edição, que ocorrerá em 2021.

Os trabalhos reunidos nesse volume foram apresentados e discutidos de forma muito proveitosa na primavera de 2019 no III Seminário do GT História Política. Aqui fica público e disponível parte considerável desses trabalhos, o que, com certeza, será um material de muita valia para os historiadores de agora e do futuro. E também se constituirá como precioso material para alavancar memórias afetivas daquelas historiadoras e daqueles historiadores que se encontraram, em um tempo de transição política bastante difícil, e se somaram à luta em defesa da Cidadania, da Democracia e da República.

Verão de 2020.

Apresentação

*Douglas Souza Angeli*¹

*Jonas Moreira Vargas*²

Realizado nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2019 no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, o III Seminário do GT de História Política da ANPUH-RS reuniu pesquisadores e pesquisadoras em seis mesas-redondas e cinco sessões de comunicações, propiciando atualização sobre variados temas da História Política³. A presente publicação reúne textos completos oriundos destas sessões de comunicações, com trabalhos produzidos no âmbito acadêmico em diferentes instituições: Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seus autores e suas autoras estão em fases distintas da formação no ensino superior: um graduando, sete mestrandos/as, dois mestres, cinco doutorandos/as e dois doutores.

Seguindo uma tendência presente nos estudos de História Política após a renovação deste campo, a partir da década de 1980, percebe-se a interface com outras disciplinas, como Comunicação, Ciência Política e Letras. Temas tradicionais da História Política, com novas abordagens, se destacam: partidos, trajetórias políticas, imprensa, movimentos sociais, regimes ditatoriais, política externa, entre outros. Há também uma

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), douglasangeli@hotmail.com.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), jonasmvargas@yahoo.com.br.

³ As sessões foram coordenadas por Carla Menegat (IFSul), Lidiane Friderichs (UFPel), Luiz Alberto Grijó (UFRGS) e Marluza Marques Harres (UNISINOS), aos quais agradecemos a colaboração.

diversidade de fontes, com destaque para os periódicos, depoimentos, literatura, cinema e, certamente, fontes oficiais. Isso tudo demonstra o enriquecimento dos estudos políticos no âmbito da pós-graduação, incorporando-se novos objetos e fontes e promovendo novas interpretações sobre temas tradicionalmente abordados.

Os recortes temporais e espaciais também variam. O mais recuado fica por conta de Léo Araújo Lacerda, ao tratar das experiências religiosas durante a reconquista peninsular nos reinos de Castela e Leão no século XIII. Os demais trabalhos se enquadram na História Contemporânea, a grande maioria no recorte de História do Brasil República. No período da Primeira República (1889-1930) temos trabalhos relativos ao Rio Grande do Sul, com Vitor Wieth Porto salientando o papel da honra partidária a partir do estudo de um duelo protagonizado pelo senador Pinheiro Machado em 1906, e com Marcelo França de Oliveira abordando o tema da cooptação política a partir dos textos de Ângelo Dourado na imprensa pós Revolução Federalista (1893-1895). Avançando para o período pós-1930, contamos com o trabalho de Leonardo Silva Amaral sobre a trajetória político-sindical de José Vécchio. No recorte da Experiência Democrática de 1945 a 1964, temos o trabalho de Anderson de Vargas Torres sobre o Partido Libertador. Saindo do contexto nacional, o trabalho de Maicon Alexandre Timm de Oliveira estuda duas narrativas cinematográficas difusoras de ideologias estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial em 1943.

A maior parte dos trabalhos da presente publicação se enquadram em recortes temporais mais recentes, da década de 1960 ao momento atual. São trabalhos que, em grande medida, dialogam com a História do Tempo Presente. Sobre a ditadura brasileira de 1964 a 1985, temos o trabalho de Carmen Abreu sobre a memória da ditadura civil-militar em São Borja e de Daniel Lemos sobre a trajetória do deputado opositor João Carlos Gastal. Utilizando documentos do Departamento de Estado Norte-Americano, Marcelo Marcon analisa a relação de Leonel Brizola com os Estados Unidos durante a ditadura brasileira. Em recorte temporal

similar, mas no caso argentino, está o trabalho de Nádía Coelho Kendzierski sobre o Terrorismo de Estado no terceiro governo peronista (1973-1976). Dois trabalhos são relativos à imprensa: no caso de Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa, a *Gazeta Pelotense* é objeto para se compreender a imprensa no período inicial da abertura política; no caso de David Anderson Zanoni, a revista *Veja* é a fonte para abordar o caso Irã-Contras no segundo governo de Ronald Reagan (1986-1987).

Abordando temáticas do tempo presente, há o trabalho de Nairana Karkow Bones sobre a criação da Diplomacia Federativa no início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995). Dois estudos são relativos ao mundo do trabalho a partir da década de 1980: Jênifer de Brum Palmeiras trata do discurso sobre a inovação tecnológica no Brasil pós-1988, enquanto Mariuza Toledo Pinheiro aborda o Estado brasileiro perante o processo de terceirização entre 1980 e 2018. No momento atual, temos os trabalhos de Francisca Mesquita Jesus sobre a cidadania carcerária feminina no Presídio Estadual de Jaguarão/RS, e de Maria Clara Lysakowski Hallal sobre as identidades do movimento Marcha das Margaridas na imprensa brasileira em 2019.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura e que a publicação dos anais do III Seminário do GT de História Política da ANPUH-RS incentive diálogos e discussões frutíferas em nossos próximos encontros!

Comunicações

Imprensa e sociedade em transição

*Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa*¹

1. Anos 1970: ditadura, sociedade e a imprensa em Pelotas e no Brasil

A segunda metade dos anos 1970 começou com uma atitude marcada mais do que apenas por simbolismo, mas também por ele. Em 1978, o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5) – que desde 13 de dezembro de 1968, quando foi decretado, suprimia liberdades individuais e coletivas no Brasil – foi o sinal mais eloquente dos militares, Ernesto Geisel à frente, para o que se convencionou chamar de distensão do regime, com reflexos na imprensa ainda sob censura prévia. A decisão mostrou que a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964 encaminhava-se para o esgotamento. Como lembra Aquino (1999), “a atitude de ingerência governamental nos órgãos de divulgação sempre foi mais ou menos institucionalizada no Brasil”. Mas, continua a autora,

na história republicana do país, somente em dois momentos a ação de censura política pôde ser considerada contínua, exercida de maneira constante durante um período determinado: no primeiro governo Vargas, particularmente no estado Novo, e no regime militar instaurado após 1964. (AQUINO, 1999, p. 205).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel), amilcarfloripa@gmail.com.

Com o fim do AI-5, desapareceu a base legal de sustentação da prática de censura prévia nos jornais². Oficialmente, a censura prévia foi abolida em 8 de junho de 1978 nos três últimos jornais em que ainda vigia: *Tribuna da Imprensa*, *Movimento* e *O São Paulo* (AQUINO, 1999, p. 212)³. Muito em função do esgotamento do regime, que precisava, segundo Fico (2017) controlar a abertura dos caminhos para as mudanças em curso na sociedade. E não apenas na sociedade brasileira, às voltas com as crises do modelo da Doutrina de Segurança Nacional e econômica, mas mudanças políticas e econômicas que ocorriam no mundo (JOFFILY, 2014; MEZARROBA, 2010; PINTO, 2000) e que ofereciam novos campos para a atividade jornalística, trazendo à cena movimentos de mulheres, de negros, de ambientalistas, entre outros.

As mudanças dessa época na sociedade brasileira podem ser caracterizadas como o que o educador Paulo Freire (1979), preso pela ditadura e exilado entre os anos de 1964 e 1980, chamou “sociedade em transição”. Para Freire, determinados valores constituem as épocas históricas e as sociedades, que estão em constante mudança. Quando há ruptura dos fundamentos de uma sociedade, os valores decaem, não correspondem mais aos anseios dos grupamentos sociais, que buscam novos arranjos, à procura de equilíbrio.

Nesta sociedade em transição se está numa posição progressista ou reacionária; não se pode estar com os braços cruzados. É preciso procurar uma nova escala de valores. O velho e o novo têm valor na medida em que são válidos. [...] As atitudes reacionárias são as que não satisfazem o processo e os valores requeridos pela sociedade de hoje. (FREIRE, 1979, p. 20).

Ou seja, uma sociedade em transição produz e é produto de elementos que lhe dão uma direção diferente da anterior, não necessariamente melhor. Mudanças nas estruturas ou nos comportamentos tendem a gerar mudanças

² A Lei de Imprensa foi instituída um ano antes do AI-5, em 1967, com várias restrições com relação ao trabalho dos profissionais dos veículos de comunicação, mas a censura prévia começou oficialmente com o AI-5 (AQUINO, 1999).

³ Embora o AI-5 tenha vigorado até dezembro de 1978, a censura prévia foi levantada dos jornais em 8 de junho de 1978 (AQUINO, 1999).

nas relações sociais e carecem de instrumentos que deem curso a elas. A sociedade em transição pressupõe mudança de um estado para outro, revela tensão entre os atores políticos. No caso brasileiro, sempre trouxe à luz as eternas disputas pelo poder que marcam nossa sociedade, em que os setores dominantes revezam-se, dificultando ao máximo a ascensão de outros grupos de interesse, principalmente das classes populares. E a imprensa não fugiria a essa equação, refletindo as condições gerais da disputa na sociedade.

Na década de 70 do século XX, a imprensa escrita ainda era um dos principais veículos de transmissão das novas ideias – ou pretensamente novas – em todo o mundo. E, desde os primórdios de sua atuação no Brasil, a não ser nas suas formas alternativas, sempre esteve ligada a grupos de poder. Em Pelotas, a história do jornalismo tem se caracterizado pela curta duração dos muitos periódicos que surgiram na cidade e pela concentração do público leitor, entre os que conseguiram sobreviver.

A imprensa “surgiu de forma tardia na cidade”, com a fundação do jornal *O Pelotense*, em 1851, por Cândido Augusto de Mello (LONER, 2010), período caracterizado como sendo o da “imprensa partidária ou panfletária civil” (HOLFELDT, 2006, p. 3, grifo do autor), logo após a Revolução Farroupilha. É o momento em que “os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes, já que, sem tal vínculo, era quase impossível a sobrevivência financeira” (HOLFELDT, 2006, p. 3). Este aspecto também marcará o principal e então único veículo da imprensa em circulação em Pelotas quando do surgimento da *Gazeta Pelotense*, como se verá: o *Diário Popular*.

Desde o final do século XIX, apenas o *Diário Popular* conseguiu manter-se permanentemente em circulação em Pelotas. Nesse período, vários jornais surgiram e desapareceram, alguns com existência duradoura, apesar não poderem ser considerados integrantes da “grande imprensa”. O exemplo mais luminoso – não necessariamente o mais conhecido – é o do jornal *A Alvorada*, modelo da imprensa negra de resistência. Como não se viam representados nas páginas dos veículos tradicionais, os trabalhadores negros da cidade resolveram lançar o próprio jornal. Foram quase 58

anos de duração (1907-1965), com várias interrupções (OLIVEIRA, 2016). Durante toda a sua existência, conviveu com o *Diário Popular* e outros veículos na cidade. Até sobrar apenas o *Diário Popular*.

Se durante a primeira fase ele [*Diário Popular*] disputava espaço com diversos periódicos, inclusive de circulação diária, como se percebeu desde a instituição da Gráfica Diário Popular Ltda., o mesmo não pode ser dito, especialmente a partir da década de 1960. O jornal voltou a ser o único a circular de 1965 (quando cessou as atividades do *A Alvorada*) até o lançamento da *Gazeta Pelotense* (que teve vida curta, circulando apenas em 1976)⁴. E depois disso, até 1979, quando foi lançado o *Diário da Manhã*, principal concorrente do Diário até os dias de hoje. (BANDEIRA, 2018, p. 62).

Na segunda metade da década de 1970, um grupo tendo à frente um grande empresário do ramo de transportes, o imigrante português Manuel Marques da Fonseca Júnior, intelectuais e profissionais de comunicação da cidade, tentou aproveitar o momento para criar um veículo que fosse um escoadouro das novas ideias que chegavam à cidade, influenciados também pelas transformações que ocorriam localmente. A construção de moradias populares em bairros afastados atiçava o apetite dos especuladores imobiliários sobre áreas na região central da cidade, ligando o alerta de um nascente grupo preservacionista em defesa do patrimônio histórico (KNACK, 2017). Trabalhadores, mulheres, negros, grupos até então silenciados pelo regime de força (NEGRO; SILVA, 2003; STAMPA; RODRIGUES, 2016; TELES, 2015), começavam a ensaiar os primeiros passos na luta por reconhecimento e igualdade. Ao mesmo tempo, o movimento universitário dava sinais de vida, depois de longo período aquietado (POHNDORF, 2013). Nesse cenário, surgiu a *Gazeta Pelotense*, jornal local que tentaria competir com a única outra publicação em circulação originária da cidade, o quase nonagenário *Diário Popular*, com fortes vínculos com a ditadura militar e uma prática jornalística favorável ao governo⁵.

⁴ Ao contrário do que afirma a autora, a última edição da *Gazeta Pelotense* foi para as bancas no dia 1º de janeiro de 1977.

⁵ O proprietário do jornal, Edmar Fetter, foi eleito prefeito de Pelotas pelo conservador Partido Social Democrático (PSD) em 1964, ano do golpe militar. O partido apoiou a implantação da ditadura (FICO, 2004), e parte de seus membros veio a constituir a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que dava sustentação aos militares durante o

A necessidade de outro canal de comunicação, que comportasse a veiculação de notícias adequadas a esses novos tempos, fez com que os mentores da *Gazeta Pelotense* buscassem alternativa à única publicação da cidade, ainda antes do fim da censura prévia, em 1978 – os primeiros preparativos para o lançamento datam de 1974. Precisaram utilizar uma linguagem editorial e gráfica que não afrontasse o regime. Foram importados equipamentos de última geração para dar conta do projeto gráfico inovador, com uso intensivo de fotografias, cores e outras novidades que possibilitavam, por exemplo, a reprodução nas páginas do jornal de imagens captadas diretamente da televisão. As matérias procuravam se adequar às novas formas de jornalismo que começavam a surgir no Brasil, como as decorrentes das reformas gráficas e editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, entre 1952 e 1963, e *Folha de S. Paulo*, entre 1975 e 1976, ambas comandadas pelo jornalista Claudio Abramo (MARTINS; DE LUCA, 2013). Durante os dois anos de preparação para o lançamento da *Gazeta Pelotense*, foi criado um banco de imagens para uso nas edições diárias. Por outro lado, a linguagem era cautelosa.

Foi adotada uma forma média de fazer jornal para não revelar nenhum conteúdo ideológico mais forte. Isso era para superar o período que nós tínhamos que nos adaptar ao dono do jornal. Mas era sem concessões. Aliás, tinha uma, que era uma pessoa de confiança do dono fazendo o editorial. Assim, não coríamos nenhum risco.⁶

Lançada após dois anos de cuidadosa preparação, e mesmo durando apenas três meses, a *Gazeta Pelotense* não se jogou de cabeça na crítica ao regime, aproveitando-se das brechas que se alargavam com a distensão política. Longe disso, a equipe dedicou-se a abordar os temas que surgiam com força na segunda metade dos anos 1970, ao final da censura prévia:

bipartidarismo implantado no país através do Ato Institucional n. 2 (AI-2), de 1965. Pela ARENA, Edmar Fetter foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul em 1970. A eleição foi indireta, conforme determinava o Ato Institucional n. 3 (AI-3), de 1966. Informações sobre Edmar Fetter estão disponíveis em <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>.

⁶ SCHLEE, Aldyr García. *Aldyr García Schlee*: depoimento [ago. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018. Entrevista prévia concedida para a elaboração do anteprojeto de dissertação.

defesa do meio ambiente e minorias (trabalhadores e judeus, por exemplo). Para tornar a situação ainda mais delicada, era ano eleitoral, com disputas municipais se realizando em todo o Brasil. O conteúdo do jornal, com um caderno cultural dominical com média de oito páginas, a aposta em reportagens que descrevessem o cotidiano da população, particularmente trabalhadores e suas rotinas, o tratamento leve dos assuntos, eram diferenciais no modo de fazer jornalismo que vigorava até então, que titubeava entre a descrição dos fatos e a pena do censor.

A linguagem cautelosa foi a forma encontrada para o momento. Os cuidados procediam. Afinal, a ditadura, apesar das promessas da distensão e, mais tarde, de abertura, ainda estava forte o suficiente para torturar e matar, como revelaram documentos divulgados em 2018 pela Central de Inteligência Americana (CIA), órgão do governo dos Estados Unidos (JORNAL EL PAÍS, 2018). Entre eles, memorando de 11 de abril de 1974, enviado pelo diretor da CIA para o então secretário de Estado Henry Kissinger, revela que a cúpula do regime militar tinha conhecimento das ações tomadas contra adversários do regime, autorizando a continuação de “execuções sumárias de subversivos perigosos, sob certas condições”.

1.1 O “novo” e o “normal”

No editorial do segundo número da *Gazeta Pelotense*, intitulado “Nasce um novo jornal”, a intenção dos responsáveis pela publicação era manifestada de forma ambiciosa:

Sabemos, antes de tudo, que um jornal não é um prédio, nem uma boa impressão, ou os melhores equipamentos e a melhor gente; não é comércio, nem indústria, nem prestação de serviços. Nem mesmo é aquilo que sonhávamos que ele fosse; nem será exatamente aquilo que desejamos que ele seja. Um jornal transcende a tudo. Nasce transcendente. (GAZETA PELOTENSE, 1976, n. 2, p. 4).

O título do editorial remete à logomarca do jornal, na forma da letra N, e a “Novo Jornal”, que deveria ser o nome da publicação, inicialmente,

segundo depoimento do diretor de redação Aldyr Garcia Schlee.⁷ A alteração do nome, independente de sua motivação, remete à discussão sobre o jornalismo que se pretendia praticar, com óbvias referências ao jornalismo que até então se praticava. O papel cúmplice de boa parte dos veículos tradicionais, antes e durante o golpe militar de 1964, que comprometeu a credibilidade de muitos deles junto a vários setores da opinião pública, somado ao exemplo de luta dos veículos críticos do regime (AQUINO, 1999), mostrava haver espaço para novidades no campo editorial em Pelotas.

Aquino (1999) defende a tese segundo a qual a reação à censura e à própria ditadura nas redações teve significados diversos, atrelados à configuração do regime. Segundo a autora, a composição do regime militar não estava isenta de disputas, que se refletiram no maior ou menor rigor no trato da censura aos jornais. Esta relação entre censura à imprensa e composição do governo é importante para tratar da possibilidade de construção da categoria *imprensa de transição*. Na verdade, será fundamental para analisar o próprio papel da imprensa e suas relações com o poder estabelecido ou que quer se estabelecer, com reflexos diretos na função do jornalismo na sociedade.

Para Aquino (1999, p. 210),

A emergência de cisões entre os grupos (tanto entre militares quando entre civis), relativamente à forma pela qual prosseguiria o processo histórico brasileiro, coloca a continuidade da excepcionalidade, e mesmo um recrudescimento da mesma, após o governo Castelo Branco, e mesmo durante o de Costa e Silva, com a edição do AI-5.

Segundo a autora, em um primeiro momento os envolvidos no golpe de 1964 que não se alinhavam ao setor linha-dura dos militares, incluindo vários proprietários de jornais, pretendiam “uma *interrupção temporal da institucionalidade*, para depois, contornada a ‘crise’, *retomar a*

⁷ ENTREVISTA SCHLEE, 2018. Não ficou claro, durante a entrevista, se a mudança de nome obedeceu à determinação de não afrontar o *establishment*. O falecimento do diretor de redação do jornal, em novembro de 2018, impediu que esse e outros detalhes da produção do jornal fossem esclarecidos. Outras pessoas entrevistadas não sabiam o motivo da mudança.

normalidade democrática” (AQUINO, 1999, p. 2010, grifos nossos). O destaque às partes do texto é importante porque, por um lado, diz respeito às diferenças entre as questões institucionais, “formais”, por assim dizer, de uma sociedade, e aspectos mais permanentes, ligados à construção de valores fundamentais para discutir a própria noção de democracia. Para analisá-los, seria preciso definir critérios que levam uma sociedade a ser democrática, e as próprias disputas no interior da sociedade, tarefa que extrapola os limites desse artigo.

Por ora, interessa analisar, ainda que sem aprofundamento, duas questões que permeiam as mudanças na sociedade: as motivações para mudar e o que se pretende colocar no lugar. “Novo” e “normal” são duas noções recorrentes nesse sentido. O “novo” é o que sucede o “antigo”, o “velho”, mas, muitas vezes, é apenas uma expressão para recolocar no lugar de algo aquilo que já esteve lá. Explica-se: no caso da ditadura brasileira, o “novo”, o que levaria à “ordem”, ou à “normalidade”, era representado pelos extratos sociais que se sentiam prejudicados com as reformas do presidente João Goulart, as chamadas Reformas de Base. Foi a contrariedade às reformas que reuniu, em um primeiro momento, militares e civis para se posicionar contra a “incipiente democracia brasileira”, como afirma Toledo (2004).

No texto do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, é evidente a tentativa de legitimar o golpe a partir da legalidade. Sobre isso falaremos mais adiante, mas é importante, neste momento, atentar para os termos deste que é o primeiro de uma série de atos que tentaram revestir de legalidade os atos do regime. “Poder *constituente*”, “*novo governo*”, mas “*restauração da ordem interna*”, “*restauração da ordem econômica e financeira*” (BRASIL, 1964, grifos nossos). Ao mesmo tempo em que aponta para o “novo”, revela a intenção de um movimento de retorno ao que foi. Ou seja, o “normal” do passado é que estava no horizonte, mais do que uma experiência política inovadora.

2. Democracia, ditadura e imprensa

O Brasil da segunda metade dos anos 1970 começava a sentir os reflexos do enfraquecimento da Doutrina de Segurança Nacional, uma das consequências da Guerra Fria que desde a década anterior gerou como subprodutos várias ditaduras da América Latina. O aparato repressivo que passou a ser montado em 1964 pelo general Humberto de Alencar Castello Branco, com o Serviço Nacional de Informações (SNI) – e que levou às operações de perseguição aos opositores do regime em uma rede que se estendia por todo o território nacional – chegou ao fim depois de várias disputas internas entre “os adeptos da ‘distensão, lenta, gradual e segura’ e aqueles que desejavam perpetuar a linha de combate sem tréguas ao ‘inimigo interno’” (JOFFILY, 2014, p. 169). Antes, porém, sobrou tempo para que alguns jornais fizessem mais do que apenas atuar para que vingasse o golpe militar, apoiando materialmente as operações dos órgãos de segurança, como a *Folha de S. Paulo* é acusada de ter feito, ao emprestar carros para as forças da repressão (KUSHNIR, 2004).

Como lembra Aquino (1999), naquele tempo, nos meios jornalísticos, nem tudo era silêncio, nem tudo era combate. As diversas facetas do regime de força demandam várias formas de contar os episódios que envolveram jornais e jornalistas. Desde o fim da ditadura, há quem tente transformar colaboracionistas do regime em heróis. Por outro lado, há quem permanentemente tente relegar ao esquecimento os movimentos armados que resistiram à ditadura, transformando os adeptos dessa luta em bandidos. Assim como também há quem tente transformar regimes de força em períodos de exceção, justificando as medidas adotadas como necessárias à “manutenção da ordem democrática”. São expressões que abundam nas páginas dos jornais naquele período, mas que, com o passar do tempo, e a aproximação do fim da ditadura, cederam lugar até mesmo a crítica ao governo. A justificativa, mais uma vez, pode ser encontrada em Aquino (1999), e na composição variada dos extratos que deram sustentação à ditadura.

Neste sentido, podem-se explicar as várias tentativas de justificar o apego à legalidade pelas autoridades governamentais, mesmo que fosse uma legalidade de fachada. Tudo para fazer crer que o país, apesar do golpe, e da supressão das liberdades, vivia a normalidade democrática. Em vários momentos, Rezende (2013) aprofundará a reflexão sobre o tema da democracia, ao abordar as tentativas de legitimação do regime pelas autoridades militares.

A ditadura batalhava para construir sua aceitabilidade atestando que o regime em curso era sinônimo de governo do povo, não admitindo que aquele era um governo de elite e/ou de competição entre elites. (REZENDE, 2013, p. 79).

[...]

Confirmava-se, assim, a contínua preocupação da ditadura com a elaboração de um sistema de ideias e valores sobre todos os elementos constituintes da vida social. Portanto, o suposto ideário de democracia que o regime formulava funcionava como uma espécie de desaguador e justificador das demais ideias e dos demais valores que ele se dizia incumbido de defender e difundir. (REZENDE, 2013, p. 101).

A esse respeito, é interessante resgatar a categoria de “revolução”, outra expressão largamente utilizada no texto do AI-1. No artigo *A emergência do “moderno” conceito de revolução*, Santos Junior afirma, retomando uma reflexão da filósofa Hannah Arendt (1988), que esta concepção é um produto da modernidade, momento em que “houve uma alteração na experiência temporal de homens e mulheres”, ocasião em que “o futuro passou ‘à frente’” (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 124). O termo até então era utilizado para retratar o retorno ao ponto de origem, tomado de empréstimo à noção científica e geométrica de revolução dos astros. Apenas com o advento – e o alcance – da Independência Americana, em 1776, e da Revolução Francesa de 1789, a expressão revolução passou a ser compreendida “como uma força política inexorável contra a ordem conhecida” (SANTOS JUNIOR, 2018, p.123).⁸

⁸ A filósofa Hannah Arendt (1906-1975), em *Da revolução* (1988), minimiza a influência da Revolução Americana sobre o curso das revoluções modernas e sobre o continente europeu. No livro, a filósofa destaca: “[...] as revoluções são os únicos

Não foi esta a intenção dos “revolucionários” brasileiros de 1964, cuja formulação teórica inaugural (AI-1) de sustentação do regime remete frequentemente, como dito, às necessidades de manutenção da ordem e da “restauração econômica, financeira, política e moral do Brasil” (BRASIL, 1964, grifo nosso). É, portanto, o oposto do conceito de revolução no sentido moderno, mas adéqua-se perfeitamente ao sentido anterior, de retorno a uma situação inicial.

Este assunto é tão controverso que até mesmo o general Ernesto Geisel, durante pronunciamento, negou o fato de o golpe ter sido motivado por intenção revolucionária. Citando o jornalista Elio Gaspari, Caio Navarro de Toledo reproduz a informação em 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*.

Por sua rara lucidez, as palavras do general-presidente Ernesto Geisel deveriam ser levadas mais a sério, até mesmo por historiadores e cientistas políticos não conservadores. Num depoimento em 1981, afirmou Geisel que “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina”. Para o vitorioso de 1964, o movimento se fez *contra* Goulart, *contra* a corrupção, *contra* a subversão. Estritamente falando, afirmou o general, o movimento liderado pelas Forças Armadas não era a *favor* da construção de algo novo no país. (GASPARI, 2002 apud TOLEDO, 2004, p. 14-15).

Descartada a ideia de revolução – reproduzida não só pelas forças que assumiram o poder em 1964, mas eventualmente pelos críticos do regime (TOLEDO, 2004) – resta discutir o que era o “novo”, o “normal”, que serviu como fundamento para o golpe que derrubou João Goulart. Mas essa discussão será feita tomando como centro a *Gazeta Pelotense*.

3. *Gazeta Pelotense* e imprensa de transição

O “novo” dos militares era o mesmo que a *Gazeta* desejava e que a sociedade demandava? Pelo visto, não, em função dos novos temas que

eventos políticos que nos confrontam, direta e inevitavelmente, com o problema do começo” (ARENDDT, 1988, p. 17). Este é justamente o problema da ditadura civil-militar no Brasil, que não inaugurou um novo começo das relações jurídico-políticas, limitando-se a estancar o nascente movimento reivindicatório das forças progressistas no Brasil.

começavam a ser objeto das pautas dos jornais, e dos sinais claros de esgotamento do regime. O jornal passava a ser suporte de outras ideias. Mas que ideias? Ao que tudo indica, as ideias da democracia burguesa, ou da “democracia de baixa intensidade”, como aponta Löwy, em *O pensamento de Rosa Luxemburgo*. No texto, ao comentar o artigo *Greve de massas, partido e sindicatos*, escrito por Rosa Luxemburgo em 1906, o autor afirma:

[...] o capítulo sobre democracia desse folheto de Rosa Luxemburgo é um dos textos mais importantes do marxismo, do comunismo, da teoria crítica e do pensamento revolucionário no século XX. É difícil imaginar uma refundação do socialismo no século XXI que não leve em conta os argumentos desenvolvidos nessas páginas febris. Os representantes mais inteligentes do leninismo e do trotskismo, como Ernest Mandel, reconheciam que essa crítica de 1918 ao bolchevismo, no que concerne à questão das liberdades democráticas, era, em última análise, justificada. É óbvio que a democracia à que se refere Rosa Luxemburgo é a exercida pelos trabalhadores num processo revolucionário, e não a “democracia de baixa intensidade” do parlamentarismo burguês, na qual as decisões importantes são tomadas por banqueiros, empresários, militares e tecnocratas. (LÖWY, 2014, p. 35).

A bibliografia é farta com relação aos interesses que motivaram o golpe de 1964. E interesses dos trabalhadores não parecem ter sido a maior motivação dos partícipes do golpe, mesmo que parte da população tenha marchado na defesa da ditadura, antes do golpe e nos seus anos iniciais. A partir de 1968 e até o final, entretanto, as manifestações de movimentos e de grupos sociais (estudantes, luta armada, sindicatos, igreja, entre outros) (REZENDE, 2013) atestam o seu enfraquecimento gradativo, mesmo que a transição tenha sido, como defende Fico (2017), controlada pelos militares. A imprensa, se não pode ser classificada uniformemente como apoiadora ou refutadora do regime ao longo do período, não passou incólume pelas mudanças, e a instauração da censura prévia é uma evidência importante disso. Em seu tempo, a *Gazeta Pelotense* tentou aproveitar o momento e acolher em suas páginas os ventos da época.

O que aqui se chama de *imprensa de transição* seria caracterizado por um viés de *acomodação*, não no sentido de passividade, mas de ajuste,

agregando pautas que, durante um período de ruptura com a “normalidade democrática”, não obtinham acolhimento. Ao mesmo tempo, essas pautas não abalavam as estruturas da sociedade a ponto de romper com a outra acomodação, a dos interesses do capital e da política. Neste artigo, ao apresentar algumas considerações iniciais sobre a categoria *imprensa de transição*, focou-se o papel da imprensa em sociedades não democráticas. Com a ressalva de que, mesmo em sociedades democráticas, mas desiguais, pode-se discutir se não seria este também um conceito apropriado, ou seja, se, em um contexto permanente de democracia “de baixa intensidade”, a imprensa sempre se ajustaria, estaria “em permanente transição”, ajustando-se aos condicionantes políticos e econômicos. No limite, coloca-se em dúvida a própria ideia de justiça, do ponto de vista dos direitos ao acesso a informações e à liberdade de expressão.

Claro que, para elaborar essa categoria de *imprensa de transição*, assim como se deveria proceder com relação aos demais elementos da sociedade que operam durante os períodos de ruptura da “normalidade democrática”, ou mesmo de “normalidade”, como dito, é preciso descartar a existência de blocos definidos e uniformes de atuação da imprensa, em que uns se posicionam contra e outros a favor de determinadas medidas. As relações são fluídas, e mais de um autor já se debruçou sobre as diferentes práticas jornalísticas referentes à cobertura dos fatos durante a ditadura (AQUINO, 1999; ABRAMO, 1988; GASPARI, 2002, 2004), e que começaram já nos primeiros momentos do golpe de 1964, com as atenções dadas à reação a ele, particularmente do movimento estudantil (FICO, 2017).

Veículos de comunicação são empresas comerciais cujo objetivo é o lucro. Como prestadores de um serviço público essencial, deveriam disponibilizar para os leitores, ouvintes, telespectadores, informação de qualidade sobre os vários setores da vida pública. O que nem sempre fazem, mesmo hoje, com todas as possibilidades abertas pelos meios eletrônicos de difusão (internet e especificamente as redes sociais). O papel dos veículos de comunicação foi decisivo como apoio à ditadura militar. Com o tempo, porém, novas necessidades se impuseram. Neste momento,

a imprensa passou a operar em outra direção, com outras pautas, embora não com outra finalidade, do ponto de vista do negócio.

Conclusões

As transformações políticas, sociais e econômicas em curso na segunda metade da década de 1970, no mundo e no Brasil, afetaram bem mais do que as grandes cidades do país. Tiveram reflexos em todos os lugares, e em vários setores da atividade econômica e intelectual. O papel da grande imprensa, inicialmente favorável ao golpe civil-militar de 1964, com o tempo mudou o tom, passando a criticar o governo. Juntou-se, ainda que de maneira tardia, ao coro dos democratas que lutavam contra a supressão das liberdades, inclusive da imprensa.

O jornal *Gazeta Pelotense* surgiu nesse cenário de mudanças – econômicas, sociais e até mesmo políticas, embora a ditadura ainda demorasse mais alguns anos para dar a vez a um governo civil. Como negócio, o jornal tentou sobreviver em meio à crise econômica que se instalou no país. Circulou apenas durante três meses, suficientes para abrigar em suas páginas algumas das novidades cuja cobertura os novos tempos exigiam. Mas sem afrontar o regime. Como vimos, a transição não necessariamente significa caminhar em direção ao novo.

Referências

Entrevista

SCHLEE, Aldyr Garcia. *Aldyr Garcia Schlee*: depoimento [ago. 2018]. Entrevistador: Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018. Entrevista prévia concedida para a elaboração do anteprojeto de dissertação.

Jornal

GAZETA PELOTENSE, 1976, n. 2, p. 4

Referências

- ABRAMO, Claudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Brasília (DF): UnB; São Paulo (SP): Ática, 1988.
- BANDEIRA, Ana da Rosa. *Diário Popular de Pelotas - RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- FICO, Carlos. “O Golpe”. In: *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979. *Biblioteca Digital Paulo Freire/UFPB*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf>. Acesso em 1 fev. 2019.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 507 p.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417 p. (As ilusões armadas).
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 525 p. (O sacerdote e o feiticeiro).
- HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. 2006. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/118/117>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-184.
- JORNAL EL PAÍS. *Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções*. 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Historicidade e visualidade urbana na Revista Pelotas Memória: 1989-1991. 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/16842>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LONER, Beatriz Ana. Imprensa. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas [recurso eletrônico]*. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2010. p. 144-148. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3466>>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- LÖWY, M. O pensamento de Rosa Luxemburgo. 2014. *Educação e Filosofia Uberlândia*, v. 28, n. 55, p. 27-38, jan./jun. 2014.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MEZAROBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *SUR*, v. 7, n. 13, dez. 2010. p. 7-25. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16028855.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.155-194.
- OLIVEIRA, Ângela Pereira. Aspectos sobre o percurso histórico do jornal enquanto fonte para a construção histórica: o caso da imprensa negra sulina com base no exemplo de A Alvorada. *História em Revista, Pelotas*, 86-101, v. 21/22, dez./2015, dez./2016.

PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e cultura brasileira. São Paulo: Ática, 2000.

REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2013.

SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. A emergência do “moderno” conceito de revolução. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, n. 26, jan-abri, ano 2018, 122-147- DOI: 10.15848/hh.voi26.1300. Disponível em: <<https://doi.org/10.15848/hh.voi26.1300>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. *Ditadura e Transição Democrática no Brasil: o Golpe de Estado de 1964 e a (Re)construção da Democracia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. 380p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: *Revista Brasileira de História*, 2004. v. 24, nº 47, p.13-28.

O Partido Libertador e a experiência democrática (1945-1964): notas iniciais de pesquisa

*Anderson Vargas Torres*¹

Introdução

O Partido Libertador (PL) foi fundado durante o mês de março de 1928, na cidade de Bagé (RS). Sua origem estava relacionada aos conflitos políticos existentes durante a Primeira República no Rio Grande do Sul. Dentre os fundadores estavam membros de diversos setores da oposição político-partidária tais como os federalistas e os dissidentes republicanos ao governo de Borges de Medeiros, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). De acordo com Dal Forno (2018):

A formação da agremiação oposicionista insere-se em um processo de aliança partidária iniciado a partir da campanha em favor da candidatura de Joaquim Francisco Assis Brasil nas eleições para presidente do estado no ano de 1922, perpassa pela deflagração da guerra civil de 1923 e pela construção da Aliança Libertadora (AL) em 1924. Dentre aos principais líderes deste processo, encontram-se o próprio Assis Brasil, além de João Baptista Lusardo, Raul Pilla e outros (DAL FORNO, 2018, p. 314-315).

O partido encerraria suas atividades em 1937 forçosamente, com o golpe do Estado Novo (1937-1945). Ressalta-se que ao longo dos anos 1930 o PL foi importante no jogo político gaúcho e brasileiro, apoiando Vargas

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), bolsista CAPES, a.vtorres@hotmail.com.

em diversos momentos como a Revolução de 1930, mas se afastando em outros como na Revolução de 1932. Com o Estado Novo, lideranças como Raul Pilla romperam definitivamente relações políticas com Getúlio Vargas e se opuseram ao golpe. Outros, como Walter Jobim, permaneceriam fiéis ao presidente.

Com a reabertura política em 1945, Pilla iniciou a movimentação para a refundação do PL, embora em um contexto diferente daquela primeira fase do partido: de acordo com a nova legislação eleitoral, o decreto-lei nº 7.586/ 1945², os partidos deveriam ter caráter nacional - o PL, até então, só havia existido nos limites estaduais - e favorecia a formação de um eleitorado muito mais amplo do que havia até 1937, aumentando consideravelmente a participação popular nos pleitos eleitorais. Conforme Gomes e Ferreira (2018), tratava-se da construção e do início da consolidação de uma experiência democrática no Brasil, com partidos políticos estruturados e nacionalizados; eleições competitivas; corpo eleitoral ampliado e mecanismos de controle dos pleitos em pleno funcionamento:

La experiencia de democracia liberal brasileña (...) avanzaba. El sistema partidario se nacionalizaba, alcanzando a todos los estados y volviéndose competitivo; el electorado crecía inmensamente, en las ciudades y en el campo; el "control" del gobierno sobre el proceso electoral se desvanecía; las elecciones ocurrían en la fechas previstas; la Justicia Electoral empezaba a funcionar cada vez más y mejor, garantizando la legislación vigente (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 66).

Nesse cenário, os libertadores tiveram destacado desempenho em seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, o que lhes valeu, nos estudos sobre o sistema partidário daquele momento, o adjetivo de partido "regional". De qualquer forma, consolidou-se, ao longo dos anos, como uma força partidária no Rio Grande do Sul, perdendo apenas para os partidos que polarizavam os embates políticos gaúchos - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD). Nas eleições proporcionais para

² Esse decreto-lei ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao ministro da Justiça naquele momento, Agamenon Magalhães. Ele foi o principal articulador desse código eleitoral. (LATTMAN-WELTMAN, 2010, s/p).

a Câmara Federal durante a Terceira República (1945-1964), obtiveram entre 7 e 11% dos votos, elegendo ao menos um parlamentar nos pleitos entre 1945 e 1962. Já no pleito para deputação estadual, tinham índices entre 9 e 12% dos votos, elegendo entre 7 e 9 deputados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul nos pleitos entre 1947 e 1962, e tendo sempre o terceiro maior número de cadeiras, atrás das bancadas petebista e pessedista. Além disso, lançou candidatos ao governo gaúcho nas eleições de 1947 e 1950 e elegeu dois senadores pelo estado rio-grandense³.

A intenção do artigo é apresentar a produção acadêmica sobre o PL durante o período da experiência democrática brasileira (1945-1964), bem como apresentar alguns resultados iniciais de pesquisa. O interesse advém justamente do fato de que a produção historiográfica sobre esse objeto ainda ser escassa, com poucas obras específicas sobre o partido e o que já foi realizado deixou muitas lacunas sobre a trajetória e a atuação desse partido ao longo daqueles anos. Não se pode ignorar que os libertadores tiveram papel importante ao longo da experiência democrática tanto nas eleições como no parlamento - seja o gaúcho, seja o nacional - bem como na sociedade com suas propostas e ideias. Ainda que sua trajetória e força tenha sido consideravelmente restrita ao Rio Grande do Sul, as lideranças do PL tiveram também destaque no jogo político estadual e nacional⁴, devido às alianças que participaram e suas relações políticas e sociais. Logo, o intento é discutir o que já foi dito e escrito sobre os libertadores e propor caminhos para preencher os muitos flancos sobre essa agremiação partidária. Adverte-se, contudo, que esse texto se trata de um primeiro fruto de uma pesquisa de doutorado em estágio inicial. Dessa forma, os resultados aqui apresentados ainda são parciais.

³ Armando Câmara nas eleições de 1954 e Mem de Sá no pleito de 1962.

⁴ Um exemplo nesse sentido foi a atuação de Alberto Pasqualini, quando ainda era vereador em Porto Alegre, pelo PL nos anos 1930, como interlocutor informal do presidente Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, conforme mostra Almeida (2019).

O PL na historiografia sobre a experiência democrática no Rio Grande do Sul

Ainda são poucos os trabalhos que tem como referência o Partido Libertador durante a experiência democrática⁵. Em geral, a maior parte da produção acadêmica faz referências ao partido em trabalhos que tem como escopo principal analisar outras agremiações partidárias, tais como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) - É o caso dos trabalhos de Bodea (1992), sobre a formação do PTB; Oliveira (2003), que analisa a UDN gaúcha e Oliveira (2008), sobre o PSD a partir da análise de um periódico de Porto Alegre.

Outros trabalhos tiveram como foco o sistema partidário gaúcho e/ou pleitos eleitorais, analisando sua formação e consolidação ao longo dos anos 1940 aos 1960, bem como sua articulação com o cenário político nacional e o PL, ainda que de forma secundária, está presente nesses estudos. Pode-se citar, nesse último caso, os trabalhos de Cortés (2007), Costa (1983), Trindade e Noll (2004), Flach e Cardoso (2007), Cánepa (2005), Cruz (2010), Cardoso (2015) e Asturian (2017). Por outro lado, mais raros são os estudos sobre a atuação do partido fora do Rio Grande do Sul. Ainda que o PL tivesse suas raízes no Rio Grande do Sul, a partir de 1945 era uma obrigação o partido ter caráter nacional e pouco foi analisado sobre a atuação do partido em outros locais do país.

Obras específicas sobre o partido ainda são poucas e todas muito recentes. Duas delas, com uma delimitação temporal mais específica: Brun (2013) trabalha com a atuação do partido no Rio Grande do Sul durante o ano de 1963 em meio a radicalização política durante o governo Goulart (1961-1964) e Carlo (2012) analisa os discursos dos deputados estaduais libertadores entre 1955 e 1959, buscando identificar mudanças de posição de acordo com determinados contextos - especificamente, Carlo atenta para a moderação do discurso dos deputados libertadores uma vez que naquele período o PL

⁵ Segundo Dal Forno (2018) também há poucos estudos sobre a primeira fase do partido, entre 1928 e 1937.

era partido da base do governo de Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul. Tal experiência – estar na administração do estado gaúcho – era uma novidade para os libertadores gaúchos, já que desde a democratização inaugurada em 1945, o PL sempre fora um partido de oposição aos governos que haviam sido eleitos até então e costumava apresentar uma retórica agressiva. Taufer (2008), por sua vez, se propõe a compreender a atuação do partido ao longo da experiência democrática. Ainda que não se trate de uma análise do Partido Libertador, e sim, do pensamento político de sua principal liderança, Raul Pilla, cabe também citar aqui a obra de Mauro Gaglietti (2007)⁶.

Todos esses estudos concordam quanto ao papel dos libertadores no sistema partidário surgido após 1945: era, por excelência, um partido antivarguista, considerando que o sistema partidário originou-se tendo na figura de Vargas o seu balizador. Também era um partido com atuação majoritariamente regional, ainda que fosse um partido nacional, e assim ocupou o espaço que seria da UDN em nível nacional no Rio Grande do Sul, como principal força antitrabalhista e antivarguista. Dessa forma, ressalta Bodea (1992),

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, *visceralmente antigetulista*, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As Guerras Cívicas de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com este cacife, o PL suplantaria a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947 (BODEA, 1992, p. 18).

Antes, Cortés (2007)⁷ já enfatizava a herança política dos libertadores como fator decisivo para sua força no estado gaúcho, ainda que a UDN

⁶ O trabalho de Gaglietti busca identificar a relação do pensamento político de Raul Pilla e do médico e escritor Dyonélio Machado com a profissão dos dois. Para tal, o autor analisou os discursos de ambos quando foram deputados constituintes – Machado na constituinte gaúcha de 1947 e Pilla na Constituinte nacional em 1946.

⁷ O livro original, *Gaúcho politics in Brazil*, foi publicado pela primeira vez em 1974, nos Estados Unidos. Utiliza-se aqui a 1ª edição traduzida para o português, de 2007.

tivesse em seus quadros ex-republicanos como Borges de Medeiros e Flores da Cunha: o PL detinha uma herança "de mais de cinquenta anos de luta, começando com o Partido Federalista no início da República Velha" (CORTÉS, 2007, p.176), o que faltava aos udenistas gaúchos.

Boa parte dos autores destacam também a origem dessa recusa à figura de Vargas na formação do partido em 1945: quem capitaneou a reorganização do partido durante a transição do Estado Novo para o regime democrático liberal fora Raul Pilla, que havia rompido com outras lideranças libertadoras em 1937 por discordar do apoio deles ao regime estadonovista inaugurado por Getúlio Vargas. Conforme lembrado por Costa (1983), ao citar uma "advertência" escrita por esses ex-libertadores aliados a Vargas desautorizando os movimentos de Pilla, bem como a resposta dada por esse:

Publicada a "Advertência aos Libertadores", a resposta de Raul Pilla não se faz esperar: nega àqueles que a assinaram autoridade para o fazer. Considera que em 37 o PL assinou sua sentença de morte e, ao rasgar o programa do partido, seu Diretório colocou-se ao lado da ditadura, posição em que permanecem seus membros, agora em 45, buscando postergar a luta política oposicionista na expectativa de um programa, quando a questão é retomar a democracia (COSTA, 1983, p. 45).

Outro enfoque referente ao PL em boa parte das produções aqui analisadas trata-se da aliança do partido com os outros partidos de oposição ao PTB. Com a exceção do trabalho de Costa (1983) - que analisa a formação dos partidos no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1950 e percebe os avanços e recuos dos partidos naquele momento inicial de acomodação das forças partidárias no Rio Grande do Sul - salienta-se o antitrabalhismo libertador, ignorando possíveis movimentos diferentes devido as articulações políticas-eleitorais das diferentes conjunturas políticas e a própria capacidade de negociação do partido para aliar-se ao bloco de partidos anti-PTB. Trindade e Noll (2004) desenham a polarização política

entre o PTB e o PSD "desgetulizado"⁸, sendo que os outros partidos como PL e UDN orbitavam em torno dos pessedistas. Tal leitura é perceptível também em Cánepa (2005): ao longo dessas obras, o PL é cada vez menos destacado e torna-se um acessório do bloco anti-PTB. Ressalta-se que a intenção delas não era analisar o PL, mas sim, o funcionamento do sistema partidário gaúcho. Todavia, focam em uma análise que sobrevaloriza os aspectos ideológicos, centrando-se na dicotomia PTB x anti-PTB, superestimam os discursos partidários, dando pouca atenção as movimentações de bastidores, aos aspectos retóricos das oratórias partidárias e ao poder de negociação dos partidos que giravam em torno de PTB e PSD⁹.

Taufer (2008) adota essa direção em sua análise sobre o PL:

(...) o PL tornou-se um partido genuinamente liberal no que tange às questões econômicas e políticas, elitista e conservador no que se refere às transformações socioeconômicas. O projeto trabalhista foi sempre considerado pelos parlamentares do PL como fruto da demagogia varguista-petebista com o propósito de manipular as massas com objetivos político-eleitorais. O anticomunismo foi outro traço característico da atuação do PL, intensificando-se na medida em que aumentavam as pressões sociais em apoio ao governo Jango para implementação das reformas de base (TAUFER, 2008, p.200).

Não é incorreto afirmar o liberalismo, o elitismo, o antitrabalhismo e o anticomunismo libertador. Todavia, falta ainda ver como as lideranças partidárias atuaram frente a essas questões em determinados cenários. Como já colocado, na prática, não havia sido completamente descartada uma aliança com os trabalhistas, ainda que em termos retóricos os libertadores mantivessem o afastamento. Mais do que isso, conforme vai ser explicitado no próximo item, havia debates dentro da agremiação sobre os temas socioeconômicos. Há fontes que mostram que o tema não era

⁸ De acordo com Bodea (1992) o PSD gaúcho acabou afastando-se de Vargas, que por sua vez, aproximou-se do PTB no Rio Grande do Sul. Tal postura levou o PSD a aliar-se com os partidos antivarguistas como a UDN e PL e tornar-se a principal força anti-PTB no Rio Grande do Sul.

⁹ Como já referido, o trabalho de Costa (1983) tem uma perspectiva diferente, pois analisa os avanços e recuos nas formações dos partidos no Rio Grande do Sul, bem como as possibilidades de alianças: a autora lembra, por exemplo, que o PL não descartou a possibilidade de uma aliança eleitoral com o PTB em 1947 após os dois partidos, aliados ao PCB, formarem um bloco na Constituinte gaúcha daquele ano para a aprovação do sistema parlamentarista, bandeira histórica dos libertadores.

secundário dentro do PL e havia preocupação de alguns setores do partido em atender demandas sociais. Segue o autor:

Com relação às eleições do período 1945 a 1964, o PL demonstrou uma grande coerência ideológica, pois em todo o período aliou-se somente com partidos que pertenciam ao seu espectro político, ou seja, partidos anti-varguista, anticomunistas e liberais. Nas eleições nacionais sempre apoiou os candidatos da UDN, negando o apoio para qualquer candidatura do bloco populista (PTB, PSD e PSP) ou de origem fascista, como o PRP e muitos menos para candidaturas comunistas-socialistas. Em nível estadual, somente aceitou coligar-se com o PSD, quando o mesmo estava completamente desgetulizado em 1954, e com o PRP, em 1962, quando havia a necessidade de unir forças e formar uma grande aliança conservadora para derrotar o projeto reformista do PTB (TAUFER, 2008, p. 201).

É verdade que o PL não esteve, até onde foi possível pesquisar, em parlances trabalhistas e/ou comunistas. Todavia, na eleição de 1950, como afirma Bodea (1992, p.64), o udenista Brigadeiro Eduardo Gomes concorreu em uma coligação que contava com o Partido de Representação Popular (PRP) e o PL. Na eleição estadual daquele mesmo ano, a presença perrepista na aliança do candidato a governador Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) foi, de fato, elemento decisivo para os libertadores optarem por candidatura própria, mas menos pela ideologia integralista do partido de Plínio Salgado e mais porque o PL perderia a indicação para a vaga ao senado para o próprio PRP na chapa, como parte do acordo entre os partidos em nível nacional. Da mesma forma, ignora-se que o PSD ainda "getulizado" teve o apoio do PL na eleição para prefeitura de Porto Alegre em 1951. Já em 1962, ainda que o PL fosse parte da coligação que elegeu Ildo Meneghetti (PSD), já no ano seguinte, houve o rompimento entre o partido e o governador, tendo o PL tornado-se partido independente na Assembleia Legislativa (VALLS, 2004). Não há como ser tão taxativo nessas questões, ainda que o PL apresentasse uma imagem mais elitista perante o eleitorado.

Em suma, novamente o foco é a questão ideológica, deixando de lado as nuances do jogo político, que deixam muitos espaços para as mais diferentes negociações e acordos. O PL não era, assim como qualquer outro partido,

homogêneo e coerente. Tampouco era apenas um apêndice de um bloco. Entende-se aqui que para a experiência democrática de 1945-1964 também é válida a afirmação de Dal Forno (2018) ao se referir aos estudos sobre o sistema partidário da Primeira República e dos anos 1930-1937: a historiografia sobrevalorizou a dimensão ideológica na compreensão da atuação dos partidos políticos e suas lideranças nesse período. O desafio, com relação ao PL, é aprofundar tal debate e trazer novas possibilidades de pesquisa com o aproveitamento das fontes disponível e com novos aportes teóricos.

No entanto, cabe aqui um destaque ao trabalho de Carlo (2012), que foge um pouco a essa supervaloração do cunho ideológico ao identificar um recuo na agressividade discursiva dos deputados do Partido Libertador durante a legislatura de 1955 a 1959 – ano em que o partido fez parte do governo Meneghetti no Rio Grande do Sul. O autor identifica que essa conjuntura pode ter contribuído para uma moderação discursiva uma vez que naquele momento o PL era situação, e não oposição como havia sido até então. De qualquer forma, ainda há muitos hiatos na escrita da história dos libertadores entre 1945 e 1964.

Fontes de pesquisa, recursos teórico-metodológicos e alguns resultados iniciais

Tendo em conta que a historiografia sobre os libertadores entre 1945 e 1964 ainda é exígua e com muitos hiatos, entende-se aqui que há muitas perspectivas de pesquisa sobre o partido e muitos instrumentos metodológicos e conceituais a serem explorados. As reflexões no campo das trajetórias podem auxiliar a entender determinadas opções e escolhas do partido e das suas lideranças políticas. O uso do que alguns pesquisadores chamam de História Social da Política¹⁰ pode fornecer indícios sobre as

¹⁰ Compreendemos aqui *História Social da Política* como uma análise do político através de outras metodologias e fontes, que fogem aos estudos clássicos desse campo. As análises de trajetórias políticas, através das redes de relações estabelecidas pelos atores políticos, as clientelas que formam, os percursos sociais e escolares feitos, os recursos e capitais simbólicos que utilizaram estrategicamente para alcançar a determinadas posições no jogo político, etc. Em suma, uma análise mais social do político e que permite olhar de outra forma. Como exemplos de trabalhos nesse sentido pode-se citar Grijó (1998) e Vargas (2010).

escolhas desses líderes dentro do contexto político-partidário. Longe de significar um afastamento das questões ideológicas¹¹, os estudos de trajetória podem trazer à tona novas situações e ajudar a entender determinadas posições políticas que os discursos e a retórica não conseguem responder. Em suma, tal aporte teórico-metodológico pode ajudar a entender por que um partido antivarguista uniu-se ao PTB em 1947 no parlamento rio-grandense ou porque um partido dito liberal aceitou aliar-se aos antigos integralistas. Ou, ainda porque o mais autêntico partido antitrabalhista optou por se afastar do bloco anti-PTB após as eleições de 1962. Enfim, afastar a imagem de purismo ideológico que acabou marcando o PL através do que já se produziu sobre o partido.

Para tal empreitada, o pesquisador tem a seu dispor uma gama variada de fontes, que até o momento foram muito pouco exploradas: documentação pessoal dos atores políticos, especialmente ligada a uma das principais lideranças do PL, Raul Pilla. Muitos telegramas, cartas, recortes de jornais, etc. desse político se encontram no arquivo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS).

A imprensa também é uma fonte importante, tendo, nesse caso, todos os cuidados necessários para a sua utilização não apenas como fonte de informação, mas também como objeto de pesquisa, conforme lembra Elmir (2012): a informação jornalística não pode ser vista como neutra, à parte das suas condições de produção, daí ser necessário saber quem produziu a notícia, e não apenas retirar os dados sem a devida crítica. Jornais da época como *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* fornecem diversas informações sobre os partidos e o cenário político naquele momento. Outro importante periódico é o ligado ao próprio Partido Libertador, *O Estado do Rio Grande*, embora sejam poucas edições existentes para os anos 1940 e 1950¹².

¹¹ Tanto não significa afastamento ideológico que o estudo de Carlo (2012) demonstrou que o próprio discurso podia sofrer mutações devido ao contexto político-partidário.

¹² Há a Presença de algumas edições completas na documentação de Raul Pilla no NUPERGS. Sobre a origem desse periódico, ver Flores (2009).

As memórias, biografias e entrevistas dos atores políticos também constituem relevantes testemunhos que oferecem diferentes indícios tais como as origens sociais e geográficas, as profissões, as relações sociais, além de relatos sobre episódios e situações vividas. Da mesma maneira que qualquer outra evidência, necessita de precauções metodológicas, especialmente evitar "comprar" o relato sem a devida crítica e comparação com outras fontes. As biografias de Mem de Sá (1981) e de Paulo Brossard, escrita por Valls (2004) são importantes destaques, assim como entrevistas realizadas pelo Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com alguns ex-deputados libertadores. Assim como pelo NUPERGS e entrevistas disponíveis no acervo AIB-PRP: ainda que seja um arquivo com predominante acervo dos antigos partidos vinculados ao integralismo, também conta com acervos ligados aos outros partidos políticos.

Tendo esse arsenal a dispor, já é possível ter outra perspectiva sobre a atuação do Partido Libertador nos anos 1945-1964 com relação a alguns assuntos consagrados na historiografia. Tanto a documentação pessoal de Pilla, quanto as informações de jornais trazem à tona uma discussão ocorrida no seio do partido em 1953: a proposta de alteração da Declaração de Princípios do partido. Tal declaração foi proposta por Carlos Brito Velho, que havia sido deputado estadual entre 1947 e 1950, e aprovada na Convenção Regional do PL em Porto Alegre, em abril daquele ano. Tal documento explicitava que o Partido Libertador, a partir daquele momento, daria atenção aos temas sociais e econômicos tanto quanto aos temas políticos – ou seja, entre outros, ao parlamentarismo, causa histórica encampada pelos libertadores e, especialmente por Raul Pilla. A Declaração – que ganhou a alcunha de *Moção Brito*, em referência ao seu autor – seria apresentada e votada na Convenção Nacional, em julho daquele mesmo ano.

Várias cartas trocadas entre as lideranças libertadoras trataram do tema. Especialmente porque Raul Pilla se sentiu traído com tamanha mudança e deixou explícito esse fato em diversas cartas enviadas aos representantes gaúchos, como o presidente do partido no Rio Grande do

Sul, Décio Martins Costa. Todavia, esses líderes, além de membros da base partidária deixavam claro que concordavam com nova Declaração e mais: que ela poderia auxiliar na expansão do partido e no aumento do seu eleitorado. Essa tese foi explanada pelo representante do partido em Pelotas/RS e líder histórico, Anacleto Firpo:

A moção foi, em geral, bem recebida. *Pareceu mesmo dar um novo surto de vida às nossas mínguas hostes operárias, despertando muita simpatia nas que não se acham filiadas ao nosso Partido.* Décio e Mem apoiaram o Britto, quando êle demonstrou que o que a mocidade pretendia constava de nosso Programa, apenas com outras palavras¹³

Esse exemplo, a ser trabalhado mais profundamente ainda, logo desmistifica a imagem de um partido “coerente e homogêneo”. A construção historiográfica do Partido Libertador enfatiza tal visão de uma agremiação que se diferenciava das outras, no entanto, os indícios demonstram que, primeiro, o partido não estava alienado ao momento histórico que vivia e, segundo, apresenta também divisões internas, uma vez que o líder do partido se opôs de forma bastante incisiva as alterações propostas pela *Moção Britto*. Mitiga, por exemplo, a ideia de um partido puramente elitista. Ainda que por razões estratégicas-eleitorais, os libertadores compreendiam a necessidade de elaborar políticas e discursos voltados para aqueles que eram então a novidade enquanto atores políticos: a massa trabalhadora. Pilla mesmo, em outra carta, desta vez encaminhada a Firpo, lembra que Décio Martins Costa alegava que a *Moção* havia despertado entusiasmo no Rio Grande do Sul¹⁴.

Por outro lado, tal tema despertou fissuras internas: a começar pelo próprio Raul Pilla, que deixou claro seu descontentamento. Anos depois, em uma entrevista ao NUPERGS, Mem de Sá, ex-deputado estadual e senador pelo partido, falou sobre essa divisão dentro do PL:

¹³FIRPO, Anacleto. Destinatário: Raul Pilla. Pelotas/RS, 07/05/1953. Arquivo 002, doc. 1522, NUPERGS/UFRGS (Grifos meus).

¹⁴PILLA, Raul. Destinatário: Anacleto Firpo. Rio de Janeiro/RJ, Julho de 1953. Arquivo 002, doc.

... O Dr. Pilla era um homem muito conservador. Não aceitou. Mas eu sempre fui um homem que aceitei esses princípios e nós fizemos um movimento no sentido dessa parte ser aprovada e houve uma convenção que aprovou. Com o voto contrário do Pilla e de uma grande corrente que apoiava o Pilla. Mas o Pilla nesse ponto era extremamente democrata (...). Esse programa passou a ser o programa do Partido Libertador (...). Depois, quando surgiu o Partido Trabalhista, o raciocínio era este: se é Partido Trabalhista o trabalhador deve ser do Partido Trabalhista, sem saber de programa, nós sempre dizíamos que o nosso programa era muito mais avançado do que o do Partido Trabalhista, mas ninguém conhecia nem levava a sério o programa do Partido Libertador¹⁵.

Independente da mudança ter sido por razões programáticas, como afirma Mem, ou pragmáticas – ou mesmo as duas razões – o fato é que tal alteração no programa partidário enfrentou resistências, vindas justamente do principal articulador da reorganização do partido em 1945, o que é um interessante indício de que havia discussões e negociações nos bastidores internos da agremiação libertadora e que muitas vezes os membros do partido desafiavam a palavra do líder e presidente do Diretório Nacional da agremiação partidária. Tal debate não ficou distante das páginas dos jornais, especialmente do jornal libertador *O Estado do Rio Grande*. Em editorial, o jornal tentou passar uma mensagem a Pilla, afirmando que a Declaração de Britto, diferentemente do que pensava o chefe do partido, não colocava em segundo plano o tema político, mas colocava em evidência maior os temas sociais e econômicos:

Em nosso editorial de ante-ontem, fizemos por esclarecer uma das confusões que o noticiário desavisado da imprensa levou ao espírito de muitos libertadores ausentes da recente Convenção Estadual do Partido. Mostramos que ao contrário do suposto de alguns, a proposição do sr. Carlos de Brito Velho não pretendeu eliminar, negar ou subestimar a predicação política do programa partidário, mas apenas encarecer a necessidade de a par com os problemas de natureza estritamente política, se lançasse crescentemente o P.L. no estudo e no equacionamento dos problemas sociais e econômicos, pois estes, fora de dúvida, são os que mais direta e imediatamente interessam o povo¹⁶

¹⁵ SÁ, Mem de. Entrevista para Héglio Trindade. Porto Alegre, Dezembro de 1977. NUPERGS/UFRGS.

¹⁶ Ideal libertador. *O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p. 2, 24 abr. 1953.

O trecho do editorial é interessante pois coloca a responsabilidade pela má interpretação da *Moção Brito* aos jornais não-partidários – Pilla teria tido contato ao texto da *Moção* através de uma notícia do *Correio do Povo*. Por outro lado, tenta mitigar a interpretação dada por Pilla, de que os temas socioeconômicos seriam prioridade em detrimento ao político. Tratava-se, portanto, da versão de um setor do partido para o tema – ressaltava-se que os editores do jornal eram Henrique Fonseca de Araújo, Mem de Sá e Paulo Brossard, todos vinculados ao Diretório Estadual do PL do Rio Grande do Sul - que era diferente daquela dada pelos periódicos comerciais, ou, mais especificamente, pelo *Correio do Povo*. Ainda assim, há a necessidade do partido – ou de setores dele - de colocar em voga o tema social e econômico, como afirmado no editorial, por ser um tema que interessa ao povo – ou seja, aos eleitores. Logo, O PL estava longe de ser um partido fechado em torno de um tema só, no caso o parlamentarismo – ainda que houvesse grupos partidários contrários a priorizar os temas socioeconômicos. Também debatia questões sociais e econômicas.

Ainda que a produção acadêmica ressalte, com razão, as origens rio-grandenses do Partido Libertador, é também verdade que essa instituição partidária precisou, a partir de 1945, se adaptar a uma nova realidade: adquirir abrangência nacional. Nesse ponto convém questionar: é válido afirmar que o PL era um partido de corte regional? Na sua origem, não há dúvidas que sim, entretanto, é possível observar nas correspondências de Pilla inúmeros contatos com grupos de outros estados e um trabalho considerável de tentativa de expansão do partido para outros estados e regiões. São várias cartas e recortes de jornais que tratam das seções do partido para além do estado do Rio Grande do Sul. Mais do que isso: tal expansão obrigava os atores políticos a negociar determinados pontos programáticos. Era o caso da entrada de membros divorcistas ao partido, em um momento em que se discutia o tema e havia uma relação bastante próxima entre membros do PL no Rio Grande do Sul e a Liga Eleitoral Católica (LEC) – grupo leigo que procurava influenciar o eleitorado católico. Pilla

pretendia filiar ao partido o deputado federal baiano Nelson Carneiro, autor de um projeto de lei que autorizava o divórcio no Brasil. Entretanto, enfrentou resistência de Décio Martins Costa e Mem de Sá, ambos católicos e vinculados ao clero católico. Afirmava Pilla em carta para Décio Martins Costa:

... sinto-me todavia obrigado a suscitar uma questão (...) que tem estreita conexão com a possível admissão de notáveis políticos e parlamentares no seio do nosso Partido. Aludo à debatida questão do divórcio. Entende alguns que, desde quando assumiu compromissos de ordem eleitoral com a Liga Eleitoral Católica a propósito das chamadas reivindicações religiosas, tem o Partido posição firmada a respeito. Sustentam outros que, nada dispondo o programa partidário sobre a matéria, continua aberta, como sempre foi, a questão do divórcio, não passando de simples compromisso ocasional (...)¹⁷

Depois, Pilla afirma que era favorável a manutenção da questão em aberto. Possivelmente interessado no recrutamento de lideranças políticas classificadas como “divorcistas”. No entanto, havia oposição a esse tema entre os partidários de Pilla: tanto que esse encaminhou uma carta em 1952 a Décio reclamando de um discurso na Câmara do colega deputado federal José Pereira Coelho de Souza em que o mesmo atacou o divórcio dando ideia de que aquela não era uma posição pessoal, mas uma posição do partido. O que o incomodou, assim como outros membros do partido que eram favoráveis ao divórcio:

Primeira repercussão: A Dra. Natércia, católica praticamente, mas partidária do divórcio, por entender que vem fortalecer a posição da mulher, ficou tão descontente com o discurso, que me vai dirigir uma carta desligando-se do Partido. Não recebi ainda a carta e é possível que o Coelho e outros a demonstrassem, mas esta foi a sua reação¹⁸.

¹⁷ PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 04/04/1953. Arquivo: 002, doc. 1500 NUPERGS/UFRGS.

¹⁸ PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 18/06/1952. Arquivo: 002, doc. 1474 NUPERGS/UFRGS.

Tal conjunto de dados permite analisar ainda mais profundamente temas como a relação do partido com setores da Igreja e mais particularmente com a Liga Eleitoral Católica (LEC). Cruz (2010) cita que essa entidade apoiou abertamente a candidatura ao governo estadual de Décio Martins Costa em 1947, bem como demonstra o vínculo dessa liderança libertadora com aquela entidade religiosa-eleitoral. Por outro lado, como já referido, Pilla tinha interesse em não aprofundar essa relação pois tinha o intuito de recrutar membros que tinham posições contrárias aquelas da LEC, principalmente com relação ao divórcio, tema em voga na época. Tinha relação com a questão programática – afinal Pilla definia o PL como um partido liberal, dessa forma, aberto a posições diferentes, mas havia também uma estratégia de expansão do partido, ao trazer uma liderança baiana identificada com a proposta do divórcio.

Em resumo, esses exemplos aqui citados já demonstram um pouco da complexidade do partido, fugindo da imagem até então construída do partido como conservador, elitista, homogêneo, etc. O PL era muito mais do que isso e o aprofundamento desse estudo pretende aprofundar ainda mais a atuação e a trajetória desse partido e dos seus líderes. Por fim, sobre as fontes de pesquisa, há ainda os anais legislativos. É significativo notar que o PL manteve, ao longo da experiência democrática, a posição de terceira maior bancada da Assembleia Legislativa Gaúcha, perdendo apenas para PTB e PSD. Logo, há falas e informações relevantes da bancada libertadora – especialmente no que tange o tema da Constituinte de 1947, quando foi aprovado o parlamentarismo no Rio Grande do Sul e que o PL fez uma aliança parlamentar para tal com o PTB e o PCB. Novamente, ressalta-se que a análise de discursos parlamentares vão além da simples compilação de falas, e podem, com suporte metodológico qualitativo indicar mudanças de posições dos partidos e dos deputados. Também deve-se cuidar com as estratégias discursivas utilizadas pelos políticos que, muitas vezes, tinham um direcionamento público, mas as ações poderiam ser em outro sentido.

Considerações Finais

Esse texto teve a intenção de demonstrar como a historiografia sobre a experiência democrática no Rio Grande do Sul entendeu o Partido Libertador, bem como apresentar a viabilidade de novos estudos e alguns resultados parciais sobre essa agremiação partidária a partir de subsídios teóricos e metodológicos pouco usados. Ressalta-se que aquilo que já foi produzido é de suma importância para pesquisas posteriores. Não se pretende negligenciar o que já se foi produzido. Ao contrário, o que se buscou aqui foi demonstrar que é possível avançar nesse objeto de pesquisa com outros olhares, outras fontes de pesquisa sem necessariamente excluir o que já existe. A partir de uma perspectiva de que o PL não era apenas um partido pequeno, com pouca relevância, e sim, um partido ativo no jogo político local e mesmo nacional.

O PL foi uma peça decisiva do sistema partidário naquela época e como tal, pode ser analisado de forma mais aprofundada. Além disso, pode também ser visto não apenas como um partido pequeno e alinhado passivamente a uma determinada postura ideológica, mas sim, como um ativo participante dos debates e negociações da época. Assim como um partido disposto a debater externa e internamente determinados temas daquele período. Para tal, é necessário procurar novas estratégias e instrumentos de pesquisa. É o que procurou-se indicar aqui. Nesse ponto, a análise das trajetórias políticas das lideranças partidárias e da própria atuação do partido seja nas negociações partidárias, seja no parlamento, seja na imprensa podem trazer à luz novos indícios e diferentes entendimentos sobre o seu papel ao longo dos daqueles anos.

Arquivo Consultado

Acervo Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS

Acervo de entrevistas. NUPERGS/UFRGS

Referências

- ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, Dez. 2019, p. 636-658.
- ASTURIAN, Marcos Jovino. A República Democrática (1945-1964) e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul. In: BRANDALISE, C.; HARRES, M. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos Editora; Editora Unisinos, 2017.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- BRUN, Eduardo. *O liberalismo do Partido Libertador no contexto de radicalização política de 1963*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.
- CARLO, Douglas Storchi. *Ideologia política e discurso partidário: os libertadores no parlamento gaúcho (1955-1959)*. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.
- CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- COSTA, Maria Amélia Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 à 1950*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

- DAL FORNO, Rodrigo. O processo de formação e atuação do Partido Libertador (décadas de 1920 e 1930): notas de pesquisa. In: DOMINGOS, C.; BATISTELLA, A., ANGELI, D. (orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com a Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, 2012, p. 67-90.
- FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário – A redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Volume 4 – República, da revolução de 1930 à ditadura militar (1930 – 1985). Diretor do volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- FLORES, Ericson. *“Um posto de combate e uma tribuna de doutrina”*: O Partido Libertador e o jornal O Estado do Rio Grande (1929-1932). Dissertação (Mestrado em História): Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.
- GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- GOMES, Ângela C.; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. In: *Estudios del ISHIR*. n. 20, Rosario-ARG, 2018.
- GRIJÓ, Luiz. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 1998.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.
- NOLL, Maria I.; TRINDADE, Hégio. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS Editora/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.
- OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *“O preço da liberdade é a eterna vigilância”*: a UDN no Rio Grande do Sul. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2003.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. (Tese de doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2008.

SÁ, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

TAUFER, Paulo R. *Partido Libertador: formação e atuação política*. (Dissertação de mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2008.

VALLS, Luís. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM/Anpuh-RS, 2010.

História e memória: marcas da ditadura civil-militar em São Borja

*Carmen Abreu*¹

Introdução

Em 2019, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) completou 51 anos. No dia 13 de dezembro de 1968, no governo de Arthur Costa e Silva, os ditadores brasileiros reuniram o Conselho Nacional de Segurança e aprovaram o AI-5, começava o período mais nefasto da ditadura militar brasileira, conhecido como anos de chumbo. Nesta reunião, o ministro do Trabalho e da Previdência Social, Jarbas Passarinho, profere uma frase que caracteriza a dimensão da disposição do comando para se manter no poder: “às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”².

Com o AI-5 foi decretado o recesso do Congresso Nacional, por tempo indeterminado, e o presidente da República adquiriu poderes para, entre outras ações, intervir nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos; e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Mais de cinco décadas se passaram e mesmo após o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade³ (CNV), 2012 a 2014, a intensa e tensa

¹ Doutora em Ciências da Comunicação. Docente na Universidade Federal do Pampa – Unipampa, carmengoncalves@unipampa.edu.br.

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>. Acesso em: 23 de dez. de 2019.

³ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

disputa pela memória e a verdade histórica sobre o que ocorreu no Brasil continua firme e muito forte. Um embate que coloca o país em uma realidade complexa, pois não é possível negar que as violações aos direitos humanos ocorreram. As evidências são muitas, o próprio Estado já admitiu isso, faz algum tempo. No entanto, as Forças Armadas continuam ocultando da sociedade brasileira os arquivos da ditadura, e aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, as informações da localização de seus restos mortais.

Foram 21 anos sob o comando dos militares que, com o apoio de diversos segmentos da sociedade brasileira, tiraram João Belchior Marques Goulart (Jango) da Presidência da República, com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

Durante décadas, os militares comemoraram o dia 31 de março como o aniversário da “revolução democrática” no Brasil. Até o 47º ano, a data fazia parte do calendário oficial do Exército. Desde o início do primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011, as comemorações oficiais cessaram. Porém, em 2019, o atual presidente⁴ do Brasil, eleito em 2018, determinou que as Forças Armadas comemorassem, pois não considera “o 31 de março de 1964 golpe militar”. A memória é um fenômeno construído (POLLAK, 1992).

O Brasil elegeu um presidente que exalta torturadores. Que chama de “herói nacional” o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, entre 1970 e 1974, auge da repressão violenta. Ustra morreu no dia 15 de outubro de 2015. Ele se tornou, em 2008, o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela justiça brasileira.

Diante deste cenário, em que o Brasil está passando por mais um momento de ameaça à democracia, o objetivo deste texto é falar sobre a ditadura no Brasil. Mais especificamente sobre ações do Estado brasileiro, neste período, em São Borja, no Rio Grande do Sul. São muitas as

⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-determina-que-militares-celebrem-golpe-de-64-23549592>>. Acesso em: 12 de dez. de 2019

trajetórias marcadas pela violência e a impossibilidade de esquecer as atrocidades cometidas durante a ditadura. Em São Borja, terra de dois ex-presidentes, Getúlio Vargas e João Goulart, muitos foram presos e torturados, durante os primeiros anos da ditadura. Um deles foi Dino Aldir Nascimento Lopes, sequestrado, preso e condenado pela ditadura civil-militar. Neste texto, trazemos um pouco da história de quem viveu na pele os horrores cometidos pela ditadura militar.

O Golpe de 1964

Empresários brasileiros e o governo dos Estados Unidos apoiaram uma campanha de desestabilização do governo de Jango, que se intensificou a partir de 1962, ano em que ocorreriam eleições no Brasil. O governo americano enviou milhões de dólares ao Brasil para apoiar as campanhas dos opositores de Goulart. A direita não gostava de Jango desde que este, ainda no Governo Vargas, em 1954, quando ministro do Trabalho, havia concedido aumento de 100% do salário mínimo. Já a esquerda tentou influenciá-lo, mas Goulart era um moderado, um fazendeiro, apesar de defender a reforma agrária. Não agradava, portanto, nenhum dos lados.

De acordo com Fico (2014, p. 32), além dos dólares enviados (seriam US\$ 5 milhões), o governo norte-americano passou a fornecer recursos diretamente aos governadores dos estados da Guanabara (Rio de Janeiro), Carlos Lacerda; de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e de São Paulo; Ademar de Barros. Esses estados eram chamados, pelo embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, de “ilhas de sanidade administrativa”.

O documentário “O Dia que Durou 21 anos”, com direção de Camilo Tavares - filho de uma das vítimas da ditadura, o jornalista Flávio Tavares -, traz documentos e gravações de diálogos da Casa Branca, de 1962 a 1964, que comprovam a participação do governo dos Estados Unidos na conspiração para derrubar Jango e também no golpe de 1964.

Dentre os segmentos unidos para tirar Jango, da presidência, estava a imprensa brasileira, que atuou de forma efetiva no processo que levou o

Brasil para um regime de exceção. Para Dantas (2014, p. 65), “a participação da mídia contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos. Pode-se afirmar, sem temor de erro, que um único jornal, Última Hora, não aderiu ao golpe”. Ele destaca que os jornais O Estado de São Paulo e o O Globo integravam a conspiração para derrubar Jango. A historiadora Maria Aparecida Aquino⁵ reforça essa teoria e diz que a imprensa teve um papel de protagonismo no golpe. “Eles foram conspiradores. Toda a grande imprensa estava na conspiração contra a democracia. Vai ser uma das articuladoras mais importantes do golpe”.

No comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, 19 dias antes do golpe, Jango discursou para cerca de 150 mil pessoas, defendendo as reformas de base⁶. “Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira” (João Goulart)⁷.

Em 19 de março, dia de São José, protetor da família, realizou-se, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, reunindo cerca de 500 mil pessoas que gritavam palavras de ordem como “está chegando a hora de Jango ir embora”, (FICO, 2014). A marcha da família foi apoiada pelos jornais. Motivada, principalmente, por uma fala de Jango no comício da Central⁸. Organizada pela União Cívica Feminina, Campanha da Mulher pela Democracia, Campanha da Fraterna Amizade Urbana e Rural,

⁵ Disponível em < <https://operamundi.uol.com.br/samuel/41303/para-historiadora-da-usp-elites-brasileiras-nao-evoluiram-ainda-e-muito-parecido-com-1964> >. Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁶ Nessa ampla denominação de reformas de base, incluíam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional.

⁷ Trecho do discurso de João Goulart dia 13 de março de 1964. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KjM48ZjevMA>>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

⁸ Para a historiadora Aline Pressot, “Existem algumas versões a respeito da idealização da primeira Marcha da Família, mas todas elas convergem ao delegar à irmã Ana de Lurdes (Lucília Batista Pereira, neta de Rui Barbosa) a criação de um Movimento de Desagravo ao Rosário, que deu origem às Marchas. O Deputado Cunha Bueno (PSD) teria se indignado com o discurso proferido por Goulart na Central do Brasil e, reunindo-se com a irmã, teria recebido a sugestão e partido naquela mesma noite para os preparativos da Marcha paulista”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520378-cinquentenario-da-marcha-com-deus-pela-familia-e-a-liberdade-e-uma-sociedade-que-nao-se-reconciliou-com-a-memoria-da-ditadura-entrevista-especial-com-aline-pressot>>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

entre outras entidades, a marcha recebeu apoio de muitos empresários. Mais de 40 entidades assinaram o manifesto de convocação publicado na capa do O Estado de São Paulo⁹.

De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p. 302), “abrindo a marcha estavam os cavalarianos dos Dragões da Força Pública. A seguir, na primeira fila, o deputado udenista Herbert Levy, o senador Auro Moura de Andrade e o general Nelson de Melo”. Na cobertura os jornais destacaram que a manifestação defendia a democracia, a constituição e a liberdade.

O presidente João Goulart estava no Palácio Laranjeiras, no dia 31 de março de 1964, no estado da Guanabara, quando de Juiz de Fora, Minas Gerais, o comandante da 4ª Região Militar, Olímpio Mourão Filho, marchava para acabar com seu governo. Segundo Ferreira (2011, p. 469), “ao ler os jornais Jango se assustou: o editorial do Jornal do Brasil lhe desferia duras críticas. O texto sem rodeios pregava sua deposição. No Correio da Manhã, o título era ‘Basta!’”. Ao longo do dia, o presidente se reuniu com seus apoiadores, civis e militares, para avaliar a situação e decidir qual atitude tomar diante da evidente conspiração para derrubá-lo. O movimento golpista foi ganhando cada vez mais forma, força e adeptos.

Sentindo-se ameaçado Jango decide sair do Rio de Janeiro e ir para Brasília. Conforme Gaspari (2014a, p. 112), o presidente ficou apenas o “tempo necessário para notar que trocara de ratoeira. Na capital, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, preparava a associação do Congresso à rebelião”. Na sequência foi para Porto Alegre, com o objetivo de encontrar aliados políticos, como Brizola, e avaliar como e se poderia resistir ao movimento golpista. Enquanto Jango voava para a capital do Rio Grande do Sul, o Congresso Nacional oficializava a sua deposição. O governador do Rio Grande do Sul tentou organizar uma nova Campanha da Legalidade. Após constatar que não tinha força militar para resistir aos golpistas, Jango teria dito, de acordo com a versão de Brizola: “eu verifico o seguinte. Que a minha permanência no governo terá que ser à custa de

⁹ Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640319-27272-nac-0005-999-5-not>>. Acesso em: 23 de dez. de 2019.

derramamento de sangue. E eu não quero que o povo brasileiro pague este tributo. Então eu me retiro” (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 368).

Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o presidente do senado, Auro de Moura Andrade, ignorando o ofício do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro¹⁰, que informava que João Goulart estava no Rio Grande do Sul, declarou vaga a Presidência da República¹¹. Na sessão tumultuada do Congresso Nacional, Andrade disse que o presidente da República havia deixado a sede do governo e a “nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira [...] não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado [...] nos termos do artigo 79 da Constituição declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli”.

De Porto Alegre Jango foi para São Borja, sua terra natal. No dia 4 de abril viajou para Montevideú, no Uruguai. O ex-presidente deixou Brasília, em 1964, só retornou a capital do país 49 anos depois, em uma urna funerária. Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976, em sua fazenda em Mercedes, na Argentina. Foi o único presidente brasileiro a morrer no exílio.

A ditadura civil-militar

Após assumirem o comando do país, os vitoriosos precisavam de uma regulamentação jurídica para executarem suas ações. No dia 7 de abril, o jurista Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, último instrumento ditatorial da República brasileira, estava no gabinete do general Costa e Silva. “Reunido com Costa e Silva e um grupo de generais, Francisco Campos captou neles uma vontade de praticar a violência política, inibida pelo escrúpulo de atropelar a Constituição” (GASPARI, 2014a, p. 124).

¹⁰ Ofício - Brasília, 2 de abril de 1964 - Senhor presidente, O senhor presidente da República incumbiu-me de comunicar a vossa excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais e o seu ministério. Atenciosamente, Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil.

¹¹ Áudio da sessão, no Congresso Nacional, com a presença de 172 parlamentares, 152 deputados e 26 senadores, que declara vaga a Presidência da República. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/conteudos/14011104336_audio_cesso_que_declara_vag.mp3>. Acesso em 23 de dez. de 2019.

O preâmbulo do Ato Institucional foi redigido por Campos, sob a forma de manifesto à nação. O primeiro Ato Institucional¹², com 11 artigos, assinado pelo Comando Supremo da Revolução, foi publicado em 9 de abril de 1964, oito dias após o golpe. Foi o primeiro dos 17 Atos Institucionais (AIs) que o regime militar brasileiro promulgou de 1964 a 1969. No primeiro comunicado ao povo brasileiro, os novos comandantes deixavam claro que a “revolução” era civil e militar.

O artigo dois do AI-1 convocava o Congresso para a eleição do presidente e do vice-presidente da República, “cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal”.

A primeira lista de cassados, divulgada no dia 10 de abril, já indicava o largo espectro de personalidades e instituições visadas pelos militares¹³. Constavam 102 nomes, entre os quais 41 membros do Congresso Nacional, militares, governadores, sindicalistas, diplomatas e os ministros mais progressistas de Jango. Na lista estavam João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Rubens Paiva. As cassações atingiram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em cheio: 19 dos 41 deputados que perderam seus mandatos pertenciam à sigla trabalhista. Na lista estavam os nomes mais proeminentes da esquerda brasileira na época.

Após a primeira lista de cassações, o general Humberto de Alencar Castelo Branco é eleito presidente do Brasil, pelo Congresso Nacional, no dia 11 de abril de 1964. Ele contou com o voto do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) que era senador pelo Partido Social Democrático (PSD) e pré-candidado¹⁴ à presidência da República nas eleições programadas para o ano seguinte. Castelo teria garantido a JK que as

¹² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

¹³ Relatório da CNV. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.

¹⁴ A 19 de março de 1964, uma convenção do PSD homologou a candidatura de JK à presidência por 2.848 votos, contra um dado ao marechal Dutra e 39 abstenções. Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/JK/biografia/5_jk65.html>. Acesso em: 18 de dez. de 2019.

eleições de 1965 ocorreriam normalmente, mas não foi o que aconteceu. Mesmo tendo apoiado a instauração do regime militar, JK é cassado dois meses depois, no dia 8 de junho de 1964. De acordo com Gaspari (2014a, p. 132), dados da embaixada americana apontam que “nas semanas seguintes à deposição de João Goulart prenderam-se pouco mais de 5 mil pessoas. Pela primeira vez desde a ditadura de Getúlio Vargas, levas de brasileiros deixaram o país como exilados”.

No dia 27 de outubro de 1965, é editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2). No comunicado à nação, os militares asseguravam: “não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará”, e afirmavam que “a revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil”¹⁵. O AI-2 é seguido de vários Atos Complementares que, entre outras providências, extinguíram todos os partidos políticos, tornaram as eleições indiretas para presidente da República e estenderam para os civis a abrangência da justiça militar. O número de ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal sobe de 11 para 16, como forma de aumentar o controle do Executivo sobre a Corte Suprema¹⁶.

Na nova reformulação partidária, passam a existir dois partidos: um governista e outro de oposição consentida. Surgem, no início de 1966, a Ação Renovadora Nacional (Arena), representando a situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição. O terceiro Ato Institucional chegou em 5 de fevereiro de 1966, tornando indiretas as eleições para governador de Estado. O Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, convocava para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

Nos anos de 1966 e 1967, começam a crescer os movimentos de oposição ao regime. Ocorrem neste período, mesmo com a repressão, pequenas greves, assembleias, congressos, manifestações e passeatas. No

¹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 18 de dez. de 2019.

¹⁶ Projeto Brasil: Nunca Mais (1985, p.26). Disponível em: <<http://dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm>>. Acesso em 17 de dez. de 2019.

início de 1967, é instituída a Lei de Imprensa¹⁷. O marechal Arthur da Costa e Silva assume a presidência da República.

O ex-governador da Guanabara, Carlos Frederico Werneck Lacerda, um dos principais apoiadores do Golpe, começa a articular o movimento político intitulado de Frente Ampla¹⁸. A aliança política uniria Lacerda e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, exilado em Lisboa, e João Goulart, exilado em Montevidéu, em prol do retorno do regime democrático. Os três líderes políticos morreram em um intervalo de poucos meses, durante o governo Geisel. JK, Jango e Lacerda eram monitorados pela ditadura militar e teriam seus direitos políticos recuperados em breve. “A Frente Ampla era uma alternativa política à violência da ditadura militar, como também ao processo de radicalização das esquerdas, que, igualmente, propunham a violência como solução” (FERREIRA, 2011, p. 617). O movimento foi declarado ilegal em 5 de abril de 1968 por meio de uma portaria do Ministério da Justiça.

Em 26 de junho de 1968, é realizada a passeata dos Cem Mil, a manifestação popular de protesto contra as mortes, prisões e arbitrariedades da ditadura militar contou com a participação de artistas, políticos, intelectuais e segmentos da sociedade civil, organizada pelo movimento estudantil na cidade do Rio de Janeiro.

Diante das movimentações contra o regime militar, o Conselho de Segurança Nacional começa a se reunir para tomar providências. De acordo com Gaspari (2014b, p. 307), “as atas desses encontros, conhecidas em 2009, revelam um governo que se sentia encurralado. Via contra si os ventos do mundo, as vozes das passeatas, a imprensa, o Congresso, a

¹⁷ De 9 de fevereiro de 1967, a Lei de Imprensa foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 30 de abril de 2009, por sete votos contra quatro, atendendo a uma ação protocolada pelo PDT. Com o fim da lei, deixam de existir, entre outras medidas, penas de prisão específicas para jornalistas, cujos julgamentos de ações passam a ser feitos com base nos Códigos Penal, Civil e na Constituição. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-nov-07/leia-integra-acordao-stf-derrubou-lei-imprensa>>. Acesso em: em 17 de dez. de 2019.

¹⁸ A Frente Ampla foi lançada em 28 de outubro de 1966, a partir de um manifesto dirigido ao povo brasileiro e publicado no jornal carioca Tribuna da Imprensa. Assinado apenas por Carlos Lacerda, o documento defendia eleições livres e diretas, a reforma partidária e institucional, a retomada do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política externa soberana. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao>. Acesso em 28 de de. de 2019.

Igreja, o Judiciário, os intelectuais e grupos econômicos. Todos, enfim”. Era hora de reagir para manter o “processo revolucionário” e combater os “subversivos” de qualquer forma. A ação veio com o AI-5. O preâmbulo¹⁹ do novo ato apresentava à nação as razões de sua existência.

O artigo 10 do AI-5 suspendia a garantia de *habeas corpus*. Os encarregados de inquéritos políticos podiam prender qualquer cidadão por 60 dias, 10 em regime de incomunicabilidade. Diante da repressão, em escala cada vez maior, crescem as organizações de resistência armada.

Em julho de 1969, foi criada a Operação Bandeirantes (Oban), que era financiada por empresas multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros, contava com integrantes das Forças Armadas, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil. O regime militar já tinha, desde 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Também integravam a estrutura de repressão: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa).

Em janeiro de 1970, o Exército substituiu a Oban, que atuava em São Paulo, pelo sistema legalizado composto por Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) para atuar com amplitude nacional. Em cada jurisdição territorial, o Codi passa a dispor do comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área. Cada Centro mantinha um sistema próprio de execução das prisões, investigações e interrogatórios. O DOI se organizava como um aperfeiçoamento da Oban.

Durante o ano de 1969, foram baixados 12 atos institucionais. Com o afastamento de Costa e Silva, por problemas de saúde, os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica impedem a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo, e assumem o poder com a edição do Ato Institucional nº 12 no dia 1º de setembro de 1969.

¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.

Depois de uma disputa interna no alto comando do Exército, o nome do general Emílio Garrastazu Médici é escolhido. Para legitimar sua posse, o Congresso Nacional é reaberto. Em 30 de outubro de 1969, o terceiro presidente militar, desde o Golpe, assume e dá início ao período mais repressivo²⁰ da história do Brasil, com a execução de cassações, prisões, torturas, perseguições, desaparecimentos forçados, exilamentos e assassinatos. A tortura de presos políticos, que já ocorria, passa a ser rotina. Dois dos principais líderes da luta contra a ditadura militar foram mortos neste período: Carlos Marighella, em 1969, e Carlos Lamarca, em 1971.

A morte do deputado Rubens Paiva, preso, torturado e desaparecido, em janeiro de 1971, também ocorreu no governo de Médici. Foi também durante o governo de Médici que a ex-presidente Dilma Rousseff, foi presa e torturada. Quando foi presa, aos 22 anos, em 1970, a estudante Dilma Vana Rousseff Linhares integrava o grupo Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Dilma passou quase três anos no presídio Tiradentes, em São Paulo.

Ações da ditadura em São Borja

De acordo com Padrós (2011, p. 22), “a memória é seletiva; não há memória sem esquecimento. Mas não se pode esquecer o que se desconhece. Para que a memória tenha significado para o sujeito, este deve esquecer a maior parte do que viu”. No entanto, para esquecer precisa-se conhecer. “Se conhecemos, lembramos. Se lembramos, podemos esquecer, podemos exercer o direito da opção de esquecer. Este é o problema dos familiares dos desaparecidos”, observa Padrós. Neste sentido, não se trata do que fazer para lembrar, mas de como agir se o contexto e os responsáveis pelos desaparecimentos forçados, que envolvem muitas destas famílias, não são conhecidos até hoje. Essa condição não permite o luto, necessário, pois não existem os túmulos. Para os familiares não é possível

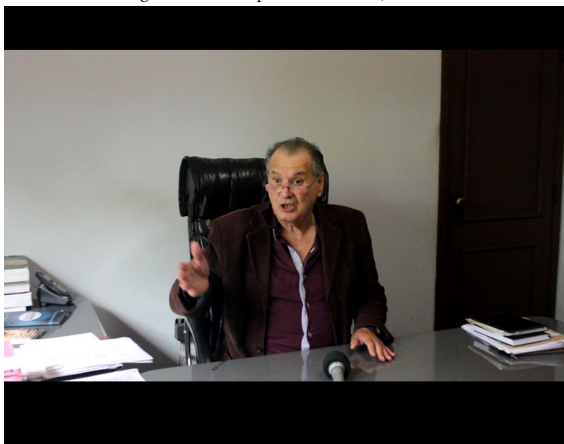
²⁰ “A máquina repressiva do governo Médici já matara mais gente (120) que seus dois antecessores somados (59). Em menos de três anos, acumulara cerca de 2.500 denúncias de torturas, contra algo como 1.500 nos oito anos anteriores” (GASPARI, 2014c, p. 24).

esquecer, recordar é a única alternativa para seguir em frente. Precisam continuar lutando para ter, pelo menos, o direito de saber a localização de seus mortos e enterrá-los.

É assim também para os sobreviventes das torturas e atrocidades perpetradas pela ditadura brasileira, não resta escolha. “Por que lembrar? Por que recordar? Estas perguntas acompanham a narrativa das testemunhas que viveram situações históricas merecedoras de lembrança e problematização”, argumenta Berger (2008, p. 22). É o sentimento conflitante de querer esquecer e de não ter o direito de esquecer. A tensão existente entre lembrar e esquecer, como no caso do jornalista Flávio Tavares, e de tantos outros presos e torturados durante a ditadura militar brasileira. “Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer. Por que lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro?”, pergunta-se na introdução de seu livro “Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura”. Ele diz logo na sequência: “Esquecer? Impossível [...] a única solução é não esquecer”, (2012, p. 13).

Essa necessidade de contar, de não poder esquecer o que aconteceu também é sentida pelo advogado Dino Lopes. Além de seu relato pessoal (figura 1) ele possui muitos documentos que comprovam as graves violações que foram cometidas pela ditadura militar, em São Borja.

Figura 1 – Dino Lopes em entrevista, em 2018



Fonte: Autora

De acordo com Lopes (2018)²¹, por razões exclusivamente políticas foi preso, a primeira vez, no dia 21 de fevereiro de 1968, em São Borja, quando era suplente de vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Após 30 dias, com o Inquérito Policial Militar (IPM) concluído, sem constatar ocorrência de crime, Lopes foi libertado.

Por perseguição política Lopes foi desligado do quadro de professores do Colégio Estadual de São Borja (CESB), em 25 de março de 1969. Em 15 de novembro de 1968, foi eleito vereador, pelo MDB. Fato que considera determinante para a demissão no CESB, pois contou “com o apoio decisivo da militância dos alunos. Motivo inaceitável para a ditadura”. Com base no AI-5, o mandato de vereador foi cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos.

Em 17 de setembro de 1969, Lopes foi preso novamente. No dia 31 de janeiro de 1970, com dois outros presos políticos, foi sequestrado, de dentro do 2º Regimento de Cavalaria (RC MEC), em São Borja. Na véspera, diz, foi submetido a “um ritual vexatório, fui forçado a ficar nu e fotografado por todos os lados”. Segundo Lopes, por volta das 5 horas, o oficial do dia, abriu a cela e anunciou sua soltura. Solicitou que pudesse sair quando o dia clareasse, o que lhe foi negado. “Ao me aproximar do portão, ainda no interior do quartel, fui atacado por três homens encapuzados e imediatamente algemado. A única reação que tive foi perguntar aos sequestradores: o que é isto? Um deles respondeu: nem nós sabemos”.

²¹ Entrevista dia 14 de abril de 2018, São Borja – RS.

Figura 2 – declaração de um dos sequestradores

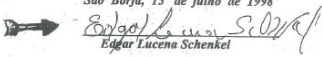
DECLARAÇÃO

| |
|-----------------------------|
| SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA |
| Nº FL. 003 |
| RUB. _____ |
| SPASUS |

EDGAR LUCENA SCHENKEL, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de São Borja, na rua Dr. Alberto Benevenuto, nº 3047, bairro do Passo - DECLARA que na madrugada do dia 31 de janeiro de 1970, numa ação que envolveu o Exército, o Corpo de Fuzileiros Navais e a DOPS - RS, armados e encapuzados, SEQUESTRAMOS o Dr. DINO ALDIR NASCIMENTO LOPES, em frente ao 2º RC MEC, junto à semáfora militar, instante em que era libertado da prisão do Exército. Daí conduzimos o SEQUESTRADO, até o destacamento de Fuzileiro Naval em São Borja. Onde outros agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social - RS) aguardavam. Rumou com mais dois presos políticos o Dr. Amândio Amaral e Miguel Paiane Durão, em uma camioneta cabine dupla para o Quartel da Brigada Militar sediada na cidade Santa Maria, RS escoltado por agente do DOPS - RS. Na época o declarante era soldado de 1ª classe do Corpo de Fuzileiros Navais. O SEQUESTRO foi programado por ordem superiores, e cuja execução nos foi determinada sob pena de insubordinação.

Assina a presente, nos termos da lei.

São Borja, 15 de julho de 1998


 Edgar Lucena Schenkel

| | | |
|----------|---------------------------------|---------|
| PRIMEIRO | GARTORIO DORNELLES | SEGUNDO |
| DE | 2º TAMB. IGNATO | DE |
| DE | Pracelha e Sawa (rua da) Finao) | DE |

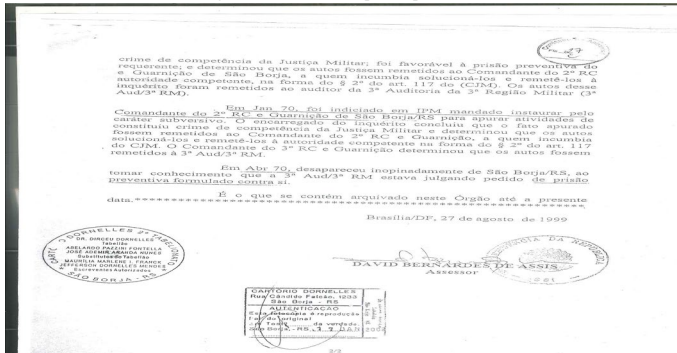
DINO DORNELLES 2º TAMB. IGNATO
 TAMB. IGNATO

Fonte: Arquivo pessoal de Dino Lopes

Na sequência, relata, foi colocado em um carro, com desconhecidos, que apontaram uma arma para sua cabeça, seguiram em direção ao Batalhão do Corpo de Fuzileiros Navais. Ao descer do carro deparou-se com outros dois presos políticos, Amândio Moraes do Amaral e Miguel Paiani Durão, conhecido como Bê. Os três foram colocados em outro veículo, algemados entre si, mas também a um agente repressor. Foram levados ao quartel da Brigada Militar, em Santa Maria - RS. Conforme Lopes, durante o período do sequestro, ninguém foi interrogado. Somente no dia 02 de fevereiro, dois dias após o sequestro, a prisão foi informada a um juiz auditor, foram acusados de ações subversivas. Segundo Lopes, a documentação de entrada na prisão foi alterada. Ficou detido, provisoriamente, até 18 de fevereiro de 1970.

Em liberdade e ao saber, por seus advogados, de um interrogatório marcado para 31 de março de 1970, e que seria decretada sua prisão preventiva, Lopes decidiu seguir para o exílio, no Uruguai. Foi considerado como “desaparecido”, conforme documento da Presidência da República (figura 3).

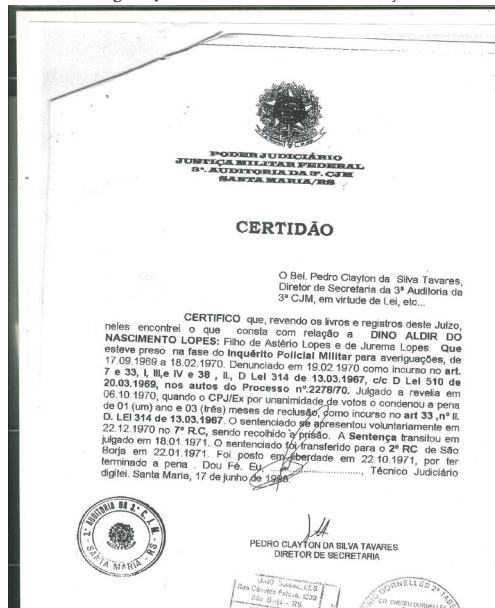
Figura 3 – Documento prisão preventiva



Fonte: Arquivo pessoal Dino Lopes

No dia 06 de outubro de 1970, foi julgado e condenado há um ano e três meses de reclusão (figura 4). Após sofrer duas tentativas de sequestro, no Uruguai, conta que resolveu se apresentar, voluntariamente, em 22 de dezembro de 1970, no 7º Regimento de Cavalaria. No dia 22 de janeiro de 1971, foi transferido para 2º Regimento de Cavalaria, em São Borja. Em 22 de outubro de 1971, foi posto em liberdade, com o término da pena.

Figura 4 – Certidão dados sobre condenação



Fonte: Arquivo pessoal Dino Lopes

Conforme relato de Dino Lopes, cerca de 200 pessoas foram presas, em São Borja, no período da Ditadura Militar. Entre elas um adolescente. Muitos foram torturados, quatro assassinados, um deles foi o Bê. Executado em junho de 1970, quatro meses após o sequestro.

Considerações finais

A busca pela verdade histórica sobre o golpe de 1964 e os 21 anos que se seguiram continua. Existe uma disputa pelo sentido dado aos acontecimentos do período, já que não há uma memória coletiva nacional, consensual, harmoniosa e unificadora sobre eles e as grandes marcas de sofrimento que infligiram, (BERGER, 2009).

De acordo com Andreas Huyssen²², quando se trata de lidar com legados de passados traumáticos, esquecer simplesmente não é a melhor opção. É necessário enfrentar o que aconteceu no passado, pois o que está em jogo é uma questão básica de honestidade e responsabilidade da sociedade.

A impunidade é, provavelmente, a maior de todas as heranças da ditadura militar brasileira. Os excessos policiais e o uso da tortura estão conectados a ela, bem como a pouca convicção democrática das instituições militares e a ausência de autocrítica dessas pela sua ação nos acontecimentos desse passado recente. A transição para o regime democrático no Brasil foi controlada pelos militares, que definiram sua forma e seus prazos. A cultura da impunidade e da violência nas forças de segurança do país, herdada da ditadura militar é muito expressiva e pode ser constatada diariamente, nos noticiários.

Para Padrós (2011), sem memória e justiça, como consequência se terá uma consciência histórica acentuadamente superficial, o que colaborará, por sua vez, para a existência de uma frágil cidadania e, principalmente, de uma frágil democracia.

²² Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/08/andreas-huyssen-discute-relacoes-entre-politicas-da-memoria-e-direitos.html>>. Acesso em: 28 de dez. de 2019.

Os casos atuais de violência policial que se tornam públicos em que as ações remetem às práticas utilizadas durante a ditadura militar são muitos. Ou seja, o que ocorreu ontem e não foi punido se repete hoje até com certa “naturalidade”. Para o professor Márcio Orlando Seligmann-Silva²³, no Brasil “a tradição de ‘memoricídio’, de assassinato da memória de nossa violência social, sempre aconteceu”. Ele afirma que o Brasil é “um país extremamente violento, extremamente racista, onde justamente não existem espaços de locais de memória para se lembrar do genocídio dos africanos que vieram para cá, dos indígenas, que foram e ainda são dizimados”.

Falta memória da violência do país, mas também conhecimento sobre o passado recente. É importante destacar que mais²⁴ de 80 milhões de brasileiros nasceram sob o regime democrático e cerca de 80% da população brasileira nasceu depois do golpe civil-militar. Neste contexto, mesmo depois de mais de três décadas sob um regime democrático, ainda existem muitas pessoas defendendo uma intervenção militar para que os problemas enfrentados pela nação brasileira, como a corrupção, sejam resolvidos. Por isso, é preciso falar, incessantemente, sobre as atrocidades e males que a ditadura civil-militar brasileira causou a sociedade. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Referências

- ABREU, Carmen. *Comissão Nacional da Verdade: um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2016.
- BERGER, Christa. Lembrar, esquecer, narrar, expor, anistiar, cobrar. Política e memória memória midiaticizada. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008, pp.21-32.

²³ Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html>>. Acesso em: 28 de dez. de 2019.

²⁴ Dados retirados da nota da CNV sobre os 50 anos do Golpe. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/457-nota-da-cnv-sobre-os-50-anos-do-golpe-de-estado-de-1964>>. Acesso em: 26 de dez. de 2019.

- BERGER, Christa. *Jornalismo e memória e ditadura*. Texto apresentado no 6º Congresso Sopcom, Lisboa, 2009.
- DANTAS, Audálio. A mídia e o Golpe militar. *Estudos Avançados*, v.28, N.80, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79683>>. Acesso em: 28 de dez. de 2019.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (orgs). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.
- PADRÓS, Henrique Serra. O resgate do passado recente e as dimensões da luta pela verdade e justiça. In: NUNES, Carmen Lúcia da Silveira; PADRÓS, Henrique Serra; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *Memória, verdade e justiça [recurso eletrônico]: as marcas das ditaduras do Cone Sul*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011.
- PADRÓS, Henrique Serra. *Usos da memória e do esquecimento na história*. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/asso2/pago1.html>>. Acesso em: 12 de julho de 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, V.5, n.10, 1992.

O deputado João Carlos Gastal e a questão da democracia no Brasil

*Daniel Lemos*¹

Introdução

João Carlos Gastal nasceu em Pelotas no dia 05 de fevereiro de 1915, faleceu na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em 01 de maio de 1986 em decorrência de uma doença pulmonar. Estudou no Ginásio Pelotense (atualmente denominado Colégio Municipal Pelotense) e na Faculdade de Direito, que na ocasião pertencia à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, mas atualmente é ligada à Universidade Federal de Pelotas, UFPel, graduando-se em 1935.

Gastal foi fundador do Partido Trabalhista Brasileiro em Pelotas, pela legenda foi vereador, de 1952 a 1955, deputado estadual, de 1958 a 1959, e prefeito de Pelotas, de 1960 a 1963. Em sua gestão concluiu o prédio do Colégio Municipal Pelotense, onde havia estudado na juventude. Após o término de seu mandato no poder executivo voltou a atuar como promotor e, com a aposentadoria, exercer a advocacia. Nos anos 1970 voltou ao campo político como deputado estadual, então pelo MDB, de 1970 a 1974, vindo a exercer a presidência da Assembléia Legislativa.

Ligado ao trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, Gastal nutria especial apreço por Alberto Pasqualini, considerado o

¹ Mestre em Ciência Política, graduado em Direito e História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor nas redes públicas estadual e municipal em Pelotas, daniellemos@yahoo.com.br.

principal ideólogo do trabalhismo. Foi articulador da Campanha da Legalidade em Pelotas, quando ocupava Paço Municipal, em 1961.

João Carlos Gastal teve intensa atividade política, ao longo de trinta anos de vida pública concorreu a diversos cargos eletivos: vereador (1951), prefeito (1959, 1968 e 1982), vice-prefeito (1972), deputado estadual (1954, 1958, 1970 e 1974), deputado federal (1978) e suplente de senador (1962). Com origem trabalhista, as cinco primeiras eleições ele disputou pelo Partido Trabalhista Brasileiro, porém com a imposição do bipartidarismo decorrente do Ato Institucional número 2 de 1965, ligou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, disputando outras cinco eleições, pela legenda oposicionista. Para obter mais informações a respeito de João Carlos Gastal ver LEMOS²

Quando Gastal regressou à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 1971 estava na presidência da República Emílio Garrastazu Médici, o terceiro mandatário do regime militar. Seu período no poder foi de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, o vice-presidente era Augusto Rademaker. Quando Gastal se despediu da ALERGS o presidente já era o quarto militar no poder, Ernesto Beckmann Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979) e o vice-presidente era Adalberto Pereira dos Santos.

Em 1971 no início de seu mandato, Gastal se deparou com uma ditadura escancarada, quando estava concluindo sua passagem pelo parlamento gaúcho em 1978, a ditadura estava derrotada. Certamente, sua atuação contribuiu de alguma maneira para esse desfecho que, no entanto, se concluiu anos depois.

Conforme Boris Fausto:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência

² Lemos, Daniel. João Carlos Gastal: ação de um líder da oposição à ditadura civil-militar brasileira na ALERGS In: <https://www.ufrgs.br/iisicp/wp-content/uploads/2019/08/Anais-II-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Ci%C3%A1ncia-Pol%C3%ADtica.pdf>

do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções. (FAUSTO, 2013, p.397)

Entre 1964 e 1968 foram baixados cinco Atos Institucionais que impactaram profundamente as Instituições do Estado Brasileiro, conformando a ditadura civil-militar no país. Gastal retorna ao cenário político nessa nova conjuntura e, inclusive, em seu pior momento, que coincide com o governo Médici.

O General Garrastazu Médici era militar taciturno, com perfil de burocrata, sem popularidade e quase um desconhecido – dirigia o Serviço Nacional de Informações. O Brasil só soube de sua existência após o dia 6 de outubro de 1969, quando seu nome foi validado para a Presidência da República pelo Alto-Comando das Forças Armadas – um concílio formado por ministros militares, chefe dos Estados-Maiores das três Forças e pelo chefe do Gabinete Militar. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, P.450)

Mas, até Médici chegar à presidência da República, os militares que ocuparam o posto antes dele haviam publicado cinco Atos Institucionais que preparam o terreno em que a ditadura civil-militar foi semeada. O primeiro Ato Institucional foi baixado em 09 de abril de 1964, nele constava o conceito do movimento que os militares chamavam de revolucionário e, a historiografia chama de golpe. Era assinado pelo auto-proclamado “comando supremo da revolução” formado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo almirante Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Mello, e contava com onze artigos.

Fausto resume o primeiro Ato da seguinte maneira,

O AI-1³ suspendeu as imunidades parlamentares e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade, assegurada aos magistrados, pela qual eles têm direito a permanecer em seu cargo, e de estabilidade, conferida aos demais

³ O primeiro Ato Institucional publicado pelos militares não recebeu numeração, porém o historiador Boris Fausto o identifica como Ato Institucional nº1;

servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público. (FAUSTO, 2013, p.398)

Outra grave medida ditada pelo primeiro Ato Institucional foi a definição da eleição de um novo presidente da República em 15 de abril daquele ano, que seria indireta, ou seja, apenas os membros do Congresso Nacional votariam. Apenas aqueles que não tivessem sido cassados, ou presos.

SCHWARCZ e STARLING são mais precisas na exposição do conteúdo do Ato Institucional:

Transferia parte dos poderes do legislativo para o executivo, limitava o judiciário, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelar os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitir funcionários públicos civis e militares. Para legitimar esse instrumento com algum grau de embasamento legal, os militares concederam a si próprios poderes constitucionais e embutiram a manipulação jurídica na ‘introdução’ do primeiro Ato Institucional: A Revolução vitoriosa [...] é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, P.456)

Uma consequência concreta deste Ato foi a publicação de quatro listas do “comando supremo da revolução” com suspensão dos direitos políticos dos principais quadros da política brasileira. Sendo que alguns nomes apareciam em mais de uma lista.

O segundo Ato Institucional foi publicado em 27 de outubro de 1965, e foi assinado por Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido eleito presidente pelo Congresso Nacional no ano anterior. O artigo 18 do Ato extinguiu os partidos políticos existentes e cancelou seus registros. Além de suprimir as eleições diretas para presidência da República.

O fim das eleições diretas para o cargo de governador foi determinada no terceiro Ato Institucional publicado em 5 de fevereiro de 1966 em seu primeiro artigo e, dos prefeitos das capitais no artigo 4º. Estes seriam nomeados pelos Governadores, com a aprovação das Assembléias legislativas estaduais. A partir do AI nº3 dois partidos políticos seriam criados: a Aliança Nacional Renovadora, ARENA, de apoio ao governo; e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, de oposição. (SCHWARCZ E STARLING,

2015) A partir desse momento o ator objeto da presente pesquisa, João Carlos Gastal, ingressaria nas fileiras do MDB, como a maioria dos membros do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

Quanto à atuação do MDB e os desdobramentos dela, as palavras de SCHWARCZ E STARLING são esclarecedoras:

Reuniu o partido em torno do único ponto de consenso – o retorno do país à democracia – e assumiu os riscos de comportar-se como oposição. Entre 1967 e 1968, parlamentares do MDB participaram de protestos, passeatas e greves; subiram à tribuna para denunciar o arbítrio, a perda de direitos, o processo de desnacionalização. O preço foi alto: a edição do AI 5 em 1968, devastou o partido e, numa bancada de 139 parlamentares, sessenta foram cassados. Em 1970, a bancada estava reduzida a 89 deputados. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.p.458-459)

Em 1968, então, foi publicado o quinto Ato Institucional, consolidando o quadro da ditadura civil-militar que João Carlos Gastal encontraria em seu retorno à Assembléia Legislativa em 1971. Inclusive em uma de suas primeiras intervenções no plenário vai denunciar e contestar a cassação de vários deputados estaduais do MDB em 1966, com base nos Atos Institucionais, de maneira que a ARENA passou a ter maioria de deputados no parlamento gaúcho.

Dentre os deputados cassados estavam Álvaro Petracco da Cunha, Darcy von Hoonholtz e Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura, que foram cassados em 4 de julho de 1966. E no dia 19 de julho também foram cassados os deputados Cândido Norberto dos Santos, Osmar Lautenschleiger, Seno Frederico Ludwig e Wilmar Corrêa Taborda. (HEINZ, 2005)

Posteriormente, em março de 1969 em consequência do AI-5, lançado em dezembro de 1968, foram cassados os mandatos dos deputados do MDB: Darcilo Ivo Giacomazzi, João Brusa Netto, Lauro Hagemann, Mozart Bianchi Rocha, Pedro Gomes Nunes, Rubem Machado Lang e Terezinha Gisela Iri-garay Chaise. Ainda em 1968, no final de abril, as cassações foram dirigidas contra os deputados Flávio Antônio Lopes Ramos, Índio Vargas, Moab Caldas, Renato Souza e Walter Bertolucci, todos do MDB. (HEINZ, 2005)

De acordo com Heinz,

os deputados do MDB cogitaram a possibilidade de renúncia coletiva aos mandatos, pois a atuação da oposição estava sendo constantemente prejudicada. A fala dos deputados desse período enfatiza que as cassações não se justificavam, sendo apenas fruto de perseguições políticas, uma vez que não havia quaisquer acusações de corrupção aos punidos. (HEINZ, 2005, P57)

No Rio Grande do Sul a ditadura civil-militar ao impor o bipartidarismo proporcionou consolidação de uma realidade já vivenciada no campo político do estado, quando havia uma polarização expressa na disputa PTB X Anti-PTB, segundo a teorização de Hélió Trindade (BAQUERO e PRÁ, 2007) Contudo, o arranjo legal do regime militar criou uma série de dificuldades para os trabalhistas que foram se abrigar no MDB. Porém a vida dos antigos quadros do trabalhismo não seria fácil:

O crescimento do populismo trabalhista foi contido pelo regime militar por meio da reforma partidária e da adoção dos atos de exceção que afastaram do jogo político as principais lideranças nacionais. Ao lado disso, a proibição de eleições para prefeitos (capitais e áreas de segurança nacional ou estâncias hidromineiras) e a indicação de interventores para os municípios da fronteira uruguaia e Argentina, em sua maioria redutos eleitorais do PTB, promoveu profundo desgaste no trabalhismo do estado gaúcho. (BAQUERO e PRÁ, 2007, p.p.82-83)

Quanto à metodologia utilizada na investigação a respeito da atuação de Gastal no parlamento gaúcho nos anos 1970, ela consiste na análise dos discursos proferidos na assembléia gaúcha entre período de tempo delimitado. Para tanto foram reunidas as atas das sessões plenárias e das reuniões da mesa diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, onde constam as intervenções de Gastal⁴. Com estas fontes primárias da pesquisa, foi realizado um levantamento e análise dos discursos que Gastal realizou abordando os Atos Institucionais;

⁴ Ver LEMOS, Daniel As atas da Alergs como fonte de pesquisa da ação do Deputado Estadual pelo MDB João Carlos Gastal (1971-1978) In.: <http://ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Anais%20I%20Coloquio%20de%20Pesquisa%20do%20IHGRGS.pdf>

João Carlos Gastal se pronuncia sobre os Atos Institucionais

Na sessão do dia 11 de março de 1971, Gastal aproveita a precoce aposentadoria do ministro do STF, Adauto Lúcio Cardoso para criticar o regime autoritário brasileiro e a vigência dos Ato Institucional nº5. A seguir um trecho grande do discurso de Gastal:

É uma realidade sentida a democracia no Brasil não estar em sua plenitude. Além de ser uma realidade sentida é do consenso geral. E tanto é assim que S. Exa., o Sr. Presidente da República, ao assumir o Governo, deu como uma das suas metas principais a redemocratização do País, o restabelecimento democrático até o término do seu mandato.

Não há, efetivamente, independência e harmonia dos Poderes, que é a característica fundamental da democracia. Tanto quanto seja realizada e seja concretizada a independência e harmonia dos poderes, teremos solucionado todos os nossos problemas, especialmente aqueles que dizem respeito às garantias e direitos individuais. (GASTAL, 10ª sessão ALERGS, 11 de março de 1971)

Neste mesmo pronunciamento, Gastal leu um trecho da Carta dos Advogados do Rio Grande do Sul ao Presidente da República, resultada do Congresso de Advogados que foi realizado na Capital do RS, em Porto Alegre, em 1969.

A insistentemente e reiterada resolução presidencial de restaurar a plenitude do regime democrático e de imprimir novo impulso ao processo de desenvolvimento econômico, completaria pela proclamação do primado do direito e pela afirmativa de que o desenvolvimento econômico quer a mobilização total da opinião pública e a participação de todos que acreditam na compatibilidade da Democracia com a luta pelo desenvolvimento implica, desde logo, em visão do futuro providências decisivas, no sentido de pacificar-se a família brasileira. Nesta glória, a de pacificador, é que a Nação espera ver exaltar-se o seu Presidente; Não se compreenderia possível a pacificação sem revogar-se o Ato Institucional nº5 e conceder-se ampla anistia, ou pelo menos, a revisão das punições de caráter político, ressaltando-se o processamento regular dos cursos em crimes comuns. Impõe-se, por igual, expungir das Leis as demasias inconciliáveis com a nossa índole ordeira, pacífica e liberal, entre elas as penas

de banimento e morte em tempo de paz. (GASTAL, 10ª sessão ALERGS, 11 de março de 1971)

Gastal aproveita o evento dos advogados para legitimar sua fala crítica ao Ato Institucional nº5 e, com as palavras dos causídicos, pede o fim daquele dispositivo legal de exceção.

Na 49ª sessão da Alergs realizada em 9 de junho de 1971 João Carlos Gastal voltou ao tema do AI5 polemizando com o deputado da Arena, Pedro Américo Leal, como demonstra o trecho abaixo:

Indaga S. Exa. o Sr. Deputado Américo Leal, por que há divergência entre o Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional? Por que que o MDB se preocupa com o Ato Institucional nº5; E nós responderemos desde logo. Estamos respondendo. A nossa preocupação com o Ato Institucional nº 5 é porque este Ato, mandato de exceção, confere ao Presidente da República, ao Poder Executivo, poderes discricionários, inclusive sobre os outros Poderes que constituem o Governo da República: o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

O Ato Institucional nº 5, no entanto, dá ao Poder Executivo, a S. Exa. o Sr. Presidente da "República — hoje ao General Emílio Garrastazú Médici, ontem ao General Arthur da Costa e Silva, ante-ontem ao Gen. Castelo Branco, amanhã não sabemos quem será — dá a estes detentores do Poder Executivo o direito, o poder extraordinário, excepcional de interferir nos outros Poderes, ditando normas de conduta, reduzindo a atuação destes Poderes e dando ao Poder Executivo tal soma de poderes que pode mutilar os demais poderes, condicionando-os integralmente à sua feição.

O Ato Institucional nº5 é uma medida de exceção e a diferença fundamental que existe entre nós que defendemos a abolição do Ato Institucional nº 5 e aqueles que não compreendem a nossa posição, está, pode-se afirmar, inclusive nas manifestações reiteradas de S. Exa., o Sr. Presidente da República que, desde que foi indicado para este alto cargo, o máximo cargo da República, especialmente, com os poderes que detém, justamente em virtude do Ato Institucional nº 5. tem atribuições soberanas e ditatoriais. Ditatoriais. O senhor das máximas decisões.

Ainda há poucos dias, li um discurso do Senador Nelson Carneiro, justamente fazendo uma análise do Ato Institucional nº 5 e acentuando a desnecessidade da vigência dessa medida de exceção, ou desse enumerado de medidas de exceção. (GASTAL, 49ª sessão ALERGS, 9 de junho de 1971)

Conforme Gastal o Ato Institucional nº5 é um “*mandato de exceção*”, que dá aos “*detentores do Poder Executivo o direito*”, “*o poder extraordinário, excepcional de interferir nos outros Poderes*”, “*ditando normas de conduta*”. O referido ato reduzia a atuação dos outros dois Poderes, legislativo e judiciário, e dando ao Poder Executivo tal soma de poderes capazes de “*mutilar*” os demais poderes, o que tornava o presidente da República “O senhor das máximas decisões”.

Gastal já havia tratado da questão dos atos institucionais na 46ª sessão da Alergs realizada em 4 de junho de 1971, quando registrou que não tinha medo das possíveis sanções que poderia receber, em razão de fazer oposição ao regime militar. Assim, como líder da oposição “*não deixou passar sem comentário as manifestações que foram feitas*” pelo líder da bancada da ARENA, o deputado Fernando Gonçalves, elogiosas ao presidente Médici.

S. Exa. veio fazer aqui, nesta tribuna, o panegírico, o elogio de S. Exa., o Sr. Presidente da Republica, General Emilio Garrastazu Medici.

Quem está em causa, neste debate, não é a pessoa do S. Exa., o Sr. Presidente da República; o que está em causa no debate, nobre Deputado Fernando Gonçalves, é o regime político que estamos vivendo, que é um regime anômalo, que é um regime de exceção, regime anômalo e regime de exceção constantemente proclamado como de exceção, inclusive, pelas próprias autoridades máximas desta República.

Não podemos desconhecer, e ninguém de nós, especialmente aqueles que fazem atividade política militante, e que exercem cargos em Casas Legislativas, que vivemos numa suposta, pseudo, e semidemocracia, onde não há, absolutamente, aquelas garantias básicas que são inerentes a uma democracia, que é — e repetimos aqui o que já temos dito — fundamental, a independência e harmonia dos poderes. Nós vivemos num regime em que há uma hipertrofia do Poder Executivo; vivemos num regime em que se sobreleva a soma dos poderes daquele que detém o Poder Executivo, que tem poderes muito acima de qualquer monarca, em qualquer regime monárquico do mundo, dos tempos atuais ou de tempos idos.

Logo, não vivemos, absolutamente, numa democracia. Fala-se, e falou o nobre Líder da Bancada da ARENA, que vivemos em pleno desenvolvimento, numa

situação de desenvolvimento econômico que coloca o nosso País em situação favorável perante organismos financeiros internacionais.

Permitimo-nos aqui, trazer as palavras de S. Exa., o Sr. Presidente da República, quando a firmou: “*A economia do País vai bem, mas o povo vai mal*”. Mas, admitamos que a economia do País vá bem e vamos admitir, com esforço de imaginação que o povo não vá mal. Perguntamos: ‘Satisfaz a cada um de nós, que temos formação democrática, viver num país rico, mas sem democracia?’ Não!

Nós queremos desenvolvimento econômico, nós queremos, realmente, a riqueza, de nossa Pátria, mas queremos que este desenvolvimento e que a riqueza do nosso País se faça com justiça social, com democracia e com garantia do direito e liberdades Individuais. (GASTAL, 46ª sessão ALERGS, 4 de junho de 1971)

Gastal define o regime político militar de regime anômalo, de exceção, assim definido pelas próprias autoridades nacionais. Gastal chama de pseudo e semidemocracia, pois onde não há as garantias básicas, inerentes a uma democracia, um sistema político não pode ser classificado como democrático. Vivía-se a época do milagre econômico, mas a frase mais significativa da sensação do momento era “*A economia do País vai bem, mas o povo vai mal*”.

No mesmo discurso, João Carlos Gastal relembra as experiências nazi-fascistas dos anos 1930-1940, ao relacionar um possível desenvolvimento econômico sem democracia,

Lançando um olhar retrospectivo na História ao Mundo e nos diversos países, não precisamos recuar muito no tempo, apenas cinco décadas atrás, A Alemanha estava em pleno desenvolvimento, em plena florescência, estava com uma civilização implantada para perdurar por mil anos, Era um padrão, mas o povo vivia sob o manto de uma ditadura cruel e sanguinária, que resultou na catástrofe, na hecatombe da Segunda Grande Guerra Mundial, de que resultou, como não poderia deixar de resultar a queda daquela ditadura que lá imperava.

Lá, na Itália também durou muitos anos o fascismo de Mussolini e também acabou como têm que acabar todos aqueles regimes que não encontram apoio na vontade popular. (GASTAL, 46ª sessão ALERGS, 4 de junho de 1971)

Comparação forte, que talvez tenha motivado Gastal a frisar que não temia represálias,

aqui estamos, citando palavras do nobre Deputado Américo Leal, sem temer, absolutamente, os atos institucionais, porque a nossa atuação é de absoluta lealdade para o progresso de nossa pátria, para que se implante a democracia com ordem. Repetimos, nós não tememos, porque conduzimos nossas ações em busca da realização dos nossos ideais e, se a nossa luta, se a nossa manifestação, aqui, em busca da realização, da concretização de nossos ideais, trazer para cada um de nós a aplicação de ato institucional, nós sabemos que estamos correndo este risco.

Mas, por saber que estamos correndo este risco, não o tememos. Estamos aqui conscientes de que estamos lutando por um ideal, um ideal de democracia, um ideal de progresso, um ideal de paz, um ideal em que todos os brasileiros sejam irmãos, em que não haja separação odiosa entre os que são bons e os que são ruins, para os detentores do Poder e que não haja quem apresente um projeto-de-lei à Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a “Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que tenha um artigo, como artigo 22 que institui: “Somente poderão filiar-se aos Partidos Políticos os brasileiros no gozo dos seus direitos políticos que não hajam sofrido qualquer sanção com base em atos institucionais. Considerar-se-ão automaticamente desligados dos partidos políticos os brasileiros que forem ou venham a ser atingidos por qualquer sanção com base em atos institucionais”.

Logo, quem tenha sofrido sanções de ato institucional, ainda que essa sanção seja por prazo determinado e que tenha expirado esse prazo, ainda assim não poderá exercer atividade política. Isto importa numa pena perpétua, numa sanção perpétua, coisa que não existe, que nunca existiu no nosso País; coisa que está superada em todos os países do mundo; coisa que não condiz com o estado de civilização que atingiu a humanidade; coisa que arrepia a consciência do generoso povo brasileiro, que tem feito todos os seus movimentos de transformação política e social, sempre com a maior tolerância, com a preocupação de evitar derramamento de sangue.

Hoje, não há derramamento de sangue, mas há a proscricção de brasileiros e se pretende esta proscricção pelo resto da vida, brasileiros que foram punidos sem qualquer julgamento, sem que lhes apontassem qualquer erro ou qualquer falta e sem que tivessem aquele direito mais elementar que é o direito de defesa, o de apresentar as suas próprias razões. (GASTAL, 46ª sessão ALERGS, 4 de junho de 1971)

O deputado Carlos Gastal estava correto em denunciar as punições sem julgamentos feitas a tantos brasileiros e, inclusive levantar a possibilidade de haver retaliações a quem se posicionava contrariamente ao regime ditatorial. Atualmente com a abertura dos arquivos do Serviço Nacional de Informação, o SNI, é possível acessar os inúmeros relatórios e dossiês que eram escritos sobre os opositores do governo, inclusive o próprio João Carlos Gastal foi objeto de vários dossiês.

Os arquivos do Serviço Nacional de Informação

O deputado João Carlos Gastal foi crítico dos Atos Institucionais e do regime militar durante os dois mandatos que exerceu na ALERGS. Nos mais de 300 discursos, que pronunciou na tribuna do parlamento, vários tratavam sobre os atos. Isso fez com que fosse observado permanentemente pelo SNI, que produziu vários relatórios sobre sua atuação.

Foram produzidos dossiês que tratavam da vida e do currículo de Gastal, sobre as relações que manteve com Brizola, enquanto este estava no exílio. Em um relatório de 24 de outubro de 1977 produzido pelo chefe da agência de Porto Alegre do SNI, cujo assunto era “ATIVIDADES DE LEONEL DE MURA BRIZOLA”, um trecho mencionava gastal:

i. Em 19 Outubro de 1977, o Deputado Estadual JOÃO CARLOS GASTAL e o Dr. JOÃO CARLOS GUARAGNA mantiveram contato telefônico com LEONEL BRIZOLA, que está em NOVA IORQUE. Ficou acertado que deverá viajar aos ESTADOS UNIDOS, para conversar com o ex-governador, possivelmente o Dr ANSELMO AMARAL, assessor Jurídico do MDB. Poderá ir também o advogado AJADIL DE LEMOS. Os processos contra BRIZOLA deverão ser anulados, faltando apenas que o ex-governador libere a procuração. (JORNAL DO COMÉRCIO/PA - de 20 Out 77) (SNI, 24 de outubro de 1977)

Em outro relatório do SNI, datado de 26 de maio de 1977, o nome do deputado João Carlos Gastal aparece vinculado a uma manifestação de estudantes em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (onde o próprio Gastal havia sido professor de Direito Civil nos

anos 1950). Este episódio teve como protagonista o filho mais velho de Gastal:

No dia 19/05/77 houve, na cidade de Pelotas/RS, um início de manifestação estudantil em frente a Faculdade de Direito da Universidade /Federal de Pelotas(UFPeL), com a presença de aproximadamente 100(cem) estudantes. No entanto, referidas manifestações não chegaram a serem devidamente efetivadas, face a atuação dos OSs da área que retiraram de /circulação o estudante JOÃO CARLOS GASTAL JÚNIOR que liderava e incentivava as agitações. Seu pai, o Deputado JOÃO CARLOS GASTAL, ao tomar conhecimento da detenção do mesmo dirigiu-se aos estudantes reunidos, pedindo-lhes que abandonassem a atitude tomada inicialmente e voltassem às aulas, no que foi prontamente atendido. (SNI, 26 de maio de 1977)

Esse tipo de acompanhamento das atividades dos cidadãos demonstra como era o ambiente no Brasil, com a vigência dos atos institucionais, que propiciavam a legitimidade jurídica que o regime militar precisava para vigiar os opositores dos governos militares.

Conclusões

Gastal foi um destacado líder do MDB, lutou pela redemocratização do Brasil, demonstrou as nefastas implicações dos Atos Institucionais e denunciou o arbítrio dos governantes e policiais ligados ao regime civil-militar. Desde seu retorno à Assembléia Legislativa em 1971, Gastal foi reconhecido como importante liderança do MDB, pelo seu histórico e por sua intervenção qualificada. Criticou e clamou pela extinção dos Atos Institucionais, sem temer as represálias muito corriqueiras na época, demonstrando ser um parlamentar de coragem. Foi um expoente da oposição e do Movimento Democrático Brasileiro no exercício de seus mandatos.

Referências

BAQUERO, Marcelo, e PRÁ, Jussara Reis. *A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

FAUSTO, Bóris. *A História do Brasil*. 14 ed. ampl. E atual. São Paulo. Edusp, 2013.

HEINZ, Flávio; VARGAS, Jonas; FLACH, Angela; MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982* / – Porto Alegre: CORAG, 2005. 108p. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3)

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEMOS, Daniel. *João Carlos Gastal: ação de um líder da oposição à ditadura civil-militar brasileira na ALERGS* In: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. [et al.]. *Anais II Seminário Internacional de Ciência Política, IV Seminário Eleições no Brasil* [recurso eletrônico] / Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -UFRGS, 2019. 1478p. <https://www.ufrgs.br/iisicp/wp-content/uploads/2019/08/Anais-II-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Ci%C3%Aancia-Pol%C3%ADtica.pdf>

LEMOS, Daniel. *As atas da Alergs como fonte de pesquisa da ação do Deputado Estadual pelo MDB João Carlos Gastal (1971-1978)* IN. QUEVEDO, Éverton Reis.[et al.] *Anais do I Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 24, 25 e 26 de abril de 2019 Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2019. <http://ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Anais%20I%20Coloquio%20de%20Pesquisa%20do%20IHGRGS.pdf>

FONTES PESQUISADAS

GASTAL, João Carlos. *Discursos. ATAS DAS SESSÕES E DA MESA DIRETORA (01/01/ 1971 – 31/12/ 1978) - CORRESPONDE AS 43ª E 44ª Legislaturas a partir da Constituição de 1947 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL*. <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/ModulodePesquisanoAcervo/tabid/6348/Default.aspx>

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Arquivo Nacional. Arquivos do Serviço Nacional de Informações –SNI. sob a guarda da ABIN, Agência Brasileira de Inteligência a instituição arquivística pública <http://www.arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/sni>

E agora Reagan?

O caso Irã-Contras nas páginas da Revista Veja (1986-1987)

*David Anderson Zanoni*¹

Introdução

O Irã-contras insere-se em um processo historiográfico com fenômenos correlacionados e, assim sendo, de maior amplitude do que aparenta. Trata-se da chamada Revolução iraniana ou também encontrada na produção acadêmica de revolução islâmica, a qual destronou o imperador do Irã, o xá² Mohammad Reza Pahlavi em janeiro de 1979. A partir desse fenômeno político de mudança governamental no Irã, as relações entre Estados Unidos e Irã sofreram significativas mudanças. O grupo que assumiu o poder, os aiatolás³, capitaneados pelo então líder revolucionário, o aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini, deram início a uma série de sanções políticas e econômicas a vários países do ocidente, em especial com os Estados Unidos. Esse choque se deve, em grande medida, às relações econômicas e políticas entre o governo de Washington e o Irã durante o governo do xá, sendo que os Estados Unidos realizou ao longo de quase quatro décadas significativas transações de armas por petróleo e treinou o exército do xá, fortalecendo uma ferrenha ditadura que perseguia e

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UFP), david_zanoni@hotmail.com.

² Em farsi xâh, é uma denominação atribuída a uma série de monarcas iranianos que antecederam a revolução iraniana de 1979.

³ Entre os muçulmanos xiitas, altos dignitários na hierarquia religiosa.

eliminava opositores do regime autocrático de Mohammad Reza Pahlavi (1941-1979). Com a queda de Pahlavi, veio à tona o ranço islâmico ao ocidente, sobretudo pelo fato do ex-ditador iraniano ter um projeto ocidentalista, o qual afrontava os religiosos xiitas e aumentava a desigualdade social iraniana.

O xá saiu do Irã exilando-se, justamente, nos Estados Unidos, o que aumentou o ódio dos iranianos revolucionários. Já nos primeiros meses da, recém instaurada, República Islâmica do Irã, um significativo número de pessoas, em especial estudantes que estiveram à frente do movimento de deposição do xá, exigiam o retorno do monarca para ser julgado pelas novas leis da república. Além disso, exigiam igualmente que o governo estadunidense devolvesse o montante que o xá depositou em bancos norte-americanos, o que era entendido pelos iranianos como um assalto aos tesouros do Irã, levando em consideração que o referido dinheiro provinha dos impostos pagos pelos iranianos ao governo do xá por décadas.

Com este cenário, o Irã, nos primeiros meses da República, elegeu seus inimigos e colocou a cabeça do xá a prêmio. Como de costume, o governo da Casa Branca informou que não extraditaria Pahlavi, alegando que não negociava com terroristas e, além disso, que o ex-xá estava tratando-se de um câncer no sistema linfático em Nova Iorque, doença que levou-o à morte um ano depois, em 1980. Mesmo assim, os iranianos não declinavam das exigências, tanto do retorno de Mohammad Pahlavi, quanto do reembolso financeiro dos patrimônios do xá.

Em virtude do não progresso das negociações a respeito das reivindicações iranianas para Washington, em 4 de novembro de 1979, estudantes de Teerã, invadiram a embaixada dos Estados Unidos na capital iraniana. Rendendo alguns fuzileiros navais que faziam a segurança do local, os invasores tomaram rapidamente todo o complexo da chancelaria estadunidense, um conjunto de edificações com cerca de 25000 metros quadrados, fazendo cerca de cem funcionários, entre diplomatas, seguranças e pessoas que estavam na embaixada. Iniciava assim um episódio que ficaria marcado na história diplomática e das relações internacionais no

mundo, em especial entre Estados Unidos e Irã, o chamado “crise dos reféns do Irã”.

A revista *Veja*, noticiou os eventos de Teerã continuamente, durante a maioria dos 444 dias que envolveram negociações, tentativa de resgate, promessa de “justiçamento” dos reféns e soltura de alguns encarcerados. Com reportagens que iam desde a capa, até blocos inteiros de reportagem internacional, editorial e sessão de cartas dos leitores, a revista acompanhou os episódios oriundos de Teerã, observando como o mundo reagia ao fenômeno histórico em curso. Evidentemente que cada veículo de imprensa, levando em consideração a ideologia que defende, ou a linha editorial que seus proprietários escolhem, faz uma seleção daquilo que considera digno de noticiabilidade, ou de ser exposto. A respeito disso, entendemos que Patrick Charaudeau (2013), em sua obra “Discurso das mídias”, problematiza tal questão a partir da ideia de que,

A máquina midiática é complexa, igualmente, pela tensão permanente que existe entre as duas finalidades da informação e de captação de seu contrato de comunicação. Isso explica por que ela está marcada por um paradoxo: por um lado, pretende transmitir informações de maneira mais objetiva possível, e isso, em nome de valores cidadãos, por outro, só pode atingir as massas se dramatizar a cena da vida política e social. Essa contradição não tem remédio: apresentar a informação de maneira mínima e neutra contraria a instância midiática de grande público; apresentar a informação exageradamente dramatizada a faria cair em descrédito. Assim sendo a palavra jornalística está minada pela máquina que ela deve servir. Pelos efeitos que produz, essa máquina é dificilmente controlável (CHARAUDEAU, 2013, p. 243).

Assim, legitimada com a chamada imparcialidade ou compromisso com a verdade e com seus leitores, a revista *Veja* organizou a exposição dos fatos como lhe convinha. A partir disso é que propomos analisar como o referido periódico semanal transpôs aos seus leitores o caso do Irã-Contras, ou seja, o chamado escândalo político do governo Ronald Reagan. Levando em consideração que *Veja* é marcadamente uma revista vinculada ao plano ideológico mercadológico e, por conseguinte, neoliberal, o olhar que lançava sobre os atos do Irã eram notoriamente de crítica e acusação.

Em contrapartida, quanto aos Estados Unidos, estes sempre foram vistos como vítimas do governo irracional e ilegítimo no Irã, o qual, segundo a própria revista, feria todas as regras de respeito aos direitos humanos, entre nações civilizadas.

Entretanto, agora, a questão torna-se paradoxal: como Veja iria transpor ou reportar os Estados Unidos, frente ao Irã e à própria Nicarágua, aos seus leitores brasileiros, acerca de um escândalo que coloca o governo norte-americano no centro dos eventos ilegais ou ilícitos? Primeiramente, temos que rememorar alguns eventos passados, assim como foi referido no início deste artigo.

Ocultando os cerca de quarenta anos de patrocínio ao governo despótico e repressivo do xá, a revista não tratava de contextualizar os leitores o que de fato tinha levado o Irã a concentrar esforços no ataque contra os Estados Unidos. Esse silenciamento deixava o governo da Casa Branca em uma posição de vítima, enquanto o Irã apresentava-se como uma treloucada nação antiprogressista, irracional e de fanáticos religiosos, apenas para usar alguns termos que a revista costumava utilizar ao se referir do Irã, configurando assim um país de terroristas e fanáticos religiosos fundamentalistas. Ainda recorrendo ao autor francês, analista dos discursos das mídias,

O acontecimento, no que tange à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, e é essa leitura que o constrói. O acontecimento midiático, no caso, é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática, e a do leitor-ouvinte-telespectador que a recebe e interpreta. Os efeitos resultantes são múltiplos, ligados à maneira pela qual as encenações visuais, os relatos e os comentários jornalísticos influenciam-se mutuamente (CHARAUDEAU, *idem*).

Entre os anos de 1979 e 1981, várias tentativas de negociação para resolução do caso foram propostas. Após algumas tentativas não se chegava a uma solução, tendo em vista que nenhum dos países recuava de suas exigências. Em meio a esse clima de incertezas, mais precisamente

durante o ano de 1980 teve início a corrida presidencial para ocupar pela 40ª vez o governo dos Estados Unidos. Jimmy Carter então presidente, pelo partido Democrata, concorria contra o candidato republicano Ronald Reagan. Obviamente o candidato da oposição utilizou-se do caso dos reféns para minar a campanha de reeleição de Carter. Como as tentativas não avançavam, Reagan jogou a opinião pública estadunidense contra Carter, cobrando um ponto final na crise diplomática com o governo iraniano.

Em fevereiro de 1981, após vencer as eleições, Ronald Reagan no discurso de posse, anunciaria a resolução do caso, com a soltura dos 52 reféns que haviam permanecido sob o cárcere dos iranianos no período explicitado. Era o começo de um governo que dava como ponta pé inicial o fechamento “milagroso”, do impasse entre o governo estadunidense e iraniano. Seis anos após ser considerado um herói nacional pela resolução da “crise dos reféns”, Reagan viria, a partir de outubro de 1986, já em seu segundo mandato, o governo de ações irretocáveis tornar-se um “castelo de baralho”. Aqui chegamos ao elemento principal deste artigo, o caso Irã-contras.

Para tanto, foram selecionadas algumas edições que trataram do assunto que estamos propondo para esta proposta. A edição número 949 de 12 de novembro de 1986 inaugurou a exposição dos fatos acerca do caso Irã-contras. Com o título: “Conexão Reagan: iranianos revelam troca de armas por reféns”, a revista trazia os primeiros elementos da trama que se revelaria um escândalo diplomático estadunidense. Seguindo a sequência dos eventos noticiados, as edições 950, 951, 952, 953, 955, 956, 965 e 966⁴ compõe o *corpus* desse estudo. A escolha das referidas edições do semanário, se justificam pela sequência da exposição de reportagens que a revista deu ao tema e, principalmente, por entendermos que contemplam, de forma mais significativa, os objetivos propostos dessa pesquisa.

Além disso, faz-se importante destacar dois aspectos neste estudo: primeiramente, a importância do uso da imprensa como fonte de pesquisa

⁴ Todas as edições citadas foram consultadas através do acervo digital da revista Veja da Editora Abril disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html> acesso de setembro de 2015 a novembro de 2016.

para produção historiográfica⁵, neste caso a revista semanal *Veja*, elemento já consolidado entre os historiadores⁶. Segundo, o recorte a que se propõe esse artigo está inserido em uma categoria recente e de renovação, tanto das fontes de pesquisa quanto da metodologia aplicada. Essa renovação iniciada já nos anos 1970 e que tem ganhado cada vez mais visibilidade entre os pesquisadores é a História do tempo presente.

A história do tempo presente tem mobilizado segmento expressivo da comunidade de historiadores no plano nacional e internacional. Inscreve-se em um movimento mais amplo de renovação historiográfica que trouxe consigo revitalização da história política, ampliação do uso das fontes, valorização da interdisciplinaridade, maior diálogo com as ciências sociais, recusa de explicações deterministas e totalizantes, valorização de atores individuais e coletivos, relação dialética entre história e memória (DELGADO; FERREIRA, 2014, p.7).

Assim sendo, a proposta de análise das edições da revista *Veja* acerca dos fatos relacionados ao episódio denominado “Irã-contras”, tem como ideia a escrita da história através da imprensa, a qual, não apenas como confirmação dos fatos, mas, principalmente, com um olhar crítico e reflexivo acerca da forma como os fatos eram noticiados, para quem e com qual objetivo a luz dos critérios estabelecidos pelo editorial do periódico, observando, igualmente, a existência ou não da produção de sentidos por parte deste.

A Conexão Reagan: o início dos acontecimentos

Como já referido, a edição 949 datada de 12 de novembro de 1986 reportaria os eventos ocorridos a respeito da comercialização de armas entre Estados Unidos e Irã de forma secreta. Segundo a reportagem,

⁵ Cf. MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo: Editora da USP; Fapesp, 2008.

⁶Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

Fantasiados de tripulantes, com passaportes irlandeses falsos, cinco americanos comandados por um ex-funcionário da Casa Branca desembarcaram clandestinamente no aeroporto de Teerã, a capital iraniana. Num avião militar, a missão trazia mísseis terra-a-terra, peças de reposição para caças F-4, radares e aviões de transporte C-130 para a força aérea do Irã – um arquiinimigo dos Estados Unidos desde a chegada do aiatolá Khomeini ao poder (VEJA, 12/11/1986, p. 58).

Ao noticiar o caso, a revista ressalta que as relações bilaterais entre os países em questão, estavam rompidas a partir do ingresso de Khomeini ao poder, ou seja, o resultado da revolução iraniana. A ênfase no fato das relações entre os países estarem oficialmente quebradas era uma espécie de pergunta retórica do semanário: por que os Estados Unidos estaria negociando com um país que declarava ódio aos estadunidenses? A pergunta nas entrelinhas seria respondida em seguida.

Na bagagem de mão, a missão levava uma carga suplementar repleta de simbolismo: cinco pistolas Colt de presente para os chefes militares iranianos, uma bíblia autografada pelo presidente Reagan com uma mensagem enfatizando que todas as religiões se parecem, um bolo em forma de chave representando a reabertura das relações entre os dois países e uma carta pessoal do presidente americano pedindo a interferência de Khomeini na libertação de sete americanos mantidos reféns pelos xiitas do Líbano (VEJA, *idem*).

Caso semelhante à crise dos reféns do Irã, explicado anteriormente, desta vez a situação era contra o governo do Líbano. Reagan tentou recorrer ao governo do Irã para intermediar a soltura de sete estadunidenses que estavam sendo mantidos presos por libaneses xiitas, ou seja, da mesma ordem religiosa islâmica dos líderes iranianos. Nesta notícia aparece duas fotos: um grupo de iranianos em frente a antiga embaixada dos Estados Unidos no Irã, local de manutenção dos reféns entre 1979-1981, onde ocorria uma comemoração de aniversário da tomada da embaixada em novembro de 1979. A segunda imagem era do chefe da missão, o ex-conselheiro de segurança nacional do presidente Reagan, Robert McFarlane.

Com a primeira reportagem, *Veja* procurava reforçar o tom de ódio e antiamericanismo iraniano, já com a segunda, porém, a imagem de um alto funcionário do governo americano, surpreso pelo fato de ter sido descoberto. As revelações do caso partiram do presidente do Parlamento iraniano, Hashemi Rafsanjani, em meio às comemorações de aniversário da ocupação da embaixada americana em Teerã. Segundo Rafsanjani, “a missão foi um fracasso completo: os americanos, McFarlane inclusive, ficaram cinco dias presos em Teerã”.

A edição terminava apresentando uma analogia dessa missão, adjetivada pela própria revista de “rocambolesca”, com a tentativa de resgate dos reféns da embaixada estadunidense em Teerã em abril de 1980, a chamada operação Eagle Claw (garras de águia), resultando em 8 soldados estadunidenses mortos após um acidente entre dois, dos três helicópteros *Tiger*, com destino a Teera.

Conforme Osvaldo Cogliolla (2008),

Em abril de 1980, tropas norte-americanas tentaram um resgate dos reféns, mas a operação fracassou. A missão de salvamento ordenada pelo presidente Jimmy Carter falhou quando os helicópteros enviados tiveram de enfrentar condições adversas de tempo no deserto de Tabas, e se espatifaram contra o solo matando seus tripulantes militares. Isso reforçou a ala do clero xiita no governo iraniano. Em 23 de fevereiro de 1980, Khomeini afirmou que o Parlamento iraniano iria decidir o destino dos reféns da embaixada americana (COGIOLLA, 2008, p. 84-85).

Conforme descrito anteriormente, na época, Carter estava sendo pressionado pela opinião pública e pelos republicanos no senado dos Estados Unidos a tomar providências serias acerca da crise dos reféns. Após a falha na operação de resgate, Ronald Reagan cresceu nas pesquisas para o governo estadunidense. Desta forma, Carter perdeu pontos e sua imagem junto ao eleitorado estava comprometida, resultando, mais tarde, na vitória de Ronald Reagan, o qual passou a ser a esperança dos estadunidenses na resolução da crise.

A sombra de Watergate

Esse era o título da edição 950, datada de 19 de novembro de 1986. Reagan pronunciou-se oficialmente sobre o caso pela primeira vez. O presidente afirmava que nos últimos dias a população estadunidense e o mundo estavam ouvindo uma série de informações incorretas acerca dos fatos. Na coletiva, o chefe de estado americano tentava explicar aos jornalistas os acontecimentos dizendo que “agora vocês vão ouvir os fatos verdadeiros de uma fonte da Casa Branca – e vocês sabem o meu nome.” Assim, Reagan objetivava passar uma imagem de controle da situação contendo o ar de descrédito que pairava sobre seu governo.

Chamando de “iniciativas diplomáticas secretas”, Reagan admitiu a venda de armas ao governo do Irã, chamado pela revista constantemente de “regime do aiatolá Khomeini”. Nos últimos 18 meses os Estados Unidos negociavam secretamente com o Irã, mas negava que essa negociação tivesse relação com os reféns estadunidenses aprisionados em Beirute no Líbano.

Em um subtítulo da reportagem “perguntas sem respostas”, a revista coloca em xeque a legalidade dos atos de Reagan, ao mencionar o ato de embargo, sancionado pelo próprio presidente quando da tomada da embaixada estadunidense em novembro de 1979. Em seguida Veja rememora o fato de novembro de 1979, dizendo que a tomada da embaixada foi “o maior espetáculo de terrorismo de Estado já praticado contra os EUA em tempo de paz”. Assim, mesmo reportando que os Estados Unidos, na figura de seu presidente, reconhecia a ilegalidade de seus atos, o fato torna-se menor uma vez que o país parece ter sido levado a tomar esse tipo de atitude contra um governo ilegítimo – o regime do aiatolá – em nome da ordem, da paz e da segurança nacional estadunidense.

Com o pé no atoleiro

A edição 951, datada de 26 de novembro de 1986, trazia como título “com o pé no atoleiro”. Nessa edição a foto do presidente americano e do

aiatolá Khomeini aparece dispostas uma sobre a outra e coloridas. A reportagem iniciava dizendo que Ronald Reagan chegava ao final “da semana mais dramática dos seus seis anos de governo” com a notícia que seria instalada duas comissões de inquérito para averiguar o caso das negociações secretas e o envio clandestino de armas para o Irã.

O mais popular dos presidentes americanos amargou na semana um índice alarmante que jamais experimentara: segundo as pesquisas de opinião, ele não inspira mais credibilidade à maioria da população. Apenas 14% dos americanos acreditaram nos desmentidos feitos na semana anterior de que seu governo não estava negociando nem trocando armas por reféns americanos com o regime do aiatolá Khomeini (VEJA, 26/11/1986, p. 72).

Ao transpor os fatos, a revista salienta que Reagan ainda possui 14% de aceitação e credibilidade acerca do seu governo. Dito de outra forma, 86% da população rejeita os atos do governo. Outro aspecto dessa edição são os conflitos gerados pela situação entre os republicanos, apoiadores de Reagan e os democratas, oposição ao governo. Levando em consideração que no período de Jimmy Carter os republicanos exigiam medidas mais severas da Casa Branca com relação à crise dos reféns de 1979, agora era a vez dos democratas cobrarem explicações do presidente republicano.

“Eu esperava que ele recuperasse sua credibilidade”, disse o senador democrata Sam Nunn, futuro presidente da Comissão das Forças Armadas, logo após a coletiva de Reagan. “Mas eu contei pelo menos sete contradições importantes em sua exposição. O problema piorou”. Outro senador democrata, o reverendo Jesse Jackson, foi mais longe. “Essas negociações constituem verdadeiros crimes de Estado”, acusou. “Já há motivos de sobra para o Congresso decretar o impeachment.” “O povo americano não quer mais desculpas, mas sim saber o que está sendo feito para restaurar a credibilidade do país na luta contra o terrorismo” (VEJA, idem).

Apesar do conflito interno apresentado pelo periódico, com as acusações feitas pelos senadores democratas, integrantes das comissões de inquérito que apurariam as questões ligadas ao caso, um elemento em comum ainda unia os estadunidenses, o combate ao terrorismo iraniano.

Ainda nesse sentido, a revista trazia, pela primeira vez desde que começou a reportar o fato, a declaração do aiatolá Ruhollah Khomeini, com o subtítulo “o grande satã”. Retórica comumente usada por *Veja* para sarcasticamente demonstrar o ódio dos iranianos para com os Estados Unidos, a revista dizia que Khomeini quebrava o silêncio que mantinha até o momento, admitindo seu “repúdio a Reagan”. “Uma grande explosão ocorreu na casa negra”, “vociferou o aiatolá, referindo-se à Casa Branca”.

Nesse sentido, temos o aspecto do Orientalismo, a imagem construída pelo Ocidente do Oriente, ou seja, a produção de sentidos que legitimaram desde o século XVIII uma série de ações de impérios ocidentais, França e Inglaterra e, após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos. Essas nações ditas democráticas, progressistas, liberais, civilizadas e modernas, se valeram de um conjunto de ideias pseudocientíficas para determinar os rumos políticos, econômicos e sociais de vários lugares no mundo, em especial a África e o Oriente Médio. Segundo Edward Said (2003), especialista neste assunto, o Orientalismo,

[...] não é um simples tema ou campo político refletido passivamente pela cultura, pela erudição ou pelas instituições; nem é representativo ou expressivo de alguma execrável trama imperialista “ocidental” para oprimir o mundo “oriental”. É antes a *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais), mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filosófica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (SAID, 2007, p. 40-41).

Portanto, *Veja* não deixava de reportar o caso como um grande escândalo diplomático e político, contudo, também não deixava de reforçar a periculosidade do Irã para a segurança e bem estar dos Estados Unidos. O Irã mantinha-se como irracional, incivilizado e, de algum forma, culpado da situação que ocorria nos Estados Unidos. Nesta edição, a revista trazia

um Box explicativo com o título “o calendário da mentira”, descrevendo os 18 meses que Reagan e seus assessores do Conselho de Segurança Nacional conseguiram manter em segredo o caminho das armas para Khomeini e as reuniões que decidiram o futuro dos reféns americanos no Líbano, de junho de 1985 a novembro de 1986.

No canto do ringue

Em 3 de dezembro de 1986 a revista *Veja*, através da edição de número 952, dava sequência à série de reportagens sobre o repasse de armas do governo estadunidense ao Irã. A seção internacional do periódico iniciava com o seguinte enunciado: “Reagan entrega duas cabeças, mas não evita a convocação de seus auxiliares pelo mesmo comitê do Senado que investigou Watergate”. A respeito das duas cabeças citadas no título da notícia tratava-se do então assessor de Segurança Nacional da Presidência, almirante John Poindexter, e seu principal auxiliar, coronel Oliver North, segundo a revista “apontados como únicos responsáveis pelo maior desastre do governo Reagan”.

Contudo, o que estava ruim para o governo de Ronald Reagan poderia piorar. Além do repasse de armas para o governo iraniano em troca dos reféns estadunidenses, havia um novo elemento revelado por assessores e membros do governo da Casa Branca. Tal notícia ainda não tinha sido exposta para a imprensa, tratava-se do desvio de dinheiro obtido com a referida venda de armas e repassado aos grupos paramilitares que tentavam derrubar o governo da Nicarágua, país da América Central que vivia uma guerra civil intensa nos anos 1980. Os contras como eram conhecidos esses grupos estavam travando uma guerra cruel pelo poder político e o controle do narcotráfico na América do Sul. Em suma, Reagan estava patrocinando grupos terroristas que objetivavam romper com a democracia estabelecida na Nicarágua, e isso foi revelado por membros do seu governo. A caixa de pandora do governo Ronald Reagan estava aberta.

“Não sei quem começou tudo isso”. A frase, pronunciada na terça-feira pelo secretário de Justiça americano, Edwin Meese, funcionou como uma síntese da atmosfera de perplexidade e descrédito que se instalou na semana passada nos Estados Unidos ante a revelação de que altos funcionários do governo não só estavam envolvidos com a venda ilegal de armas ao Irã como ainda desviaram o dinheiro pago pelos iranianos para outra ação ilegal: o financiamento dos grupos armados – os *contras* – que combatem o governo da Nicarágua (VEJA, *idem*).

A trama era muito maior do que se pensava ou poderiam imaginar os estadunidenses. Enquanto ouvia seu presidente falar em combate ao tráfico internacional de armas, guerra ao terror e outros slogans do governo de Washington, descobririam aos poucos que tudo aquilo que era condenado, entretanto, eram práticas comuns na Casa Branca. Até Israel estava envolvido na complexa rede de acordos secretos. Foi justamente pelo estado israelense que as armas destinadas ao Irã eram transladadas, no que foi chamado mais tarde de “a conexão Israel”. Pressionado pelo parlamento israelense, o ministro das relações internacionais, Shimon Peres, confessou o que Reagan tentou negar: “Israel serviu de intermediário no envio de armas”.

Reagan cercado

A edição 953 datada de 10 de dezembro de 1986 estampava em sua capa o retrato de Ronald Reagan e a o título: “Reagan cercado”. O escândalo do tráfico de armas completava o enunciado da capa que mostrava o 40º presidente americano com um aspecto de vergonha ou fracasso. Contudo a escolha da cor azul parecia amenizar o tom de desastre político, quando comparamos com capas que traziam Khomeini, por exemplo, normalmente eram tons de vermelho ou preto, simbolizando guerras e trevas, respectivamente.

O equilibrado e seguro presidente parecia não ter saída. Contudo, como reportado na edição anterior, ele tinha seus “bodes expiatórios”, neste caso Poindexter e o coronel North. Esta edição, além da capa, dedicou

onze páginas da seção internacional, ou seja, toda a parte das notícias internacionais estava exclusivamente retratando o caso das armas. Infográficos, imagens e boxes explicativos, foram preparados para resumir os eventos das últimas edições, didaticamente organizados para os leitores. Foi a maior cobertura internacional da revista do ano de 1986. Nenhuma outra edição dedicara tamanho espaço para um país ou um assunto em especial, agora com exceção do Irã e dos Estados Unidos.

Na reportagem interna, seção internacional, o título trazia o seguinte enunciado: “Reagan sente o gosto amargo da decadência”. Mesmo assim, o presidente estadunidense negava que tinha total conhecimento do tráfico de armas e, especialmente, do dinheiro para os anti-Sandinistas (os contras) da Nicarágua. Segundo a revista,

A Casa Branca formalizou quinta-feira passada um pedido à Corte de Apelações dos Estados Unidos para que nomeie um promotor especial para investigar a venda de 2 bilhões de dólares em armas para o Irã e o desvio ilegal do lucro – estimado em 50 milhões de dólares – para os anti-Sandinistas – os contras – que combatem o governo da Nicarágua. Dois comitês especiais foram criados no Congresso com o mesmo fim. O presidente Ronald Reagan, depois de muita relutância, finalmente admitiu, sexta-feira, que “houve erros” (VEJA, 03/12/1986, p. 52).

Contudo, a revista Veja, concluía, ao posicionar-se sobre as ações de Ronald Reagan, a partir do entendimento que o presidente dos Estados Unidos era alvo de dois elementos que levaram ao desfecho desastroso de sua política, tanto interna, quanto externa. Tratava-se, portanto, não da culpa propriamente do presidente mais sim, segundo o periódico, da combinação de duas forças alheias ao poder do presidente: os assessores, o almirante John Poindexter e o coronel Oliver North, com sua incompetência para assuntos secretos e os iranianos, espreitando a primeira possibilidade possível de expor o presidente estadunidense na mídia.

O atoleiro em que se afunda Reagan é o resultado de uma operação nascida da imaginação delirante de um coronel, Oliver North, associado a um almirante com mania de segredos, John Poindexter, trabalhando para um presidente que

retirava uma sensação de onipotência de incursões militares contra países quase indefesos como Granada e Líbia. Se tivesse dado certo, Reagan garantia um Natal com todos os reféns americanos libertados e em casa e acrescentaria muitos pontos a sua escala de popularidade. Deu errado porque os iranianos preferiram outra vez desmoralizar publicamente a maior nação do mundo, impondo a Reagan a humilhação que já tinham infligido ao presidente Jimmy Carter, em 1979, quando invadiram a embaixada americana em Teerã e mantiveram 52 diplomatas como reféns durante mais de um ano (VEJA, *idem*).

A edição 955, de 24 de dezembro de 1986 trazia a imagem do então presidente da Nicarágua Daniel Ortega e, ao seu lado, o piloto da marinha norte-americana Eugene Hadenfus “derrubado em outubro em missão de apoio aos anti-sandinistas e condenado em Manágua a trinta anos de prisão”. Na foto, Ortega estava anunciando, em coletiva à imprensa local, o perdão do governo da Nicarágua ao aviador estadunidense, e seu retorno aos Estados Unidos. Cena emblemática, pois o governo nicaraguense não estava apenas libertando uma pessoa que cometera crimes contra seu país, mas estava mantendo boas relações com a “maior potência mundial” e marcando pontos na agenda internacional com os Estados Unidos. (grifos nossos). Ortega disse na ocasião, segundo Veja, que o ato “era um presente de Natal para o povo dos Estados Unidos”.

Sexta-feira, Hadenfus já estava com seus três filhos em sua casa em Marinette, Estado de Winsconsin, onde alguns vizinhos chegaram à saudá-lo como herói e colocaram faixas nas janelas com as cores da bandeira americana. Para o presidente Ronald Reagan, o presente de Ortega pode ter sido tão agradável quanto uma bomba-relógio (VEJA, *idem*).

Por bomba-relógio a revista queria trazer a questão das ações que Hadenfus desempenhava no país da América Central. O piloto, quando capturado, confessou às autoridades nicaraguenses que estava aos serviços da CIA, “contrariando as versões da Casa Branca que atribuíam os vôos de suprimentos para os contras à iniciativa privada”⁷. Assim, o piloto, se fosse chamado a depor acerca dos fatos relacionados com o escândalo das armas

⁷ *Idem*.

e o patrocínio aos contras, por parte do governo estadunidense, teria muitas informações que poderia comprometer ainda mais a vida política de Ronald Reagan. “Se for intimado, o que ele tem a dizer pode levar Reagan a desejar que teria sido muito melhor que Hadenfus ficasse onde estava até semana passada”.

O retrato do caos

O ano de 1987 iniciava com as investigações acerca do caso entre o governo de Reagan e o governo do Irã. Tentado reverter a imagem de descontrole governamental, Ronald Reagan nomeou, ainda em dezembro de 1986, uma comissão especial para investigar os fatos. A comissão denominada “*The Tower*” apurava questões envolvendo altos funcionários do governo da Casa Branca, os militares e assessores diretos do presidente, bem como o próprio Ronald Reagan. A primeira edição que deu maior visibilidade ao tema, conteúdo, no referido ano de 1987 foi a de número 965, em 4 de março de 1987. Sendo, portanto, que ocorreu um intervalo de dezembro de 1986 a março de 1987, neste caso 10 edições.

Esta edição também organizava uma espécie de cronologia dos fatos, desde a revelação da venda de armas por parte dos Estados Unidos ao Irã em troca da libertação dos reféns do Líbano, em novembro de 1986, até 11 de março de 1987 com as investigações da comissão “*the tower*”, quando, na ocasião, Reagan foi ouvido novamente e, então, teria admitido que estava ciente e a par das negociações, e, além disso, que o governo de Israel teria sido cúmplice das negociações e, igualmente responsável pelo transporte do material bélico. Em um infográfico, a revista noticiou em forma de cadeia de fatos, obedecendo a uma linha temporal linear dos episódios. Assim, mesmo quem não tivesse lido nenhuma das edições que estamos utilizando neste artigo, poderia facilmente entender o processo no qual se deu as informações até a edição atual.

Após três meses de investigação, a comissão entregou ao presidente Reagan, um relatório de 300 páginas, contendo o resultado da apuração

de 56 pessoas ouvidas, além de documentos governamentais, correspondências, memorandos secretos, entre outros elementos que compuseram o dossiê produzido pela “the tower”. Segundo Veja,

Calcado no testemunho de 56 pessoas, entre elas o próprio presidente, ouvido duas vezes, o documento revela um tenebroso quadro de omissão e inépcia dos auxiliares mais diretos de Reagan, passa para toda a administração um atestado de desleixo e irresponsabilidade no trato de questões cruciais da política externa americana, põe em dúvida a palavra do próprio presidente e não o poupa de censura direta pela forma como deixou que toda a operação fosse conduzida. “O CSN atuava fora da órbita do governo dos Estados Unidos”, chega a afirmar a comissão, ao expor o grau de autonomia que Reagan outorgou ao coronel Oliver North. Esse oficial megalomaniaco, com sua parafernália de computadores e uma imaginação delirante, assumiu efetivamente o comando de decisões que só ao chefe do governo cabia tomar (VEJA, 04/03/1987).

A citação acima deixa clara a posição da revista acerca do caso, principalmente com relação ao presidente Ronald Reagan. Primeiramente acusa os assessores de Reagan de incompetentes e omissos. Após diz que eles foram desleixados e irresponsáveis se tratando da condução da política externa dos Estados Unidos, deixando a imagem do presidente ruim perante a opinião pública e tirando o crédito de sua palavra. O relatório da comissão, reforçado por *Veja*, afirma, a partir disso, que o Conselho de Segurança Nacional, dirigido por Oliver North, agia por conta própria e fora da “órbita do governo dos Estados Unidos”. E o periódico termina adjetivando o coronel de megalomaniaco, de imaginação delirante, utilizando-se de equipamentos, chamados por *Veja* de “parafernália de computadores”, coordenou de forma autônoma e, assim, tomou decisões que agora comprometiam o governo de Ronald Reagan.

Ato de contradição

Para encerrar, Reagan vai à TV e declara-se culpado. Em um ato de tentar “virar o jogo”, o presidente estadunidense faz uma autocrítica e, assim, procurou reconquistar a opinião pública e seus eleitores. Como ele

era ator de *Hollywood*, teve “uma ótima atuação”, como retratou Veja aos leitores.

A excelência do desempenho de Reagan na televisão foi imediatamente alardeada pela própria Casa Branca. Na manhã seguinte, o porta-voz oficial, Marlin Fitzwater, anunciou orgulhoso que dos telefonemas recebidos logo em seguida à transmissão do discurso – mais de 4000, segundo ele – 93% tinham sido de aplauso ao presidente. Sentindo de novo o sabor do sucesso, Reagan afirmou mais tarde, durante uma solenidade na Casa Branca, que, a partir de agora, tocaria em frente os negócios do governo e que já se desperdiçara tempo demais com o problema das armas (VEJA, 11/03/1987, p. 52).

Como em um passe de mágica, com um bem organizado discurso televisionado, o presidente Ronald Reagan jogava para “debaixo do tapete” toda a instabilidade dos últimos quatro meses de seu governo. A própria comissão “*the tower*” e alguns senadores democratas concordavam que, acima de tudo, Reagan era um ótimo comunicador, e que nunca tinham duvidado disso. Com relação a conclusão do relatório por parte da comissão especial, foi de que “Reagan era um péssimo presidente”.

Obviamente que o inquérito movido pelo Congresso dos Estados Unidos, ainda estava longe de acabar. Em abril de 1987, começariam as audiências públicas que seriam transmitidas, assim como foram as do caso Watergate, quando Nixon renunciou à presidência dos Estados Unidos. Contudo, o caso parecia já perder força, sobretudo após a comovida aparição de Reagan e cadeia nacional auto culpando-se e mostrando-se arrependido dos fatos. A atribuição de culpa colocada na conta dos assessores Oliver North e Jonh Poindexter também auxiliariam na melhora da imagem do presidente, sendo que transformava a questão em uma espécie de “ter confiado nas pessoas erradas”, ou “ter dado autonomia demais para assuntos presidenciais”.

Considerações finais

Primeiramente, temos de destacar a ideia da transposição dos fatos por meio da dinâmica narrativa seriada. Nas edições analisadas, existem

elementos que dão conta de estabelecer uma sequência de notícias dos eventos ligados ao presidente Ronald Reagan e o caso Irã-contras. Essa articulação jornalística não é desprezível, pelo contrário, é justamente uma estratégia para manutenção da audiência dos leitores do periódico.

Pode-se observar que no discurso, tanto escrito quanto imagético, *Veja* apresenta o presidente Reagan como um líder acuado em meio a contradições com seus assessores militares, contudo, apresenta o Irã como um Estado terrorista e que violava as mais comuns normas de convivência internacional. O Irã cometeu, segundo o periódico, um ato de banditismo contra uma nação pacífica e ordeira, configurando-se, assim, como um “Estado pirata”.

Em novembro de 1979, quando da tomada da embaixada estadunidense por estudantes iranianos, a “crise dos reféns”, *Veja* articulou sua midiatização posicionada contra o Islã e os iranianos, vitimizando os Estados Unidos. Naquela ocasião, a revista não poupou os adjetivos e substantivos que demonizassem o Irã e enaltecessem ou diminuíssem as responsabilidades dos Estados Unidos. Termos como *tresloucado*, *raivoso*, *delirante* são comuns para referendar os iranianos, principalmente em se tratando dos religiosos.

Produzia-se, assim, uma imagem do Irã e sua sociedade ligada ao caos e à irracionalidade; ao estabelecer tal representação, reforça-se o lado racional e o modelo a ser seguido, ou seja, o ocidental, o qual é progressivo e civilizado. Contudo, ao representar o Irã e o Islã ou os iranianos, *Veja* estabelece status de retrocesso, violação dos direitos humanos e obscuridade, ao contrário do Ocidente, o qual é o exemplo da modernidade e desenvolvimento legitimando, portanto, um paradigma de sociedade ideal, ao contrário do Oriente, polo negativo e retrógrado.

Com uma espécie de narrativa seriada, a partir de momentos de tensão-resolução, *Veja* dá a entender que o presidente Ronald Reagan, foi compelido a tomar as atitudes de negociar com os iranianos em nome dos reféns e pelo objetivo de salvar suas vidas. Em uma ideia de “os fins justificam os meios”, a revista, apesar de, por vezes, apresentar um tom de

denuncia aos fatos reportados, demonstra que os iranianos foram uma espécie de elemento chave nas decisões de Reagan e que, por vingança e oportunidade de humilhar os Estados Unidos, expuseram as negociações secretas com os estadunidenses.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. Tradução Angela M.S Correa. São Paulo: Contexto, 2013.
- COGIOLLA, Osvaldo. *A revolução iraniana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- DELGADO, Lucília de A. Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Basanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Editora da USP; Fapesp, 2008.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Cidadania carcerária feminina no Presídio Estadual de Jaguarão-RS: da reclusão à reintegração social

*Francisca Mesquita Jesus*¹

Introdução

Por muito tempo, o cárcere foi a única forma encontrada para punir o transgressor, aquele indivíduo que de alguma forma não respeitou algum código social. O encarceramento nessa perspectiva deveria ser o mais doloroso e exemplar possível, fazendo com que determinada punição fosse percebida como prevenção a futuros atos criminosos. Durante a Idade Média, essa forma de punição (retirar o indivíduo do convívio social) não era mais suficiente, sendo necessário mostrar a importância do perdão divino.

Criaram-se, então, punições em recinto público, uma vez que o transgressor fosse retirado do convívio social para confessar seu delito e pedir o perdão divino, juntamente com essa prática foram elaborando-se formas de torturas e execuções públicas cada vez mais cruéis, pois dentro dessa lógica de obter o perdão o transgressor deveria purificar-se para estar pronto e arrependido para receber a unção divina, dada por um padre representante de Deus e nomeado pela Igreja Católica. Essa forma de pensar o cárcere perpassa o medievo e vai até a idade moderna, com formas de torturas e execuções ainda mais elaboradas.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPe), Especialização em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão, franciscabist@yahoo.com.br.

Tempos depois, obtém-se uma forma simplista de pensar o encarceramento, o indivíduo quebra regras e códigos sociais, por essa razão é retirado do convívio social, posteriormente, ele confessa-se, arrepende-se de modo público e, em muitos casos, é executado. Após a primeira e segunda guerra mundial, tendo em vista os crimes contra a humanidade, repensou-se o encarceramento e as formas de punição, através do surgimento da primeira geração de direitos humanos, de forma universal datado em 1948, onde um dos princípios básicos é o direito à vida. Com isso, deu-se início a uma onda de discussões pelo mundo, fazendo-se urgente uma remodelagem na forma de punir. Ressalto que não falo aqui do encarceramento, pois esse continuou praticamente da mesma forma até os anos 60.

As punições tomam âmbito jurídico mais elaborado, sendo introduzido de forma mais efetiva nos sistemas de defensoria pública, de modo a tornar mais justo o sistema judiciário.

No Brasil, tem-se um poder judiciário jovem, com leis e independência formalizadas a partir da Constituição de 1988. Apesar da Constituição ser recente, há leis que a antecedem, como o Código Civil, Código Penal e leis punitivas (brandas em alguns aspectos e severas em outros). Em alguma medida, tal discrepância explica, parcialmente, a questão da permanência de um modelo escravista no que se refere as relações contemporâneas, especialmente no trato com a questão penal.

Nesse âmbito, também pode-se observar que, efetivamente, o Brasil tornou o judiciário um poder com mecanismos próprios de sustentabilidade e julgamento desmembrado do Estado, passando a integrar acordos internacionais de Direitos Humanos, tendo à obrigatoriedade de garantir o direito à vida, preservar o direito de defesa e reformular a forma de encarceramento.

O Brasil ainda pensa o encarceramento de forma simplista, tendo em vista que a sociedade se oriunda de uma colonização católica, exploratória e escravista, ainda carregada do patriarcado, o qual é característica marcante desse tipo de colonização. O regime como a monarquia é uma

seqüência de ditaduras que só alimentou tais ideias, após a abertura política e a democratização brasileira iniciou-se uma série de discussões acerca do cárcere no Brasil, após um duro período de ditadura militar surgiram várias denúncias nos comitês de Direitos Humanos internacionais, sendo elas de torturas, barbárie, desaparecimento e prisões, que levaram o jovem governo democrata a prever leis mais severas para quem violasse Código de Direitos Humanos Universais.

Todavia a Constituição de 1988 ainda não tocara a realidade carcerária, ainda nos anos 90 não se via um judiciário totalmente imparcial e diferente do regime ditatorial, eram recorrentes perante os comitês nacionais e internacionais denúncias de torturas e violência policial. As prisões continuavam precárias e com poucos investimentos governamentais, o que dificultava ainda mais a implementação de medidas socioeducativas como já via-se em outros países.

O século XXI trouxe para o Brasil uma nova onda de discussões acerca da ressocialização do detento, discutindo-se a forma que o Estado devolveria o apenado ao convívio social. O cárcere não deveria ser somente isolar o indivíduo que cometeu transgressão, pois ele deveria passar por uma reabilitação enquanto estivesse sob tutela do Estado, reaprendendo a viver em sociedade, obedecendo as leis. No Brasil não há pena de morte, então o indivíduo independente do tempo de condenação pode ficar no máximo 30 anos em regime fechado, tendo a possibilidade de cumprir o restante da pena em regime semiaberto, ou se durante seu tempo em regime fechado participar de algum projeto socializador e apresentar boa conduta e comportamento, a pena poderá ser reduzida.

Com a lei voltada para reabilitação presume-se que esse detento esteja preparado para voltar a comunidade e a mesma esteja preparada para recebê-lo, porém, como já citei, o Brasil ainda preserva oligarquias e o patriarcado com intensidade e há pouco investimento na segurança, prevenção de delitos, assim como só aumenta a lotação de cadeias e presídios, visto significativo aumento da população. A população carcerária, leva o sistema penitenciário a um total colapso.

Leis e constituição moderna, aumento populacional, pouco investimento em segurança pública e carcerária, leva a lotação das casas de detenção e a alta demanda do judiciário acaba por encravar o sistema e atolar-se em burocracias que, na verdade, relaciono como uma forma de não acompanhar a Constituição, até mesmo por ter uma democracia jovem e um sistema colonial.

Segundo dados do Ministério da Justiça Brasileiro, até o ano 2000 o perfil da população carcerária brasileira era, em grande maioria, formado por negros de baixa escolaridade, moradores de zonas periféricas, com delitos cometidos que relacionam-se diretamente com o tráfico de drogas. Outro dado é o número crescente de mulheres envolvidas nesses delitos, apontando um conjunto de fatores que elevam esses dados, sendo que um dos principais é a falta de investimentos por parte do governo, empurrando cada vez mais jovens para o tráfico, já nas cidades de pequeno porte sustentadas, basicamente, pela agroindústria e agricultura familiar, torna-se um alvo fácil para o tráfico.

A pergunta que permeia esse trabalho é: como se dá a cidadania no cárcere feminino e de que forma se dá esse acesso. Baseado em dados do IBGE/2016, referente a crescente criminalidade em cidades de pequeno porte fui levada ao município de Jaguarão, cidade que faz fronteira com a República Oriental do Uruguai, que aloca um presídio Estadual que acolhe apenados da região. Essa casa prisional tem capacidade para, aproximadamente, 141 detentos e localiza-se em área urbana e central da cidade. Um dos pontos da pesquisa é verificar qual o perfil dessas mulheres, de que forma elas exercem ou acessão sua cidadania e o ponto principal refere-se a forma que se dá a sua ressocialização e a reinserção na comunidade local.

Ao longo do artigo, espero traçar alguns elementos para entender como se dá essa cidadania e de que forma ela é importante para a reinserção dessas mulheres na volta ao convívio social.

Viso, também, discutir os problemas presentes no atual contexto, partindo do entendimento de um processo de formação histórico e

cultural, a estrutura desse texto foi organizada da seguinte forma: na primeira seção apresentarei a localização da cidade de Jaguarão, bem como a sua história; na segunda seção trato do presídio e sua história e apresento a sua localização; na terceira seção discorro sobre o cárcere; na quarta seção abordo questões sobre a cidadania e o feminino; na quinta seção discuto sobre a reinserção das mulheres na sociedade e o processo de ressocialização; finalizo com algumas considerações acerca do tema.

1. Cidade de Jaguarão: localização e história

1.1 Localização

Jaguarão está localizada no extremo sul do Brasil fazendo fronteira com a República Oriental do Uruguai. A cidade é muito conhecida por sua arquitetura e possui uma boa conservação de seu sítio arqueológico. Segundo o IBGE, em 2016 sua população era de 28.230 mil habitantes.

1.2 História

Divergem opiniões sobre o significado do vocábulo "JAGUARÃO". Para alguns, segundo Alfredo de Carvalho, seria o aumentativo português da palavra tupi "jaguar" = onça; segundo outros a corruptela da "jaguanharação" ou cão bravo ou onça brava, certo é que teve suas origens em um acampamento militar, como, aliás, o tiveram vários municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Deve seu primitivo nome, Guarda da Lagoa e do Cerrito, a um posto fortificado dos espanhóis situado a 6 quilômetros da atual cidade de Jaguarão. Aí, em 1801, devido as questões militares entre Portugal e Espanha, estabeleceram-se as forças do Coronel Marques de Sousa. Ajustada a paz em virtude de armistício, a coluna Marques de Sousa retirou-se, ficando apenas uma pequena guarda de 200 homens sob o comando do Tenente-coronel Jerônimo Xavier de Azambuja. Foi o acampamento dessa guarda que, se estendendo até a eminência em que hoje assenta a cidade, deu início ao povoado.

Posteriormente, o terreno ocupado pela nova povoação foi doado ao Governo pela Viscondessa de Majé, e compreende a área situada entre o arroio Lagões, a oeste; Quartel Mestre a leste, rio Jaguarão, ao sul; e a linha reta que une os

dois pontos situados a meia légua de fundo contada da foz daqueles arroios. (IBGE, 2013)

Jaguarão é uma cidade de pequeno porte tendo sua economia apoiada no agronegócio e turismo local, visto que possui um rico sítio arqueológico e arquitetônico. Além disso, a cidade conta com uma Universidade Federal, um campus avançado do Instituto Federal do Sul, um hospital público, um teatro e um presídio estadual, dentre outros institutos e locais de lazer.

2. O presídio: história e localização

2.1 História

A cadeia civil de Jaguarão foi fundada por volta de 1862 com áreas bem delimitadas para homens, mulheres e negros. Anteriormente, a cadeia situava-se em uma casa alugada e com acomodações precárias. Segundo Bom,

Em 4 de Junho de 1862a Câmara Municipal informava ao Presidente da Província, que a Cadeia Civil de Jaguarão estava pronta desde setembro de 1861, e que já tinha sido examinada pelo Major Candido Januário Passos¹⁰⁵. Os vereadores reivindicavam o pagamento da última prestação ao arrematante da obra, como também, o prejuízo causado a municipalidade com os gastos com o aluguel da casa que servia de prisão. Finalmente, em 28 de julho de 1862, o coletivo da Câmara Municipal comunicava a presidência da província que no dia 23 de julho tinha feito a entrega das chaves da nova Cadeia Civil a Delegacia de Polícia, efetuando a mudança dos presos no dia 24 de julho de 1862. (BOM, 2015)

Nessa época era uma das poucas cadeias públicas e enfrentava problemas como higiene e falta de repasse de verbas públicas.

2.1 Localização

Nos dias de hoje, o Presídio Estadual de Jaguarão localiza-se na Praça Bento Gonçalves, nº 25, em perímetro urbano ao pé da ponte que liga a

cidade de Jaguarão com a cidade de Rio Branco (UY) e a algumas quadras do perímetro central da cidade.

3. O cárcere

O encarceramento foi a maneira mais eficaz de aplicar a pena ao indivíduo transgressor, possibilitando uma possível reabilitação humanizada. A “obviedade” da prisão, fundamenta-se também no papel suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos (FOUCAULT, 2002, p. 196).

Esse cárcere tem por objetivo, moldar o indivíduo de modo que sua pena torne-se eficaz, utilizando-se de privações técnicas corretivas aplicadas ao corpo, à mente ou a alma. A relação de poder exercida no cárcere se justifica, e faz parte do aparelho institucionalizado, para que os mecanismos de punição alcancem seus objetivos. Conforme Foucault,

A forma-prisão preexiste a sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixa-los e distribuí-los espacialmente, classifica-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registros e anotações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e uteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a passagem a uma penalidade de detenção, é verdade; e era coisa nova. (FOUCAULT, 2002, p. 195)

No Brasil, em particular no Rio Grande do Sul, esse modelo chega no século XIX, com um programa modelo onde haviam espaços específicos para homens, mulheres e negros, mas também existiam casas mistas. Esse modelo já se pode ver na Cadeia Civil de Jaguarão em 1862, uma cadeia mista, mas estruturada em um modelo humanizado.

4. A cidadania e o cárcere

A cidadania é um Direito Universal básico e está atrelada como o indivíduo que a percebe e a acessa, assim como a estrutura governamental que propicia tal acesso. Segundo Siqueira e Lopes,

Os direitos humanos, por sua vez, são entendidos como “os direitos básicos, sem os quais não seria possível uma sociedade adequada ao homem, que deve reconhecer a todos, por pertencer ao seu próprio modo de ser”. Alguns confundem os direitos humanos com os próprios direitos fundamentais, definindo-os como os “direitos matrizes de todos os indivíduos, direitos sem os quais não se pode exercer muitos outros, posto que fundamentam os demais”. (SIQUEIRA; LOPES, s/d, p. 01).

O indivíduo egresso no sistema prisional não poderá, de nenhuma forma, ser privado sem o direito a exercer sua cidadania. Observando a Constituição vigente, o governo deverá garantir tal acesso, todavia não é possível romantizar que o egresso terá esse exercício de forma plena, tendo em vista toda a estrutura prisional, seus contextos e dificuldades estatutárias e de ordem econômica.

A consciência de cidadania de um indivíduo dá-se, em grande parte, a suas vivências sociais o que de alguma forma acabam por habilitá-lo ou não para seu desenvolvimento social, nunca de forma plena, mas de maneira suficiente para obter o mínimo de conhecimento no que tange aos seus direitos mais básicos. Com esse trabalho, não tenho a pretensão de solucionar problemas complexos que envolvem toda uma rede de estruturas governamentais e sociais, mas quero entender, avaliar e refletir como se dá a relação de cidadania em egressos do sistema prisional da cidade de Jaguarão, com um olhar especial para as egressas.

Penso que uma das ferramentas para se discutir a cidadania no cárcere é a justiça restaurativa cada vez mais voltada para a preservação dos Direitos Humanos do apenado, tornando possível a sua ressocialização. Para Rolim,

Vivemos, desta forma, um período onde a expressão histórica da luta pelos Direitos Humanos no Brasil encontra-se em cheque por uma mentira que, contrariando um conhecido dito popular, demonstra ter "pernas compridas". E, se Adorno tem razão ao afirmar que "a expressão do que é histórico nas coisas nada mais é do que a expressão de um tormento passado", então estamos em vias de consolidar o esquecimento da própria desolação experimentada por todos aqueles que, antes de nós, experimentaram a violação dos seus direitos mais elementares. Em outras palavras, vivemos uma época onde o mal se banalizou e onde já é possível, por decorrência, conviver com ele sem sobressaltos. (ROLIM, 2013)

A sociedade brasileira preocupa-se de maneira geral em encarcerar e retirar da sociedade o indivíduo que ocasionou desestrutura social, o encarcerando e após algum tempo devolvendo-o a sociedade. Considerando que a estrutura onde esse indivíduo foi encarcerado está literalmente falida, logicamente, tem-se que pensar que dentro dessa estrutura há a banalização do mal e a violação de direitos básicos e, por isso, quando sujeito for devolvido a sociedade não será de forma alguma um produto de ressocialização. Conforme Makke e Loeblein,

Em um âmbito geral, quando se estuda a população carcerária, seja ela feminina ou masculina, é impossível fugir da análise do fator que potencializou a imersão destes indivíduos no mundo do crime. Então se entra em um assunto muito complexo, pois a sociedade é um nicho de acontecimentos que convergem entre si, perfazendo consequências entre ações e reações, gerando desta forma um ciclo impetuoso e destrutivo. Dentro deste contexto está todo o conjunto de fatores negativos existentes na sociedade, como: desemprego, desigualdade social, dificuldades financeiras, fatores psicológicos e patológicos de cada indivíduo, promiscuidade, desvalorização da vida, ausência de coerção estatal, entre muitos outros. (MAKKI; LOEBLEIN, 2010).

Portanto, contextualizar a sociedade da maneira de como se dá o cárcere e como a sociedade o trata é de extrema importância para entender a reinserção social e a forma como essa estrutura foi colocada, preservada ou exercida em sua cidadania.

O vértice central deste trabalho está na importância social de compreender como a comunidade carcerária feminina do presídio Estadual de Jaguarão exerce sua cidadania e de que forma a acessa. Tendo em vista sua reinserção na comunidade, essa discussão evidencia a relevância que a cidadania tem na vida de cada indivíduo e de como a exerce, bem como as relações existentes entre as apenadas e a comunidade. Além de analisar como a comunidade carcerária feminina desse presídio compreende e entende o conceito de cidadania, observando em que contexto exerce essa cidadania, observa-se se existem incentivos por parte da direção do presídiodou da área de assistência social dessa casa para incentivar ou mediar essa cidadania e, o mais crucial, em que momento torna-se importante a cidadania para a preparação da ressocialização das apenadas do Presídio Estadual de Jaguarão (PEJ) na comunidade local.

Esses parâmetros são determinantes para reflexões acerca da qualidade do trabalho de reinserção das apenadas, ao convívio familiar e social. A compreensão de parte desse processo e seus principais problemas são fundamentais, para que as políticas públicas possam gerar ações mais consistentes visando dirimir aspectos que comprometem significativamente o propósito de ressocialização e reintegração social que possam enfatizar aqueles exemplos mais positivos de acordo com a realidade vivenciada.

É importante deixar claro que trato da cidadania como uma questão de acesso a direitos, cidadania em sua forma mais básica de constituição.

4.1 O feminino e o cárcere

Trabalhar com o feminino não é considerado uma tarefa fácil, ainda mais se a função está relacionada ao cárcere. Dar visibilidade ao que, cotidianamente, a sociedade escolhe por marginalizar é algo que merece um olhar diferenciado.

O cárcere feminino no Brasil desde seu início, enquanto instituição, teve por objetivo corrigir a conduta feminina, atos de rebeldia, histeria, suspeitas de bruxaria e paixões. No sul do Brasil, temos a exemplo o

presídio feminino Madre Pelletier, em Porto Alegre, que foi o primeiro presídio brasileiro destinado somente a mulheres, administrado e fundado por freiras por volta de 1937.

As prisões, em geral, eram mistas e muitas sem delimitações exclusivas para o feminino, acarretando em torturas, estupro e todo tipo de abusos. Conforme Queiroz,

O processo de criação deste piloto, porém, foi muito longe do ideal. Liderado pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, irmandade religiosa fundada em 1835 por Maria Eufrásia Pelletier, com sede em Angers (França), o presídio nasceu com o nome Instituto Feminino de Readaptação Social. Era uma casa destinada a criminosas, mas também a prostitutas, moradores de rua e mulheres “desajustadas”. E “desajustadas”, naquela época, podia significar uma série de coisas muito distantes do desajuste. Eram mandadas para lá, por exemplo, mulheres “metidas a ter opinião”, moças que se recusavam a casar com os pretendentes escolhidos pelos pais ou até “encalhadas” que, por falta de destreza nas tarefas do lar, tinham dificuldades em arrumar marido.

— Era um processo de “domesticação”. Eram mulheres que não cometiam crimes necessariamente, mas que deixavam maridos ou eram rejeitadas pela família — conta Maria José Diniz, assessora de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública do governo do Rio Grande do Sul. — Lá, as ensinavam a bordar, cozinhar e depois as mandavam de volta para a sociedade, para arrumar um bom partido para casar.

Quando as mulheres começaram a cometer crimes de verdade e ficou mais difícil manter a segurança, as freiras entregaram o presídio à Secretaria de Justiça, mas se mantiveram na direção por longos e obscuros anos. Durante a ditadura militar, em um pavilhão com quatro celas ao fundo da penitenciária, oculto por um matagal e uma gruta de Nossa Senhora de Fátima, esconderam presas políticas, que eram continuamente torturadas. O fato só foi descoberto em 2012, pelo Comitê de Memória e Verdade do Rio Grande do Sul, que coletou uma série de depoimentos e documentos. (QUEIROZ, 2015)

As mulheres ao longo do tempo tornaram-se severamente invisíveis nesses espaços, cabendo apenas a desenvolver mecanismos de sobrevivência. Um espaço deveras embrutecido pelo masculino, não estava preparado para dilemas femininos como a maternidade e a sexualidade.

Corpos complexos dentro de regras e poder masculinos, tornando de maneira mais dolorosa o cárcere. Para Butler,

Referir-se a “ontologia” nesse aspecto não significa reivindicar uma descrição de estruturas fundamentais do ser distintas de toda e qualquer organização social e política. Ao contrário, nenhum desses termos existe fora de sua organização e interpretação política. O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, as normas, as organizações sociais e políticas que se desenvolvam historicamente a fim de maximizar a precariedade para outros. (BUTLER, 2015).

É uma rotina de entregas e perdas que se colocam à disposição de um ser, um corpo de subserviência e docilidade, ciclo de abandonos e negligências acompanhados da violência em seu modo mais vil.

4.2 O cárcere feminino no PEJ (Presídio Estadual de Jaguarão)

O espaço físico da cela é reduzido e opera com sua capacidade máxima de três apenadas em regime fechado. A rotina oferecida é o trabalho (atualmente só na faxina do próprio presídio) e cultos evangélicos a cada 15 dias, também podem estudar e inscrever-se em cursos e programas como EJA, ENEM e PRONATEC, porém se algum detento da ala masculina estiver inscrito as detentas não poderão realizar a inscrição nesses programas.

4.3 As mulheres do PEJ (Presídio Estadual de Jaguarão)

O PEJ possui, ao total, 8 apenadas, 3 em regime fechado e 5 em regime semiaberto, tendo como delitos o tráfico de drogas, estupro e abuso sexual. As três apenadas do regime fechado tem como crime o abuso sexual, porém não possuem relatos de violência familiar nem doméstica e, sim desestrutura familiar e pobreza extrema. Todas são moradoras de periferia e com baixa ou nenhuma escolaridade, além disso são mulheres jovens e a maioria com renda informal, apenas uma trabalhava de forma

registrada. Todas moravam com seus companheiros e permitiram os abusos de forma consciente.

As cinco do regime semiaberto tinham como crime o tráfico de drogas e após cumprirem parte de sua pena em regime fechado passaram por uma avaliação para usarem tornozeleira eletrônica e ter concedida a prisão domiciliar, visando a superlotação do Presídio.

Um fato que chama a atenção é que ao contrário de outros presídios onde o abandono familiar é recorrente, no PEJ todas as apenadas recebem a visita de familiares e, até mesmo, seus companheiros ou namorados, sendo desaconselhado pela direção as visitas de companheiros em caso de crime sexual, no qual o parceiro também esteja envolvido.

5. Reinserção X Ressocialização

Ainda é um fator delicado para o âmbito jurídico brasileiro, a Constituição de 1988 puxar para o Estado e para a família a fase de readaptação do apenado, mas a prática é muito distante da realidade. O que temos, até o momento, é uma total incompetência do Estado em honrar efetivamente com o programa de reabilitação e, por conseguinte, reinseri-lo e ressocializá-lo.

REINSERÇÃO DO PRESO E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Recuperação, ressocialização, readaptação, reinserção, reeducação social, reabilitação de modo geral são sinônimos que dizem respeito ao conjunto de atributos que permitem ao indivíduo tornar-se útil a si mesmo, à sua família e a sociedade.

Em nosso código podemos encontrar no artigo primeiro da Lei de Execução Penal o seu objetivo:

“Art 1º- Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.”

De acordo com o artigo supramencionado percebe-se a dupla finalidade da execução penal qual seja, dar sentido e efetivação do que foi decidido criminalmente além de dar ao apenado condições efetivas para que ele consiga aderir novamente ao seio social e assim não cair nas antigas malhas do crime.

A reinserção social tem como objetivo a humanização da passagem do detento na instituição carcerária, procura dar uma orientação humanista colocando a pessoa que delinuiu como centro da reflexão científica.

De acordo com os juristas NERY e JÚNIOR (2006, p.164):

“Presos e direitos humanos. Tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social. Os valores humanos fulminam os enfoques segregacionistas. A ordem jurídica em vigor consagra o direito do preso ser transferido para local em que possua raízes, visando a indispensável assistência pelos familiares.”

As penas de prisão devem determinar nova finalidade, não adianta somente castigar o indivíduo, mas sim dar aos encarcerados, condições para que eles possam ser reintegrados à sociedade de maneira efetiva.

As ações que buscam trazer a idéia de ressocialização de apenados procuram reduzir os níveis de reincidência ajudando na conseqüente recuperação do detento através de medidas que auxiliem na sua educação, em sua capacitação profissional e na busca da conscientização psicológica e social.

A penitenciária tem enquanto objetivo a reabilitação e a ressocialização dos delinqüentes; esse resultado é buscado através de maneiras de retribuir o mal causado pelo apenado através da aplicação de uma pena, prevenindo novos delitos pelo temor que a penalização causará aos potencialmente criminosos, além de trazer a regeneração do apenado que deverá ser transformado e assim reintegrado à sociedade como cidadão produtivo.

O nosso sistema almeja com a pena privativa de liberdade proteger a sociedade e cuidar para que o condenado seja preparado para a reinserção.

O ordenamento jurídico brasileiro afasta o preso da sociedade com manutenção de ressocializá-lo, mas o que encontramos é uma situação diferente, como afirma Mirabete (2002, p.24):

“A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação.”

Sozinha a pena não consegue reintegrar o indivíduo apenado, se faz pertinente a junção de outros meios como a participação da própria família para que se consigam caminhar para resultados mais favoráveis a essa reintegração do preso à sociedade. (NETO; et al, 2009).

Em casos menores de detenção as ideias de reinserção são mais palpáveis, pois com um número menor de apenados torna-se mais acessível essa proposta. Saliento que falo em proposta, pois com um orçamento reduzido e o repasse mínimo de verbas públicas a realidade de casas maiores está cada vez mais severa.

Todavia, torna-se cada vez mais urgente a aplicação de programas que, de forma efetiva, possam contemplar o produto que é devolvido pós cárcere. Nesse contexto, a palavra produto pode causar estranheza, mas a utilizo de forma dura visando o atual sistema de encarceramento brasileiro em que o indivíduo sentenciado não pode ser reabilitado, devido a superlotação de celas, falta de espaço físico, falta de contingente e diversas outras faltas. O indivíduo que adentra o presídio não é o mesmo que sai, pois, lamentavelmente, passa por uma fase cruel e cada vez mais degenerativa. Segundo Foucault,

Lembremos um certo número de fatos. Nos códigos de 1808 e de 1810, e nas medidas que o seguiram ou se precederam imediatamente, o encarceramento nunca se confunde com a simples privação de liberdade. É ou deve ser em todo caso, um mecanismo diferenciado e finalizado. Diferenciado pois não deve ter a mesma forma, consoante se trate de um indiciado, ou um condenado, de um contraventor ou de um criminoso: cadeia, casa de correção, penitenciária devem em princípio corresponder mais ou menos a essas diferenças, e realizar um castigo não só graduado em intensidade mas diversificado em seus objetivos. Pois a prisão tem um fim apresentado. (FOUCAULT, 2002, p. 197).

Importante trabalharmos com o fim, de modo que dentro da instituição-prisão se possa ter uma resposta diferente e que de alguma maneira se possa humanizar esses corpos.

5.1 A ressocialização no PEJ

Atualmente, existe um projeto para preparar as presidiárias para voltar a comunidade, porém por falta de verbas, recursos e espaço físico, não está em vigor.

Essa ressocialização acaba sendo feita pelos próprios familiares em dias de visita e por todas serem oriundas de cidades pequenas, geralmente, a sua volta acaba não sendo muito traumática. Sendo assim, a reinserção ocorre por meio da ressocialização com os próprios familiares ao longo de sua passagem pelo presídio, ainda que de forma mais lenta.

6. Considerações finais

O acesso à cidadania carcerária feminina no presídio de Jaguarão, sem dúvidas, é muito presente e digna, visto que por ser um presídio pequeno e urbano o acesso é facilitado. Sabe-se que as dificuldades e problemas são visíveis como em qualquer casa prisional, por exemplo, a falta de repasse de verbas públicas, falta de espaço físico, falta de contingente, falta de manutenção no prédio, entre outros.

Contudo, mesmo com essa série de problemas é possível observar dignidade e humanidade entre essas mulheres, vejo isso como um primeiro passo a reabilitação. Também observei que a direção da instituição utiliza-se da rede pública para acesso à saúde básica, consultoria jurídica, confecção e retirada de documentos. Nessa perspectiva, sempre que possível, o apenado é levado até o local possibilitando o contato com a comunidade.

As mulheres têm acesso à exames de rotina como exames ginecológicos e de prevenção. Além disso, quando necessário, através da área de assistência social, são encaminhados benefícios e orientações de acesso a direitos (atualmente 1 detenta recebe o auxílio reclusão).

Não pretendo romantizar a situação, visto que isso não será motivo para tirar essas mulheres da margem de sua comunidade, nem as fará isentas das marcas do cárcere, mas em casas de detenção menores é possível, através desses mecanismos, colocar em prática a cidadania. No PEJ constatei que há estigmas com relação ao convívio social, além disso observei que na volta a comunidade há uma espécie de pacto do

esquecimento, sendo que as famílias relatam apenas a passagem pela instituição e não o crime dessas mulheres.

Essas informações foram coletadas com grande dificuldade, pois a burocracia enfrentada para ter acesso a qualquer tipo de entrevista com as apenadas é enorme e leva meses, tempo que reduziu o aprofundamento e desenvolvimento para a pesquisa.

A colaboração que obtive veio da Assistência Social e saliento que tive medo de contaminar a pesquisa ao escutar somente o lado da Direção do Presídio, mas em dias alternados conversei com familiares que aguardavam o momento de visitas e de certa forma fui confirmando os dados e informações relatadas pela direção do PEJ. Me apropriei dos mecanismos da História oral.

As mulheres do PEJ, embora que de forma ainda gradativa, ainda tem e preservam a raiz da humanidade.

Referências

- BOM, M. B. *Entre o Ideal e o Real: academia civil de jaguarão (1845-1870)*. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/files/2014/05/TCC-VERS%C3%83O-FINAL-29-01-20151.pdf>>. Acesso em: 08 jun 2017.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Rio Grande do Sul: Jaguarão*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431100>>. Acesso em: 01 jun 2017.

MAKKI, S. H.; LOEBLEIN, M. *Gênero e Criminalidade: um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil*. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8080>. Acesso em: 25 agost 2016.

NETO, M. V. F. et al. *A Ressocialização do Preso na Realidade Brasileira: perspectivas para as políticas públicas*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6301%3E>. Acesso em: 20 jun 2017.

PORTAL FÉRIAS. *Bem-vindo a Jaguarão!*. Disponível em: <<https://www.ferias.tur.br/cidade/7805/jaguarao-rs.html>>. Acesso em: 15 jul 2017.

QUEROZ,N. *Presos que Menstruam*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ROLIM, M. *Atualidade dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/marcosrolim/rolim.htm>>. Acesso em: 25agost2016.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SIQUEIRA, L. A.;LOPES, M. L. P. *Evolução Histórica dos Conceitos de Cidadania e Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Evolucao-Historica-dos-Conceitos-de-Cidadania-e-Direitos-Humanos.pdf>>. Acesso em: 02 jun 2017.

A tecnologia nos libertará? Política, trabalho e inovação no Brasil pós 1988 ¹

Jênifer de Brum Palmeiras ²

Introdução

Em tempos de mudanças e transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais, a história têm um relevante papel na dinâmica construção do futuro. Isso porque reúnem diferentes segmentos sociais, contribuindo com novas formulações, gerando oportunidades e, ainda, qualificando iniciativas de pesquisas. Com a intenção de colaborar com esse processo, construindo o debate teórico pelo viés econômico da política em relação ao trabalhador, pretende-se analisar o discurso da mídia em relação às soluções inovadoras e tecnológicas, contribuindo com a construção de resultados criativos, inteligentes e colaborativos para o enfrentamento de problemas concretos que afetam a cidadania brasileira, publicados para os empresários e nos informativos dos sindicatos. Sabe-se que mais da metade das 500 maiores empresas do mundo já trabalham com startups, estão criando e adotando inovação aberta “open innovation” ou aceleração empresarial que permitem atrair e absorver a criatividade de startups e novos conhecimentos (PERRY, 2014), e que competências das pessoas são exigidas para que consigam liderar nesse ambiente

¹ Este trabalho constitui uma versão parcial do capítulo I da tese de doutorado “A trajetória da Brahma em Passo Fundo/RS e seu impacto econômico e político (1947-1997).

² Doutoranda pelo Programa de pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), bolsista Prosc CAPES, jbrum@gmail.com.

interconectado, com diversas tecnologias à disposição e com uma nova geração ingressando no mercado de trabalho? (ARANHA, 2018). Um aumento de 10% no percentual da população adulta com grau superior (PPAS) de uma região, permitiu um crescimento de renda superior a 6% no período de 1980 a 2000 e um aumento no PIB metropolitano per capita de 22%. As regiões que entre 1970 e 2000 tinham mais de 10% de PPAS cresceram 72% e aquelas que tinham menos de 5% de PPAS, cresceram 37% (GLAESER, 2011). Segundo a CAPES e o CNPQ só em 2015 quase 50 mil cientistas saíram do Brasil para universidades estrangeiras, especialmente em Portugal, o número de estudantes brasileiros cresceu 540% desde 2005 (JORNAL O GLOBO, 2018).

O contexto contemporâneo evidencia que há, de um lado, um tensionamento social, um movimento mundial com base nas revoluções tecnológicas que favorecem o aumento da capacidade humana de desenvolvimento, de progresso, de melhoria da qualidade de vida e, por outro lado, as consequências decorrentes de um novo modelo de organização social e da lógica que o capital assume em diferentes países, que restringem as possibilidades da maioria da população de realizar sua humanidade (SILVA JÚNIOR, 2017). No Brasil há problemas face à reestruturação produtiva e aos efeitos e impactos da globalização nos diferentes setores econômicos, políticos e sociais, dentre os quais destacam-se os níveis de desemprego em alta, os quais contribuem para agravar as condições de vida do trabalhador.

Nesse cenário, todas as organizações são chamadas a rever seus papéis e finalidades, e as instituições de ensino exercem uma forte influência na economia, direta ou indiretamente, ficando mais claro o caráter estratégico da educação e da qualificação profissional para a economia das nações (ABRAMOWICZ, 2017). Existe uma pressão externa para que as universidades atendam às exigências dos cenários de mercado, com a necessidade de desencadear processos de reordenação e reestruturação que lhes permitam enfrentar as transformações externas, como também os impactos no próprio cotidiano institucional, ou seja, responder com

profundas mudanças curriculares, com a pesquisa inovadora, por isso torna-se necessário o exercício de um pensar através da história.

Este tema, ultimamente, tem sido ressurgente no pensamento burguês: em setembro de 2011, Farhad Manjoo da revista Slate escreveu uma longa série sobre “A Invasão dos Robôs”, e logo depois dois economistas do MIT publicaram *Race Against the Machine* (N.T. *Corrida Contra a Máquina*, em tradução literal), um e-book em que argumentavam que a automação estava ultrapassando rapidamente muitas das áreas que até recentemente serviram como os maiores motores de criação de emprego da economia capitalista. De fábricas totalmente automáticas a computadores que podem diagnosticar condições médicas, a robotização está ultrapassando não apenas a manufatura, mas também grande parte do setor de serviços (FRASE, 2016). Levada ao seu extremo lógico, essa dinâmica nos leva ao ponto em que a economia não exige trabalho humano nenhum. Isso não leva automaticamente ao fim do trabalho ou do trabalho assalariado, como tem sido incorretamente previsto repetidamente em resposta aos novos desenvolvimentos tecnológicos. Mas isso significa que as sociedades humanas enfrentarão cada vez mais a possibilidade de libertar as pessoas do trabalho involuntário. Se aproveitaremos essa oportunidade e como o faremos, depende de dois fatores principais, um material e outro social. A primeira questão é a escassez de recursos: a capacidade de encontrar fontes baratas de energia, extrair ou reciclar matérias-primas e, em geral, depender da capacidade da Terra de fornecer um alto padrão material de vida a todos. Uma sociedade que tem tanto a tecnologia de substituição do trabalho e recursos abundantes pode superar a escassez de maneira mais completa de uma forma que uma sociedade com apenas o primeiro elemento não pode. A segunda pergunta é política: que tipo de sociedade seremos? Uma em que todas as pessoas são tratadas como seres livres e iguais, com igual direito de participar da riqueza da sociedade? Ou uma ordem hierárquica em que uma elite domina e controla as massas e seu acesso aos recursos sociais?

Parafrazeando os críticos de Marx, retratando como uma utopia irremediavelmente improvável, que possível sociedade poderia ser tão produtiva que os seres humanos estariam totalmente liberados de ter que realizar algum tipo de trabalho involuntário e insatisfatório? No entanto, a promessa de uma automatização generalizada é a de que ela poderia decretar precisamente tal libertação, ou pelo menos se aproximar dela, se, isto é, nós encontrarmos uma maneira de lidar com a necessidade de gerar energia e garantir recursos.

O pressuposto da pesquisa é de que o discurso publicado pelas mídias é diferentemente percebido pelos empresários, pelas centrais sindicais, e pelo governo. Neste estudo, o problema de pesquisa é saber a partir dos dados públicos, vinculados ao Ministério da Economia e do Trabalho, atualmente, nas plataformas do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de trabalhadores a partir de 1988, após a abertura do capital estrangeiro, analisando as políticas liberais do governo Collor, Neoliberais do FHC, e os governos populistas, até 2018, a precarização do trabalho com vistas ao avanço tecnológico. Como objetivo geral, é identificar analisar os discursos das mídias em relação ao uso de tecnologias nos postos de trabalhos, em paralelo aos dados, como objetivos específicos: (a) selecionar e classificar os principais veículos de comunicação impressas a partir do ano de 1988; (b) analisar os indicadores para os dados de desemprego nas plataformas públicas específicas; (c) comparar os discursos das mídias com o desempenho dos indicadores, examinando sua capacidade de interferir no desemprego.

A proposta de estudo tem origem na experiência profissional da pesquisadora, e seu desenvolvimento constituiu, desde o primeiro momento, num desafio no âmbito dos trabalhos já realizados na área, pelo cunho polêmico em a catástrofe ecológica e a automação, parafrazeando Fraser, trata-se de ansiedades opostas diametralmente, é o medo da falta: falta de comida, falta de recursos, falta de espaço, coisas que ameaçam a sobrevivência humana e no outro, é o medo do excesso: a possibilidade de uma

economia totalmente automatizada de produzir tanto com tão pouco trabalho humano que os trabalhadores se tornem dispensáveis em sua grande maioria. Somado a esse conflito, ele insere um segundo conflito que, de algum modo, sobredetermina o primeiro: a política, ou, na clássica terminologia preferida pelo autor, a luta de classes. O resultado das duas “crises” depende da forma pela qual serão distribuídos os ônus e os bônus, a escassez e a abundância da sociedade futura, isto é, se será uma forma igualitária o fim da pré-história da luta de classes (e, consequentemente das castas e estamentos sociais) – ou uma forma hierárquica – o surgimento de uma violenta divisão social recalcada na contradição entre igualdade formal e desigualdade material que é constitutiva da modernidade capitalista? Em nível de ensino *stricto sensu*, pesquisa representa uma oportunidade de aprofundamento teórico, tendo em vista o que se insere nos objetivos da linha de pesquisa Política e Relações de Poder”. Nesta linha de pesquisa, privilegiam-se estudos concentra as pesquisas relacionadas às relações de poder, aos fenômenos das práticas políticas e da cultura política em seu âmbito regional, nacional, internacional e suas fronteiras. Em termos historiográficos, volta-se para o debate acerca da recuperação do político na História, incorporando novos conceitos, métodos e técnicas de pesquisa. Ainda serão estudadas as estruturas da política e relações de poder nos governos brasileiros desde a redemocratização na expectativa de encontrar elementos que tenham potencial de mobilizar esses a se posicionarem frente ao contexto atual, provocando uma possível ruptura com *maistream* dos estudos históricos sobre política, economia e tecnologia, trabalhando com as contradições em meio a relações de poder existentes.

Esta investigação se faz relevante pela contribuição metodológica que pode oferecer à discussão acadêmica em torno do tema, tão pouco explorado na área das ciências humanas com este viés. Outra contribuição é teórica e prática, referente ao (re)desenho do modelo de políticas numa tentativa de superação da burocracia plena, sendo essa empreendedora (MOTTA, 1976). Ao refletir sobre o modelo mais utilizado em organizações

tradicionais, emergem questionamentos, provocações e desafios que fazem parte do debate dos pesquisadores, como reconhecer que a postura. Ainda também se justifica pela necessidade de mais reflexão sobre a precarização do trabalho como consequência de uma gestão pública voltada aos interesses do mercado em detrimento às condições dos trabalhadores. Após um momento em que o Brasil passou por uma intensa positivação de direitos dos trabalhadores (décadas de 1930-1940) o conflito entre capital e trabalho tornou-se bastante evidente na década de 1980, especialmente mediante as greves do ABC paulista, culminando na década de 1990 em governos neoliberais que partiram para a retirada e flexibilização de direitos sociais como forma de agradar ao mercado. O aumento do desemprego e, principalmente, das pessoas em condição de desalento leva a inferir que tais políticas, somadas ao desenvolvimento tecnológico, não cumpriram com suas promessas teóricas de gerar mais postos de emprego e reduzir os trabalhos tidos como mais perigosos, insalubres ou degradantes, fato que pretende-se explorar no decorrer da pesquisa.

A pesquisa proposta, na maioria das referências encontradas, está sendo discutido na área das Ciências Sociais Aplicadas, revelando ser um tema no qual os pesquisadores da História têm dado pouca atenção. A pesquisa também apresenta relevância teórica, pois abre espaço para o debate sobre qual teoria pode ser usada para estruturar novas questões que podem constituir-se em objeto de pesquisas futuras. Nesse sentido, é possível apontar, por exemplo, a relevância de se discutir os aspectos quando se trata de um objeto de investigação complexo como são as políticas públicas, tecnologia e desemprego.

No contexto brasileiro, por questões de formação sócio-histórica, o Estado ocupa lugar central no desenvolvimento da sociedade e da economia e a sociedade civil, parece não ter amadurecido ao ponto de perceber a complexidade inerente a tecnologia e o desemprego, compreendendo, as elites políticas nacionais, mesmo as ditas de centro-esquerda, privilegiam os interesses dos empresários, diminuindo custos, facilitando a aquisição de maquinários (meios de produção) sem correspondência no que diz

respeito à uma maior segurança dos trabalhadores em seus empregos ou melhores condições de trabalho.

Referencial teórico

Segundo René Rémond a renovação da história política foi feita à luz das especificidades históricas de um tempo, tempo esse caracterizado pelo aumento das atribuições do estado e pelo desenvolvimento das políticas públicas demonstrando que a história política não se resumia ao Estado e suas instituições, mas que abrangia as massas e demais organizações da sociedade civil, ou seja, o Estado não é mais o fator determinante da histórica política mas um elemento entre várias facetas que atualmente compõem a histórica política. Apesar do crescente avanço em estudos das estruturas, a literatura levanta preocupações quanto as limitações de tal abordagem de pesquisa (FRASE, 2016; KURZ, 1992; STREECK, 2014; THOMPSON, 1980). Com base em um levantamento realizado no Banco de Tese e Dissertações da Capes, percebe-se poucos estudos sobre o tema publicados no período 2000-2018 que identificam, quantitativamente, política, trabalho, e tecnologia, a exceção de 156 teses que falam especificamente de trabalho e mão de obra escrava no desenvolvimento da sociedade anterior ao século XX.

O estudo está sendo orientado pelo método dedutivo (GIL, 2016), que pressupõe que o referencial teórico existente dos assuntos correlatos disponíveis serve de base para as considerações finais, configura-se numa pesquisa social aplicada desenvolvida no nível descritivo, orientada pela estratégia estudo de casos múltiplos, com abordagem quali-quantitativa dos dados. Na fase de organização e tratamento dos dados será utilizado o software IBM SPSS Statistics Base 22.0 e o princípio multiplicativo da análise combinatória (TAVARES, SALVADOR, VIOLA, 2017), e análise de conteúdo de Bardin para os dados qualitativos. Para tabulação dos dados gerados, serão digitadas e a partir disso, identificada a relevância. O universo de estudo e a amostra será determinada a partir do estrato de relevância para a viabilidade e robustez da pesquisa.

O estudo será desenvolvido em fases que contemplarão a complexidade e particularidade das publicações nas mídias e dados das plataformas públicas. A aproximação do campo se dará por meio da pesquisa documental (Fase 1), seguido da realização análise das fontes (Fase 2). A pesquisa atende ao quesito de obter de resultados para a construção do tema inédito e relevante que contribua para o avanço do conhecimento histórico, suas limitações, diz respeito ao domínio da historiografia sobre o tema; indicação de corpus documental significativo; e comprovação do domínio teórico-metodológico pertinente.

Em um país com as relações trabalhistas e sindicais fortemente controladas pelo estado, reflexo da lógica de Getúlio Vargas, criador da Lei da Sindicalização (1931) e da CLT³ (1943), a criação de sindicatos aumenta todos os anos. De acordo com o Ministério do Trabalho, há neste momento no Brasil um total de 16.431 sindicatos, sendo 11.257 de trabalhadores e 5174 de empregadores, fora as confederações, federações e centrais sindicais. Esse excessivo volume de sindicatos é sustentado pela “contribuição” (imposto) sindical, recolhida obrigatoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de abril de cada ano. Somente em 2016, os sindicatos receberam 3,5 bilhões de reais retirados compulsoriamente de trabalhadores e empregadores. O número de sindicatos saiu tanto do controle que há casos esdrúxulos como o “Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de São Paulo”, o “Sindicato das Indústrias de Camisas para Homens e Roupas Brancas de Confeção e Chapéus de Senhoras do Município do Rio de Janeiro” e o “Sindicato da Indústria de Guarda Chuvas e Bengalas de São Paulo”, posteriormente fechado por falta de associados. A planilha⁴ com a relação de todos os 16.906 sindicatos ativos do Brasil, elaborada pelo Ministério do Trabalho antes da extinção da pasta, para responder à Lei de Acesso à Informação (LAI), mostra que metade deles não está alinhado às centrais sindicais. São 8.204

³ Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-lei 5452/43 | Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943

⁴ Cartas Sindicais concedidas de 2015 a 2018 - Pedido 46800001048201858 <http://www.consultae-sic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0ce9cf8fe&ID=675067&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3befRAE>

entidades que, na base de dados do governo federal, aparecem nesta condição (48,5% do total). Infelizmente não é possível saber quantos trabalhadores fazem parte de cada sindicato, pois a coluna em que esta informação deveria constar aparece em branco. Mas é possível saber quantos sindicatos estão filiados a cada central: 2.354 estão ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), 14% do total. Em segundo lugar está a Força Sindical, com 1708 (10,1%), seguida pela UGT – União Geral dos Trabalhadores (1.290, 7,6%), NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores (1.152, 6,8%), CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros (869, 5,14%), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (801, 4,7%), CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (172, 1%), Conlutas – Central Sindical e Popular (100, 0,59%) e outras 10 centrais, com menos de 99 sindicatos associados. A base de dados levanta dúvidas sobre a qualidade da coleta dos dados pelo antigo Ministério do Trabalho, uma vez que os 16.906 sindicatos estão divididos em 10.588 categorias diferentes. Desta forma, é impossível, via Lei de Acesso à Informação, dimensionar a organização de determinada categoria profissional no país. Os vigilantes, por exemplo, aparecem em 73 categorias diferentes. Operários aparecem em 9, mas referências a “Indústria” surgem em 3.000 das categorias listadas. Apesar do grande número de sindicatos existentes, novas entidades não param de ser abertas em todo o país. Noutra resposta à LAI, o governo federal diz ter concedido registro a 100 sindicatos em 2018, 383 em 2017, 495 em 2016 e 298 em 2015.

A taxa atual de desemprego no Brasil ficou em 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro de 2019, atingindo 13,1 milhões de pessoas, segundo divulgou nesta sexta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa mais 892 mil pessoas desocupadas no país. O resultado ficou abaixo da mediana de 12,5% do intervalo de expectativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast e acima do piso das previsões, de 12,3%. O teto do intervalo era a 12,6%. Em igual período de 2018, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 12,6%. No trimestre até janeiro de 2019, o resultado ficou em 12%. A

renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.285 no trimestre encerrado em fevereiro. O resultado representa alta de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação à taxa de subutilização, trabalhadores que poderiam estar trabalhando mais horas, o índice chegou a 24,6%, ou 27,9 milhões de pessoas. Esse foi o maior número da série histórica do IBGE, desde 2012. Em relação ao trimestre anterior, houve uma alta de 901 mil pessoas subutilizadas. No comparativo com o mesmo período de 2018, o crescimento foi de 2,9%, ou 795 mil pessoas.

Historiorizando os sindicatos

Existe uma vasta literatura sobre a origem e o desenvolvimento da estrutura sindical no Brasil, com antigos e novos autores descrevendo uma longa sequência de eventos, ocorridos desde o início da década de 1930. Todos os autores afirmam que tal estrutura era um componente crucial de um tipo específico de Estado, que costumava lidar com os conflitos econômicos, sociais e políticos de uma maneira corporativa e autoritária⁵

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 8º o direito à livre associação profissional ou sindical, desde que observados alguns requisitos, como por exemplo a proibição de interferência ou intervenção do Poder Público na organização sindical. Outro exemplo é a não obrigação de nenhum profissional a filiar-se ou se manter filiado no sindicato de sua categoria. Um outro princípio aplicado à estrutura dos sindicatos brasileiros é a unicidade sindical. Ela determina que só pode existir uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, em uma mesma base territorial. A base territorial fica a critério dos trabalhadores (no caso dos sindicatos profissionais) ou empregadores (nos sindicatos patronais) interessados, mas não pode ser inferior à área de um município. O sistema sindical brasileiro possui uma

⁵ Entre os antigos autores dessa literatura, é possível mencionar Abramo (1986), Maroni (1982), Martins (1989), Paoli (1985), Rodrigues (1979), Sader (1988), Simão (1966), Telles (1985) e Vianna (1976). Além disso, entre os autores novos, é possível nomear Boito Júnior e Marcelino (2010); Cardoso (1999; 2003; 2010); Druck (2006); Junckes (2010); Ladosky (2009); Ramalho (2014); Rodrigues (2015) e Rodrigues (1999).

organização bastante segmentada, sendo dividido em diversos níveis hierárquicos com funções que vão desde a proteção dos trabalhadores até a promoção dos setores econômicos do país. Essa hierarquia se divide em Sindicatos, federações, Confederações Nacionais e Centrais Sindicais. Os sindicatos protegem os direitos dos trabalhadores de uma categoria, negociando diretamente com os empregadores. Seus interesses dizem respeito sobretudo a defesa de direitos e negociação salarial; As Federações são associações criadas para defender interesses comuns aos sindicatos que as compõem. Elas podem ser regionais ou nacionais e só podem ser criadas se reunirem o mínimo de cinco sindicatos de um mesmo setor; Já as Confederações Nacionais constituem entidade formada pela reunião de pelo menos três Federações que representem um mesmo segmento. Seu papel vai desde a atuação em articulações políticas até a criação de projetos que promovam o desenvolvimento da sua área de atuação. Exemplos são a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC); Por último, existem ainda as Centrais Sindicais, com atuação similar à das Federações, mas representando os interesses de Sindicatos de diferentes segmentos. Outros pontos do sistema sindical é a diferença entre os sindicatos patronais e sindicatos profissionais. O primeiro é uma associação representante da categoria econômica, ou seja, das empresas e dos empregadores. Já o sindicato profissional representa os interesses dos trabalhadores de determinada categoria profissional.

O papel político dos sindicatos

Atualmente, o Brasil conta com 16.517 entidades sindicais com cadastro ativo no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais. Desse total, 11.327 são sindicatos profissionais, enquanto os outros 5.190 são sindicatos patronais. No Reino Unido, por exemplo, o número total de sindicatos é de 168, enquanto na Argentina existem 100.

Com tantos sindicatos no Brasil, é difícil não pensar no papel que essas representações desempenham em todos os âmbitos da sociedade.

Ainda que sua principal atribuição seja representar seus associados nos mais diversos interesses trabalhistas, a atuação dos sindicatos não se limita a isso. Além dos interesses coletivos no âmbito profissional, as entidades sindicais também se preocupam com a condição social dos trabalhadores enquanto cidadãos, direcionando parte do seu trabalho também para questões extra profissionais. Depois de passar a maior parte dos anos 1990 enfraquecido, com poucas mobilizações sociais, o movimento sindical voltou a crescer a partir dos anos 2000, especialmente a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2007 e 2010. Especialistas apontam inúmeros fatores para essa retomada de crescimento, como a conjuntura econômica favorável e a boa interlocução com o governo federal. Apesar dos motivos, não se pode negar que os sindicatos retomaram parte da importância política que possuíam em períodos anteriores. Para os líderes do movimento sindical, o maior número de greves, paralisações, conquistas salariais e abertura de espaços institucionais mostra como o movimento tem recuperado o protagonismo de tempos passados, como no período do regime militar. Concorda com isso o cientista político e consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, que afirma que o sindicalismo brasileiro tem adotado pautas amplas, como a luta pela mudança da política econômica e a campanha por mais recursos para a educação. Mas nem todos os especialistas pensam da mesma forma. Para o pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), José Dari Krein, ainda que o sindicalismo tenha crescido em número de mobilizações como greves e passeatas, sua importância não se efetivou em pautas mais gerais. Para o especialista, o movimento sindical brasileiro tem mais força para vetar certas medidas, principalmente em função da sua interlocução com o governo, do que poder para impor uma agenda propositiva ao país. Nas palavras de Krein, “Os sindicatos obtiveram conquistas concretas, mas suas mobilizações gerais foram tímidas. Não conseguem mobilizar a sociedade e o Congresso Nacional. Não têm a capacidade de pautar uma agenda mais favorável ao trabalhador, mesmo

com um governo mais próximo. Isso é uma evidência da perda de protagonismo”. Nos debates atuais, por exemplo, o papel do sindicato tem aparecido frequentemente em meio às discussões sobre a reforma trabalhista. Os sindicatos se financiam em grande parte com a chamada contribuição sindical (ou imposto sindical). Criada na década de 1940, ela consiste em uma contribuição obrigatória a todos os empregados sindicalizados e também aos que não são associados, já que estes também fazem parte de uma categoria profissional. Trata-se de uma contribuição equivalente a um dia do trabalho, descontado da folha de pagamento no mês de março. Também contribuem os empregadores, com alíquotas entre 0,02% e 0,8% do capital social da empresa. A contribuição sindical gera grande polêmica pelo fato de ser obrigatória. Até mesmo alguns sindicatos profissionais são a favor de sua extinção. O secretário da Força Sindical, Sérgio Leite, estimou que o imposto financia cerca de 50% das despesas de um sindicato médio, ou até 80% de sindicatos médios. Um outro tema bastante polêmico é a realização de uma reforma para modernizar os sindicatos. A reforma sindical entrou na agenda governamental durante a gestão do presidente Lula como uma proposta para modernizar a estrutura sindical em funcionamento desde 1931, após o Decreto 19.770 de Getúlio Vargas. Contudo, ainda que a proposta de reforma esteja em debate há tanto tempo, poucos avanços foram feitos em relação a ela. A necessidade de uma reforma sindical é defendida por especialistas com diferentes posições ideológicas. O que muda entre as diferentes opiniões é a forma com que esta reforma deve ser feita. Para o professor de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP, Otávio Pinto e Silva, a realização de uma reforma trabalhista sem antes uma reforma sindical pode trazer a precarização do trabalho. Isto porque as atuais falhas de representatividade dos sindicatos, que nem sempre estão efetivamente organizados, pode fazer com que negociações coletivas sejam feitas sem que a base de trabalhadores seja realmente ouvida. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes também defende a realização de uma reforma sindical antes da reforma trabalhista. Para ele, não há

dúvidas de que a estrutura sindical brasileira precisa ser revista para que os sindicatos no país sejam realmente representativos. Ele destaca que metade dos sindicatos existentes no Brasil nunca firmou sequer uma convenção coletiva. Boa parte dos especialistas defende que a unicidade sindical limita a pluralidade de sindicatos e prejudica a representatividade. Ainda assim, é preciso pensar como o fim da unicidade seria benéfico em um país que já apresenta um grande número de sindicatos. Considerando-se todos os atributos herdados da estrutura sindical que se mantiveram mesmo após a Constituição de 1988, há uma pergunta: estão os sindicatos aptos a desempenhar esses papéis, permitindo a ampliação de uma regulação mais contratual de trabalho, capaz de fomentar o bem-estar dos trabalhadores no futuro próximo, médio e remoto? (CAMPOS,2016). Os dados apresentados na sequência deste trabalho não trazem qualquer resposta, mas permitem alargar o escopo desta pergunta e, ao mesmo tempo, refiná-lo. De acordo com o cenário desenhado com o auxílio de alguns dados inéditos, hoje em dia, há milhares de sindicatos no Brasil, mas muitos deles com parcas condições de promover novas formas de regulação do trabalho. Pudemos observar no artigo desenvolvido que a partir do momento que homem envolve se numa relação de trabalho, onde de um lado há um trabalhador que oferece a sua força de trabalho e de outro lado há uma pessoa física ou jurídica que absorve essa força na forma de recurso humano. Para essa relação que desde a era primitiva é conturbada face ao poder exagerado daquele que detém o poder de mando quer seja pelo privilégio da liderança do grupo ou fácil acesso ao recurso econômico. Desde que a revolução industrial reuniu os trabalhadores em volta da máquina arrebatando-os do trabalho artesanal, os mesmos se deram conta de que com o trabalho mecanizado era possível produzir um volume maior de produtos e serviços, mas também, constataram diversos problemas e necessidades comuns. Na defesa de interesses surgem as primeiras formas de organizações sindicais que visam acima de tudo a defesa de uma determinada coletividade. O modelo de sindicato desenvolvido no mundo, ao longo de toda a história recebe influências dos regimes capitalista,

socialista, comunista, traduzindo-se por correntes anarquistas, reformistas, cristã, corporativista, comunista. No Brasil as primeiras formas de organização dos operários brasileiros, a exemplo das sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam a auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis foram sucedidas pelas Uniões Operárias, que, com o advento da indústria, passaram a se organizarem por ramos de atividades, dando origem aos sindicatos. A revolução de 1930, no Brasil, marcou a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrializante. A partir de então, foram constantes as transformações a que ficaram sujeitas as instituições de representação de classes trabalhadoras na busca de defender os interesses de uma sociedade cada vez mais exigente e ciente de seus direitos. Um ponto importante de se lembrar é a proposta do Projeto de Lei 5.483, de 2001, que propunha a alteração do art. 577 a 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que tratam do enquadramento sindical. Esse projeto estabelecia que as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevaleceriam sobre o disposto em lei, desde que não contrariassem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde no trabalho. Esse projeto teve sua tramitação interrompida em razão de aprovação, no Senado Federal, da Mensagem nº 78, de 2003, encaminhada pela Presidência da República, e que no atual governo, foi solicitada sua retirada (DIAS, 2012). Vale lembrar que continua em discussão em diversos seguimentos a tão esperada reforma sindical que se almeja acima de tudo a Liberdade Sindical, um exemplo disso é o Seminário de Liberdade Sindical que será promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho de 25 a 27 de Abril de 2012, onde se pretende analisar alguns dos principais aspectos do sistema sindical brasileiro como: unicidade sindical, fontes de custeio, direito de greve e negociação coletiva no serviço público, proteção contra condutas anti-sindicais à luz das diretrizes e experiências internacionais sobre liberdade sindical, de modo a contribuir para a consolidação dos valores democráticos universais em nosso país. Em suma, apesar de seu número elevado (quase onze mil), os sindicatos enfrentam problemas na sua

organização e, provavelmente, em sua ação hoje em dia. E, como outra parte da literatura indica, para resolver esses problemas, talvez seja importante transformar a estrutura como um todo, alterando alguns dos seus aspectos históricos, a fim de obter sindicatos mais representativos e atuantes. Entre esses aspectos, talvez seja relevante modificar o custeio compulsório dos sindicatos, bem como a exclusividade de sua organização em um território local. De acordo com diversos autores, a combinação de ambos os mecanismos é um dos motivos por trás do aumento no número de sindicatos no Brasil, ano após ano, devido a disputas envolvendo os recursos financeiros da contribuição obrigatória. Outro aspecto que talvez possa ser modificado é o mandato para a negociação coletiva, que é atualmente o monopólio dos sindicatos stricto sensu, com todos os problemas resultantes

disso, incluindo-se restritos e frágeis acordos coletivos. Na verdade, não parece fazer qualquer sentido evitar que outras entidades agregadas (como as centrais sindicais) tenham mandato para negociar acordos coletivos mais amplos e robustos. Um aspecto adicional que talvez possa ser modificado é a possibilidade de organização e mobilização dentro das empresas por meio de delegados sindicais, comissões de trabalhadores e outras maneiras. Historicamente, este é um assunto polêmico no Brasil, especialmente em meio aos empregadores, porém, é um tema crucial para debate, pois ele pode favorecer a negociação de acordos coletivos mais detalhados e adaptados às demandas dos trabalhadores nas empresas.

Referências

- ADORNO, T., HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- ABRAMO, L. *O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo*. 1986. Dissertação(Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ALMEIDA, G. R. de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. *Revista Katálisis*, v. 10, n. 1, p. 54-64, 2007.

- BARROS, A. M. *Curso de direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr Editora, 2006.
- BOITO JÚNIOR, A. et al. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- BADIOU, A. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: USP, 2008
- BRASIL. *Ministério do Trabalho e Emprego*. Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES. Base compilada pelo MTE (Versão de 2015). Brasília: CNES/MTE, 2015.
- CAMPOS, A. G. *Dilemas do trabalho: sindicatos no Brasil hoje*. In: KREIN, J. D. et al.(Org.). *Regulação do trabalho e instituições públicas*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. v. 1. p. 87-122.
- CAMPOS, A. G. *Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- DIAS, C. A. *A história das organizações sindicais*. 2012. Disponível: <http://www.arcos.org.br/artigos/a-historia-das-organizacoes-sindicais/>
- FALCON, F. *História e Poder*. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p. 61-91.
- FRASE, P. *Four futures: life after capitalism*. London: Verso Books, 2016.
- JULLIARD, J. *A política*. In: LE GOFF, J. e NORA, P (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 33
- RÉMOND, R. *Do político*. In RÉMOND, R.(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 441-454.

SANTOS, J. B. R. Por uma história do político. *Varia hist.*, Belo Horizonte v. 28, n. 47, p. 445-448, June 2012

STRECK, W. "How will capitalism end?". *New Left Review*, 87 (1), p. 35-64.2014.

THOMPSON, P. E. "Notes on exterminism, the last stage of civilization". *New Left Review*, 121 (1), 1980.

Reconquista peninsular e experiências religiosas em Castela e Leão, Século XIII

*Léo Araújo Lacerda*¹

Introdução

No século XIII, a Península Ibérica encontrava-se em uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que os intercâmbios culturais tinham projeção na elaboração de obras do *Scriptorium* régio; os conflitos cujo pretexto imediato baseava-se na necessidade de retomada de uma terra perdida por esse “Outro” diferenciado em função das crenças religiosas ganhava espaço. Frequentemente também os líderes religiosos pertenciam a famílias políticas e a religião/devoção era utilizada como arsenal propagandístico da Reconquista. Nesse cenário de amálgama entre religião e política faz-se necessário apontar alguns aspectos contemplados por este breve estudo. Primeiro, destacar que o processo de Reconquista territorial e o enfrentamento bélico implicado se desenvolveu através de diferentes etapas, cada uma com suas especificidades. Ressalta-se aquela que se inicia em meados do século XI estendendo-se até a segunda metade do século XIII (ÁLVAREZ PALENZUELA, 2014). Todavia, devido à dificuldade de abarcar no artigo todo o período, enfatiza-se, desse modo, o recorte cronológico concernente ao reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel), bolsista CAPES, lacerdsleo@gmail.com.

Tal delimitação destaca um momento de fermentação cultural e amplificação das tensões étnico-religiosas, ainda que a este dado momento histórico, costuma-se considerar, Castela e Leão, bem como o restante da Península Ibérica um particular exemplo de “cultura de tolerância”, destoando das demais partes deste ocidente latino. Contudo, um dos elementos centrais desses conflitos, assenta-se no multifacetado universo religioso, que englobou a judeus, cristãos e muçulmanos, e, por trás, desses confrontos entre as mencionadas comunidades religiosas sobressaem interesses politicamente orientados dos cristãos neste espaço geográfico considerado².

Conforme Jacques Le Goff (1990) havia advertido sobre o posicionamento da história política e a sua centralidade no fazer historiográfico, entendendo que se antes, com a velha história política, a estrutura de sustentação, isto é, a espinha dorsal da reflexão histórica era dada, agora uma nova situação a esta estaria colocada: dar conta de estabelecer um diálogo com diferentes âmbitos/domínios historiográficos tendo em vista a pluri-disciplinaridade característica dos novos tempos. Dessa forma, Le Goff (1990) destacou a necessidade de sepultar a velha história política, por se constituir uma pseudo-história, uma história de meias medidas, em consonância a ele Lucien Febvre também caracteriza tal abordagem: “[...] um tipo de história que ‘faz poucas perguntas’. Muito poucas. Demasiado poucas” (FEBVRE *apud* LE GOFF, 1990, p. 228). Após anos de relativo abandono, a nova história política ressurgida, e retomada por medievalistas como DUBY e Le Goff ainda caberia respeitável proeminência no campo histórico, ainda que não sendo a espinha dorsal, seria o núcleo balizador de toda e qualquer reflexão neste campo.

Neste sentido, observa Miguel Ángel Ladero Quesada que a história política é fundamental para a explicação dos processos históricos, “[...] o apelo ao político é tão fundamental para explicar o processo histórico quanto são aqueles que se referem a fundamentos econômicos, estruturas

² A professora Nina Caputo ofertou em 2016 na Universidade da Califórnia uma disciplina que privilegiava os aspectos políticos e religiosos *Religion and Politics in Medieval Spain*. Aceso o plano de ensino: <http://sites.clas.ufl.edu/history/wp-content/blogs.dir/7/files/2012/12/Caputo-EUH4930.pdf>. Acesso em 11 dez. 2019.

sociais ou valores culturais, porque estão indissociavelmente misturados com todos eles” (LADERO QUESADA, 2000, p. 477)³.

Dessa forma, o presente artigo objetivamente destina-se a buscar compreender como se deu o relacionamento político com as minorias religiosas no século XIII a partir da normatização das relações sociais. Nessa época, o reino de Castela e Leão era um próspero reino que encabeçava o processo de Reconquista já em estágio bastante avançado.

2 O curso da Reconquista Peninsular

A rapidez no processo de islamização das tribos árabes, superficialmente islamizadas, a migração e conquista acelerada da Península Ibérica a partir de 711 com a vitória na batalha de Guadalete das forças dos árabes-berberes contra as tropas do último rei visigodo Roderico foram aceitas sem muito pesar pela população local, conforme aponta Nogueira (2001) indicando que não existia para tais sujeitos uma perda significativa:

Nenhum comentário existe – ou sobreviveu – do lado dos derrotados. Ao contrário das invasões bárbaras que provocaram um grande número de lamentações, pela perda do Império nas mãos bárbaras, parece que ninguém lamentou o fim do Reino Visigótico. Sinal aparentemente claro, de que não havia uma **perda** a ser carpida. (NOGUEIRA, 2001, p. 277)

Contudo, na batalha de Cavadonga em 722, configurou o começo da Reconquista, na primeira vitória dos cristãos contra as forças muçulmanas, liderada por um nobre descendente da dinastia visigoda chamado Pelágio, no Reino das Astúrias.

Segundo Philippe Conrad o emprego do termo Reconquista aparece somente no século XVI para designar um fenômeno cujos inícios remontam ao século VIII:

³ “Lo cierto es que la historia política ha recuperado su papel, por una parte, reivindicando la función narrativa y explicativa en tomo al hilo del tiempo y, por otra, mostrando cómo la apelación a lo político es tan fundamental para explicar el proceso histórico como lo son las que se refieren a los fundamentos económicos, a las estructuras sociales o a los valores culturales, pues está indisolublemente mezclada con todos ellos, aunque conserve una perspectiva específica, donde prima la observación de lo concreto, incluso de lo irrepitible, como punto de partida de la explicación.”

Não foi até o século XVI, no contexto muito particular da guerra entre os Habsburgos e o inimigo otomano, que o uso do termo Reconquista se espalhou para designar a luta que, desde o início do século VIII até o fim do século XV, permitiu que os reinos cristãos ibéricos eliminassem os estados muçulmanos estabelecidos após a conquista árabe-berbere. (CONRAD, 2000, s.p.)⁴

Para Connie Scarborough “[...] não foi primariamente uma batalha de religiões, mas sim de controle de territórios e tributos. Havia laços muito tangíveis e relações complicadas entre os governantes muçulmanos na Espanha, aqueles no norte da África e os governantes cristãos” (SCARBOROUGH, 2009, s.p)⁵.

Porém, esse duplo processo de retomada de terras e reassentamento (“re población” para a historiografia espanhola) foi celebrado por Sanchez Albornoz enquanto mito, entendido como uma espécie de milagre, pontilhado de heroísmo forjando um sentimento nacional comum:

A Reconquista, nosso grande empreendimento medieval, uma reação normal à invasão islâmica traiçoeira da Espanha; O milagre da Reconquista, marcado por incrível heroísmo, não apenas forjou nosso caráter nacional, mas também nos permitiu alcançar nossas façanhas americanas onde conquistamos o Novo Mundo, para a Espanha, para a civilização ocidental e, acima de tudo, para Cristo. A Reconquista nos transformou na espada de Giotto na terra, contra turcos e hereges. A Reconquista é a chave da história espanhola. (SANCHEZ-ALBORNOZ *apud* BOSSONG, 2009, s.p.)

Neste sentido, a leitura de Ríos Saloma contribui significativamente para compreender os desenvolvimentos que o conceito Reconquista apresentou entre os séculos XV e XX, destacando, sobretudo, os usos políticos

⁴ Original: “Ce n'est qu'au XVIe siècle, dans le contexte bien particulier de la guerre qui oppose les Habsbourg à l'ennemi ottoman, que se répand l'usage du terme Reconquista pour désigner la lutte qui, du début du VIIIe à la fin du XVe siècle, a permis aux royaumes chrétiens ibériques d'éliminer les États musulmans établis au lendemain de la conquête arabo-berbère”. **La Reconquista dans l'histoire ibérique**: Philippe Conrad. Acessado em 29 dez. 2019. Disponível em https://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/la_reconquista_dans_l_histoire_iberique.asp

⁵ Original: “was not primarily a battle of religions, but rather of control of territories and tributes. There were very tangible ties and complicated relationships between the Muslim rulers in Spain, those in Northern Africa and the Christian rulers”. In: **Poetry and Politics in Medieval Spain**. Acessado 28 dez. 2019. Disponível em <https://www.uc.edu/profiles/profile.asp?id=9657>

e historiográficos que em cada momento o mobilizaram. Dessa forma, aponta que “[...] o mito da “perda e restauração de Espanha” era utilizado [...] para apoiar a construção de um sentimento de identidade coletiva baseada no ‘etno-patriotismo’” (RÍOS SALOMA, 2011, p. 52)⁶.

O progresso das conquistas árabes só foi interrompido com a perda da batalha de Roncesvales, atualmente parte de Navarra, em 778, e consequente vitória dos francos coordenada pelo conde Rolando, sobrinho de Carlos Magno⁷. Contudo, os sarracenos que são apontados no corpus da canção, elaborada três séculos após o evento, provavelmente não fossem os muçulmanos, mas oriundos das populações bascas⁸.

Somente a partir do século XI a Reconquista seria essencialmente uma guerra religiosa, influencia do fenômeno das Cruzadas, já que antes disso o curso da guerra deixava pouco espaço para a atuação da Igreja visto que “[...] seu objetivo era o restabelecimento da antiga soberania visigótica, seus heróis eram os reis que se diziam oriundos dela” (FLORI, 2013, p. 280). Heróis da Reconquista como Pelayo, descendente do último rei visigodo Roderico; Rodrigo Diaz de Vivar (El Cid Campeador), e Santiago tornam-se centrais nesse processo de associação do cristianismo a luta contra os mouros, decorrendo disso a santificação dos mártires guerreiros.

A descoberta do túmulo do apóstolo Tiago ocorreu entre 820-30 com o encontro de um cemitério romano tardio em que se observou devoção a um túmulo específico. O santuário de Santiago em Compostela (do latim *compostum*, isto é, pequeno cemitério) na região Galiza tornou-se proeminente centro de peregrinação de toda a Europa, não se limitando as fronteiras peninsulares. No século XII, são atribuídas características de um cavaleiro cruzado ao apóstolo Tiago⁹, visto e venerado como um matador resultando

⁶ Original: “[...] el mito de la “perdida y restauración de España” era utilizado en esta ocasión para apoyar la construcción de un sentimiento de identidad colectiva basada en el ‘etno-patriotismo’”.

⁷ Essa batalha foi eternizada na obra *A canção de Rolando*, no século XI.

⁸ “[...] tem sido local de descanso de peregrinos católicos que percorrem o Caminho de Santiago, uma vez que é o primeiro local de descanso após cruzar os Pirenéus Franceses. Todos os anos milhares de peregrinos começam o seu caminho até Santiago de Compostela em Roncesvales, numa distância de 756 km”. **Roncesvales**: Wikipédia. Acessado em 28 dez. 2019. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Roncesvales>

⁹ “Os nomes Tiago e Jaime derivam indirectamente do latim *Iacobus*, por sua vez uma latinização do nome hebraico *Ya'akov* (aportuguesado em “Jacó”) e da sua associação *Sanctus Iacopus*. Com o decorrer do tempo, o nome evoluiu em

disto a expressão “Santiago Matamoros”. Entre 1080 e 1140 é elaborado o conjunto de livros de São Tiago, em cinco tomos - *Liber Sancti Jacob ou Codex Calixtinus* - que constituem uma importante ferramenta para a compreensão do fenômeno da veneração e da peregrinação no medievo¹⁰.

Tendo em vista as influências europeias presentes em Castela e Leão, reino que liderou o processo de Reconquista, e a necessidade de proteção papal, algumas reivindicações foram realizadas pelo papado: a adoção definitiva do ritual cristão e abandono do ritual moçárabe que remontava aos visigodos e a aceitação da soberania papal já reconhecida pelo reino vizinho de Aragão. Porém, Alfonso VI permaneceu controlando as eleições dos bispos da *ecclesia* em seus territórios. Ainda que tenha se declarado imperador das duas religiões, constavam entre as pretensões desse monarca a unificação religiosa e política de toda a Hispânia.

No século XI, segundo Jean Flori, observou-se a ocorrência de uma mutação nas relações entre o Cristianismo e o Islã visível na transformação da mentalidade da guerra e na atitude da Igreja. O referido autor também destaca que semelhante processo de reconquista não era uma particularidade ibérica, mas que se estendia pelo ocidente latino desde o sul da França, sul da Itália, Sicília e até na África¹¹.

A Reconquista na Espanha medieval não deve ser entendida como uma Cruzada devido a não ocorrência estrita das características particulares dessa “forma específica de peregrinação armada” (TÜRKCCELİK, 2003, p. 27). O surgimento das ordens militares de Calatrava, Alcântara e Santiago dialogam com o fenômeno das Cruzadas. “Calatrava surgiu como

diversas direções [...]: manteve-se Jakob em alemão e noutras línguas nórdicas, James em inglês, Giacomo em italiano e Jacques em francês. Na Península Ibérica, há diferenças substanciais: Tornou-se Jaume ou Jaime (formas correntes no catalão). Jácome é adaptação antiga do italiano Giacomme, que subsiste como apelido pouco comum na Galiza e em Portugal. Há quem pense que o nome Iago/Yago é a forma patrimonial das línguas do centro e ocidente da Península Ibérica, mas isto é falso. A únicas formas patrimoniais em castelhano, que já aparecem registadas no *Cantar del Mio Cid*,[2] são Yaguo e Yagüe, ambas com evolução fonética normal a partir do acusativo e do vocativo, respectivamente. **Santiago Maior**. Acessado em 27 dez. 2019. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Santiago_Maior

¹⁰ Para mais informações leia: RUCQUOI, Adeline. O caminho de Santiago: a criação de um itinerário. **Signum - Revista da ABREM/Associação Brasileira de Estudos Medievais**: n. 9, 2007, p. 95-120.

¹¹ “A Espanha não era o único teatro de operações militares e reconquista das terras cristãs consideradas perdidas “por causa dos pecados” e por isso invadidas pelos muçulmanos. A mesma luta sacralizada ocorria no sul da França, no sul da Itália, na Sicília, nas ilhas e até na África” (FLORI, 2013, p. 293)

resultado do fracasso dos Templários em resistir à incursão árabe” (TÜRKÇELİK, 2003, p. 29). Os conflitos bélicos contra muçulmanos receberam o apoio papal e a concessão de privilégios espirituais, encarada, sobretudo, como uma guerra santa:

[...] continuavam atribuindo valor superior à expedição a Jerusalém. Pascoal II, em várias ocasiões, lembraria que a luta contra os mouros na península seria acompanhada dos mesmos privilégios espirituais que acompanhariam a cruzada, chegando até a proibir os bispos e os príncipes espanhóis de participar dessa enquanto a ameaça sarracena pesasse sobre suas terras (FLORI, 2013, p. 293)

No século XII com o fim do Califado de Córdoba a reconquista avança com “[...] a captura de Toledo em 1085 por Alfonso VI de Castela, a de Valência em 1094 pelo Cid Campeador, finalmente a de Huesca em 1096 por Sancho Ramirez de Aragão parecem anunciar uma vitória rápida e definitiva dos ‘cruzados da Espanha’” (CONRAD, 2000, s.p., trad. nossa).

Ao longo do século XIII visto como a principal etapa da Reconquista percebeu-se o auge do empreendimento e também um período de estagnação, entre outras conquistas “[...] Jacó I de Aragão entrou em campo contra Maiorca e conquistou a ilha em 1231. Lutou contra o Reino de Valência a partir de 1232 e o subjugou em 1253. Fernando III. Castela foi vitoriosa em 1230 em Badajoz, 1231 em Jerez, 1236 em Córdoba e 1248 em Sevilha” (2019)¹². No final deste século, as fronteiras territoriais passam a caracterizar os limites da ação do poder real, assumindo, por sua vez, a noção de soberania e de Estado (LADERO QUESADA, 1998).

¹² Ver original: “Die wichtigste Phase der Reconquista setzte 1229 nach der erneuten Proklamation eines Kreuzzugs ein. Jacob I. von Aragon zog gegen Mallorca ins Feld und eroberte die Insel 1231. Gegen das Königreich Valencia kämpfte er ab 1232 und unterwarf es 1253. Ferdinand III. von Kastilien zeigte sich 1230 in Badajoz, 1231 in Jerez, 1236 in Cordoba und 1248 in Sevilla siegreich. Die islamische Berberdynastie der Meriniden strebte allerdings Rückeroberungen in Spanien an und ließ Truppen aufmarschieren. Die Mission scheiterte letztlich aufgrund innermuslimischer Konflikte, verlangsamte die Reconquista jedoch zugleich”. **Die Kreuzzüge in Spanien**. Acessado em 27 dez. 2019. Disponível em <https://www.leben-im-mittelalter.net/geschichte-des-mittelalters/hochmittelalter/die-kreuzzuege/kreuzzuege-spanien.html>

Nesse sentido, Richard Fletcher (2006) atribui a questões essencialmente terrestres e prosaicas as intenções subjacentes a empreendimento de reconquista, assim:

[...] os impulsos que propeliram essa expansão foram previsivelmente terrestres: pressão demográfica, fome de terra, demandas de uma nobreza predatória, avanços na tecnologia militar, apetites por ovelhas e bovinos transeuntes. No entanto, os propagandistas clericais das elites reais e aristocráticas que dirigiram e lucraram com a expansão chegaram a apresentá-la sob uma luz diferente e mais respeitável. Assim, surgiu a noção de Reconquista, a Reconquista: uma luta patriótica sagrada para arrancar o poder de mãos estrangeiras e restaurar a dominação cristã” (FLETCHER, 2006, p. 6-7)¹³

Para Jean Flori, aproximando-se das considerações de Fletcher, não foram as questões religiosas responsáveis pela mobilização de esforços humanos em tal empreendimento de Reconquista, mas aspectos políticos e econômicos [...] as operações militares tinham sobretudo objetivos políticos e econômicos e assumiam essencialmente o cunho de conflitos de vizinhança, nos quais os interesses materiais se mostravam preponderantes” (FLORI, 2013, p. 279). Dentre os motivos específicos, Flori cita a conquista de novas terras, a submissão do adversário muçulmano e aquisição de valiosos espólios de guerra, bem como taxaço de tributos aos novos súditos (FLORI, 2013).

3 Experiências Religiosas: intercâmbios e conflitos

O espaço geográfico que hoje conhecemos como um Estado-nação inexistia no período medieval, porém se tornou habitual o uso da expressão “Espanha medieval” como se observa no título de publicações de renomados medievalistas especializados na temática. Tal designativo não

¹³ Ver original: “[...] The impulses which propelled this expansion were predictably earthy ones: demographic pressure, land-hunger, the demands of a predatory nobility, advances in military technology, the appetites of transhumant sheep and cattle. However, the clerical propagandists of the royal and aristocratic elites which directed and profited from the expansion came to present it in a different and more respectable light. Thus there emerged the notion of the *Reconquista*, the Reconquest: a sacred patriotic struggle to wrest power from alien hands and restore Christian domination” (FLETCHER, 2006, p. 6-7)

pretende indicar uma realidade política unificada, mas um universo geográfico pulverizado em estruturas político-administrativas menores, isto é, uma Espanha dos cinco reinos cristãos e também a Espanha muçulmana. O que não impede que atualmente como resquício de tal fragmentação hajam variados movimentos de cunho separatista, como no País Vasco e na Catalunha.

Durante a Idade Média foi característico dessa “Espanha medieval” a coexistência nem sempre harmônica de três grupos étnico-religiosos e três religiões monoteístas: o cristianismo, o judaísmo e o islamismo. Cada qual considerava a si mesma como a fé verdadeira. Por algum tempo falou-se da vigência de uma “Cultura de Tolerância” o que está longe de ser efetivamente algo certo, mesmo que os estudiosos apontem as nuances do sentido particular do conceito de “tolerância” nas variadas “Idades Médias”, sabe-se que os conflitos afloravam frequentemente e a ordenação jurídica revela a complexidade do relacionamento social nesta pluricultural e multiétnica sociedade.

Para García Fitz, professor de História da Universidade da Extremadura, a tolerância na Espanha islâmica é apenas um mito multicultural atraente, uma saída para integrar imigrantes de outras culturas, sentenciando “[...] uma sociedade de três culturas diferentes, que se respeitam mutuamente, é um mito ou um lugar-comum que não corresponde à realidade histórica.” (GARCÍA FITZ, 2006, s.p., trad. nossa)¹⁴. Tal romantização não é própria do ocidente, já que semelhante processo é observado no Oriente em que esse momento é visto como uma “Era de Ouro”, sendo a Alhambra visitada frequentemente por turistas ocidentais, marroquinos e árabes.

Outros termos foram utilizados no sentido de referenciar tal circunstância geográfica no medievo e relacionava-se com a pertença a uma determinada comunidade religiosa. Os cristãos frequentemente

¹⁴ Original: “[...] Doch diese Vorstellung einer Gesellschaft dreier verschiedener, sich gegenseitig respektierender Kulturen ist ein Mythos oder ein Gemeinplatz, der nicht der historischen Realität entspricht.” **Auf dem Weg zum Dihad**. Francisco García Fitz, 1 jan. 2006, Die Welt. Acessado em 26 dez. 2019. Disponível em <https://www.welt.de/print-welt/article220620/Auf-dem-Weg-zum-Dihad.html>

chamavam-na de Hispânia, enquanto que os mouros, muçulmanos habitantes da Península Ibérica, denominavam-na Andaluzia, isto é, terra dos vândalos – atualmente o termo indica apenas o sul da Espanha, último reduto de ocupação muçulmana; por fim, o terceiro uso, Sefarad, liga-se ao grupo étnico-social judaico que embora pouco expressivo numericamente, sua ocupação do solo ibérico remontava aos tempos em que o Império Romano do Ocidente reinava e dava unidade a Europa. Contudo, embora muitas vezes as influências destes dois povos, hebreus e muçulmanos, tenham sido negadas na constituição de uma identidade espanhola, em diversos aspectos receberam contribuições culturais desses, por exemplo, “[...] Das áreas onde se falava árabe, eles trouxeram para Castela certas modulações de voz, um certo repertório de sons e um modo de pensa estranho aos costumes linguísticos da Península” (RUBINSTEIN, 1993, p. 41).

Na Andaluzia, a convivência assentava-se em práticas que asseguravam as desvantagens sociais cujos reflexos se faziam presentes no cotidiano na diferenciação do Outro, que, neste caso particular, constituíam uma categoria específica: os *dhimis*, que recebiam proteção ao na legislação tributária com a taxação de duros impostos a judeus e cristãos e proibições de caráter religioso que visam a expressão pública da religiosidade, tais como tocar os sinos das igrejas, realizar procissões públicas e edificar novas igrejas, entre outros dispositivos que versam sobre as vestimentas¹⁵.

Estamos inclinados a observar conforme a pesquisa de Robert Ian Moore (1989) destacou a constituição de uma sociedade de perseguição contra grupos e crenças religiosas minoritárias e desviantes¹⁶. Nossas

¹⁵ “[...] para o século XII, está documentado que cristãos e judeus precisavam usar cinto, o chamado "zunnar", enquanto os judeus na cidade islâmica de Granada eram obrigados a usar boné amarelo ou outra identificação amarela e roupas especiais. Qualquer subordinação de um muçulmano a um cristão ou judeu era proibida, assim como cristãos e judeus não tinham permissão para assumir quaisquer sinais de uma posição mais alta, como carregar armas ou andar a cavalo. Casamentos entre homens muçulmanos e mulheres cristãs eram permitidos, mas os filhos dessa conexão eram considerados muçulmanos. Por outro lado, o casamento entre um cristão e uma muçulmana era proibido.” (GARCÍA FITZ, 2006, s.p., tradução minha)

¹⁶ MOORE, R. I. **La formación de una sociedad repressora: poder y dissidência em la Europa occidental, 950-1250**. Editorial Crítica: Barcelona, 1989.

análises privilegiam o meio social castelhano-leonês no século XIII, época em que reinara Afonso X, o Sábio, entre 1252-1284. Esperava-se que o monarca continuasse com o processo de Reconquista peninsular retomando as terras muçulmanas e repovoando-as, contudo, tal momento histórico é caracterizado pela estagnação desse empreendimento, alguns autores inclusive mencionam como o fim da Reconquista (GARCÍA TURZA, 2011)¹⁷. Contudo, tal empreendimento se efetiva apenas com a Conquista do emirado de Granada, governado pela dinastia nasrida, em 1492, que incluía algumas importantes cidades como Málaga, Almería e Marbella. Paradoxalmente em 1492 quando os judeus sefarditas são expulsos dos domínios dos reis católicos - Fernando de Aragão e Isabel de Castela - Cristoforo Colombo, um navegante genovês a serviço da coroa de Espanha, financiado com dinheiro judeu chegou às terras que mais tarde ficariam conhecidas como “Novo Mundo”, o continente americano.

Frequentemente, enfatiza-se o desenvolvimento cultural e intelectual promovido através da colaboração desses grupos étnico-culturais diversos e a produção de obras que continuam sendo objeto de interesse habitualmente renovado por pesquisadores. Robert I. Burns ressalta o papel de legislador que Alfonso X tivera, comparando-o a Justiniano e Napoleão Bonaparte, foi “[...] o maior presente do monarca para a posteridade, superando suas contribuições científicas, seu trabalho em arte e música e sua herança literária e linguística” (BURNS, 2002, p. 46). Ressalta a ampla abrangência que as Siete Partidas tiveram, ainda que só tivessem validade jurídica a partir do século XIV, “[...] se espalhou mais tarde com o império espanhol em expansão, enraizando-se na América Latina, nas Filipinas e de maneiras surpreendentes até nos Estados Unidos” (BURNS, 2002).

Outros tratados legais sobressaem desse grande conjunto de produções afonsinas como o Fuero Real (1255) e o Espéculo (1255-1260), obra

¹⁷ Nesse sentido aponta García Turza: “Durante el siglo XIII se puede considerar que la Reconquista ha terminado. A partir de ese momento sólo quedará en manos muçulmanas el reino de Granada, cuya ocupación militar no interesaba, ya que el rey, vasallo del de Castilla y equiparado de este modo a cualquier otro noble castellano, pagaba mensualmente importantes cantidades de oro” (GARCÍA TURZA, p.477). **Auf dem Weg zum Djihad**. Francisco García Fitz, 1 jan. 2006, Die Welt. Acessado em 26 dez. 2019. Disponível em <https://www.welt.de/print-welt/article220620/Auf-dem-Weg-zum-Djihad.html>

tanto doutrinal quanto jurídica¹⁸. Neles percebe-se a tentativa de ordenar o cotidiano de judeus e muçulmanos a partir de uma série de sanções e limitações, incluindo-se, por extensão, a necessidade de diferenciar socialmente tais grupos étnico-sociais. O convívio entre sujeitos tão diversos afetou todos os aspectos da vida social castelhano-leonês, e, de certo, todo o *modus vivendi* peninsular. A segregação, normatização, marginalização e diferenciação social resultam de uma série de tentativas de assimilação cultural através da conversão aos valores teológicos cristãos¹⁹.

Dessa forma, decorrem de um projeto político-social de centralização e unificação fomentado pelos monarcas que visava à imposição do cristianismo como fé hegemônica. Segundo Kleine “[...] as realizações culturais do Rei Sábio não apenas constituíram um dos elementos do seu projeto político, mas também forneceram a base teórica legitimadora de tal projeto” (KLEINE, 2005, p. 232).

No século XIII predominava uma superioridade demográfica de judeus e muçulmanos nos reinos hispano-cristãos. Dessa forma, o uso do termo “minoría” para se referir a estes sujeitos diz respeito à situação de fragilidade que o exercício de suas crenças implicava tendo em vista a atuação do cristianismo dominante, religião oficial do Reino. A distância da tradição religiosa islâmica era mais acentuada que as diferenças entre os rituais judaicos e daqueles utilizados no cristianismo, como observa brilhantemente Michelina Restaino, isso teria sido um dos fatores que contribuíram para o recrudescimento das tensões religiosas e a sistemática rejeição do islã (2018):

[...] o dia de culto cristão era domingo, enquanto o judeu era sexta-feira; Os católicos são batizados na Igreja no nascimento e depois confirmados na época da puberdade, enquanto os judeus realizam uma cerimônia de nomeação no nascimento e um *Bar/Bat Mitzvah* para inaugurar a vida adulta. As principais festas do cristianismo, do Natal e da Páscoa coincidem mais ou menos com as festas

¹⁸ Outras informações sobre o Espéculo podem ser acessadas no seguinte verbete: AFONSO X. **Espéculo**. Toledo: 1255 e 1260. Acessado em 29 dez. 2019. Disponível em <https://umahistoriadapeninsula.com/especulo/>

¹⁹ É necessário diferenciar concepção teológica de religião da prática que efetivamente se esboça na liturgia e no cotidiano.

judaicas de Hanucá e Páscoa. As férias de inverno têm finalidades muito diferentes, mas as da primavera estão intimamente relacionadas. Por outro lado, feriados e práticas islâmicas eram mais estranhos para os cristãos do que para judeus. Os dias sagrados para os muçulmanos são centrados no mês do Ramadã, o nono mês do ano. O uso islâmico do calendário lunar significa que, de ano para ano, a estação deste mês sagrado, um período de jejum do nascer ao pôr do sol, muda. Termina com o *Eid al-Fitr*, um período de um a três dias de oração e caridade, celebrando o fim do jejum e a comunidade. O segundo grande feriado islâmico anual é o *Eid al-Adha*, a festa do sacrifício, comemorando a disposição de Abraão de sacrificar seu filho Isaac por obediência a Deus. Está no décimo segundo mês do calendário islâmico. Nem judeus nem cristãos têm práticas comparáveis a essas tradições. (RESTAINO, 2018, p. 6, trad. nossa)²⁰

Leonardo Fortes (2011) entende que a tolerância era, sobretudo, política e dificilmente religiosa. Nesse sentido, escreve “[...] nos parâmetros medievais, tolerância significava aceitar o outro pelo viés da subordinação. Portanto, era muito mais uma posição política, que Alfonso soube capitalizar em sua órbita de poder.” (FORTES, 2011, p. 290). Também destacou que o ideal de conversão fomentado pela corte afonsina se dava através do uso do convencimento (*persuasio*) e não pela administração da força (*coercitio*). Seguindo tal lógica, pode-se observar a legislação como um modo particular de ação política que pretendia, em realidade, criar situações propícias para atrair novos conversos através da marginalização e de restrições sociais a indivíduos judeus e muçulmanos.

No início do artigo sobre os mudéjares, Joseph O’Callaghan apresenta um panorama das obras e estudos desenvolvidos acerca do tema mudejarrismo, apontando recentes publicações sobre a temática de autores como

²⁰ Conferir original: “[...] the Christian day of worship was Sunday, while the Jewish was Friday; Catholics are baptized into the Church at birth then Confirmed around the time of puberty, while Jews have a naming ceremony at birth then a Bar/Bat Mitzvah to usher in adulthood. The major holidays in Christianity, Christmas and Easter, more or less coincide with the Jewish holidays of Hanukkah and Passover. The winter holidays have very different purposes, but the spring ones are closely related. On the other hand, Islamic holidays and practices were more foreign to Christians than Jewish ones. The holy days for Muslims are centered on the month of Ramadan, the ninth month of the year. The Islamic use of the lunar calendar means that from year to year the season of this holy month, a period of fasting from sunrise to sunset, changes. It ends with Eid al-Fitr, a one- to three-day period of prayer and charity celebrating both the end of the fast and the community. The second major annual Islamic holiday is Eid al-Adha, the feast of sacrifice, commemorating Abraham’s willingness to sacrifice his son Isaac out of obedience to God. It falls in the twelfth month of the Islamic calendar. Neither Jews nor Christians have practices comparable to these traditions.”

Miguel Ladero Quesada, Juan Torres Fontes e Manuel Gonzales Jimenez. Contudo, destacou conjuntamente a ausência de um estudo sobre os muçulmanos em Portugal (O'CALLAGHAN, 1990).

Quadro 1. Algumas tipologias sociais

| GRUPO ÉTNICO-RELIGIOSO | CARACTERÍSTICAS |
|------------------------|--|
| MUDEJÁRES | Muçulmano residente no Reino de Castela e Leão. Podiam ser livres, escravos e libertos. Segundo O'Callaghan (1990) o termo deriva de <i>almudajjan</i> , que significava, por sua vez, "aqueles que podem permanecer". |
| SEFARDITAS | Judeu habitante da Sepharad (Península Ibérica). Eram todos livres em Castela. |
| CRISTÃOS | Grupo social hegemônico em Castela e Leão. |

As *Cantigas de Santa Maria*, segunda metade do século XIII, também fornecem um excepcional conjunto narrativo sobre o complexo relacionamento entre os membros das três culturas em contextos cotidianos. Para Mariani (2019) as cantigas em que se operam situações de marginalização são ressaltados aspectos físicos dos grupos étnicos de forma bastante pejorativa, como mecanismo de exercício da alteridade. Ainda que ambos grupos vivenciem contextos de marginalização social, não vivenciam do mesmo modo. Os elementos religiosos pesam na marginalização de judeus enquanto que a respeito dos mouros os traços étnicos externos fenotípicos ou artificiais são determinantes na sua constituição em oposição aos cristãos castelhanos. Mariani compreende na longa duração histórica, percebendo ecos na contemporaneidade como “[...] os traços apontados em uma tentativa de diminuir as virtudes do outro são os mesmos utilizados hoje de maneira geral para as populações afrodescendentes independentemente de sua religião” (MARIANI, 2019, p. 123).

As distinções entre as comunidades primeiro apareceram de forma oral e posteriormente se configurou juridicamente (FOLLADOR, 2009, p. 116). O *Fuero Real* e as *Siete Partidas* apresentam indícios que apontam para essa tentativa de diferenciar os sujeitos étnica e religiosamente diversos da sociedade como forma de evitar a mestiçagem, isto é, o relacionamento intergrupos.

Considerações Finais

As discussões apresentadas fornecem instrumentos e reflexões que permitem balizar nossas considerações acerca do relacionamento entre mouros, judeus e cristãos e nos permitem enfatizar a relevância do elemento religioso na constituição das identidades e alteridades, assim como ressaltar os aspectos políticos implicados. Diferentemente delas que se destinam a mapear um processo de criação de imagens e formulação de identidades/alteridades em relação a um ou outro grupo específico, objetivamos ressaltar as disputas e conflitos religiosos e identitários a partir da realidade cotidiana de sujeitos oriundos das três culturas já mencionadas ou daquilo que as fontes que dispomos nos permitem compreender dessa realidade cotidiana durante o reinado de Alfonso X (1252-1284), momento em que há um “processo político de centralização” que impregna toda sua produção escrita e que, na prática, acaba sendo limitado pela nobreza castelhana conservadora.

Portanto, entende-se que a política de diferenciação social e marginalização das experiências religiosas de judeus e muçulmanos são desdobramentos do processo histórico de expansão territorial e religiosa dos reinos hispano-cristãos e, visavam, sobretudo, estimular a conversão desses sujeitos ao cristianismo peninsular. A concepção de tolerância vigente relacionava-se mais aos aspectos políticos e não religiosos, isto é, não implicava respeito pela religiosidade alheia nem se pressupunha igualdade jurídica. Ressaltamos que tais considerações são as observações preliminares de uma pesquisa de mestrado e, portanto, serão futuramente melhor analisadas.

Referências

- ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. El componente cruzado de la Reconquista. In: ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz et al. (ed.). *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder*. Santander: editorial de la Universidad de Cantabria, 2014, p. 59-70.

- BURNS, Robert I. Jews and Moors in the Siete Partidas of Alfonso X the Learned: a Background Perspective. *Medieval Spain*: p. 46-62.
- CARDAILLAC, Louis (Org.). *Toledo, séculos XII-XIII: muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- FLETCHER, Richard. *Moorish Spain*. Berkeley/Los Angeles: University California Press, 2006.
- FLORI, Jean. Guerra Santa e Reconquista cristã depois do ano 1000. In: Id. *Guerra Santa: formação da ideia de Cruzada no Ocidente cristão*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p. 267-304.
- FONTES, Leonardo Augusto Silva. *Às margens da Cristandade: os moros d'España à época de Alfonso X*. Dissertação de Mestrado. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011, 320 p.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen. *A construção da imagem do converso: Castela e Aragão (séculos XIV-XV)*. Dissertação de Mestrado. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009, 164p.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Auf dem Weg zum Djihad*: 1 jan. 2006, Die Welt. Acessado em 26 dez. 2019. Disponível em <https://www.welt.de/print-welt/article220620/Auf-dem-Weg-zum-Djihad.html>
- GARCÍA TURZA, J. El final de la Reconquista. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A. (coord.). *Historia de España de La Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2011.
- KLEINE, Marina. *El rey que es fermosura de Espanna: imagens do poder real na obra de Alfonso X, o Sábio (1221-1284)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 248 p.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Historia institucional y política de la Península Ibérica en la Edad Media. La investigación en la década de los 90. *En la España Medieval*: v. 23, 2000, p. 441-481.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Reconquista y definiciones de frontera. *Revista da Faculdade de Letras/UCM*: n. 15, v.1, 1998, p. 655-691.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: Id. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: edições 70, 1990, p. 215-236.

MARIANI, Ricardo. *Mouros e judeus nas Cantigas de Santa Maria*: inclusão, marginalização e exclusão no projeto político cultural alfonsino. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019, 130p.

O'CALLAGHAN, Joseph F. The Mudejars of Castile and Portugal in the Twelfth and Thirteenth centuries. In: POWELL, James M. *Muslims Under Latin Ruler, 1100-1300*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1990.

RESTAINO, Michelina. *The 1492 Jewish Expulsion from Spain: How Identity Politics and Economics Converged*. S/I: Georgia Southern University/University Honors Program Theses, 2018.

RÍOS SALOMA, M. F. Usos políticos e historiográficos del concepto de Reconquista. *Anales de la Universidad de Alicante*. Historia Medieval: n. 17, 2011, p. 41-65.

RUBINSTEIN, Zipora. *Shem Tov de Carrión: um elo entre três culturas*. São Paulo: Edusp, 1993.

TÜRKCCELİK, Evrim. *Muslim and Jewish "otherness" in the Spanish Nation*. Building process throughout the Reconquista (1212-1614). Çankaya/Ankara, Turquia: Middle East Technical University, 2003.

A trajetória de José Vecchio: um militante sindical

*Leonardo Silva Amaral*¹

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar em linhas gerais apontamentos teóricos e fontes, além das discussões propostas para o desenvolvimento do trabalho sobre a trajetória de José Vecchio. Tendo por base esses pontos é relevante destacar a importância das movimentações políticas e sindicais na vida de Vecchio fazem parte de momentos de transformações dentro da sociedade, abarcando questões políticas e sociais, sendo dessa forma significativo observar onde o contexto influencia sua trajetória e o oposto respectivamente, sendo necessário apontar sua real relevância dentro da historiografia.

Sendo assim, é importante analisar o que faz da trajetória desse indivíduo um fato significativo para compreender as articulações existentes no período em questão. O contexto em que está situado as vivências de José Vecchio se passam a partir dos últimos anos de Primeira República, tendo grande desdobramentos ao logo do Governo Provisório² chegando à instalação do Estado Novo em 1937. É notável ressaltar que ao longo dos anos

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel), amaral-leonardo10@gmail.com.

² Período que compreende os anos de 1930 à 1934, onde Getúlio Vargas com apoio dos tenentes chega ao poder, se colocando como um governo autoritário. Ver mais em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.

de 1940 e 1950 as movimentações políticas e partidárias se elevam colocando o personagem em questão a grandes relações com importantes figuras desse momento, tendo grande contribuição para cargos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e posteriormente ainda sob regime militar sendo vereador pela Câmara Municipal de Porto Alegre.

É interessante ressaltar que as ações sindicais e políticas que fizeram parte das vivências de José Vecchio se desenrolaram a partir de Porto Alegre, porém se estenderam a várias regiões do estado do Rio Grande do Sul, e a partir de seus contatos com vários nomes a nível nacional, o fazem ser parte integrante de uma relação de articulações políticas. Suas relações com nomes como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, entre outros, ajudam a entender seus posicionamentos políticos e ideais, bem como perceber sua posição de militante sindical dentro do meio político.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa usaremos como fonte a entrevista de José Vecchio dada ao CPDOC/FGV em 1983, traçando um paralelo com as bibliografias disponíveis, levantando as questões a partir dessa análise para perceber ainda que preliminarmente as relações de Vecchio com os contextos em questão, bem como contatos com alguns importantes indivíduos

Considerações sobre sociedade brasileira e gaúcha pré e pós Estado Novo

É importante ter como ponto de partida as modificações ocorridas ao longo da trajetória do sujeito em questão. José Vecchio nasceu em 1909 na cidade de Porto Alegre, filho de italianos, sua família é advinda da imigração para o Brasil. Nesse período a partir de seu nascimento o país vivia um momento de políticas republicanas, com sua economia centrada quase que em sua totalidade na agricultura.

É preciso ressaltar que a cultura cafeeira era a principal produto exportador brasileiro, essa política tinha a região sudeste do país como os

principais agentes, com isso, é importante destacar o Rio Grande do Sul visto que esse território havia se destacado por sua forte produção de charque, diferente de outros Estados do país, porém com o fim do tráfico negreiro essa fabricação foi gradativamente caindo, e tendo um papel subsidiário frente ao desenvolvimento dos Estados do cafeicultores em torno dos primeiros anos do século XX³, ainda que a economia se mantivesse no plano rural, não havia mais o poder econômico anterior, dessa forma vários outros alimentos advindos do campo começaram a ser exportados.

Ainda que o Rio Grande do Sul mantivesse com suas bases voltadas a exportação de produtos agrícolas, assim como no restante do país as ondas migratórias tiveram um grande ponte de ampliação urbana, é importante ressaltar que o fim do século XIX⁴ com o fim do tráfico de escravizados, em meados de 1850 já começaram o fluxo de grupos vindos de outros países chegando no Brasil, em sua maioria foram atraídos por possibilidade de emprego nas lavouras, muitos acabaram se expandindo para as cidades aumentando assim os diversos tipos de comércio e outras formas de estabelecimento de indústrias. Como apontado anteriormente a família de Vecchio fez parte de uma dessas imigrações para o Brasil, especialmente se localizando na cidade de Porto Alegre, capital do Estado.

É importante ter esse ponto de partida para entender de forma breve algumas situações ocorridas dentro da economia e coma grande vinda de imigrantes para o país e principalmente ao Estado. Porém é necessário destacar a questão política em si, importante frisar que apontamentos aqui citados buscam verificar em concomitante com a trajetória de José Vecchio.

O período Republicano teve duas grandes lideranças do Partido Republicano (PRR) no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, o segundo nome esta relacionado diretamente com Vecchio, pois governou o Estado no período em que eles estava em seus primeiros

³ Ver mais HERRLEIN JR., Ronaldo. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: Uma nova Interpretação*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 175-207, jan./jun. 2004.

⁴ PETRONE, Maria Thereza Shorer. *O imigrante e a Pequena Propriedade*. Ed. Brasiliense, 1984.

passos, inclusive em alguns trechos da sua entrevista ao CPDOC, apontando que seu pai sempre foi contrário aos ideais políticos de Borges de Medeiros, e relata sobre como essa figura agia: “Porque no tempo do dr. Borges de Medeiros, a gente tinha muito pouca coisa. E havia muita judiaria, não é? A brigada matava gente a porrete... Era muita violência, ele era um homem terrível.”⁵.

Tendo por base esse registro de Vecchio, pois nessa mesma passagem ele afirma que em meio a essas movimentações ele cita o nome de Getúlio Vargas que vai surgindo como um nome de destaque em meio aos atritos da Revolução de 1923⁶. Nesse período Vargas já havia conquistado o posto de Deputado Federal, segundo BALBINOT (2008), ele buscava uma aproximação do Estado com a União ao mesmo tempo que tentava impedir uma possível intervenção federal ao Rio Grande do Sul. No respectivo período Getúlio esteve próximo de federalista e republicanos, buscando conciliar esse forte atrito, com isso, Vargas começou a partir desse marco despontar com grande destaque na política estadual e principalmente nacional.

Considera-se então que a ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul, marcou a concretização do processo político iniciado no pacto de Pedras Altas em 1923, onde os poderes de Borges de Medeiros foram gradativamente reduzidos, sendo a saída deste político da chefia do Estado a marca da mudança de rumos na política gaúcha. (BALBINOT, 2008, p.134)

As articulações que ocorriam em meados dos anos 1920 e 1930, tiveram reflexos diretamente nos ambientes de trabalho do operariado. Como mencionado anteriormente Vecchio em sua entrevista reitera os primeiros anos de serviços durante os anos 20, onde a polícia confrontava reuniões dos trabalhadores, muitas vezes com agressões, prisões e até mesmo mortes a qualquer manifestação de afrontamento. Segundo ele essas condições

⁵ VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983. p. 11.

⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: *As oposições & A Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

despertaram nele o senso de busca por melhores condições, como ele resalta “e esses foram nossos primeiros alicerces de libertação do povo, de 23 até 30”. O nome de Getúlio Vargas chegava ao menos para Vecchio como uma esperança de mudança na realidade operária.

É importante salientar os postos de trabalho que José Vecchio desempenhou, como ajudante de açougueiro, trabalhou em uma floricultura, onde permaneceu por mais tempo, porém a atividade que desempenhou por mais tempo foi nos bondes de Porto Alegre. De acordo com ele, ainda jovem ele pedia ao pai que já trabalhava na Companhia de Bondes para que o levasse para aprender um ofício no local, a partir desse momento ele acaba entrando no meio operário dos bondes da capital. Em meados de 1930 a Companhia Força e Luz, foi vendida aos americanos o que para Vecchio dificultou a vida de todos pois esse novo grupo de donos pouco se importava com esses trabalhadores, tendo eles segundo o relato, usado de companheiros de serviço para dificultar a luta por direitos no dia a dia.

Partindo desse marco de 1930, é essencial destacar a grande mudança estrutural ocorrida dentro da sociedade brasileira com a tomada do poder por Getúlio Vargas, esse momento irá transformar profundamente as questões políticas e sociais. Esses desdobramentos acabam por chegar em todo país, e principalmente na região sul, visto que o principal nome nesse período da revolução era Vargas um dos nomes que como dito anteriormente havia se tornado uma figura de melhora na situação operária e social como um todo, em linhas gerais esse momento se tratou de um movimento armado com seus primeiros momentos tendo começado em meados de Outubro de 1930, sob a liderança de Vargas e o tenente Góis Monteiro buscando derrubar o atual presidente Washington Luís e impedir a posse do presidente eleito Júlio Prestes em Março do mesmo ano.

Os dois principais grupos que se articulavam contrários a situação que se apresentava, grupos políticos e o tenentismo se apresentam como uma grande força nesse momento, por um lado há uma grande ruptura entre os estados de São Paulo e Minas Gerais que comandavam em grande parte a economia do Café com Leite, tendo como principal motivação da

indicação de Washington Luís do nome de Júlio Prestes para assumir a Presidência da República aproximando Minas do Rio Grande do Sul, como aponta FERREIRA E SÁ PINTO (2003, p.403),

A divergência entre Minas e São Paulo abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas num passado não muito distante, pudessem ressurgir. Nesse contexto, em julho de 1929, contando com o apoio mineiro, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Washington Luís e então governador do Rio Grande do Sul, tendo como vice na chapa dissidente o governador da Paraíba, João Pessoa. Estava formada a Aliança Liberal, uma coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas.

As colocações das autoras acima expõem as situações foram se articulando em meados de 1930 resultando na posse de Vargas. Por um outro lado o movimento tenentista, teve essa nomenclatura pois consistiam em oficiais de nível intermediário, como capitães e tenentes, essas articulações ganharam o país em diversos estados, pois levavam a ideia de serem contra as oligarquias que mantinham o poder ao longo do período republicano.

Sobretudo esses militares partiam da mesma insatisfação que variados grupos políticos de que esse sistema do coronelismo, onde o poder ficava centrado na região sudeste, com isso ao longo de todo 1920 várias revoltas foram acontecendo, embora tendo havido um trégua em anos próximos a 30, com a vitória de Prestes nas eleições, a Aliança Liberal tendo como candidato Vargas e tendo como aliança os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba não aceitando a derrota buscam apoio a esses grupos tenentistas.

Sendo ajustada essas ligações entre Aliança Liberal e Tenentismo, os meses seguintes foram de intensa tensão entre o governo eleito e a oposição liderada por Getúlio se intensifica ao longo dos meses seguintes ao da escolha de Prestes. Nesse momento, segundo as autoras Marieta de Moraes e Surama Conde de Sá (2003, p.407) “a conspiração acabou estourando em Minas Gerais e no Rio Grande no dia 3 de outubro de 1930. Em seguida ela se alastrou para vários estados do Nordeste.”

As grandes movimentações ocorridas durante essa transição política, como apontado ao longo dos anos pela historiografia, tiveram uma grande dispersão por todo território brasileiro. Esse fato recai sobre as ações dos trabalhadores gaúchos, é importante ressaltar que o Vargas havia sido presidente do Estado em 1928 e se apresentava como uma esperança para os trabalhadores de dias melhores, porém é necessário fazer uma observação a partir de uma fala de José Vecchio, onde ele fala, “dava menos porrete do que o governo passado e deixava pelo menos vislumbrar um pouquinho de liberdade”⁷.

Com base nesse pequeno trecho é possível ver que ao passo que grande parte de trabalhadores via em Getúlio uma solução para as dificuldades sociais pela qual passaram ao longo dos governos passados, eles também tiveram uma frustração visto que não houve nesse período de governo varguista no Estado uma mudança profunda que proporcionasse progresso nas questões trabalhistas em geral.

Embora houvesse uma dúvida sobre uma real transformação nos direitos, esses trabalhadores mantinham a confiança, visto que com governantes anteriormente não havia uma abertura nem ao menos para dialogar. Como mostra disso Vecchio relata pontualmente que eles algumas vezes conseguiam se reunir com Vargas ou até mesmo apenas com envio de carta, e que a resposta na maioria das vezes era que ele entendia os pedidos mas que não poderia oferecer muito mais condições pois havia um outro lado que ficaria insatisfeito caso somente um lado fosse ajudado, levando em conta a estrutura da sociedade do momento esse outro grupo de interesse eram as classes mais altas sobretudo os empresários, essa política varguista seguirá ao longo de boa parte do seu governo, sempre buscando a harmonia.

É necessário ressaltar essas questões sobre os usos dessas classes por parte de Getúlio, a historiografia por muito tempo considerou a classe trabalhadora como uma massa amorfa, que apenas recebia as mudanças e

⁷ VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983. p. 20.

não agia e nem se manifestava em prol dos seus direitos. Essa colocação aos poucos é mudada em virtude de um debate mais aprofundado percebendo os trabalhadores como um grupo que luta à sua maneira e usa das possibilidades que se apresentam uma via de enfrentamento. Algumas pontuações da autora Ângela de Castro Gomes, constroem essa nova forma de pensar nas relações, segundo ela,

Atribuir aos trabalhadores um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado, significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas político-ideológicas um do outro. Tal postura afastava a dicotomia, muito vigente, entre autonomia e heteronomia da classe, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças “verdadeiras” e a “falta de consciência” ou a “consciência possível”. (GOMES, 1996, p.14)

Retomando as questões das ações que decretaram a subida de Vargas ao poder, é importante destacar as relações de Vecchio nesse meio. O seu relato feito durante a entrevista expressa um momento chave nos desdobramentos dessa Revolução de 30, ele detalhe que em uma tarde de 1930, ele foi pego durante seu trabalho nos bondes de Porto Alegre, sendo obrigado a entrar em um ônibus com outras pessoas, sendo lhe entregue um revólver e duas caixas de bala. Ainda acrescenta que nesse dia tomaram dois batalhões da brigada em busca de armamento para o confronto, havia um tenente que comandava as ações.

A partir da sua fala sobre o evento em questão, é possível visualizar algumas questões de interpretação para o entendimento não só desse evento, como dos seus relatos em geral. Em um primeiro momento é possível perceber em suas falas que ele sempre se coloca como parte principal dos jogos que acontecem a sua volta, no caso relatado anteriormente ele desenvolve as ações de uma forma detalhada e muitas vezes com um impacto além do que realmente possa ter acontecido.

Essas colocações não buscam menosprezar a fonte narrativa em si, mas apontar que é importante ter o cuidado ao analisar fontes de memória como no caso da entrevista de José Vecchio. Nesse sentido é importante

citar o autor Joel Candau que trabalha com os conceitos de memória e identidade, trazendo uma divisão no que diz respeito as formas de memória em relação ao indivíduo. Vecchio relaciona-se com a questão um coletivo com demais trabalhadores e sindicalistas, quanto a isso as colocações de Candau auxilia a entender essas questões de memória e socialização, visto que, uma de suas classificações que ele chama de memória propriamente dita ou de alto nível, que

...essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.). A memória de alto nível, feita igualmente de esquecimento, pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória. (CANDAU, 1996, p. 23)

A trajetória de José Vecchio se torna um importante meio para compreender e visualizar que vários acontecimentos que ocorrem em uma sociedade podem transitar direta ou indiretamente o cotidiano de cada indivíduo. As vivências de Vecchio o colocam em um lugar de notoriedade, visto que sua participação ativa agiu diretamente sobre desenvolvimento do sindicato de várias categorias, a sua ida ao movimento a partir da ala trabalhista do PSD (Partido Social Democrático) em 1945 e em seguida sendo um dos fundadores do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o coloca como um importante personagem nesse jogo político e social, durante o pré e ao longo de todo o Estado Novo.

É importante destacar que as mudanças estruturais políticas e sociais estiveram presentes na vida de Vecchio durante toda sua trajetória, e por ter vivenciado esses momentos, se torna tão fundamental o desenvolvimento de estudos acerca de sua vida, tanto para entender seu papel de destaque, como para a partir de um outro ângulo e visões retratar momentos importantes da sociedade em que ele esteve inserido. Ele foi o principal protagonista nesse período, contribuindo para o desenvolvimento do partido no sul do país, em uma de suas falas ele demonstra com entusiasmo a possibilidade da construção da agremiação no sul do país.

A partir da criação da sigla estadual em 1945, a organização foi se mostrando diferente da maioria de demais localidades, já em um primeiro momento, começou a se discutir quem viria assumir a liderança do país após Getúlio Vargas ter sido deposto, logo o PTB estadual se mostrou contrário a indicação do General Eurico Gaspar Dutra visto que na concepção deles, o mesmo teria sido um dos principais agentes da destituição de Vargas do poder, aos poucos a sigla e a liderança de José Vecchio ia se mostrando contrário a certas indicações da sigla a nível nacional, mesmo mostrando apoio a Vargas pelas mudanças que melhoraram a situação trabalhista, e somente por essa razão aceitaram a decisão pelo apoio a Dutra.

Em contrapartida, se mostravam contrários a indicações de alguns políticos a cargos, sobretudo no Estado, enquanto a sigla estadual apoiava Alberto Pasqualini para governo do Estado no ano de 1947, outras partes buscavam a indicação era que Walter Jobim do PSD, esse fato mostra o quão divergente eram as ideias dentro da sigla, da mesma forma que é nítido as grandes convergências internas no partido.

É possível perceber o quão alinhado a perspectiva de ampliação e debate dos direitos sociais pós revolução de 1930, esse grupo liderado por Vecchio estava, já que considerava uma mudança não petebista na administração do país algo poderia destruir diretos já conquistados.

No momento em que Vargas é deposto há um aumento no conflito interno dentro do partido, a aproximação do PSD dentro da organização do PTB gaúcho se deu a partir de alguns nomes com aval de Getúlio, como CRUZ (2010, p.107) apontou “... a eles agregar-se-ia, ao longo de 1946, um conjunto de “políticos profissionais” também originários do PSD, que atendiam diretamente às orientações de Vargas. Entre os últimos, destacam-se Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha.”

É necessário acrescentar o evento ocorrido entre a saída de Vargas em 1945 e a eleição ocorrida em 1946 onde Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente do país. No período em questão ocorreu o chamado movimento Queremista, que em linhas gerais defendiam a permanência de Getúlio no

poder, um dos grupos que se inseriam nesse movimento vinham de trabalhadores.

O movimento em si, acaba por se posicionar próximo ao debate sobre uma classe trabalhadora amorfa, que apenas defenderia Vargas por serem usados a partir dos benefícios que foram cedidos. Porém esse momento vem sendo debatido e é importante citar o trabalho de Cássio Alan Abreu que traz aspectos novos, sobretudo apontar que o sul do país agia de uma maneira diferente quanto ao movimento e que grande parte dos operários usava desse momento não apenas para pedir a permanência de Getúlio e sim usar das mobilizações em busca de mais direitos e condições e uma consciência política, como o autor mesmo aponta:

...a rápida leitura feita pelos quemistas, mesmo de diferentes matizes, era de que para além de Vargas outras formas de lutas eram possíveis. Ou seja, havia um campo aberto de possibilidades, que logo os trabalhadores vão direcionar para a busca da cidadania política. (ALBERNAZ, 2006, p.225)

As movimentações seguiram ao longo dos dois anos seguinte até a eleição de 1947, Vecchio e a ala sindicalista fundadora do PTB no Rio Grande do Sul se mostrava cada dia mais insatisfeita com desdobramentos e influências pessedistas nas decisões políticas. De forma direta, durante o ano da eleição para o governo do Estado o PSD começa a se distanciar por não concordar com decisões vindas de Vargas, definições essas que de certa forma apoiavam a sigla petebista, nesse momento Vecchio tornou-se presidente da sigla até o ano de 1949, e em 1950 em pleno período eleitoral para a presidência ele acaba saindo do PTB por problemas internos como já vinha acontecendo, sem contar nos seus contatos com grandes nomes como João Goulart, Briozola, esse último foi com quem mais teve divergência ao longo dos anos. E mesmo com essa decisão ele segue apoiando Getúlio, mantendo assim seu apoio aos ideais e mudanças desenvolvidas pelo governo varguista, apoio este que se seguiu como sindicalista e ao longo do período em que esteve na organização da sigla estadual.

Alguns pontos ainda da sua trajetória até a chegada ao sindicato dos transportes públicos de Porto Alegre, bem como após sua saída do PTB em 1950 são interrogações que tendem a ser respondidas nos próximos passos desse estudo. Como apontado até o momento esse trabalho sobre José Vecchio, ele traz consigo um grande volume de percepções sobre relações, decisões importantes que reconfiguraram a sociedade daquela época. Sendo a intenção dessa pesquisa assim como BORGES (2005, p.215) expõe “A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu. ”, mostrando assim que a biografia vai muito além do que simplesmente falar sobre alguém.

A trajetória de Vecchio perpassa por momentos marcantes na sociedade gaúcha e brasileira, sua participação nas principais decisões políticas externas e internas do PTB, além de sua atuação sindical ativa, assim BODEA (1992, p.22) relatou “...foi líder da dura greve-geral dos transportes de Porto Alegre em 1929 e, pela sua militância sindical, chegou a ser preso três vezes durante o Estado Novo.”.

Esse pequeno fragmento, mostra o quanto sua liderança se destacava em meio a outras lideranças nas lutas sociais. No momento em que deixa a ala trabalhista do PSD por perceber a forte influência conservadora no partido, demonstra o quão era ligado a suas convicções políticas voltadas ao trabalhismo, em sua passagem ao PTB gaúcho sempre mostrou suas insatisfações e buscou nortear as decisões políticas preservando os direitos já conquistados pelos trabalhadores.

É possível visualizar um grande número de pesquisas feitas sobre temáticas do sindicalismo, trabalhismo, Estado Novo, ditadura militar, períodos esses que aparecem como momentos de transformações na sociedade, essas etapas, embora possuam um grande volume, abrem possibilidades de maiores reflexões, principalmente no que se refere a visualizar o indivíduo como peça importante na engrenagem da sociedade. A partir dos cenários que se apresentam, bem como o grande volume de fontes deixadas, além do aporte de bibliografias, é possível apresentar o quão relevante e significativo foi a vida de Vecchio.

A partir dessas situações é que entram os questionamentos, entender como se dá o cruzamento dessas duas posições, há um posicionamento se sobrepondo ao outro, ou seja, se o Vecchio militante sindical se sobrepõe ao Vecchio político? É importante destacar que durante o governo varguista as legislações sindicais foram mudadas de forma significativa, importante também entender como se dá essas relações ao longo dos anos mesmo após sua saída da sigla petebista.

No levantamento do debate é importante citar alguns trabalhos atuais que dialogam com o contexto e as questões levantadas, como o de Jorge Ferreira, *João Goulart – Uma biografia*, ajudam compreender os momentos importantes da história de Jango, como suas relações, inclusive com Vecchio, sendo de grande relevância para essa pesquisa, já que além de trazer dados sobre os acontecimentos da época, mostra o indivíduo agindo na sociedade, no cotidiano.

No primeiro caso, ela faz um apanhando histórico do que seria a questão do “trabalho” e ser “trabalhador desde meados da República até as mudanças incorporadas por Vargas, os levantamentos mostram formas de retratar períodos da história usando fontes para um olhar diferente ou até mesmo traçando paralelos ao longo das décadas para compreender construções feitas em certo período.

Em um primeiro momento, é interessante destacar, o *Mundo trabalho*, citando, Edward P. Thompson, sobretudo em sua obra, *A Formação da Classe Operária*, onde o autor desenvolve uma crítica a ideia de que os trabalhadores manteriam sua luta de forma estrutural, ou seja, estáticos. Essa concepção vinha em sua maioria de pesquisadores marxistas, contrariando essa posição, Thompson apresenta apontamentos significativos, que mudaram os rumos da historiografia sobre o mundo do trabalho.

Na sua concepção, as movimentações de classe seriam constantes, desse modo a partir das suas experiências vividas, eles não seriam estáticos e nem haveria uma fórmula exata de luta, cada grupo ou indivíduo a partir do que viveu enfrentaria as adversidades de formas diferentes. Sabendo disso, é possível fazer uma conexão, já que como apontado

anteriormente, José Vecchio foi um indivíduo singular, em meio a militância sindical, atuação política e social, esses traços mostram aspectos similares aos apontamentos feitos pelo autor, sendo assim fundamental o uso desses conceitos para estabelecer o diálogo com as fontes, visto que as características singulares de Vecchio e de suas relações já surgem com grande destaque. A partir da análise das fontes partidárias, sindicais e dos relatos dos jornais será possível fazer as conexões com os conceitos, e evidenciar a relevância de trabalhar com a figura de Vecchio.

Uma abordagem seguinte, seria da *História Política*, a autora Ângela de Castro Gomes traz aspectos importantes sobre desdobramentos e conflitos no período abordado. Em um primeiro instante, é importante destacar o trabalho *A Invenção do Trabalhismo*, onde a autora aponta conceitos sobre as condições, lutas e organização dos trabalhadores, em períodos anteriores a 1930, buscando fazer uma relação com as mudanças ocorridas após a criação do Estado Novo. Essa pesquisa, vem contribuir de maneira direta aos apontamentos anteriormente citados, de trabalhadores se organizando a partir de experiências de vida, cultural e social, seria possível presenciar no Brasil que se formou ao longo dos anos 1930 e 60, trabalhadores que se organizavam em prol de seus interesses e não apenas se alinhavam ao Estado de maneira inerte.

A autora destaca em seu trabalho, desde aspectos estruturantes em que se desenvolveram os sindicatos no Estado Novo, bem como a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A pesquisadora demonstra as variações e características heterogêneas que se mostravam dentro do partido trabalhista, como já dito antes, as disputas e conflitos internos dentro do grupo, tanto em nível nacional como estadual, foi se tornando cada vez mais evidente.

Os conceitos desenvolvidos por Gomes, são extremamente importantes para o aprofundamento do estudo trabalhista, bem como para a presente pesquisa visto que, oferece uma gama de possibilidades no diálogo com as fontes. É essencial destacar alguns importantes autores, como Jorge Ferreira, Fernando Teixeira, Antonio Luigi Negro que seguem a linha

de trabalho, sobre as inquietações políticas de períodos como Estado Novo, momentos que perpassam as fontes existentes, marcando a presença de Vecchio como figura importante no contexto político e social.

A relevância do estudo sobre a vida de uma pessoa, inclui os mais diversos fatores, o contexto em que ele está inserido, a cultura, as experiências de vida, e será por meio dos vestígios deixados por ele que será possível compreender não somente ele como a conjuntura que o cerca, sendo necessário acrescentar que as questões apontadas nesse artigo visam apenas apresentar alguns tópicos importantes que discorrem a trajetória de Vecchio.

Seguindo esse pensamento, em uma passagem Borges (2006, p.222), afirma: “O ser humano existe somente dentro de uma rede de relações”, essa frase destaca o cerne dos estudos sobre trajetória, evitar colocar o indivíduo distante do seu contexto histórico, pois é através da sua relação com o meio, que será possível visualizar com mais clareza o seu papel de destaque na sociedade.

Referências

- ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária: 1945. 2006. 243 f.* Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-234.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Contexto, 1996.
- CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: Uma Biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRIDERICH, Lidiane. *Saindo dos trilhos: Os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)*. 2013. 188f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: Burke, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

MATOS, Marcelo. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Fernando Teixeira & COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983.

Hollywood como difusor de ideologias estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, nas narrativas cinematográficas *Hangmen Also Die!* (1943) e *The North Star* (1943)

*Maicon Alexandre Timm de Oliveira*¹

Introdução

O cinema que surgiu no final do século XIX passou por transformações significativas: de mudo à falado, de preto e branco ao colorido; a ele também foram incorporadas novas funções. Além de sempre ser visto como um meio para divertir as massas, teve uma incorporação inevitável da política ao seu cenário, pois:

As ideologias cinematográficas nascem com a própria origem do cinema. Uma vez que o cinema se desenvolve tecnologicamente, emergem do seu interior diversas teses tecnicistas, metódicas e formalistas, que são produzidas pelos agentes envolvidos no processo da produção cinematográfica (VIANA, 2009, p. 6).

Observando essa nova característica por parte das narrativas “os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço” (FERRO, 1992, p. 13). Se esse cinema politizado começou a se destacar na Primeira Guerra Mundial, observaria uma modificação importante após a Revolução Russa e com a Segunda Guerra Mundial.

¹ Mestre pelo Programa de pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel), maicon-timm16@hotmail.com.

A propaganda política, entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, consolidou-se nas décadas de 1920-1940, com o avanço tecnológico dos meios de comunicação. Valendo-se de ideias e conceitos, a propaganda os transforma em imagens, símbolos, mitos e utopias que são transmitidos pela mídia. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na conquista de adesões políticas (PEREIRA, 2003, p. 102).

Se a década de 1920 observou o aprimoramento da utilização do cinema, os anos pré-Segunda Guerra Mundial levaram essa utilização ao nível máximo. Segundo Nóvoa, “o “nazi-fascismo” e o “stalinismo” seriam exemplos de fenômenos históricos que utilizaram exaustivamente o cinema como instrumento difusor de sua visão de mundo” (NÓVOA, 2008, p. 33). Hitler quando assume o poder cria um ministério exclusivo para cuidar da questão de propaganda do estado.

Russos e Alemães controlaram o cinema de forma rígida, criando uma estrutura de controle sobre esse meio, já os Americanos não seriam tão direto na relação cinema nacional e políticas governamentais, a preocupação maior era de orientar a instrumentalização política do cinema de forma que a mensagem propagandística não fosse apresentada de forma tão direta, explícita e agressiva, como ocorreu com o cinema de propaganda nazista, fascista e stalinista, já que numa democracia moderna, de tipo ideal, os meios de comunicação mantêm-se plurais, a fim de escapar a uma tutela política única, e o direito de liberdade de expressão é garantido (PEREIRA, 2011, p. 4).

Os estadunidenses passaram a se utilizar do cinema como arma ideológica quando abandonaram a sua posição de isolamento, visto que, devido ao ataque japonês a Pearl Harbor e a declaração de Guerra da Alemanha, passa a ser necessário justificar a entrada na Guerra. Para isso Roosevelt se utilizou da sua melhor e mais potente arma: “[u]ma vez declarada guerra, Roosevelt deu instruções preciosas no sentido de desenvolver um cinema que glorificasse o justo direito e os valores americanos” (FERRO, 1992 p. 32). Os estadunidenses se utilizam de suas narrativas cinematográficas diferentemente dos alemães, os quais

tentavam demonstrar certa liberdade dos estúdios, a qual, de fato, acaba por não existir: “[d]a mesma maneira, quase todos os regimes políticos têm um lado obscuro representado por aparelhos e rituais secretos obscenos” (ZIZEK, 2013, p. 73). Com Hollywood não seria diferente.

Os filmes hollywoodianos passariam a retratar os estadunidenses como os líderes da democracia e os responsáveis pela libertação do mundo das garras totalitárias. O cinema incorporava a política do “Destino Manifesto” como fica claro nas palavras de Franklin Delano Roosevelt: “Nosso cinema conquistou o primeiro lugar no mundo. Ele reflete nossa civilização para o estrangeiro. As ideias, as aspirações e os ideais de um povo livre e da própria liberdade” (PEREIRA, 2011, p. 1). Desse contexto surgiram os dois filmes a serem analisados, sendo eles *Hangmen Also Die!* (1943), dirigido por Fritz Lang, e *The North Star* (1943), dirigido por Lewis Milestone. Nas narrativas fílmicas existem diferentes proposições, dentre elas: o desmerecimento para como nazismo; uma valorização para com os estadunidenses e seu papel de destaque para a construção de um mundo livre.

As narrativas cinematográficas *Hangmen Also Die!* e *The North Star* e as difusões ideológicas

Quando observamos essas duas narrativas três pontos principais devem ser destacados: 1. A própria questão de uma difusão ideológica pro Estados Unidos, 2. Uma questão de desmerecimento para o nazismo através da construção de um inimigo cruel e por fim 3. Um processo de valorização de outras nações que lutavam na guerra.

Passemos a analisar esses pontos em cada uma das narrativas cinematográficas começando pelo filme de Fritz Lang. *Hangmen Also Die!* uma narrativa que aborda o assassinato de Reinhard Heydrich – comandante nazista da região da antiga Tchecoslováquia, controlava a região com muito repressão por isso ganharia o apelido de “Carrasco” - colocado em prática pela resistência de Praga, o filme orbita em torno dessa temática,

e como a resistência tenta esconder o verdadeiro assassino, dentro desse enredo os elementos citados anteriormente iram surgir.

Já temos um exemplo nos primeiros minutos da narrativa quando surge um informativo que corre a tela de baixo para cima, no qual estão escritas as seguintes frases.

Nem a traição da Tchecoslováquia nem o derramamento de sangue executado pelas hordas de Hitler abalaram o espírito deste povo. Mil anos de uma flamejante tradição ardem em seus corações.

E nesse fogo de liberdade se forja uma fraternidade secreta. Uma armada oculta de vingadores decididos a libertar suas terras do invasor nazista.

Reinhard Heydrich governou os tchecos em nome de Hitler. Seu reinado de terror fez a população chamá-lo de "o carrasco". Ele assinava suas sentenças de morte no castelo Hradzin que domina a antiga praga capital da infeliz, porém invencível, Tchecoslováquia (LANG, 1943, 01' 52" a 02' 30").

Lang utiliza palavras de impactantes para trazer a tona o que estava ou já havia ocorrido na região, se observarmos o primeiro parágrafo nota-se a demonstração dos culpados por todo esse sofrimento e essa necessidade impar de resistir, sim os nazistas são o mal a ser combatido, decorrido esse primeiro momento onde se e apenas informado quem seria o vilão da situação, logo em seguida a referência ganha símbolos e um rosto. Após uma série de tomadas da cidade de Praga, a câmera foca em um prédio e a cada corte vai adentrando no mesmo, até começar a surgirem imagens como águias e fâmulas nazistas, mas o auge da sequência se dá quando surge um quadro de Adolf Hitler, no momento que esse é enfocado surge ao fundo uma musicalidade em tom de perigo. Estaria assim representado o mal em pessoa, Hitler era o responsável por todo o mal que o mundo estava sofrendo, era necessário não apenas combatê-lo, mas vencê-lo.

As questões negativas continuariam a aparecer em diferentes elementos, observemos mais uma das sequências do filme. Logo que Heydrich adentra ao prédio sua figura ganha destaque todos abrem caminho para ele passar, as imagens do líder local do nazismo demonstram a

personificação de alguém maligno visto a forma que olhara para as pessoas todas essas proposições ganhariam notoriedade quando começa a realizar um discurso as pessoas ali presentes.

Enquanto fazia uma fala sobre a leviandade com que os germânicos puniam aqueles que sabotavam as fábricas, Heydrich argumenta: “Há 37 mil trabalhadores lá. E com uma sabotagem tão escandalosa apenas 50 foram executados. Porque não 500?” (LANG, 1943, 05’ 20” a 05’ 31”). Ao longo dessa frase já observamos o quão cruel os nazistas seriam representados no filme de Lang. Da fala atrelada a sua imagem que apresenta certa satisfação ao dizer isso, nota-se que o que a região sofria era algo muito grave.

Heydrich prosseguiria realizando um discurso duro contra os rebeldes e o povo da região, mas de tudo o que pode ser ressaltado e que a mescla entre a construção imagética e os aspectos fílmicos seja na fala ou na forma que o personagem era enfocado, possibilitam a análise que os nazistas destoariam com uma aura negativa, e essa ganharia mais profundidade conforme a narrativa avança.

A figura de Heydrich estaria presente somente nos primeiros minutos do filme, mas sua presença é impactante para a construção de uma imagem negativa dos nazistas, visto a expressividade de seu rosto e a forma que a câmera lhe enfoca com um plano de baixo para cima reforçando essa negatividade do personagem.

Contudo Lang não ficaria restrito somente a essa personagem para formar no espectador a construção de um inimigo. Diferentes foram os momentos que o diretor utiliza recursos cinematográficos para tal proposição. Observemos alguns exemplos. Uma das sequências que marca os recursos estilísticos de Lang encontra-se em (LANG, 1943, 51’ 06” a 51’ 31”). Nela se observa um quadro de Hitler na parede e três oficiais nazistas conversando na sala, um desses oficiais está fumando. Todavia o que pode parecer normal revela-se conforme a fumaça sobe e envolve o quadro do líder nazista. Podemos depreender que Lang usa a fumaça para referendar quem era o ser maligno que estava aterrorizando o mundo. Esse recurso reforça as pretensões da narrativa em desmerecer os nazistas.

O diretor austríaco utilizaria outra ferramenta para atingir esse primeiro objetivo a que estamos analisando, assim como a utilização de imagens de líderes do nazismo e filmagens que reforcem essa negatividade, Lang traz um novo elemento para essa construção, o aspecto da tortura seja ela física ou psicológica. Observemos dois exemplos para essa construção do diretor.

Para a questão da tortura psicológica, escolhemos a sequência (LANG, 1943, 52' 20" a 52' 49"). Onde em uma sala existe a presença de três personagens sendo eles Mascha, a moça que ajudou na fuga do assassino de Heydrich, o inspetor da Gestapo Ritter – responsável pelos interrogatórios – e a senhora Dvorak – vizinha de Mascha que já estava presa há mais tempo e vinha sofrendo com longos interrogatórios – passemos ao que acontece na sequência.

Em uma sala do prédio da Gestapo, Mascha prestava um depoimento sobre o que fizera no dia do assassinato e porque dera a informação errada aos agentes da Gestapo. Se tudo decorre em um plano aberto, logo começam a surgir close-ups no rosto de cada personagem, enquanto Ritter força a jovem a confessar algo, para isso ela é posta frente à frente com a senhora Dvorak, que apresentava um rosto de cansaço. A jovem fica assustada, todavia antes que possa falar algo a senhora trata de contornar a situação e Ritter incomodado com a situação manda retirar as duas da sala.

Através desse pequeno relato podemos ressaltar a forma que a Gestapo conduzia seus interrogatórios para esse primeiro momento a questão da tortura psicológica aos expor a jovem ao que já havia sido feito contra a senhora, mas ainda existiria a outra parte da tortura que decorre na sequência (LANG, 1943, 01' 00" 23" a 01' 01" 10") que se torna impactante para essa temática que envolve novamente a senhora Dvorak e Mascha.

Observemos essa sequência na qual a moça é jogada em uma sala onde rapidamente observa a presença de mais alguém, que no caso seria a senhora Dvorak que tanto lhe ajudara na sequência anterior. Todavia algo estava estranho e a senhora estava encostada contra a parede, a jovem

logo tenta ajudar a senhora, mas já era tarde demais e Dovark acaba por falecer ao ver o rosto de Mascha.

A sequência não apresenta diálogos, apenas alguns sons, ficando a grande construção a cargo do jogo de filmagem. Isso porque a câmera começa adentrar em um plano aberto apresentado todo o cenário, e através desse processo podemos observar a presença de um equipamento com formato estranho, que seria utilizado provavelmente para torturar as pessoas. Se antes tivemos a tortura mental, agora notamos a tortura física que culminaria no falecimento da anciã.

Contudo, a sequência ainda teria um impacto negativo quando surge a figura de um militar – apenas a sua sombra surge na tela e em sua mão um chicote. Lang em raros momentos demonstra atos de violência e sua narrativa fica mais no teor de sugerir o que aconteceu ou aconteceria. E essas sombras apareceriam em outros momentos o que nos faz entender é que Lang as utiliza com um juízo simbólico, para atrelar as mesmas a uma imagem negativa dos nazistas.

Hangmen Also Die! nos traz um dos principais exemplos de como essa narrativa fora construída para referendar uma imagem negativa para com os nazistas, principalmente se observamos a forma que os personagens nazistas são enfocados pelas câmeras, pelas suas falas ou não falas e em especial o atrelamento da parte negativa das sombras aos oficiais nazistas, esse fora um dos grandes pontos que Lang utilizou para construir essa visão negativa contra os nazistas.

Se esse primeiro momento que analisamos na narrativa diz respeito ao desmerecimento para o regime de Hitler, outros dois pontos são importantes para essa narrativa. O primeiro a questão de uma exaltação a resistência do povo da Tchecoslováquia, e por segundo a penetração de ideologias estadunidenses na narrativa.

Para a valorização do povo local a narrativa utiliza a figura do Dr. Svoboda – quem assassinara Haydrich – ele apesar de em muitos momentos parecer incomodado por ter sido o escolhido de realizar tal tarefa e ver seu povo sofrer as consequências de seu ato, já que as pessoas eram presas

torturadas entre outros atos. Todavia da metade para o final da narrativa ele muda de postura, compreende a importância de seu ato, e passa a se empenhar na luta por novos ideais. Essa temática não é explorada por Lang na mesma proporção que o desmerecimento ou a ideologia, mas assim mesmo tem um impacto importante na narrativa também.

Adentramos então no último elemento de análise do filme, a questão da difusão ideológica. Na narrativa de Lang um personagem tem proeminência nesse momento o professor de história Novotny, a ele são encarregadas as principais transições de caráter ideológico. E duas seqüências são importantes para essa correlação que observamos.

A primeira delas decorre após um período considerável da narrativa, onde uma série de prisioneiros encontrava-se em um galpão como retaliação a morte de Heydrich, e a cada dia alguns prisioneiros eram fuzilados enquanto o assassino não se entregasse. Enquanto os prisioneiros tentavam se distrair jogando uma partida de xadrez, um deles lhe uma canção que compusera ali, logo em seguida o professor pedi o papel onde a letra da música estava e o lê, mas com mais entonação e paixão observemos a canção entoada.

- Refém: “Compatriotas, é chegado o momento. Compatriotas, temos muito a fazer. Ergam a tocha invisível e a repassem, mantenham-na acesa, mantenham-na acesa pelo caminho sem volta. Morra se preciso, pela causa, mas grite até o fim: Render-se jamais. Sempre adiante, sem retroceder até que o carrasco irracional aprenda que a guerra não esta ganha até a última batalha ser travada. Continuem, quando já não estivermos. Nunca se rendam!” (LANG, 1943, 1H 06’ 47” a 1H 07’ 21”).

Dessa simples canção o que poderia ser tão notório para a proposição ideológica que o filme teria a resposta se encontra em “ergam a tocha invisível e a repassem” (LANG, 1943, 01’ 06” 55”). Aqui estaria o primeiro aspecto ideológico pro Estados Unidos, já que um dos principais símbolos da liberdade americana seria a: “*The Statue of Liberty*” (Estátua da Liberdade). Que trás uma similaridade muito grande com a letra, não se sabe ao certo se fora um caso pensado por Lang ou uma coincidência, mas

alguns pontos merecem nossa atenção para tentar encontrar uma resposta plausível.

O primeiro elemento que observamos e de um caráter ínfimo e de uma observação mais rasa já que na mão da estátua encontra-se uma tocha e em seu nome está mencionado diretamente o termo liberdade, mas se interligamos esse primeiro ponto ao segundo a análise ganha mais profundidade.

O segundo ponto, nos remete a própria letra da música, onde podemos observar a palavra “ergam”, que representa a mesma ação da estátua, e o aspecto que nas duas partes seja na música ou na estátua existe a presença de uma tocha. Tal objeto teria como função iluminar algo, no caso da música o caminho daqueles que eram mantidos sobre a escuridão profunda provocada pelo nazismo; a batalha contra esse inimigo necessitaria de alguém que demonstrasse o caminho, mas que, principalmente, iluminasse o mesmo: uma nação que tivesse a capacidade para fazer isso e que fosse escolhido para essa tarefa.

Para finalizar essa análise vamos entrelaçar os dois pontos destacados, assim chegamos no nome oficial do monumento: “Liberty Enlightening the World” (“A Liberdade Ilumina o Mundo”). A partir dessa observação podemos compreender que tais palavras não poderiam ser ditas como uma coincidência, se levarmos em conta a letra e o símbolo o discurso se encaixa, pois o mundo buscava a luz da liberdade novamente, já que estava passando por dificuldade, todavia poderia ser revertido se a nação detentora dos princípios da liberdade adentrasse no conflito.

Assim ressaltamos que a música dessa forma pode ser observada como uma clara valorização ideológica para com os Estados Unidos em decorrência do contexto de produção do filme e a forma que a música foi utilizada.

Observamos por fim o último elemento ideológico do filme de Fritz Lang. A sequência ocorre enquanto o professor Novotny falava com sua filha – Mascha – antes de ser levado para o fuzilamento. Observemos sua fala:

- Professor Novotny: O que quero lhe dizer agora, meu filho, é para quando ficar adulto, para quando os poderosos invasores tiverem sido expulsos de

nossa terra há um longo tempo. Espero que esteja vivendo em uma terra livre onde o povo governará para o povo e pelo povo. Serão grandes dias para viver numa terra onde todos os homens, mulheres e crianças tem o que comer. E tempo para ler e pensar e conversar com outros por sua própria vontade. Quando chegar esse dia não se esqueça de que a liberdade não é algo que se possui como um chapéu ou doce. A verdadeira questão é a luta pela liberdade. E você se lembrará de mim não porque fui seu pai, mas porque eu também morri nesta grande batalha. (LANG, 1943, 1H 17' 26" a 1H 18' 35")

Um dos primeiros pontos a serem destacados na fala do professor encontra-se em “Espero que esteja vivendo em uma terra livre onde o povo governará para o povo e pelo povo” (LANG, 1943, 1H 17' 43" a 1H 17' 50"); frase essa que pode definir a constante luta pelos direitos democráticos, defendidos e encabeçados pelos Estados Unidos. Ao longo da fala do professor podemos observar que Lang buscaria em documentos de destaque na construção dos Estados Unidos os aspectos de valorização ideológica. Observemos o primeiro deles que seria o discurso de *Gettysburg*². Em um dos trechos da fala de Lincoln podemos observar a seguinte frase “Com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais desapareça da face da Terra” (LINCOLN, 1863). Lincoln ao proferir o discurso em 1863 buscará dar destaque à luta pela liberdade a todos em solo americano, bem como manter acesso o espírito democrático.

A fala do professor vai ao encontro do que Lincoln discursara em *Gettysburg*: todos asseavam pelo período em que a liberdade fosse conquistada. Ambas as falas surgem em períodos de guerra e visam referendar um aspecto importante: a constante e incessante luta pelos princípios de liberdade dos estadunidenses. Decorrido em torno de 80 anos de Gettysburg toda a aura libertaria que envolve os americanos ainda era mantida e referendada para os demais povos.

Outro momento de destaque está no trecho “Quando chegar esse dia não se esqueça de que a liberdade não é algo que se possui como um chapéu ou doce” (LANG, 1943, 1H 18' 11" a 1H 18' 22"). Tudo se encaminha para

² Discurso disponível em: <http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/gettysburg.htm> acessado em 23/12/2019. As 20:00 horas

a observação de que a busca pelo princípio da liberdade é algo que pode exigir sacrifícios; alguns com um alto preço a ser pago, como no caso do filme em que a morte de Heydrich ocasionou um banho de sangue.

O professor Novotny normalmente está interligado a aspectos importantes, principalmente se observarmos suas falas. Nossa conjectura é que ele é o responsável por trazer à cena a valorização de princípios ideológicos estadunidenses. Sua forma de falar, bem como as palavras utilizadas, transcende o local em que se encontra, remonta a um momento, onde os princípios defendidos por ele são aplicados de forma correta e justa.

Lang não ficaria restrito apenas a este paralelo, ele exploraria ainda mais esse discurso de Lincoln. Na abertura de seu discurso, Lincoln pronuncia a seguinte frase: “Nossos pais deram origem neste continente a uma nova Nação, concebida na Liberdade e consagrada ao princípio de que todos os homens nascem iguais” (LINCOLN, 1863). A constituição dessas palavras juntamente com a fala do professor destaca o quão importante seria a presença dos Estados Unidos neste conflito mundial.

A narrativa cinematográfica soube assim explorar claramente um dos principais documentos da construção das bases ideológicas dos Estados Unidos, para assim referendar aquilo que o cinema da Segunda Guerra Mundial necessitava, no caso referendar a importância dos estadunidenses para o fim da guerra e a consequente disseminação da liberdade.

Todavia a fala do professor não ficaria restrita apenas ao discurso de Lincoln, existe outra referência a um dos elementos que deram origem a essa ideologia dos estadunidenses como defensores da liberdade: a carta de Thomas Jefferson³. Isso pode ser observado na seguinte parte da fala do professor “E você se lembrará de mim não porque fui seu pai, mas porque eu também morri nesta grande batalha.” (LANG, 1943, 1H 18’ 26” a 1H 18’ 42”). Essa fala traria à tona outro princípio dos estadunidenses sua exaltação patriótica. Isso fica mais nítido se compararmos essa frase do professor com a carta de Jefferson “A árvore da liberdade deve ser regada

³ No seguinte site é possível encontrar a carta em sua plenitude: <http://tjrs.monticello.org/letter/100> acessado em 23/12/2019. As 20:30 horas.

de quanto em quanto com o sangue dos patriotas e dos tiranos. É o seu adubo natural” (JEFFERSON, 1787). Ambos os momentos referenciam questões de sacrifícios patrióticos a serem realizados ou já realizados. O que pode ser observado neste momento é que as falas do professor Novotny dialogam com documentos oficiais que referendam o que seria essa proposição ideológica dos estadunidenses como defensores da liberdade.

Como podemos observar a narrativa cinematográfica de Lang constituiu-se como um ótimo exemplo de como o cinema de Hollywood fora utilizado para cumprir diferentes objetivos, seja na construção de um inimigo cruel como Lang os fizera ou no reforço dos princípios estadunidenses de nação líder da hegemonia global e defensora da liberdade. Além de *Hangmen Also Die!*, outra narrativa traria esse papel tratasse de *The North Star* do diretor Lewis Milestone, passemos a análise dessa narrativa.

Essa narrativa aborda a invasão do território soviético pelos soldados nazistas. O filme foca sua narrativa na questão de como as pessoas lutaram e resistiram à invasão dos nazistas. Todavia dentro da narrativa encontramos diferentes proposições, dentre elas a questão da construção de uma imagem negativa para com o nazismo, a exaltação mesmo que momentânea ao povo da União Soviética assim como os fatores de difusão ideológica para com os Estados Unidos.

Assim como na primeira narrativa analisada *The North Star* introduz logo nos primeiros minutos uma de suas temáticas principais, desmerecer os nazistas e isso ocorre através de um pronunciamento pelo rádio.

- Voz em Off: Há movimentos de tropas alemãs na fronteira polaca. Tropas alemãs estão na fronteira polaca. Desconhece-se o motivo. Foi declarada uma epidemia de tifo Varsóvia. Londres foi bombardeada ontem à noite pela Luftwaffe. Morreram 112 crianças esta manhã resultado de transfusões de sangue realizadas nos soldados alemães feridos.

- Boris Simonov: Crianças! Tiram-lhes o sangue! (MILESTONE, 1943, 07' 00" a 07' 26").

Enquanto a família Simonov tomava seu desjejum, surgira na rádio local os informativos sobre a guerra – o filme se passa em 1941 a guerra já

estava próxima do solo soviético – a grande tarefa de criar um aspecto negativo para os nazistas surge no final como podemos observar quando a referência a uma prática de extrema crueldade, no caso realizar transfusões de sangue de crianças para soldados nazistas, o que leva a morte das mesmas. Algo que revolta Boris que com um tom de indignação e um repúdio visível o faz desligar o rádio. Essa seria a sequência de abertura do filme, ao longo da mesma ainda surgiriam outras formas de desmerecer os nazistas.

A ameaça nazista ganha tons mais dramáticos quando um grupo de jovens que viajava pela estrada junto com um pequeno comboio de carroças seria bombardeado por aviões alemães. Além de marcar a invasão da região, a sequência introduziria a violência exacerbada que as pessoas sofririam durante as ocupações nazistas. Após essas crianças e adultos serem atacados de forma vil, surge a busca por feridos disso surge uma das cenas impactantes conforme o diálogo:

- Karp: Vocês fechem os olhos e se agarrem em mim. A face da guerra é horrível e não é para os jovens.
- Marina: Hoje deixamos de ser jovens. (MILESTONE, 1943, 38' 02" a 38' 10").

Esse ataque cruel e inexplicável voltaria a acontecer, mas agora no povoado de origem dos viajantes. Assim como nesse primeiro momento o ataque surge rapidamente impedindo que os cidadãos pudessem reagir. Assim as pessoas são metralhadas pelos aviões enquanto tentavam encontrar um local para se abrigar por um lado, já pelo outro são encurraladas por soldados que fazem um ataque terrestre e com nenhum tipo de escrúpulos assassinam as pessoas e os que sobreviveram são presos dentro das casas. Todavia a parte mais horripilante surge no intervalo (MILESTONE, 1943, 41' 18" a 41' 25"), quando uma menina é perseguida e metralhada por um avião nazista. Lewis em comparação com Lang traz nazistas bem mais cruéis, como podemos observar nessa análise, contudo Lewis ainda tornaria sua narrativa mais impactante para essa questão de desmerecimento para com os nazistas quando ele retoma um processo já referendado no início do filme.

Após o ataque nazista e a consequente ocupação da cidade, houve uma divisão dentro da cidade. As crianças foram levadas para um prédio maior, enquanto os adultos eram mantidos reféns em outros prédios. Em um desses momentos, um dos líderes da cidade foge desse prédio e vai à procura das crianças, as encontra e nesse momento percebe algo estranho ao ver uma criança ser arrastada para uma sala, mas a mesma tenta a todo o custo evitar entrar ali. Esse cidadão decide invadir a sala onde aquela criança estava entrando.

Ao adentrar a sala e observar que as crianças estavam deitadas em macas e tinham seu sangue retirado, isso choca não só o personagem, mas provavelmente os espectadores do filme. Ao tentar atacar os nazistas é detido, mas não sofre nenhum tipo de retaliação, apenas recebe o corpo de uma criança. Enquanto esse ato acontecia, um médico nazista fala sobre o que estava acontecendo.

- Dr. Von Harden: Acho que isto seja difícil de perceber. Mas o nosso fornecimento de plasma é insuficiente. É preciso conseguir sangue para os soldados feridos. E obtemos do doador mais fácil (MILESTONE, 1943, 1H, 17' 40" a 1H 17' 48").

Esses foram os elementos que Lewis utilizou para criar uma narrativa que desmerecesse os nazistas, e pela breve análise que fizemos, pode-se ressaltar que a crueldade do filme deu origem a uma imagem extremamente negativa para regime de Adolf Hitler, toda essa construção negativa era importante para o período para manter as pessoas interligadas a causa, no caso vencer os nazistas e terminar com os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Se construir um inimigo cruel é um dos pontos fundamentais do cinema, outro ponto de destaque é a tentativa de buscar aliados para as causas bélicas, e nisso *The North Star* tem um grande destaque, já que seria uma das poucas narrativas cinematográficas que abordasse positivamente o regime soviético. Isso ocorreu muito em decorrência da necessidade do apoio soviético para vencer os nazistas (OLIVEIRA, 2018). Para cumprir essa tarefa o filme do soviético Lewis Milestone exaltaria alguns aspectos desse país de grande tradição e povo valoroso, todavia um

momento teve maior destaque este que diz respeito a introdução de um dos principais símbolos do regime socialista.

Após o ataque nazista à cidade e as destruições causadas, todos tentam se reerguer e enquanto isso é feito são mostradas imagens da destruição da cidade, surge uma música ao fundo, todavia não uma simples letra musical, apesar de ser somente instrumental tratava-se da “A Internacional”⁴.

Como já havíamos observado essa narrativa filmica teria como um dos objetivos amenizar a forma que o regime soviético era encarado em solo estadunidense e a introdução da “Internacional” foi uma dessas formas de destacar a bravura dessas pessoas, mas se a intenção era demonstrar aos estadunidenses que os soviéticos são um povo valoroso, apenas isso já que por enquanto eram aliados após o termino da guerra não se saberia o que poderia ocorrer, a exaltação não possui mais destaque muito porque não observamos nem a letra⁵ da música nem alguém cantando.

Dois exemplos são importantes para entender o porquê de isso ter sido realizado. Observemos o primeiro caso: “Vamos arrasar o mundo ditatorial! Desde as bases, e logo depois. Edificar uma terra nova, nossa, quem não era nada vai ser tudo” (A INTERNACIONAL, 1920). Referência a questões de ordem econômica: o regime soviético pregava um equilíbrio econômico no qual todos pudessem ter um acesso mais justo ao dinheiro, isso contraria a forma econômica dos estadunidenses pautada nos métodos capitalistas. Esse antagonismo ganharia mais força ainda com o fim da Segunda Guerra Mundial e o posterior início da Guerra Fria.

Segundo ponto para análise fica em: “Ninguém vai nos libertar: Nenhum Deus, tsar ou herói. Vamos chegar à emancipação. Com nossas próprias mãos” (A INTERNACIONAL, 1920). Por essa passagem muito já se entende de só existir a referência sonora da “Internacional”, como uma narrativa cinematográfica estadunidense exaltaria a tal modo outro povo

⁴Originalmente a letra da música foi escrita em 1871 na França por Eugène Pottier, um dos membros da Comuna de Paris. A letra ganharia destaque mundial entre a década de 1920 e 1940 quando seria constituída como um dos hinos da União Soviética.

⁵ Letra extraída do site: <http://www.fishuk.cc/2017/09/internacional.html> Acessado em 23/12/2019 , às 21h 29min.

e, além disso, colocaria em cheque toda a construção que era realizada, que os Estados Unidos teriam que ser a nação a comandar a geopolítica global, exaltar os soviéticos era importante, mas não tanto que pudesse ofuscar o brilho dos heróis estadunidenses. O filme teria outros exemplos de abrandamento da postura dos Estados Unidos para a União Soviética, mas não na mesma proporção que esse exemplo analisado.

Passemos ao último elemento da análise de *The North Star*, a questão da difusão ideológica pró estadunidenses. Os responsáveis por essa tarefa seriam as crianças que sofreram o bombardeamento analisado anteriormente, do meio para o final quando eles passam a encontrar-se em situações de confronto com nazistas eles adquirem uma postura até então não observada, criando um sentimento patriótico e defendendo de forma muito notória aspectos como a liberdade.

Mas porque isso pode ser encarado como uma forma de difusão ideológica pro Estados Unidos, uma das principais respostas está na forma que eles são enfocados pela câmera no processo de construção das sequências, se antes seus rostos eram enfocados a um meio plano agora eles são enfocados com *close-ups* e, além disso, o caráter ideológico que suas falas ganham observemos um exemplo.

- Marina: Acabou Sra.
- Nadya Simonov: Haverá outra, um dia.
- Marina: Mas será diferente para nós. A gente não deixa as pessoas como eram. Todos aprenderão e verão que as guerras não têm razão de ser. Faremos desta a última guerra, tornaremos o mundo livre para os homens. A terra nos pertence ao povo, se lutarmos por ela. E nós lutaremos. (MILESTONE, 1943, 1H 44' 46" a 1H 45' 16").

O aspecto de valorização ideológica encontrasse do meio para o final da fala de Marina: “faremos desta a última guerra” (MILESTONE, 1943, 1H 45' 03"). Um anseio de várias nações, mas o ponto a se destacar e quem repassa a informação é uma personagem soviética, entretanto, parece que a jovem sai de sua nacionalidade e adota outra, ou seja, a dos estadunidenses visto suas constante lutas de por fim a conflitos, mas a fala ganha mais

caráter ideológico na seguinte declaração e um compromisso para com o mundo, isso por que: “tornaremos o mundo livre para os homens” (MILESTONE, 1943, 1h 45’ 08”). Esse seria o aspecto ideológico marcante do filme: os estadunidenses erguem sua principal bandeira seja antes de conflitos ou no pós guerra, visto que essa nação seria a escolhida há muito tempo para guiar o mundo em busca de sua liberdade e em todos os momentos de dificuldades ela ressurgira para levar ao cabo tal tarefa.

Considerações finais

Como podemos observar ao longo dessa breve análise dessas duas narrativas cinematográficas, Hollywood produziu diferentes filmes com caráter ideológico ao longo do período da Segunda Guerra Mundial, e *Hangmen Also Die!* e *The North Star* cumpriram esse objetivo, seja com a referência a elementos diretos da construção dos estadunidenses como no caso do filme de Fritz Lang ao citar dois documentos históricos e um símbolo a muito conhecido, ou com Lewis Milestone que não utiliza de tal documentos ou símbolos, mas fica mais no campo da conjectura ao utilizar personagens com uma nacionalidade, que todavia mudam de postura ao longo de seu filme e passam a defender princípios estadunidenses.

Além desse fator da ideologia o aspecto de construir um inimigo cruel, teve destaque nessas duas narrativas, com Lang esse fato e mais implícito ao desviar de imagens fortes, mas dar a entender o que aconteceu ou aconteceria, já com Lewis essa negatividade e mais explícita se lembrarmos dos exemplos analisados onde as mortes são cruéis, a construção de um inimigo vil origina uma união maior a causa, e essas duas narrativas construíram esses tipo de inimigo.

O que pode-se referendar é que os filmes *Hangmen Also Die!* e *The North Star* constituem, após essa análise, como exemplos notórios de como a indústria cinematográfica hollywoodiana fora utilizada para atingir diferentes metas, seja de construir ou reforçar a visão para um inimigo,

ou difundir essas proposições ideológicas estadunidense no período final da Segunda Guerra Mundial.

Referências Fílmicas

LANG, Fritz. *Hangmen Also Die!*. [Filme-vídeo]. Produção e Direção Fritz Lang. Los Angeles, Arnold Press Burger Films, 1943. Arquivo de vídeo, 134 min. P&B. Son.

MILESTONE, Lewis; GOLDWYN, Samuel; MENZIES, W. C. *The North Star*. [Filme-Vídeo]. Produção de Samuel Goldwyn e William Cameron Menzeis, Direção de Lewis Milestone. Los Angeles, RKO Radio Pictures, 1943. Arquivo de vídeo, 108 min. P&B. Son.

Referências Bibliográficas

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Tradução de Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação Cinema-História. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D' Assunção. *Cinema-História: teoria e representações sócias no cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 55-106.

OLIVEIRA, Maicon Alexandre Timm de. *Do céu A Estrela do Norte, do inferno Os Carrascos Também Morrem: A ideologia estadunidense no cinema hollywoodiano (1943)*. 2018, 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, Editora UFPR, 2003, p. 101-131.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O triunfo do Reich de mil anos: cinema e propaganda política na Alemanha nazista (1933- 1945). In: CAPELO, Maria {et al}. *História e Cinema: Dimensões históricas do audiovisual*. 2ºed. São Paulo: Alameda, 2011. p.259-274.

VIANA, Nildo. *A concepção materialista da história do cinema*. 1º ed. Porto Alegre: Astersisco, 2009.

ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?* Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

**Do local ao nacional, do nacional ao local:
as críticas e tentativas de cooptação política em Ângelo Dourado
por meio da imprensa no pós-revolução federalista**

*Marcelo França de Oliveira*¹

Introdução

O período da implementação (1889 a 1895) e consolidação republicana (1895 em diante) no Rio Grande do Sul,² é um período fértil para estudos e reflexões de natureza histórica para entender as bases políticas que norteariam o estado até, pelo menos, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional, em 1930. Se o castilhismo-borgismo estabeleceu-se de forma contundente como força majoritária a partir da vitória na Revolução Federalista (1893-95), ele ainda teve resistências por parte dos derrotados, em um novo palco de enfrentamentos: a imprensa. No presente artigo, serão abordadas as conjugações dos planos local e nacional, representados pelas críticas e tentativas de cooptação de elementos do Exército por parte do federalista Ângelo Dourado nos jornais *Diário de Jaguarão*³, da cidade homônima, e *Eco do Sul*, de Rio Grande, sob o prisma político da época.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPEL), Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), oliveira.marcelo@live.com.

² Consideramos o período da instauração, com o advento do 15 de Novembro de 1889 até a afirmação castilhista definitiva, na vitória da Revolução Federalista, subjugando qualquer pretensão contrária à instituição republicana, consolidando a nova forma de governo e o modelo político-administrativo dominante que neutralizou as oposições e dissidências ao regime, especialmente no Rio Grande do Sul.

³ Compilados e publicados sob o formato livro, em 1905, intitulado *A situação política do Brasil*.

O baiano⁴ Ângelo Cardoso Dourado Pereira graduou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, no ano de 1880⁵. Exerceu a profissão por um tempo nessa capital, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto (ECO DO SUL, 1º/11/1905, p. 1). De lá, e já casado com Francisca Autran, foi nomeado médico das colônias pelo Barão de Cotegipe e emigrou para o Rio Grande do Sul, vindo a desempenhar seu ofício na zona colonial gaúcha, especificamente na localidade denominada Conde D'Eu, atualmente município de Garibaldi. Dourado foi relacionado por Elvo Clemente, a partir de seu levantamento efetuado entre os registros de correspondências, como um dos primeiros médicos do local, atendendo não só aquela colônia como também nas de Dona Isabel e Caxias (CLEMENTE, 1993, p. 45).

Em terras gaúchas, atingiu destacada posição na sociedade da época: participou da administração municipal em Bagé, sendo o primeiro presidente da Junta Governativa Provisória com a instauração da república, foi um dos fundadores do Partido Federalista (FRANCO, 2007, p. 135), escreveu para diversos jornais, publicou livros, frequentava banquetes e recepções da elite gaúcha de seu tempo,⁶ tendo sido, também, dirigente da Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, nos anos de 1898 e 1900 (COLUSSI, 1998, p; 467).

Ângelo Dourado ingressou efetivamente na Revolução Federalista em 1893, mas, na prática, nunca saiu dela. Terminado o conflito civil, trocou a trincheira (bélica) pela trincheira discursiva. É de sua autoria o livro

⁴ Tanto a cidade quanto a data de nascimento de Dourado, os autores que trazem apontamentos biográficos apresentam divergências: segundo Sérgio da Costa Franco, na apresentação do livro *Voluntários do Martírio*, ele teria nascido em 6 de outubro de 1856 em Salvador; informação compartilhada por Boucinha (BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989, p. 11). Já para Mario de Lima Beck, Dourado nasceu em 6 de novembro de 1856 em Jacobina (BA) (CORREIO DO POVO, 14/12/1957, p. 9); enquanto para Walter Spalding, o médico baiano nasceu em 6 de novembro de 1857 (SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 49).

⁵ Recebeu a titulação de doutor neste ano ao defender a tese “sobre a operação cesariana”, conforme CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949, p. 149.

⁶ Conforme o legalista Jorge Reis, durante o banquete de inauguração da charqueada de Santa Thereza, de propriedade do então Visconde Ribeiro Magalhães, “fez uso da palavra o inteligente médico e eloquente orador dr. Ângelo Dourado.” (REIS, Jorge. *Apostamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ do Jornal do Povo, 1911, p. 136).

*Voluntários do Martírio*⁷ uma das mais dramáticas e ricas descrições da Revolução Federalista, qualificado por Moacyr Flores como “o mais notável livro sobre a revolução de 1893” (FLORES, 1993, p.126). Foi, destacadamente, sua obra de maior alcance e fonte largamente utilizada por historiadores da guerra civil gaúcha⁸, não sendo, contudo, o único registro publicado pelo médico baiano. Este era um escritor contumaz, que gostava de utilizar seu tempo livre para colocar no papel tanto textos literários como publicações técnicas de sua área profissional e, sobretudo, artigos e crônicas em defesa dos ideais federalistas e contundentes ataques ao castilhismo nos mais variados suportes, desde livros, almanaques, revistas, e, principalmente, através da imprensa periódica da época. Escreveu regularmente para *A Reforma* de Porto Alegre, *União Cívica*, de Bagé, *Diário de Jaguarão*, da cidade homônima, *El Dever Cívico*, jornal de Melo, no Uruguai, *A Federação* e *Diário do Comércio*, ambos do Paraná (quando dos seus deslocamentos neste estado por ocasião da Revolução Federalista) e *Eco do Sul*, de Rio Grande. Há também registros esporádicos, encontrados nos jornais *Cidade do Rio*, do Rio de Janeiro, *O Canabarro*, de Sant’Ana do Livramento, *Diário Popular*, de São Paulo, *Opinião Pública*, e *Correio Mercantil*, de Pelotas, e *Tribuna*, de Rio Grande⁹. As maiores coleções de artigos e crônicas conhecidas, no entanto, são as dos jornais *Eco do Sul* e *Diário de Jaguarão*, sendo mais de 100 inserções publicadas no diário rio-grandino, (a mais longeva e numerosa coleção de escritos veiculados em um único jornal por Ângelo Dourado) e a coletânea de artigos do jornal fronteiriço que seriam publicadas em formato de livro em 1905¹⁰.

⁷ Originalmente sob o título *Voluntários do Martírio – fatos e episódios da guerra civil*, publicado em Pelotas pela Livraria Americana, no ano de 1896, posteriormente reeditada pela editora Martins Livreiro, de Porto Alegre, com texto integral (edição fac-similada do original) em várias edições a partir de 1977 a 1992.

⁸ Sobre a utilização de *Voluntários do martírio* na construção historiográfica nacional e internacional da Revolução Federalista, ver OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira História: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom, 2009, pp. 72-89.

⁹ Conforme levantamento a partir de OLIVEIRA, 2018, pp. 49-51.

¹⁰ DOURADO, Ângelo. *A situação política do Brasil*. Jaguarão: Typ. do Commercio, 1905.

Cortejar é preciso: a questão do exército no pós-revolução

Terminada a Revolução Federalista, não cessaram as disputas políticas no Rio Grande do Sul. Ao contrário, persistiu a bipolarização partidária e os confrontos discursivos de matiz política dela advindos, continuariam a se fazer presentes. Dessa maneira, ainda que firmada a paz e depostas as armas, as sequelas da guerra se prolongariam até a década de 30 do século XX (ALVES, 2002, p. 40).

O conflito federalista foi, de acordo com Loiva Félix, “o ponto culminante de um processo associado à crise de legitimidade republicana”. No período de 1889 até 1895, existiu o esforço de construção, no Rio Grande do Sul, de um universo simbólico, de um imaginário republicano, nacional e gaúcho, permeados por uma vertente mítica universal (FÉLIX, 1993, p. 155). Se este período foi de implantação das bases que serviriam de sustentáculo legal e simbólico da república, a partir da derrota das resistências, deu-se início o período de consolidação das estruturas. A pacificação significou a vitória do castilhismo, que se valeu da guerra civil para criar e aprimorar um aparelho burocrático e militar que garantisse a continuidade do PRR no poder (ALVES, 1995, p. 192). Para enfrentá-lo, a oposição reorganiza-se quando, segundo Sérgio Franco,

Ainda sangravam, em agosto de 1896, as feridas da guerra civil, quando se reuniu em Porto Alegre um novo congresso do Partido Federalista, presidido por Gaspar Silveira Martins. Fazia exatamente 1 ano desde que a pacificação fora acordada na conferência de Pelotas, entre Joca Tavares e o General Galvão de Queiroz. A data de 23 de agosto não terá sido escolhida aleatoriamente? Pelo discurso que Silveira Martins proferiu na ocasião, conhecido através de um extenso resumo, pode-se ter ideia do pensamento que predominou na reunião oposicionista e que afinal se corporificou no programa então aprovado, não mais um programa de ação regional como o de 1892, mas um plano de ação com ambições nacionais (FRANCO, 2007, p. 142).

O novo congresso definiu as bases estruturais que norteariam o partido nos anos subsequentes. Entre os tópicos aprovados em 1896

figuravam: I – República parlamentar; II – Eleição do presidente pelo Congresso Nacional; III – Reforma da bandeira nacional com absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte; IV – Os militares em atividades não poderão votar; no caso de serem eleitos, só poderão exercer a função política mediante prévia reforma ou demissão do serviço do Exército (FRANCO, 2007, p. 143).

O item IV, em especial, era defendido por Silveira Martins (como influência do modelo francês), e de acordo com o qual os militares não poderiam votar ou serem votados, teria recebido adesões dos próprios neste sentido (FRANCO, 2007, p. 143). O elemento militar tomou o centro do debate federalista, sobretudo explorado por Ângelo Dourado através de seus artigos na imprensa, num quadro pelo qual o jornalismo, tanto do lado dos federalistas, quanto do lado dos republicanos, atendia ao propósito de conquista das “cabeças” e “corações” da época, nos debates e discursos que o castilhistas *A Federação* travava com os oposicionistas e dissidentes *Eco do Sul* (Rio Grande) *A Reforma* (Porto Alegre), *O Canabarro* (Rivera), *Diário de Jaguarão* (Jaguarão), entre outros (FÉLIX, 1993, p. 158).

Através dos jornais, Ângelo Dourado divulgou suas ideias e expressou suas posições políticas, e para esta análise, priorizamos sobretudo seus textos no *Eco do Sul* e no *Diário de Jaguarão*. Dentre aquilo que publicava, ao menos em duas oportunidades organizou seus artigos e compilou-os na forma de publicações impressas (folheto e livro, respectivamente). A primeira abrigou o discurso e notas publicadas por ocasião da morte do tribuno Silveira Martins, líder dos federalistas, intitulado *Silveira Martins, discursos e referências depois de sua morte*.¹¹ O segundo, e mais importante, chamou-se *A situação política do Brasil*, um conjunto de artigos selecionados que, além de propaganda panfletária e contumazes críticas ao sistema vigente, também propunha caminhos e soluções para o país. É através desse material (os livros supracitados e alguns excertos de suas crônicas no *Eco*, essencialmente), que percebemos o cortejar do Exército

¹¹ DOURADO, Ângelo. *Silveira Martins: discursos e referências depois de sua morte*. Rio Grande: Typographia e Lithografia de Strauch & Kunz, 1901.

pelo médico baiano, no âmbito nacional, e suas críticas à Brigada Militar, no nível local, após os episódios da Revolução Federalista.

É fato que os militares desempenharam papel decisivo na implantação da República no Brasil. Não sendo “meros instrumentos dos civis”, alguns daqueles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo, sob a liderança de Benjamin Constant, Serzedelo Correia e outros que, imbuídos de ideais reformistas, estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a Monarquia e instalando a República (COSTA, 1999, p. 332). A partir da Guerra do Paraguai, à medida que o Exército se institucionalizava, ascendia a ideia de que cabia aos militares a “salvação da pátria”. Somou-se a isso a infiltração do pensamento positivista¹² no Exército, que influenciou a adesão das patentes inferiores e alunos da Escola Militar à causa republicana, enquanto a Monarquia ainda tinha apoio dos escalões superiores (COSTA, 1999, p. 332). Tão logo chegaram ao poder, os militares implementaram ações de forma a fortalecer ainda mais esse poder: o Exército foi autorizado a aumentar seu contingente de 13 mil para 25 mil soldados, e ainda, seus salários foram imediatamente aumentados em 50%. Completando, uma nova lei foi aprovada regulando a aposentadoria ou promoção imediata de quase todos os altos oficiais (SKIDMORE, 1998, p. 108).

Durante a Revolução Federalista, estabeleceu-se uma sólida ligação entre o PRR e o Exército nacional, ou, ao menos, com um poderoso segmento deste, nas palavras de Love (1975, p. 79). Essa união resultou num poderio expressivo durante a guerra civil e gerou um efeito político decisivo após o seu término. Tanto que, com o fim do conflito, o líder dos revoltosos, Silva Tavares, queixou-se ao presidente Prudente de Moraes que os quadros militares localizados no Rio Grande do Sul estavam muito cerradamente relacionados com Castilhos para oferecer garantias aos rebeldes exilados que retornavam (LOVE, 1975, p. 79).

¹² Como salienta Emília Viotti da Costa, é preciso lembrar, entretanto, “que não se trata de positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do movimento positivista no Exército, não pode ser considerado positivista ortodoxo” (COSTA, 1999, p. 332).

Assim, qualquer possibilidade de resistência passava, necessariamente, pelo apoio dos militares. Desse modo, na edição do dia 29 de outubro de 1896 do *Eco do Sul*, Dourado publicou a crônica “Ontem e hoje”, em que aborda aspectos do passado e do presente da instituição, evocando a memória, “adormecida de muitos”, “antes que a concreção da lama a asfixie para sempre”. Para o cronista, a simples presença de um soldado de linha já bastava para estabelecer a ordem, pois ele representava toda a instituição donatária de grande prestígio patriótico. Para corroborar a afirmação, insere-se como personagem da própria narrativa, quando exemplificou o “ontem”:

Vi mais de uma vez, forças de linha, ou destacamentos comandados por um sargento, desempenhar em comissões difíceis, com toda correção, sem que os chefes das parciais litigantes pudessem acusá-los.

[...]

Eu me recordo bem de duas sessões do Parlamento. Uma na Câmara, onde Afonso Celso Júnior, com abnegação das almas sonhadoras encaravam a censura, contra direito, feita o Exército como uma ofensa feita à pátria, e já rouco de tanto falar ele terminou seu discurso — “não ceder, não ceder, não ceder”. Afonso Celso foi depois uma das vítimas, enquanto os que provocavam e sustentavam a questão como os militares, “aderindo”, transformaram-se em protetores da república cujo berço foi transformado em balcão onde se vende a honra da pátria e compra-se consciências, como nos lupanares onde os cafetões vendem a honra das mulheres inexperientes e habitam em casas onde se vestem de honradez.

A outra foi no Senado. O imortal Barão de Cotegipe, de profética memória, discutia a questão, procurando fugir de toda e qualquer irritação. Referindo-se a Madureira, falou com cara de riso, que era uma questão bizantina.

O velho visconde de Pelotas, doente e fraco ergueu-se como impelido por uma mola de aço e dirigindo-se ao grande brasileiro, ao Senado, dos tempos em que o Senado era composto só de homens dignos, que não havia um ali despachante de alfândega demitidos por peculato, ao presidente do Conselho, ao chefe de um partido prestigioso, bradou-lhe: — não ria, não ria porque está se referindo um coronel do Exército Brasileiro (ECO DO SUL, 29/10/1896, p. 1)

De tal forma, colocou-se como testemunha não só do relato do cotidiano (no exemplo dos destacamentos comandados por um sargento,

militar de baixa patente), como da história daqueles que denominava como grandes homens, tanto na Câmara quanto no Senado, frisando que em tempos de outrora os representantes eram “homens dignos” ao contrário dos “despachantes de alfândega despedidos por peculato”, por exemplo. Esses designados “grandes homens” discursavam, representavam então a grandeza do Exército e ali exigiam o devido respeito à instituição, cabendo ainda destacar um certo imiscuir da República com mazelas sociais, entre elas lupanares e cafetões.

Para ilustrar o “hoje”, destaca que o Exército, apesar de “ter feito a República em nome do povo, porque era preciso que todos fossem ‘cidadãos’” [aspas do escritor maragato], não teve a “parte do leão”: “aumentaram-lhe o soldo, é verdade, mas o câmbio pôs o soldo de um alferes ao par de um soldo de um sargento nos tempos normais”. A parte que coube aos militares foi, então e unicamente, “a do sofrimento”:

Disseram que a República foi feita por ele [o Exército], por isso é imortal. Como todos os crentes o Exército aceitou o aforismo, e começou a sofrer. De lutas cruentas, selvagens, incompreensíveis, hoje, ele assumiu a paternidade.

Morriam os soldados no campo de batalha, porque, as vítimas cansadas de sofrer, lembravam-se que a vida só é compatível com a dignidade; as famílias dos militares se cobriam de luto, os órfãos dessas famílias sofriam fome; a nação sacrificava-se contraindo compromissos que a geração não pagará em um século.

Dizia-se à nação que esse compromisso era para salvar a honra da Pátria, para pagar a valentia do Exército lutador.

O Exército ficou na miséria — sofre misérias, e os que nunca brigaram, que nunca dormiram numa barraca, são capitalistas, ostentam luxos, insultam a pobreza dos valentes e bradam — viva a república!

Para esses, o Exército brasileiro foi e é o mesmo que os antigos escravos das fazendas, trabalhando dia e noite para os senhores moços poderem se entregar a depravação nas cidades.

Consinto que me chamem de mentiroso quem me provar que a sorte do soldado do Exército brasileiro é melhor do que as dos escravos das fazendas.

Não bastou, porém, a esses roubadores da honra e do ouro da Pátria o sacrifício material do Exército.

Quiseram mais, fizeram o sacrifício moral.

Não houve celerado que não tivesse uma farda de honorário; não houve militar digno que não fosse punido (ECO DO SUL, 29/10/1896, p 1).

O Exército que “ficou na miséria” e “sofre misérias”, no entanto, seria formado pelos honrados que não se dobrariam às vontades, ou estavam associados, aos governantes de então. Para o cronista, a situação do soldado é análoga à dos escravizados em tempos passados (argumento que retomará em crônicas futuras), trabalhando para os “senhores moços”, ou seja, os jovens republicanos que, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, substituíam a antiga classe hegemônica dos velhos latifundiários.

Finalizou o texto novamente valendo-se da lição do passado, estabelecendo um paralelo entre os fatos da Revolução Francesa e seu povo, com o Brasil e o Rio Grande do Sul de então:

Está escrito... Quem com ferro fere, com ferro será ferido.

Deve aproveitar a época o senhor governador do Rio Grande.

Transformou seu jornal de propaganda em “Père Duchene”.

Os gritos de angústias dos oprimidos, súplicas dirigidas a quem prometeu garantias, são levados ali ao ridículo pela linguagem do cinismo feroz.

O povo francês então não era diferente do povo brasileiro de hoje.

Tinha o mesmo caráter sofredor, a mesma resignação estoica, mas levantou-se um dia e a guilhotina foi quem vingou as vítimas dos que o tornaram assassino.

Um dia depois do outro, é a lei eterna.

Espere quem puder, espere que verá quem puder ver (ECO DO SUL, 29/10/1896, p 1).

O seu “jornal de propaganda” era *A Federação*, publicação legalista na qual Castilhos e seus seguidores não só faziam propagandas de seu ideário e realizações como atacavam seus opositores, e é comparado justamente com um jornal radical francês da época da Revolução Francesa, chamado *Le Père Duchesne*¹³, em cujas páginas aquele que era denunciado

¹³ *Père Duchesne* (dois títulos) e *Père Duchene* (sem o “S”, um título) foram, segundo Josemar Machado de Oliveira (2002, p. 143-144), o nome de ao menos três jornais publicados durante a Revolução Francesa e que deram origem a outros tantos homônimos em tempos posteriores. No período que nos interessa, todas as folhas possuíam conteúdo

como inimigo da república viria a ser invariavelmente levado à guilhotina. Possuía como segunda característica a forma de linguagem popular e a utilização de termos considerados chulos como, por exemplo, se referir a Maria Antonieta como *putain* (OLIVEIRA, 2002, p. 143-151). Na metáfora, além da semelhança que vê entre um e outro jornal e seus objetivos, demonstra a ilustração característica que serve de suporte para o desenvolvimento de suas crônicas e as lições esperadas delas. Além disso, se valeu de expressões como “quem com ferro fere, com ferro será ferido” e “um dia depois do outro” exemplos de máximas de sabedoria popular e, portanto, pretensamente profetizadoras do porvir.

No dia 18 de novembro de 1896, publicou uma crônica escrita (segundo a assinatura desta) em 15 de novembro, ou seja, aniversário da República, com o sugestivo título de “As festas”. Inicia o texto já deixando clara sua opinião sobre as comemorações: “não é preciso ter um espírito muito atilado para observar-se o que vai de repugnância no espírito público por essas festas oficiais que comemoram as datas republicanas”, uma vez que, apesar de a república ter sido instaurada no país “sob auspícios de uma paz rara” apesar de “imposta ao Brasil como uma surpresa”, em pouco tempo “viu medíocres, ou nulos desconhecidos, ostentarem o luxo, a riqueza, como se a pátria fosse um inimigo vencido em batalha” e, por isso, com direito aos despojos. Prossegue sobre as comemorações:

Fazem festas, acordam o silêncio da plácida noite de luar com as músicas, é a artilharia troa.

Há músicas também depois das batalhas, proa a artilharia para festejar o triunfo, mas nos olhos dos que executam essas harmonias, dos que fazem o canhão troar os lares, há lágrimas porque no campo da batalha ficaram adormecidos para sempre os irmãos, os pais, os filhos, os amigos, e se essa batalha é numa guerra civil provocada pela insânia dos governos, há mais uma vítima,

e posicionamento semelhante, então seria indiferente (e talvez impossível) buscar qual das três estaria se referindo Dourado, sendo mais um conceito ilustrativo (por isso utilizamos o artigo indefinido “um jornal” ao invés de “os jornais”) uma vez que a ideia por trás da comparação é plenamente aplicável a qualquer um deles, seja qual for. No texto original do cronista maragato, a grafia utilizada foi “Pere Duchene”. Como em vários outros casos de citações a nomes históricos a grafia divergia tanto da forma usada naqueles tempos quanto da atual, não nos parece indicativo de precisão, e sim, mais um erro involuntário do médico baiano.

uma grande vítima que não tem voz para lamentar e só tem lágrimas de sangue, é a pátria — ela que se mutila, é ela a quem se mata.

Festejam por ordem superior, mas o povo, o que leva as alegrias espontâneas para o alarido das festas justas, cala-se e olha como vítima, porque cada nota de música, cada tiro de canhão, acorda-lhe no peito a saudade de um ente caro que o Minotauro devorou em nome da república, e desviou os olhos desse passado de ontem, para encarar resignado esse futuro mais cruel com que ele acusa o dia de amanhã (ECO DO SUL, 18/10/1896, p. 1).

Essas festas, então, seriam “por ordem superior”, cabendo ao povo assisti-las sem tomar verdadeiramente parte porque não havia o que comemorar, “olhando como vítima” e traz, na metáfora do Minotauro, a alusão ao povo de Atenas que, em tributo ao rei Minos, enviava anualmente as vítimas em oferta e sacrifício para a morte certa, como o povo brasileiro que também – sob sua ótica –, enviava seus “filhos” para as guerras fratricidas. Depois das festas, “recai o silêncio” continua o cronista, evocando sua experiência de médico onde cabem também metáforas do ofício: “[a República] já está contaminada de todas as lepras; a mais profícua terapêutica apenas poderá prolongar-lhe agonia e se ela foi longa, a morte da Pátria será inevitável”. Finaliza pedindo que “cessem, portanto, as festas, porque elas são os funerais de um povo que agoniza” (ECO DO SUL, 18/10/1896, p. 1).

Agora partamos para *A situação política do Brasil*. Na grande maioria dos textos que compõe a coletânea, quando se refere ao Exército, há referências elogiosas, em franca tentativa de conquistar as simpatias dessa corporação, não hesitando em afagar os brios ou influenciar os militares contra o governo. Dourado inclinou-se ora a responsabilizar setores do Exército pelo estado presente das coisas, ora ameniza esta responsabilidade, chegando mesmo a, em determinados pontos, isentar totalmente qualquer culpa dos militares sobre os eventos em que estes tomaram parte, mesmo naqueles em que, no passado, o próprio Dourado acusava-os, como fez em *Voluntários do Martírio*, durante a Revolução Federalista. Já na primeira página de *A situação...*, o médico baiano reconhece a

decisiva importância do Exército na implantação da República, mas considera que este tenha cometido um equívoco ao ter agido como agiu:

A 15 de Novembro, o Exército brasileiro num descuido fatal, arrancou a nação do caminho de um progresso lento, porém eficaz, em cuja marcha ia eliminando, sem violências nem despedaçamentos, tudo que só viciava a índole e costumes dos povos que, ainda não preparados, tem, contudo, bastante energia para buscar idoneidade definitiva, como buscou a nacionalidade brasileira, para entregar a um grupo de politicantes que desde então julgaram-se senhores, ou donos da fazenda, que outra coisa não tem sido o Brasil, desde aquela época (DOURADO, 1905, p. 1).

Ele constata o desprestígio em que se encontra a corporação, o que, para ele, seria de inteira responsabilidade da própria força armada, que rompeu com seu destino manifesto ao afastar-se de seu desenvolvimento “lento e eficiente”, desde sua criação:

E criou-se o Exército, e se ia melhorando lentamente; povoando-se a fronteira de quartéis e colônias militares; até que o espírito diabólico veio alterar a mente sempre afogueada da mocidade, fazendo-lhe ver a possibilidade de se criar governos filosóficos para povos; e os velhos aderiram ou não protestaram. De ninguém poderá o Exército queixar-se do seu atual desprestígio, ou anulamento, senão de si mesmo, pois foram e são militares os que o arrastaram e arrastam para isso (DOURADO, 1905, p. 17).

Segundo Dourado, alguns oficiais deslumbraram-se tanto com o feito, que não tinham, ainda, a nítida compreensão do que era a pátria. Os subalternos, ou soldados, receberam afagos do cronista baiano: “a grande força do Exército está é na sua massa comandada, felizmente de índole tão boa, tão nobre que nem depois de verem os fuzilamentos de oficiais superiores, até marechais (...) conserva a disciplina e moralidade” (DOURADO, 1905, p. 8). Era na soldadesca que estaria a verdadeira força da corporação. Essa massa que deveria conscientizar-se de seu poder, e para ela Dourado dirigiu seu discurso. Reforçou seu papel na força deste elemento, como no trecho a seguir:

No século atual as ações serão breves e o prazo curto. Não se pode compreender um país forte sem um Exército forte para defendê-lo no primeiro embate, sobre tudo um país vasto como o nosso [...]. Portanto não é o Exército uma classe parasitária, vivendo somente do trabalho do povo. Ao contrário. Em relação às outras classes são as classes armadas as mais sofredoras porque não tem esse estímulo, que as outras anima, de poder fazer fortuna; e tem como apanágio o primeiro sofrimento na luta, e o perpétuo mal-estar relativo, pois outra coisa não é essa vida incerta e errante a que a disciplina e o dever profissional obrigam (DOURADO, 1905, p. 22).

O argumento de “classes mais sofredoras” é reforçado ao avaliar que o Exército, não é outra coisa senão um terreno para exploração, um instrumento da fortuna alheia, ou seja, dos poderosos que se valem deste corpo para conseguir seus intentos e subjugar inimigos. Tal exploração ocasiona, de acordo com Dourado, o isolamento do Exército das massas populares (de onde saem) e o faz vítima dos exploradores, que seriam os primeiros a se revoltarem contra este mesmo Exército (DOURADO, 1905, p. 22).

O federalista defendeu que era preciso fazer justiça e reconhecer no Exército brasileiro “este nobre proceder de cumprimento do dever, embora contra os seus, contra suas ideias, contra seus próprios interesses” (DOURADO, 1905, p. 28). Não só o Exército foi usado, explorando-se de sua boa-fé, disciplina e obediência aos comandos, como também era força efficientíssima, uma vez que poderia ter acabado com a guerra precocemente. Em determinado ponto, Dourado insinuou que, se o Exército e não Castilhos estivessem no comando das ações militares, os federalistas teriam capitulado antes:

[Eram os planos de Castilhos] que vigoravam. Depois da revolução, conversando com um coronel, meu amigo, e de então alto prestígio no castilhismo, narrando as peripécias da guerra, as nossas condições e posições eram tais e tais pontos e ocasiões, ele conheceu que se tivessem executados os planos e a tática do general Moura, a luta teria se terminado ali; ou perdido tanto em seus elementos primordiais, que seríamos, nós os revolucionários, obrigados a capitulação. Mas, assim não foi, porque o Júlio se opôs sempre a esses planos; e só se seguia os que ele traçava (DOURADO, 1905, p. 28).

A demora em findar a guerra, porém, era escolha pessoal dos que lucravam com esta, nas palavras do cronista. O Exército, manobrado e usado indiscriminadamente pelos governos, foi comparado por Dourado a um Hércules “transformado em escravo mártir e ridículo dessa Onfale prostituída - a *República*” (DOURADO, 1905, p. 2).¹⁴ Duras palavras que externavam o sentimento do médico baiano com respeito à relação estabelecida entre ambos. Tal situação caminharia para tornar algo eminentemente figurativo: “o Exército brasileiro, isto é, a sua oficialidade, será somente para os cortejos nos dias de gala”, vinculado à burocracia e cerimoniais, somente, “como aquela força que foi a milícia do Papa, e depois de abatido o poder temporal, lá se apresenta com seus uniformes brilhantes acompanhando as procissões do Vaticano” (DOURADO, 1905, p. 16). Dessa forma, suas funções seriam absorvidas por um poderoso elemento que despontava no período como seu grande rival, em forças: as Brigadas.

A prerrogativa de os estados poderem criar e manter milícias, assegurada pela Constituição republicana de 1891, possibilitou aos governos locais fortalecerem suas posições tanto em nível interno (dentro de seus respectivos estados) quando externo (em relação ao país). Castilhos, no Rio Grande do Sul, formou e equipou sua Brigada estadual, dotando-a de força suficiente a dominar seus adversários e assegurar sua supremacia. Deste modo, a Brigada Militar foi o grande alvo dos ataques de Dourado através de seus artigos em *A situação...*, afinal, o governo estadual detinha nela a sua força bélica básica não só durante a Revolução Federalista (FLORES, 1993, p. 39), mas, também após seu término, continuando como base de sustentação aos decretos de Castilhos e de seu sucessor, Borges de Medeiros. Contava, de acordo com Joseph Love, com 1.500 a 3.200 homens, em todo o decurso da República Velha. A Brigada, um verdadeiro

¹⁴ O mito de Onfale e Hércules faz parte da mitologia greco-romana. Onfale, Rainha da Líbia, na Ásia Menor, era notável por sua deslumbrante beleza. Hércules, tendo cometido um crime, dirigiu-se a Delfos para se lavar desse crime, e ali foi condenado, por um oráculo de Apolo, a escravizar-se por três anos. Foi vendido, então, por Mercúrio a Onfale, que por ele se apaixonou e deu-lhe a liberdade. Mas Hércules, que também a amava, preferiu permanecer submisso ao seu lado e, cedendo aos caprichos, vestia-se de mulher, ornava-se de colares de ouro e pedras, e sentava-se humildemente aos seus pés, a fiar lã, enquanto ela, com porte altivo e guerreiro, vestia-se da pele do leão de Nemés, e empunhava a clave do herói. Tal analogia, aplicada à realidade brasileira, demonstrava a que nível chegava o Exército, poderoso como Hércules, subjugado e fazendo papel humilhante, perante a bela, sedutora e exploradora República.

exército estadual, rivalizava com seu correspondente federal e era comandada por um oficial de carreira, afastado do Exército por licença (LOVE, 1975, p. 83). Desse modo, tal força funcionava como aparato repressivo do estado gaúcho (PESAVENTO, 1983, p. 97).

Seu combate foi empreendido pelas lideranças federalistas, como aparece no item 17 do documento tratado de “Testamento Político de Silveira Martins”,¹⁵ onde estabelecia que os estados não poderiam organizar polícias com caráter militar, isto é, “com armamento, tipo e mais condições peculiares ao Exército e à Guarda Nacional, incumbindo o serviço de segurança a guardas civis, de exclusiva competência municipal” (FRANCO, 2007, p. 146). Tal posição encontra veemente eco nos artigos e crônicas de Dourado, que criticava não apenas a força estadual, mas também as milícias de outros estados, em especial a da capital da República: “aumento da força policial da capital federal que já era numerosa, com mais mil e duzentos homens, não pode ter outro fim senão a dissolução do Exército, trabalhada há muito tempo, por aqueles mesmos que exploraram-no” (DOURADO, 1905, p. 4).

A crítica que se faz ao aumento do efetivo local sempre se deu como contraponto do enfraquecimento e desmoralização do Exército, com mais um indício de conquistar a simpatia deste e combater aquela. A ação de aumentar a Brigada policial, para Dourado, daria ao governo uma outra força, “embora de ação incógnita; mas numerosa, como é, [colocando] em dúvida o triunfo do Exército, se tentar rebelar-se” (DOURADO, 1905, p. 13). Dessa forma, os chefes republicanos locais não precisariam mais do Exército porque já teriam forças para se oporem a ele, “pois só contra ele, o Exército, foram instituídas as Brigadas militares” (DOURADO, 1905, p. 9).

Com o propósito de enfraquecer o Exército e com “interesses outros”, acusa Dourado, é o que justificaria o aumento considerável de instrumentais bélicos, como os da marca *Manulicher*, tidos como modernos e caros,

¹⁵ O advogado Pedro Moacyr, do diretório central do Partido Federalista, estivera em Montevidéu para tratar com o líder a definição e explicitação de um programa de reformas políticas para o país. Após a morte repentina do tribuno, e compilando as conversas que tiveram, nasceu o “testamento político”, apresentado em 03/09/1901 para ser um novo projeto do Partido Federalista, o qual, contudo, não recebeu imediata adesão de alguns setores do partido. (FRANCO, 2007, p. 145).

à Brigada Militar do Rio Grande do Sul: “essa Brigada, sabe-se, tem armamento e munições de primeira ordem, e em grande quantidade; pois é sabido que lhe sobrou armamento para auxiliar a revolução na banda oriental” (DOURADO, 1905, p. 15).¹⁶ Questionava para que serviriam tais artilharias, ou, em suas palavras, esse “excesso de armas”, senão para poder o governo rio-grandense “armar a patriotada, ou a guarda nacional, no momento convencional, para poder dissolver os corpos do Exército?” (DOURADO, 1905, p. 16).

Quanto aos soldados, estes seriam nada mais do que massas de explorados, “mal pagos, e tardiamente, malvestidos, descalços; embora destacados pela linha; fazendo pequenos ranchos de lama para livrarem-se da chuva e dos ventos” ao contrário das regalias que seus correspondentes estaduais que tinham “bom soldo, bons vestidos, luxo em fardamento, bons quartéis, divertimentos; em alguns até bilhares; e tal respeito que ninguém pode ali intervir por despeito pessoal” (DOURADO, 1905, pp. 8-9). Com as brigadas fortalecendo o poder local, Dourado sugere que, dali em diante, até mesmo as promoções dependeriam da vontade e interesses dos chefes locais:

É esta a situação que a *República* criou para o Exército que a fez. Compreendendo-se que um Exército nessas condições não tem direito às posições; as promoções só serão feitas daqui por diante a vontade de cada chefe local. Mas não haverá lugar para todos, portanto uns se revoltarão contra eles por terem protegidos a tal ou tal, quando forem eles os seus *amigos* mais dedicados (DOURADO, 1905, p. 9).

Nesse cenário, o médico baiano anteviu que tal situação provocaria conflitos internos, que desarticulariam ainda mais o Exército, enfraquecendo-o, ou provocando a revolta generalizada. E a Brigada, que já se constituía na terceira força armada do país, segundo Dourado, assumiria contornos de “guarda pretoriana”:

¹⁶ Castilhos, findada a Revolução Federalista, formou aliança com Aparício Saraiva, irmão de Gumerindo Saraiva e, como este, chefe maragato durante a Revolução, mas liderança do Partido Blanco no Uruguai. Os federalistas, principalmente Silveira Martins, por sua vez, apoiavam os Colorados.

Não há muito, dissemos que a Brigada militar tornou-se uma terceira classe armada do país, embora de ação incógnita, embora no futuro tenha ela, no Brasil, aquela mesma ação dos janízaros, na Turquia, dos pretorianos em Roma [...]. E compreendendo-se que essa Brigada, ou exército presidencial vai habitar no centro da capital, as ordens do Sr. Ministro da justiça, e portanto serão dispensados ali os corpos do Exército por inúteis e perigosos, e portanto dispersos; esses corpos, isolados, serão dissolvidos, e em pequeno número nos distritos pobres, ou mesmo em grande número, terão as Brigadas militares para fazê-los obedecer (DOURADO, 1905, p. 15).

Parece-nos sintomática a comparação com os janízaros turcos. Estes foram a guarda de elite, ou o exército particular, dos Sultões durante o Império Otomano. Segundo a tradição, eram compostas por crianças cristãs, normalmente capturadas em batalha, levadas como escravas e convertidas ao Islã. Recebiam educação baseada na lei islâmica e na língua turca, ao mesmo tempo que aprendiam a manejar armas e eram instruídos nas artes militares. Adultos, formavam uma força leal unicamente ao sultão, ao qual defendiam até mesmo com a própria vida. Para Dourado, o futuro da corporação se assemelharia ao formato otomano, tanto em estilo de dominação/doutrinação como mesmo em função. Além disso, o sultanato, assim como o czarismo eram muito recorrentemente utilizados pelos publicistas de então como sinônimos de governos autoritários.

Considerações finais

O médico baiano tomou parte diretamente em dois episódios basilares da instalação e consolidação republicana no Rio Grande do Sul: participou da fundação do Partido Federalista, protagonista dentre as oposições durante a maior parte da República Velha e lutou na Revolução Federalista, que, ao lado da Revolta da Armada, foi a mais notável força de contraponto aos novos senhores do poder.

Esse envolvimento tornou seu testemunho escrito sintomático da disposição de ânimos e ajuda a montar um panorama do que pensavam

alguns dos federalistas, sobretudo seu comando intelectual. Dourado foi fruto de sua época e, como muitos, – de lado a lado – tinha a pretensão de expressar a sua verdade, e de convencimento. Motivado por paixões partidárias, idealistas, destaca-se nele o engajamento, a panfletagem, tão próprias da efervescência política presente no processo de implantação republicana no Brasil, e em especial, no Rio Grande do Sul pós-Revolução Federalista. Era um típico exemplo da elite intelectual do período, com sua educação erudita, o apreço às artes e às ciências, o gosto pela literatura, a paixão pela escrita, complementadas pela formação acadêmica em Medicina na Bahia. O médico, que diagnosticava doenças nas pessoas, costumava fazer as mesmas analogias para tratar de um outro organismo, que segundo sua ótica, também estava doente, e também carecia de cuidados: o Brasil.

O que fez de Dourado ser um caso interessante, do ponto de vista histórico, é sua atuação como produtor de escritos sobre a época, sobretudo depois da guerra civil de 1893-95, por meio dos quais foi um típico agente da chamada “guerra das palavras” empreendida tanto por castilhistas quanto por federalistas, em que interesses locais e nacionais misturavam-se de forma complementar. Nas crônicas e nos artigos do médico baiano, o político e o social andam lado a lado, são indissociáveis, mas reconhecia a efemeridade inerente à própria escrita que produzia e divulgava nas páginas dos jornais diários, o que explica *A situação política do Brasil*, que ganhou a forma de livro para cruzar as fronteiras naturalmente impostas pelas limitações de abrangência espacial e temporal dos jornais em que saíam seus textos. Com isso, seu livro tinha por objetivo atingir um público maior e mais distante do seu centro de produção.

Seu alvo, nesse livro, passou a ser as Brigadas, sustentáculo dos poderes estaduais, sobretudo no Rio Grande do Sul. Eram elas o aspecto local a ser enfrentado, e dificilmente seriam passíveis de alguma influência. Em contrapartida, passou a cortejar o Exército (um agente nacional), e em especial a sua base, em uma tentativa de atrair simpatias para a causa federalista, haja vista que foi ele o fiel da balança durante a Revolução. Ao

pretender cativar uma força nacional, intentava sua pretensão de intervenção no âmbito local. Na grande maioria dos artigos, há referências elogiosas à corporação, sugerindo o quão grande é sua exploração e desvalorização enquanto as Brigadas receberiam, acusou o médico, os melhores tratamentos e deferências por parte dos governos. Também defendeu a participação militar na política – mas não a de partidos – no que vai de encontro ao proposto por Silveira Martins, líder federalista, que defendeu que militares ainda na ativa não poderiam votar nem ser votados.

Outra guinada discursiva diz respeito a Floriano Peixoto. O Marechal não é mais hostilizado por Dourado, ao contrário. Em *A situação*, recebe menções honrosas e elogiosas, em nenhum momento foi alvo de críticas. Com este reposicionamento, concluímos que os federalistas, representados em uma das figuras de maior destaque intelectual dentre os seus quadros, cortejava o Exército em face da nova realidade imposta com a vitória castilhana em 1895. O governo de Borges de Medeiros, herdeiro político e sucessor de Júlio de Castilhos, deteve ao mesmo tempo a máquina estatal a seu favor e contava com o apoio da poderosa Brigada Militar. Restou aos federalistas, já subjugados com suas milícias na Revolução frustrada, cooptar aqueles que, embora enfraquecidos – sob sua visão – ainda poderiam desequilibrar em seu favor um eventual novo levante armado. Além disso, não é demais lembrar, era desejo dos federalistas a intervenção federal no estado, e as denúncias sistemáticas, somadas à ajuda do elemento militar cortejado, poderia facilitar, ou adiantar, esta medida.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. História Política do Rio Grande do Sul I. In: *Curso de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2010.
- ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.
- ALVES, Francisco das Neves. O enaltecimento da farroupilha versus o esquecimento da federalista: um estudo de caso historiográfico. *Biblos*, Rio Grande, V. 17: 103-120, 2005.

- ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Biblos*. V.7. Rio Grande: Ed. Da FURG, 1995.
- BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989.
- CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, s.d.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi*: 1870-1993. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: PUCRS, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. S. Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DOURADO, Ângelo. *A situação política do Brasil*. Jaguarão: Typ. do Commercio, 1905.
- DOURADO, Ângelo. *Silveira Martins*: discursos e referências depois de sua morte. Rio Grande: Typographia e Lithografia de Strauch & Kunz, 1901.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- FÉLIX, Loiva Otero. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da Furg, 1993.
- FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In _____. (Org.) *1893-95 - a Revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul*: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FRANCO, Sergio da Costa. O Partido Federalista. In *República Velha (1889-1930)* / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

OLIVEIRA, Josemar Machado de. Jacques-René Hébert (O jornalista do Père Duchesne) e o processo da revolução. *Revista de História*, S. Paulo, n. 146, p. 139-174, jun 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18937>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

OLIVEIRA, Marcelo França de. O cronista maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado no Eco do Sul (1896-1902). *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018

OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira História: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom, 2009.

PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. S. Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. S. Paulo: Paz e Terra, 1998.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.

Leonel Brizola e a relação com os Estados Unidos durante a ditadura civil-militar no Brasil (1961-1985)

*Marcelo Marcon*¹

Introdução

Esse artigo objetiva apontar as primeiras notas de pesquisa sobre a relação do político brasileiro Leonel de Moura Brizola com os Estados Unidos, durante o período que antecedeu o golpe de 1964, que instaurou uma ditadura civil-militar, que perdurou por 21 anos. Leonel Brizola destacou-se por sua atuação política no Rio Grande do Sul, onde foi deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do estado. Em 1964, com o golpe civil-militar, Brizola deixou o país para o exílio, no Uruguai, onde permaneceu por 15 anos, passando ainda pelos Estados Unidos e por Portugal, antes de seu retorno em 1979, com a Lei da Anistia, já no contexto de abertura política do regime militar.

Brizola ganhou destaque internacional com o Movimento da Legalidade, por ocasião da renúncia do então presidente Jânio Quadros e a recusa das forças armadas a permitir a posse do vice-presidente João Goulart, como previa a constituição. Durante o governo Goulart, Brizola foi um dos principais influenciadores das chamadas “reformas de base”, que previam as reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária. A defesa das reformas foi um dos principais

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH UPF), Mestre e Graduado em História também pela UPF, bolsista da CAPES, marcelomarcongo@hotmail.com.

desencadeadores do golpe de 1964, promovido pelas Forças Armadas e apoiado por setores da sociedade, como a imprensa, parte da classe média, parte da Igreja Católica, dentre outros.

Os documentos disponibilizados do Departamento de Estado dos Estados Unidos mostram que o país norte-americano investigou e acompanhou todo o processo que resultou no golpe, com documentos específicos sobre Leonel Brizola. Dessa forma, o tema dessa insere-se na História Política, na História do Tempo Presente, e buscará investigar como ocorreu a relação de Leonel Brizola e os Estados Unidos de 1961 a 1985, a partir dos documentos do Departamento de Estado dos EUA sobre Leonel Brizola, discursos feitos por Brizola, e demais fontes de pesquisa.

1. Leonel Brizola: Da legalidade ao golpe de 1964

Dos anos 1964 a 1985, o Brasil vivenciou o período de uma ditadura militar, que interrompeu o ciclo democrático que se estabelecera desde 1945, com o fim do Estado Novo. Após o movimento da Legalidade e a posse de João Goulart, e resolvido pelo presidencialismo em 1963, Jango passou a buscar apoio para a aprovação das chamadas “Reformas de Base”, que incluía a Reforma Agrária, Reforma Educacional e Reforma Tributária.

Entre julho e agosto de 1961, João Goulart, na ocasião vice-presidente do Brasil, que era governado pelo presidente Jânio Quadros, realizava uma visita à China. Como resultado da visita um contrato de crédito entre o Banco da China Popular e o Banco do Brasil foi firmado no valor de 56 milhões de dólares, para cobertura inicial de trocas comerciais estudadas entre a Missão Econômica Brasileira e a Comissão Chinesa. Ainda em Pequim, Goulart recebeu a notícia que o presidente Jânio Quadros havia renunciado:

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém,

esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração².

Com a renúncia, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili assumiu provisoriamente a Presidência da República. De acordo com a Constituição, em caso de renúncia do presidente, o vice-presidente deveria assumir o posto. Ignorando a legislação em vigor, iniciou-se um movimento, organizado por setores das Forças Armadas, para impedir a posse de Goulart. Foi nesse contexto que Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, iniciou e liderou o “Movimento da Legalidade” para defender a posse de Goulart.

Brizola contou com o apoio do marechal reformado Henrique Teixeira Lott, que declarou apoio à posse de Jango. Embora fosse preso por esse apoio, a posição de Lott contribuiu para uma divisão das Forças Armadas e o aumento de militares defendendo a mesma posição. Após, o general Orlando Geisel declarou que interceptou ligações de Brizola a Goulart oferecendo tropas do Rio Grande do Sul para serem enviadas para Brasília a fim de garantir sua posse. Dessa forma, Jango e Brizola perceberam que o Exército estava monitorando todas as comunicações do Palácio Piratini, e com chegada de novas mensagens, um possível bombardeio do Palácio Piratini passou a ser tratada como uma ameaça real. No dia 28, Brizola assumiu os microfones da “Cadeia da Legalidade”, transmitida pela Rádio Guaíba, transmitindo um forte discurso:

Se ocorrer a eventualidade do ultimato, ocorrerão, também, consequências muito sérias. Porque nós não nos subterremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem neste Palácio” Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada. O certo porém é que não será silenciada sem balas” (FERREIRA, 2011, p. 233).

² Carta-renúncia de Jânio Quadros, 25 de agosto de 1961.

Segundo Jorge Ferreira, os discursos de Brizola direto do Palácio do Piratini deflagraram um amplo movimento pela posse de João Goulart. O movimento perdurou por todo o mês de agosto, com real possibilidade de uma guerra civil se instaurar no país. Durante esse período, Jango permaneceu em Paris, e depois viajou para Nova York. Tendo Tancredo Neves como negociador com o Exército Brasileiro, este convenceu Jango a aceitar o regime do parlamentarismo como saída para o entrave. Apesar de ser contra com veemência, Jango acabou aceitando com o objetivo de evitar mortes com a ocorrência de uma guerra civil. Após extensas negociações com o Exército, Jango pode retornar ao Brasil no dia 1º de setembro, desembarcando em Porto Alegre, sendo recepcionado por Brizola e por uma multidão de populares sem, no entanto, poder discursar como havia sido preestabelecido por Tancredo com os militares (FERREIRA, 2011, p. 235).

Nem a população e nem Brizola concordariam com a aceitação do regime parlamentarista. Após todo o movimento em defesa da posse de Goulart, a diminuição dos poderes do presidente soava como uma derrota. Brizola propôs que seu cunhado deveria ir à Brasília por terra, assumir o cargo de presidente sem nenhuma restrição, dissolver o Congresso Nacional e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Jango, porém, sabia que não poderia aceitar a proposta se realmente quisesse evitar uma guerra civil. Em uma conversa particular de Jango afirmou a Brizola:

Olha, Brizola, se nós podemos ter um entendimento e chegar ao governo com alguns poderes diminuídos, o importante é que cheguemos lá e evitemos o derramamento de sangue. Depois é depois. Nós evitamos os conflitos, porque em uma guerra civil, conflitos dessa dimensão, a gente sabe como entra, mas depois não sabe nunca como sai. [...] Os americanos estão muito poderosos, temem a situação em Cuba e poderão promover o outro lado contra nós e provocar a divisão do país. Nós sabemos o desfecho que tudo isso poderá ter. Se chegarmos lá, manteremos a unidade do Brasil. (FERREIRA, 2011, p. 255).

Para Jorge Ferreira, Brizola não se convenceu com a decisão de Jango, mas acatou. Além da questão de evitar uma guerra civil, Ferreira aponta que ainda que a marcha a Brasília obtivesse vitória, o homem forte do novo

regime seria o próprio Brizola, que de fato teria o poder, e isso também pesou na decisão de Goulart. Assim, Jango tomou posse no dia 07 de setembro de 1961, com o país adotando o sistema parlamentarista.

Durante o episódio da Legalidade, ficou nítido que, enquanto Brizola adotava uma postura revolucionária, Jango mantinha um tom conciliador, preferindo ceder e chegar a um acordo, para evitar maiores conflitos. Pois foi justamente essa diferença de postura que irá permear o governo, chegando a causar um racha no PTB entre alas ligadas à Brizola e ao presidente.

Durante o governo de João Goulart, intensificou-se no país a caça aos comunistas, sendo criadas organizações claramente terroristas, como o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, duas instituições tiveram a influência na estrutura de grupos anticomunistas: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). Essas entidades mantinham certa cooperação, e estes tiveram importância no processo de queda do governo Goulart. Entretanto, para Motta:

Primeiramente, até o final de 1963, esse tipo de iniciativa mobilizou apenas a extrema-direita, e os setores sociais ultraconservadores. Foi somente a partir daí que o argumento anticomunista se alastrou, chegando a provocar temores sérios em amplos setores sociais. Segundo, as lideranças do centro e da direita sabiam perfeitamente que Goulart não era comunista e costumavam preservá-lo de ataques sérios durante os primeiros meses de governo, inclusive por almejam afastá-lo das esquerdas (MOTTA, 2006, p. 135).

Embora seja importante esclarecer sobre em que setores o anticomunismo predominou inicialmente, não podemos negar o seu papel na queda de Goulart. Como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, até o final de 1963, esse movimento mobiliza a extrema direita, mas preparou um terreno para que em 1964 ganhasse setores populares, sobretudo com a força da imprensa. Embora seja de conhecimento que João Goulart nunca demonstrou tendências ao comunismo, sua pauta com as reformas sociais facilitou para

que a direita conseguisse criar uma imagem que foi aceita por alguns setores da sociedade em 1964 (MOTTA, 2006, p. 135).

De acordo com Jorge Ferreira, já no início do governo, Jango adotou um discurso de pacificação nacional, criando inclusive um departamento denominado “conciliação nacional”, chefiado pelo próprio Tancredo Neves. Todavia, um dos maiores problemas enfrentados pelo presidente foi a questão da luta por terras. Desde o governo Juscelino Kubitschek, trabalhadores rurais vinham se organizando em ligas. No Rio Grande do Sul, Brizola desapropriou fazendas por meio de reforma agrária. Ocorreram, após a posse de Jango, invasões no Maranhão, na Paraíba, em Goiás, na Bahia, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2011, p. 269).

Em janeiro de 1963, um plebiscito definiu que o Brasil voltasse a adotar o sistema presidencialista, o que deveria, em tese, garantir e ampliar os poderes de Jango. Na prática, a partir de março daquele ano, sua situação a frente do governo ficou cada vez mais complicada, com a adoção do programa das reformas de base, em especial, a agrária, o que também significou uma resposta às críticas de trabalhadores, sindicalistas, e das esquerdas que criticavam a “política de conciliação” adotada pelo presidente (FERREIRA, 2011, p. 341).

Uma proposta de emenda constitucional que alterava a exigência do pagamento prévio para a desapropriação de terras. Com a proposta do governo, o proprietário seria ressarcido com títulos da dívida pública. Os grupos conservadores consideraram a proposta inaceitável, pois ameaçava, segundo eles, o direito à propriedade. Nas ruas, iniciou-se uma forte campanha pela aprovação da emenda. Liderados por Brizola, grupos estudantis e de esquerda e trabalhadores pressionavam os parlamentares a aprovar a emenda. A comissão parlamentar, porém, rejeitou a emenda por sete votos a quatro (FERREIRA, 2011, p. 342).

Em maio de 1963, Leonel Brizola passou a atacar membros do governo, como os ministros San Tiago Dantas, Amaury Krueel e Antônio Balbino, enquanto pressionava pela aprovação das reformas de base. “Também convocou a população a se unir em grupos de cinco pessoas para, em

milhares de células, resistirem às insolências e abusos dos gorilas que estavam armando um golpe”. Desqualificou, ainda, o embaixador dos EUA no Brasil, chamando-o de “inspetor de colônias” (FERREIRA, 2011, p. 343).

Goulart decidiu então promover uma reforma ministerial, que embora tivesse as reformas como uma das prioridades buscava novamente adotar um tom conciliador, o que também foi atacado por Brizola. Outro grave problema enfrentado pelo presidente foi a imprensa. Segundo Jorge Ferreira, nos primeiros dias de março de 1964, a imprensa brasileira estava assustada com as radicalizações das esquerdas, mas ainda não patrocinavam uma oposição sistemática, embora não dessem apoio irrestrito a Jango. Naqueles dias, jornais como *O Globo* e *o Jornal do Brasil* diziam apoiar o presidente, desde que ele se mantivesse afastado das esquerdas. *O Estado de São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa*, por sua vez, declararam repúdio a Jango (FERREIRA, 2011, p. 413).

Nos dias que se seguiram, porém, Jango aproximou seu discurso com o das esquerdas que defendiam as reformas e o fim da chamada “política de conciliação”. No dia 13 de abril de 1964, aconteceu o “Comício das Reformas”, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em que Jango proferiu um discurso em que afirmou que aqueles que eram contrários as reformas defendiam uma democracia antipovo, “a democracia antirreformas, a democracia do antissindicalismo, a democracia dos privilégios, a democracia na intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar a Petrolbras, é a democracia dos monopólios” (FERREIRA, 2011, p. 425).

Jango buscava realizar um discurso voltado aos trabalhadores, relembrando discursos de Getúlio Vargas, na tentativa de que obtivesse apoio popular suficiente para confrontar os setores que conspiravam contra seu governo, principalmente o Exército, a UDN e parte da imprensa. Porém, a situação passou a ficar cada vez mais complicada para Jango, com a convocação das chamadas “Marchas da Família com Deus pela liberdade”.

Já no dia 30 de março, Jango compareceu a um evento dos sargentos do Exército, onde buscou se explicar das acusações de comunista, afirmando ser um nacionalista. Sua ida ao evento surtiu efeito contrário, uma

vez que grande parte do exército já se movimentava para derrubar o presidente.

A notícia do iminente golpe civil-militar contra o governo João Goulart, em março de 1964, fez Brizola deixar o Rio de Janeiro e viajar para Porto Alegre, na tentativa de elaborar um plano de resistência, em três linhas de ação: “a primeira, junto ao Presidente Goulart e aos altos oficiais nacionalistas; a segunda com sargentos e suboficiais; e a terceira com as organizações sindicais, operárias, camponesas e estudantis (LEITE FILHO, 2008, p. 284)”.

Já no dia 31 de março, com a maior da série de manifestações da chamada “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, e com a presença dos militares com o objetivo de depor o presidente Jango, Brizola conseguiu com que o presidente nomeie o general Ladário Teles para o comando do III Exército, na tentativa de realizar uma reação pelo Rio Grande do Sul. Em 1º de abril, Jango deixou Brasília e dirigiu-se para Porto Alegre, quando no dia 02 reuniu-se com Brizola, Ladário e outros generais, e outras lideranças políticas aliadas. Por meio do depoimento de Ladário Telles ao escritor Hélio Silva, Leite Filho descreve o andamento da reunião, afirmando que Brizola pediu a Jango que o nomeasse ministro da Justiça, e que nomeasse Ladário como ministro da Guerra. Também descreve uma discussão de Brizola com o general Adalberto Pereira dos Santos, que o teria chamado de comunista (LEITE FILHO, 2008, p. 284).

Exaltado os ânimos, Jango intervém e agradeceu o general Ladário, mas afirma que não desejava derramamento de sangue pelo seu mandato, e que seguiria para algum lugar do país onde aguardaria os acontecimentos. O ex-governador desejava enfrentar, pois acreditava que contaria com a Brigada Militar gaúcha, e sendo nomeado Ministro da Justiça, e com Ladário Ministro da Guerra, poderia levantar uma manifestação contra o golpe, a exemplo do que fez na Legalidade. Porém, não havia quantidade suficiente, nem popular, nem militar.

Brizola percorreu o interior do estado por cerca de um mês após o golpe, usando disfarces e tendo que se mudar constantemente, visto que cada lugar por que passava era invadido pelos militares. Sem encontrar

resistência ao regime nas ruas, Brizola enfim decidiu partir para o exílio, escolhendo o Uruguai, onde sua mulher e filhos já estavam instalados. Antes de partir, conseguiu publicar uma carta na primeira página do jornal *Correio da Manhã*, do dia 03 de maio de 1964, em que escreveu:

Rogo ao Correio da Manhã a publicação desta: Encontro-me no interior do país. Percorri milhares de quilômetros, centenas e centenas de casas e ranchos. Aonde chego sou recebido como um filho. Todos sabem que o Governo mudou e que agora são os generais, grandes fazendeiros e comerciantes, e os velhos políticos que estão mandando. Todos sabem que a vida, para o operário, para o agricultor e o camponês vai ser dura, e que pretenderão resolver a crise nas suas costas. Dizem: nada melhor do que um dia atrás do outro. Sabem que eu não sou comunista e não acreditam nesta história de comunismo. Quanto a mim, depois de tudo o que fizeram à minha família (invadiram e depredaram a minha casa), o que me resta senão o exílio e a luta clandestina? A violência não partiu de nós. Estes dias têm sido muito importantes para mim. E para o povo brasileiro, principalmente. Caíram as máscaras. Posso dizer ao menos que: 1) Em que pesem as difamações, nada fiz em minha vida que possa desmerecer a confiança que me dedicaram: 2) Deus não permitiu que medrasse o ódio no meu coração. Mas fez-me um homem mais determinado ainda: 3) Que os vencedores do golpe trazem no ventre o germe da sua própria deterioração: o ódio e os sentimentos de vingança. Ninguém nos impedirá de servir ao nosso povo, de defender seus sagrados direitos e de libertar nossa Pátria da espoliação internacional. Seguirei, proximamente, para o Uruguai, onde me reunirei com minha família, Leonel Brizola (LEITE FILHO, 2008, p. 284).

Podemos perceber que Brizola elaborou um discurso em que denunciou os atos do governo militar e a perseguição contra ele, bem como procurou rebater as críticas dos que lhe chamavam de comunista. Falou sobre a violência, os pobres e operários, e da “espoliação internacional”, em referência à influência dos Estados Unidos no golpe. Seu discurso o mostra como um opositor que precisa exilar-se e que tem esperanças de retornar ao país em breve.

Assim, às 17 horas de 6 de maio de 1964, Brizola chegou a *jefatura* da polícia de Montevidéu para registrar-se como o mais novo exilado brasileiro. No exílio no Uruguai, Brizola passou, inicialmente, por dificuldades

financeiras, pois além de sua família, teve que abrigar outros exilados políticos que também buscam asilo no Uruguai, o que se amenizou com a venda de patrimônio da família no Rio Grande do Sul.

Brizola afirmou diversas vezes ser contra guerrilhas para derrubar o regime militar, por acreditar que uma insurreição popular iria se iniciar no Rio Grande do Sul e se estender no restante do país, o que não acontece. Após perceber que a situação não se resolveria facilmente, Brizola influenciou algumas tentativas de guerrilhas, principalmente a de Caparaó, porém, sem sucesso.

Brizola permaneceu no Uruguai até 1977, quando foi expulso, sob alegação de que teria infringido as leis do exílio. Mais tarde, soube-se que a medida foi solicitada pelo general linha-dura Sylvio Frota, que articulava para suceder Ernesto Geisel na presidência. O ex-governador decidiu, então, pedir asilo nos Estados Unidos, pois queria ver a mudança na política do país com a defesa dos direitos humanos, marca do então presidente Jimmy Carter.

Em 1978, Brizola partiu para a fase final de seu exílio, Lisboa, em Portugal, onde manteve boas relações com Mário Soares. A partir de Lisboa, Brizola passou a definir-se como um social democrata, sendo que o Encontro de Lisboa e, 1979, remontou as bases para a criação do novo partido trabalhista brasileiro: o PDT, embora naquele momento Brizola pensou estar recriando o PTB.

Já em setembro de 1979, por ocasião da abertura política e a Lei de Anistia, Brizola retorna ao Brasil, lutou pelo domínio da sigla PTB, a qual perde para Ivete Vargas, e então criou o PDT, partido no qual se elegeu governador em 1982 em seu novo território político: o Rio de Janeiro.

2. Os Estados Unidos e Leonel Brizola durante a Legalidade e a Ditadura Militar

Quanto à política externa, Goulart manteve o país independente, a exemplo de Jânio. Em um contexto de guerra fria, ampliou relações

diplomáticas com a União Soviética e rechaçou as sanções que os Estados Unidos propuseram contra Cuba. Em uma conferência em Punta Del Este, em janeiro de 1962, o chanceler brasileiro San Tiago Dantas, defendeu a posição de neutralidade em relação a Cuba, causando um mal-estar com o secretário de estado norte-americano, Dean Rusk:

Em clima tenso, o secretário de Estado norte-americano Dean Rusk disse a San Tiago Dantas não compreender o significado da expressão “não intervenção”. Afinal, uma potência como os Estados Unidos sempre se intrometia nos assuntos internos de outros países. Afirmou, em tom de ameaça, que seu país utilizaria a força militar contra os governos que não acompanhassem seu voto contra Cuba. O ambiente de intimidações repercutiu negativamente no Brasil. O embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, teve que dar explicações. Diversos órgãos da imprensa, sindicatos, entidades estudantis, câmaras municipais, entre outros, protestaram contra a arrogância do secretário de Estado, fortalecendo o gabinete de Tancredo Neves. A posição brasileira criou tensões entre Washington e Brasília. Em março do mesmo ano, em Genebra, na Conferência de Desarmamento, a delegação brasileira definiu o Brasil como país não alinhado a nenhum dos dois blocos político-militares (FERREIRA, 2011, p. 271).

Durante o seu governo, Goulart adotou uma postura de não-alinhamento aos Estados Unidos, ao mesmo passo que manteve relações diplomáticas com a União Soviética, o que contribuiu para o desgaste das relações entre o governo Goulart e o governo de John F. Kennedy, e posteriormente de Lyndon B. Johnson nos EUA.

No dia 02 de abril de 1964, o Departamento de Estado dos Estados Unidos emitiu uma nota de inteligência sobre a deposição de João Goulart, intitulada “Goulart Out and New Government Being Formed”, ou seja, “Goulart sai e novo governo está sendo formado”, em que demonstra preocupação com a tentativa de resistência de Goulart a sua deposição e o apoio de Leonel Brizola, a quem classifica como “virulento” e anti-americano:

Apoio à Goulart desmorona. Os acontecimentos ocorreram rapidamente no Brasil nas últimas 24 horas, e o último grupo de resistência pró-Goulart

abandonaram a rebelde causa e o ex-presidente Goulart deixou o país para o exílio no Uruguai. Chegando no Rio Grande do Sul, seu estado natal, anteriormente naquele mesmo dia, Goulart aparentemente tinha em mente uma última tentativa de resistência a revolta civil-militar que culminou na sua deposição como presidente no último dia 1º de Abril. Embora o 3º Exército tenha considerado primeiramente lealdade ao ex-presidente, o qual pensou ter um forte apoio civil no estado, liderado pelo seu cunhado, o virulento e antiamericano Leonel Brizola, este apoio se dissolveu rapidamente durante o dia. O governador do estado Ildo Meneghetti, se dirigiu a capital mais cedo, anunciando sua aderência ao movimento democrático, e importantes unidades do Terceiro Exército se recusaram a apoiar as forças Brizola-Goulart. A última resistência remanescente caiu em face da ameaça do confronto armado com as forças lideradas pelo general Amaury Kruehl do Segundo Exército de São Paulo. Forças leais ao novo governo estão em total controle do Rio Grande do Sul e ao longo do país também.³

O conteúdo do documento mostra uma posição do departamento de Estado estado-unidense sobre Brizola. Ao chamá-lo de “virulento” e anti-americano, os EUA marcam uma posição sobre um político brasileiro que pressionava Goulart para a implementação das chamadas reformas de base, entre elas, a reforma agrária. Em um contexto de Guerra Fria, em que Brizola passou a ser observado com maior veemência desde a Legalidade, o documento apresentado um dia após o golpe mostra como o golpe foi acompanhado de perto pelo país norte-americano.

Outro ponto a ser destacado é a forma como o departamento reforça uma tentativa de resistência por parte de Goulart, o que não acontece, segundo o texto, pela falta de apoio do exército brasileiro. No mesmo dia, foi

³ Goulart Support Crumbles. Developments have moved at a fast pace in Brazil in the past 24 hours, as the last pockets of pro-Goulart resistance have gone over to the rebel cause and former president Goulart has fled the Country for asylum in Uruguay. Arriving in his home State of Rio Grande do Sul early in the day, Goulart apparently had in mind one last ditch effort at resistance to the military and civilian revolt which had culminated in his ouster as President late on April 1. Although The Third Army was considered primarily loyal to the former President and he was thought to have strong civilian support in the state led by his brother-in-law, the virulently anti-American Leonel Brizola, this support dissolved rapidly during the day. State Governor Ildo Meneghetti, driven from the capital city earlier, announced his adherence to the democratic movement, and important units of the Third Army refused to support the Goulart-Brizola forces. The last remained resistance crumbled in the face of a threatened military confrontation with forces led by General Amaury Kruehl of the Second Army from São Paulo. Forces loyal to the new government are in complete control of Rio Grande do Sul and throughout the rest of the country as well. Documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos: Goulart Out and New Government Being Formed, 02/04/1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:667887/PDF/>.

escrito um memorando endereçado ao Assessor de Segurança Nacional da Casa Branca Mc George Bundy, com o título “The White House”, assunto: Brasil, descrito inicialmente como secreto, no que segue:

Ralph Burton sente que as coisas estão indo muito bem. 1. Nós temos a base constitucional, não uma junta de negócios militar. 2. Goulart tem apenas alguns recursos restantes. Primeiro, ele tem Brizola. Segundo, ele tem elementos do Terceiro Exército. Todavia, ele não pode apostar veemente nesses elementos que, a qualquer momento, podem olhar em volta e retirar o seu apoio. Terceiro, ele tem alguns elementos trabalhistas. Mas isso é muito confuso., o trabalhismo no local tende a apoiar tendências democráticas, especialmente em São Paulo. A revolução é uma expressão do amplo descontentamento com Goulart e nós devemos manter isso em mente. Por exemplo, governadores de estados que controlam aproximadamente metade da população se declararam contra Goulart. Ralph estimativa que as chances de um revés na presente situação (ou um compromisso com Goulart) são extremamente pequenas. Gordon Chase.⁴⁵

No texto do documento, podemos perceber como os Estados Unidos encaram o fato de Goulart ter poucas chances de reagir como uma vitória, com a expressão “as coisas estão indo muito bem”. Assim, é demonstrado como os Estados Unidos, além de acompanharem de perto o processo do golpe, influenciaram para que ele acontecesse.

Sendo esse um campo essencialmente político, utilizaremos a obra de Pierre Bourdieu para entendermos o campo político e as relações de poder presentes no tema em questão. Para Bourdieu,

O facto de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos no sistema americano, podem eles

⁴Ralph Burton feels things are still going very well : 1. We have the constitutional base - no military junta business. 2. Goulart has only a few assets left. First , he has Brizola. Second, he has elements of the 3rd Army. However, he can' t b et too firmly on these elements which, at any time, could look around and pull out their support . Third, he has some labor support . But this is very mixed; labor on the local level tends to be of strong democratic leanings, particularly in Sao Paulo. 3. The revolution is an expression of broad discontent with Goulart and we should keep this in mind. For example, governors of states controlling over one half the population of Brazi l declared against Goulart . 4. Ralph estimates that the chances of a reversal of the present situation (or a compromise with Goulart) are extremely slim. Gordon Chase.

⁵ Documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos: Brazil, 02/04/1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:667872/PDF/>

próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas situações polares, “partido do movimento” e “partido da ordem”, “progressistas e conservadores”, “esquerda” e “direita” são invariantes que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação. [...] O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a direita e a esquerda se pode manter numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam essas posições em dois momentos diferentes (ou em dois lugares diferentes): o racionalismo, a fé no progresso e na ciência, que entre as duas guerras, na França como na Alemanha, constituíam o ideário da esquerda enquanto que a direita nacionalista e conservadora se dava mais ao irracionalismo e ao culto da natureza tornaram-se hoje, nestes dois países, no coração do novo credo conservador, fundamentado na confiança no progresso, na técnica e na tecnocracia, enquanto que a esquerda se vê recambiada para temas ideológicos ou práticas que pertenciam exclusivamente ao polo oposto, como o culto (ecológico) da natureza, o regionalismo e um certo nacionalismo, a denúncia do mito do progresso da defesa da pessoa, tudo isto banhado de irracionalismo (BORDIEU, 1989, p. 179).

Podemos compreender diversos pontos a partir desse pensamento de Bourdieu. Primeiramente, toda a divisão política, seja ela entendida como direita e esquerda, ou conservador e progressista, só existem em um campo político que permita que essa relação aconteça. Segundo, é justamente no processo relacional, no jogo entre situação e oposição, que as relações de poder exercem domínio e influência, podendo mudar de discursos e ações dependendo do contexto. O autor cita como exemplo temas que hoje são adotados pela esquerda, mas que originalmente pertenciam à direita, como o nacionalismo, do mesmo modo que o racionalismo, a fé no progresso e na ciência, que constituíam pautas da esquerda na França e Alemanha, hoje são pautas conservadores daqueles países. Tudo isso ocorre a partir do campo relacional e das forças políticas presentes em cada época e em cada situação, que se flexibilizam para atender a

determinadas demandas sociais, sempre de acordo com cada contexto político e social.

Se faz imprescindível entendermos que a relação entre Leonel Brizola e os Estados Unidos acontece em um contexto de Guerra Fria, em que os dois pólos “direita e esquerda”, “capitalismo e socialismo” se enfrentavam no campo das ideias, com conflitos intermediários, e os Estados Unidos, principal representante de defesa do capitalismo, buscava combater qualquer chance de um país demonstrar tendências socialistas, principalmente após a Revolução Cubana, demonstrando preocupação com os demais países americanos.

É de conhecimento que João Goulart, Leonel Brizola e demais políticos petebistas não representavam uma ameaça ao capitalismo vigente, mas defendiam reformas a fim de atender demandas populares. No caso de Leonel Brizola, o termo “socialismo moreno”, ou seja, um socialismo adequado às demandas brasileiras foi cunhado por Darcy Ribeiro. Após o retorno do exílio, também passou a se denominar como um socialdemocrata, visto seu contato com a socialdemocracia europeia, principalmente durante o Encontro de Lisboa em 1979.

De qualquer forma, os Estados Unidos viam em políticos como Brizola uma ameaça a sua hegemonia e ao predomínio do capitalismo no mundo. Assim, a partir desse campo político, das relações de poder, do poder simbólico, trabalharemos os documentos históricos e demais fontes na busca de compreender como ocorre essa relação.

Considerações finais

Esse artigo teve por objetivo explicar sobre as primeiras notas de pesquisa sobre a relação entre Leonel Brizola e os Estados Unidos, desde 1961 com o episódio da Legalidade, até 1985, com o fim da ditadura militar brasileira em 1985. Como é sabido, os EUA influenciaram e monitoraram os acontecimentos que levaram ao golpe de 1964, chegando a montar uma

operação militar, com aviões e armamento caso Goulart resistisse, fato conhecido como Operação Brother Sam.

Leonel Brizola liderou o movimento da Legalidade, quando ganhou projeção internacional, e passou a ser observado pelos Estados Unidos. Foi taxado como “virulento” e “antiamericano”, ao ser descrito como a única fonte de apoio que Goulart tinha quando ocorreu o golpe. Ao longo desse processo também foi observado pelos EUA, principalmente por sua defesa as reformas de base.

Após o golpe, foi monitorado em seu exílio no Uruguai, e mais tarde, chegou a passar pelos Estados Unidos durante o exílio, uma vez que Jimmy Carter assumiu a presidência, demonstrando uma nova forma da visão dos Estados Unidos em relação a Leonel Brizola.

Como dito, essas são as primeiras notas de pesquisa, que ainda não possuem resultados. Ao decorrer da pesquisa e da análise das fontes será possível interpretar os documentos selecionados e fazer a interpretação, criando uma tese que visa contribuir para a historiografia.

Referências

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. *Brizola*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FERREIRA, Jorge; FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Coord.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. 4 v.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FILHO, Daniel Aarão Reis. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FILHO, FC Leite. *El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012

REMOND, René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Margaridas em marcha, margaridas em luta: representações das identidades floridas na imprensa brasileira (2019)

*Maria Clara Lysakowski Hallal*¹

Introdução

Este trabalho pretende discutir as identidades que permeiam a *Marcha das Margaridas*, movimento criado em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, na Paraíba, por defender os direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

A Marcha começou no ano 2000 e ocorre a cada quatro anos, juntando camponesas e trabalhadoras rurais de todos os estados do Brasil que rumam a Brasília, em busca de uma visibilidade maior e efetiva ação de luta das mulheres do campo. Entre os objetivos estão protestar e lutar contra a exploração, a dominação e todas as formas de violência de gênero, buscando maior autonomia e liberdade para as mulheres. É considerada a maior ação de mulheres da América Latina.

Até o momento da Marcha, ocorre uma série de agendas e debates para discutir os caminhos e objetivos do movimento. No ano de 2019, por exemplo, em maio teve os encontros regionais, junho a plataforma política (visto que as pautas vão mudando conforme as necessidades em vigor),

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPEL), bolsista CAPES, clarahallal@hotmail.com.

julho ocorreu a mobilização social onde campanhas para financiar² as Margaridas foram abertas e, por último, a Marcha em agosto.

Assim o movimento é construído a partir de debates, ação política e mobilização pelas mulheres em suas comunidades até chegar a ação efetiva que, em 2019, ocorreu nos dias 13 e 14 de agosto. Portanto, com seus característicos chapéus de palha ornamentados com margaridas, aproximadamente 100 mil mulheres de todas as partes do país se uniram para debater e reivindicar democracia, igualdade política e o fim da violência de gênero.

Camponesas em luta: Quem foi Margarida Maria Alves?

Margarida Maria Alves nasceu no ano de 1933, no interior da Paraíba e faleceu brutalmente em 1983. Era uma militante e sindicalista, fazia denúncias contra abusos e desrespeito aos direitos dos trabalhadores nas usinas da região. Ela foi a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no estado da Paraíba durante a ditadura militar. Assim, fazendeiros da região, descontentes com as acusações e com o fato dos seus trabalhadores começarem a perceber que tinham direitos a melhores condições de trabalho, mandou executar Margarida, na frente de seu filho e marido, na porta de casa (FERREIRA, 2009).

Sua luta floresceu ainda mais após seu assassinato, foram criadas ONGS, escolas, creches, sindicatos em sua homenagem. Mas foi no ano de 2000 que sua trajetória teve um significado maior, pois o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial de Mulheres, da Central Única dos Trabalhadores e de outras 27 federações estaduais e mais de 4 mil sindicatos se uniram e desde então, sempre no mês de agosto e a cada quatro anos, marcham de seus respectivos estados e cidades, rumo a Brasília para a *Marcha das Margaridas*.

² <<https://benfeitoria.com/marchadasmargaridas>> Acesso: 20/10/2019

Representações das identidades floridas

A *Marcha das Margaridas* é um movimento composto de múltiplos segmentos, pessoas e conseqüentemente identidades se entrecruzam e são (re)constituídas durante o processo de organização da Marcha, que dura todo o ano, até o movimento em si, em agosto. É constituído principalmente de mulheres e se entende que essas são sujeitos políticos, que estão marchando, lutando e reivindicando melhorias para si e seus pares, principalmente para as mulheres do campo.

Diante disso, busca-se, através de reportagens veiculadas na imprensa brasileira, dando ênfase as fotografias, como os jornais e revistas das mais variadas posições políticas, demonstraram e transmitiram matérias relativas à Marcha e como as identidades, pautas e reivindicações margaridas foram demonstradas.

Para a análise da fonte jornalística foi utilizado o autor Jorge Pedro Sousa (2002), que explicita métodos como apreciação da forma, expressão, posição das fotografias e títulos para compreender e avaliar a composição como um todo. A primeira imagem é da Carta Capital, uma revista semanal e a linha editorial é alinhada aos movimentos de esquerda.



Figura 1: "Mulheres do Campo". Fonte: Carta Capital, 14 de agosto de 2019.



Figura 2: “Mulheres do Campo”. Fonte: Carta Capital, 14 de agosto de 2019.

O periódico veicula na internet, no próprio dia da *Marcha das Margaridas*, as notícias e principalmente as fotografias do movimento. O texto que acompanha as imagens menciona que mais de 100 mil mulheres marcharam em direção à Praça dos Três Poderes de Brasília. Ainda, explicita que a *Marcha das Mulheres Indígenas*, cuja edição ocorreu pela primeira vez em 2019, se integrou às Margaridas.

Na primeira imagem, há a presença de alguns elementos identitários que representam as Margaridas: como a predominância da cor lilás nas roupas, faixas e adereços, os chapéus de palha e as várias bandeiras com as pautas do movimento. Esses artefatos são constituintes das identidades das Margaridas, entendendo que é um conceito que deve ser entendido como plural, pois várias identidades se constituem e constituírem no processo da Marcha. A respeito dessa construção, Hall alerta que:

Cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2008, p.108).

Interessante observar que ao longo do ano, ocorrem várias reuniões para decidir o rumo que o movimento vai prosseguir e também as pautas da próxima Marcha. Pois, os objetivos vão mudando conforme as condições políticas e sociais em voga no momento. Em 2019, por exemplo, críticas as condições que as mulheres são tratadas, principalmente as do campo, foram elencadas.

Nesse sentido, compreende-se que as identidades vão adquirindo novos contornos e pluralidades ao longo dos anos. Seja durante o processo organizacional de definir as novas pautas para o ano seguinte, nas reuniões para organizar o movimento em si ou durante a própria Marcha. Não é um processo estático, as identidades vão se modificando, solidificando e reconstruindo ao longo dos processos da vida, no caso específico, no transcorrer do dia a dia dessas mulheres juntamente com as atividades ligadas ao movimento.

A figura 2 apresentada, evidencia as indígenas de sua própria Marcha que se juntaram as Margaridas. Alguns símbolos identitários como penas e maracá³ juntamente com os traços físicos das mulheres, já demonstram que são indígenas. Algumas palavras são identificadas nas faixas que carregam: “territórios e retrocessos”. Possivelmente são as maiores lutas indígenas das últimas décadas: reconhecimento do seu território de origem e a luta contra os retrocessos que vem ocorrendo nas últimas décadas, com direitos que já eram assegurados.

A próxima reportagem é do Jornal do Professor, vinculado ao Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Goiás e é distribuído online e gratuitamente. A matéria data de setembro, visto que a edição de agosto, mês da *Marcha das Margaridas*, já tinha sido distribuída antes da data marcada para o movimento ocorrer.

³ Instrumento sagrado para várias culturas indígenas. Consiste numa cabaça seca na qual são colocadas pedras ou caroços e funciona como um chocalho. Utilizado em rituais místicos e religiosos ajudariam na comunicação com os deuses ou ancestrais. Ver mais: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php> Acesso: 10/08/2019



Figura 3: “Mulheres na luta”. Fonte: Jornal do Professor, setembro de 2019, Capa.



Figura 4: “Empoderamento da mulher”. Fonte: Jornal do Professor, setembro de 2019, pp 8-9.

O jornal é de linha editorial voltada à esquerda e na edição de setembro contemplou praticamente metade da capa e duas páginas dentro do jornal para a Marcha. Na capa consta: “Marchando por direitos: Marcha

das Margaridas reúne milhares de pessoas em Brasília” (JORNAL DO PROFESSOR, 2019, capa).

Ao longo das duas páginas, dentro do jornal, dedicadas a Marcha, tem uma página só de texto para explicar como o movimento foi organizado em Brasília, que foi “florido”, devido a presença de mais de 100 mil mulheres “margaridas”. Por meio da matéria, algumas situações são explicitadas, como no dia 13 de agosto foram realizadas atividades culturais, mostras e as delegações dos vários estados se reuniram para afinarem as propostas. No dia 14, todos os grupos se reuniram em um só e partiram em direção à Explanada dos Ministérios.

A segunda página da reportagem é constituída totalmente de fotografias, elas fazem relação direta com os dizeres da reportagem. Ao longo das fotografias, as Margaridas estão evidenciadas com os seus elementos mais representativos: chapéus de palha, bandeira lilás e a própria flor margarida. As mulheres indígenas também estão representadas junto aos seus elementos identitários. Há presença de cores vivas, gestos representando movimentos de luta, faixas com dizeres de alguns dos objetivos pretendidos pelas militantes.

As imagens e o texto, no caso específico, são complementares entre si e importantes para o leitor entender a matéria; o que representa a *Marcha das Margaridas*, os objetivos do movimento, que é pacífico, onde a alegria, flores e cores estão presentes nas imagens. A respeito da fotografia transcender seu valor como registro e possuir várias interpretações, Humberto explicita que:

A fotografia é composta de visões de vida, ela revela nossos mundos íntimos em suas belezas e perversões. Põe à mostra nossa sensibilidade ou rudeza, revela nossos mistérios e segredos, zelosamente acobertados (HUMBERTO, 2000, p.101).

As fotografias das Margaridas, na reportagem, capturam detalhes e símbolos identitários pertencentes a esse grupo e as suas identidades. Essas são representadas de várias formas, passando por transformações constantes em

todo o processo da Marcha. A força visual da reportagem como um todo é forte, tendo dedicado uma página exclusiva para o registro visual das Margaridas. Ao mesmo tempo que evidencia as várias mulheres margaridas, como indígenas, camponesas etc., também, as fotografias, produzem discursos unificando essas mulheres, como alguns objetivos em específico e algumas cores presentes em quase todos os registros, por exemplo.

Assim são constituídas essas identidades culturais das Margaridas, marcadas pela produção da diferença, mas também elementos constituintes que as unem como um grupo. Entendendo que essas identidades não são fixas, vão se moldando no decorrer do próprio movimento. A próxima reportagem é do jornal *O Globo*, na coluna voltada para pautas femininas e diversidade, denominada *Celina*. Foi publicada no site do jornal, no próprio dia 14 de agosto.



Figura 5: “Quem é a líder assassinada que deu origem à ‘Marcha das Margaridas’”. Fonte: jornal *O Globo*, coluna *Celina*, 14 de setembro de 2019.

O site da coluna *Celina*, do jornal *O Globo*, começa explicitando na reportagem quem foi a Margarida Maria Alves, a mulher que deu nome ao movimento. Tem uma série de imagens e textos mencionando quem foi a líder sindical. Ao longo da página, dados sobre a Marcha e o fato de em 2019 ter sido composta por mais de 100 mil mulheres são apontados. Há uma série de imagens e isso também se credita por ser uma matéria veiculada na internet, onde fica mais viável o uso das fotografias. As figuras 6 e 7 apresentam imagens do movimento.



Figura 6: “Margaridas em Marcha”. Fonte: Jornal *O Globo*, coluna *Celina*, 14 de agosto de 2019.



Figura 7: “Margaridas em Marcha”. Fonte: Jornal *O Globo*, coluna *Celina*, 14 de agosto de 2019.

As imagens evidenciam novamente os símbolos do movimento, como as margaridas, a cor lilás e o chapéu de palha das reportagens anteriores. Porém, na fotografia 6, o plano médio (*medium shot*), mostra que a câmera no momento do ato fotográfico estava a uma distância média das Margaridas, conferindo posicionamento fotográfico e movimentação. A fotografia foi obtida de forma que o observador pudesse se sentir presente no movimento.

A fotografia 7 foi obtida sob o plano aberto (*long shot*), a câmera estava distante do objeto, de modo que as Margaridas dividem o espaço com carros da polícia, seus próprios caminhões de som e com alguns carros de transeuntes ou até mesmo da imprensa de Brasília. Nas duas imagens,

palavras como: luta, soberania popular, justiça, igualdade, livre de violência, perseverança, direito a moradia e cidadania podem ser observadas.

Essas imagens são um convite a observar o movimento e os seus objetivos, as cores vivas, principalmente o lilás, as faixas exuberantes, os chapéus de palha e as indumentárias que representam o movimento, mas, também chamam a atenção para as demandas solicitadas. Luciene Lehmkuhl exemplifica um dos aspectos da análise das imagens:

Ao olhar com atenção e não simplesmente ver, as imagens adquirem um aspecto diferente, detalhes se tornam visíveis, gradações de cor, de forma, de elementos podem ser identificadas até mesmo pelo mais leigo dos observadores (LEHMKUHL, 2010, p.61).

Assim, os múltiplos elementos identitários das Margaridas são observados, desde os grandes detalhes: como faixas, cartazes, o chapéu de palha até a flor presente em pequenos adereços nas roupas ou no próprio letreiro que acompanha o início da Marcha. A próxima imagem é da capa do Correio Brasiliense, principal jornal de Brasília e diário de maior circulação do Centro Oeste.



Figura 8: “Margaridas em Marcha”. Fonte: *Correio Brasiliense*, 15 de agosto de 2019.

A capa do jornal possui duas imagens, uma maior que acompanha a seguinte legenda: “A marcha que deu nó” (CORREIO BRASILIENSE, 2019, capa). E uma fotografia menor onde aparecem três Margaridas enquadradas de forma que o leitor consegue visualizar as cores dos seus vestidos e as frases bordadas e mais algumas mulheres onde não se visualiza à contento. O jornal possui uma linha editorial mais “neutra”. Ao longo das páginas e principalmente das fotografias que o jornal publica, pode-se observar que ele é um canal de diálogo com o habitante de Brasília.

Analisando o posicionamento das fotografias na capa, observa-se que a foto maior, que ocupa quase metade da folha, é uma imagem crítica, onde as Margaridas não aparecem. Somente o trânsito e caos que a Marcha teoricamente gerou e indica que podem ter ocorridos acidentes de trânsito derivados do movimento.

A segunda imagem, é uma fotografia bem menor, e as Margaridas estão representadas com suas vestimentas coloridas, exuberantes, e o leitor consegue ler algumas palavras bordadas no vestido, tais como esperança, amor e liberdade. É uma imagem em que a dimensão do movimento não é valorizada, dando a ideia de que apesar do nó no trânsito, possivelmente poucas Margaridas participaram.

Obviamente que lendo o pequeno texto que acompanha as imagens, o jornal evidencia que milhares de Margaridas marcharam em busca de direitos, porém, também causou o problema no trânsito. Assim, ao mesmo tempo em que o texto apresenta os objetivos principais da Marcha, também, elenca os problemas que isso ocasionou na cidade.

Dessa forma o movimento adquiriu múltiplas identidades, como defensor dos direitos das mulheres do campo, mas, também, como o ocasionador dos problemas no trânsito de Brasília. As identidades sociais das Margaridas podem ser definidas e construídas “nos e pelos discursos que a envolvem ou nos quais ela circula [...]” (MOITA LOPES, 2003, p.20). As identidades dos sujeitos Margaridas variam conforme o ambiente em que estão e também, no caso, como a mídia as posiciona.

Assim, as identidades floridas podem ser percebidas como uma estrutura/ grupo em que ocorrem processos de transformações constantes. Dentro do seu discurso, seja nas reuniões ou na própria Marcha, ou no caso específico, como a imprensa mostrou o movimento e como as Margaridas, por meio de ângulos, cores, adereços, foram projetadas nas lentes fotográficas e possivelmente adquiriram novas identidades e viés, nem que seja pelos olhos do leitor.

Considerações finais

A *Marcha das Margaridas* tem uma importância muito grande para as lutas femininas, onde objetiva discutir igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher, especialmente a do campo. Por isso, analisar matérias veiculadas na imprensa brasileira no ano de 2019 relativas a Marcha, é pertinente para observar as questões identitárias que estão presentes no movimento e como foram transmitidas pela mídia (jornais e revistas).

O movimento ocorre a cada quatro anos e é dedicado, especialmente, a Margarida Maria Alves, líder sindical que foi brutalmente assassinada por defender pautas e direitos dos trabalhadores do campo, especialmente mulheres. No ano de 2019, mais de 100 mil mulheres oriundas dos mais variados estados brasileiros marcharam em direção a Brasília.

Para o momento, foram selecionadas quatro matérias jornalísticas para serem analisadas, dando ênfase às fotografias veiculadas. A primeira análise ocorreu na revista semanal com alinhamento à esquerda, *Carta Capital*. Foi dedicado um espaço considerável nas matérias e assuntos online que estavam sendo discutidos no dia 14 de agosto. Assim, a legenda afirma que as mulheres do campo marcham em Brasília e ocupam a Praça dos Três Poderes em busca de garantias fundamentais, como o fim da violência, igualdade de gênero e políticas públicas voltadas para a mulher do campo.

Ainda, havia duas fotografias correlacionadas à matéria. A primeira, onde se vê uma série de manifestantes, mas a ênfase é para as bandeiras de cor lilás e os chapéus de palha, símbolos identitários do movimento. Na segunda imagem, nota-se a vinculação da *Marcha das Mulheres Indígenas* às Margaridas. Por meio das imagens e o texto que acompanha, nota-se que a revista enaltece as identidades margaridas e indígenas por meio dos símbolos que acompanham essas mulheres e os seus movimentos.

As cores das imagens, os gestuais das mulheres, os símbolos das Margaridas e das indígenas (chapéus de palha, penas e maracá), auxiliam o leitor a compreender os significados envolvidos na Marcha e, por conseguinte, evidencia as diversas identidades presentes no movimento.

A próxima fonte é o *Jornal do Professor*, vinculado aos docentes da Universidade Federal de Goiás e como sua publicação é mensal, a edição analisada foi de setembro. Aproximadamente metade da capa e duas páginas dentro do jornal foram dedicados a Marcha. Na capa, a legenda afirma que as Margaridas estavam marchando por direitos e reafirma o que a *Carta Capital* afirmou, havia mais de mil mulheres no movimento.

Nas duas páginas dentro do jornal, uma é dedicada para um texto explicativo sobre o que representa o movimento e como foi organizado. A outra página é dedicado as imagens da Marcha, e nesse momento, pode-se notar a presença, novamente, das bandeiras lilás, chapéus de palha, das mulheres indígenas, mas, também, de outras bandeiras de sindicatos e faixas com outros objetivos da luta, que ainda não haviam sido explicitados. A flor margarida também está presente no registro visual. O *Jornal do Professor*, dessa forma, evidenciou os elementos identitários já conhecidos das Margaridas, porém, outros objetivos, pautas e grupos também foram tratados pelo periódico.

O jornal *O Globo*, dentro da coluna *Celina*, voltada para pautas femininas, veiculou na internet uma matéria bem extensa e uma série de imagens sobre a Marcha. Para o momento, foram analisadas um extrato da notícia e duas fotografias. O texto esclarece como a Marcha surgiu, com fotos e notícias da vida de *Margarida Maria Alves*. Após, em conformidade

com os outros jornais, afirmou que havia mais de 100 mil mulheres lutando por diversas pautas, dentre elas, contra as formas de violência e opressão, especialmente para as mulheres do campo.

As fotografias mostram alguns grupos de *Margaridas*, com as suas roupas lilás e chapéus de palha. Nos vestuários, estão bordados palavras como “esperança”, “cidadania” e “perseverança”, que são alguns dos elementos que unem essas mulheres. Essas, principalmente na segunda imagem, dividem espaço com carros de imprensa ou transeuntes de Brasília e da polícia. Nesse momento, considera-se que o jornal mostra que ao mesmo tempo em que o movimento tinha espaço para expor suas lutas e bandeiras, também, era cerceado pelos aparatos policiais e dividia espaço com os cidadãos da cidade.

As identidades *Margaridas* para o jornal *O Globo*, parecem que são dotadas dos múltiplos elementos que as unem: cores, flor e chapéu de palha, por exemplo. Porém, a ênfase ao movimento, pela análise imagética, dá a entender que a *Marcha das Margaridas* foi um movimento composto unicamente das mulheres do campo, sem a presença das indígenas, e as bandeiras dos sindicatos também não foram retratadas. Além disso, o próprio texto que começa a notícia, explana sobre quem foi a líder sindical que originou a Marcha, porém, sem avançar nas pautas atuais do movimento.

A última fonte analisada, o jornal *O Correio Brasiliense*, dedicou aproximadamente metade da capa do jornal a *Marcha das Margaridas*. O título da matéria (a marcha que deu nó) e uma fotografia com carros e ônibus com problemas para a locomoção indicam que o movimento, para o jornal, ocasionou uma série de problemas para o trânsito. A segunda imagem, evidencia um pequeno grupo de *Margaridas* com seus trajes e chapéus de palha.

O jornal, por meio do discurso visual, deu ênfase aos problemas que a Marcha pode ter causado. O movimento, pela ótica do *Correio Brasiliense*, aparentemente mais causou transtornos no trânsito do que reflexões sobre a luta da mulher do campo e da indígena. Assim, para esse caso, as

Margaridas não foram evidenciadas, apenas elementos como o chapéu de palha e o deslumbre das cores nas vestimentas foram retratados.

Explanando sobre as matérias jornalísticas e com ênfase no registro visual por parte desses veículos elencados, entende-se que a representação das identidades Margaridas é múltipla, tem-se desde os elementos mais conhecidos, como o chapéu de palha, vestimentas de cor lilás e a própria flor. Até como a junção da *Marcha das Mulheres Indígenas* ao movimento das Margaridas, a presença de bandeiras dos sindicatos envolvidos no movimento até críticas a possíveis problemas que a Marcha possa ter causado no trânsito de Brasília.

Na *Carta Capital* e o *Jornal do Professor*, por exemplo, as identidades Margaridas foram representadas de forma múltipla e com variados elementos, levando em conta as especificidades do movimento. O *Jornal O Globo* e o *Correio Brasiliense*, possivelmente por seu alinhamento político, representaram as Margaridas, por diversos momentos, como causadoras de problemas no trânsito ou as imagens não evidenciaram a força do movimento.

Entende-se, dessa forma, que as identidades Margaridas variam conforme o olhar do observador e da análise que está sendo feita. No caso das revistas e jornais estudados, as próprias motivações e determinados alinhamentos políticos podem ter levado a escolha de veicular determinadas imagens e reportagens em detrimento de outras fotografias, com outros olhares sobre as Margaridas.

Referências

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural*. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HUMBERTO, Luis. *Fotografia, a poética do banal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LEHMKUHL, Luciene. Fazer historia com imagens. In: PARANHOS, Kátia; LEHMKUHL, Luciene e PARANHOS, Alberto (orgs.) *História e Imagens – texto visuais e práticas de leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

Fontes

REVISTA CARTA CAPITAL. 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-das-margaridas-leva-100-mil-mulheres-do-campo-a-brasilia/> Acesso em: 16 de agosto de 2019.

JORNAL DO PROFESSOR. setembro de 2019. Disponível em: <https://is-suu.com/adufg/docs/jp60> Acesso em: 30 de setembro de 2019

JORNAL O GLOBO, COLUNA CELINA. 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/sexta-edicao-da-marcha-das-margaridas-reune-mais-de-100-mil-mulheres-23876682> Acesso em: 20 de agosto de 2019

CORREIO BRASILIENSE, 15 de agosto de 2019.

O mundo do trabalho e o Estado brasileiro frente ao processo de terceirização (1980 a 2018)

*Mariuza Toledo Pinheiro*¹

Introdução

A década de 90 do último século significou um momento determinante para as relações trabalhistas, pois foi ali que sedimentou-se o novo modo de produção capitalista. O neoliberalismo, como nova política econômica onde a primazia se dá em razão do consumo, enaltece o lucro a curto prazo. Isso reflete nas relações trabalhistas quando o trabalhador, detentor da força de produção, fica em um plano abaixo do objetivo final de lucro do empregador.

Com a crise fiscal e de acumulação de capital ocorrida na década de 70, tem-se a condição histórica ideal de introdução dos pensamentos neoliberais. Este cenário foi introduzido inicialmente nos países desenvolvidos, e posteriormente, naqueles de capitalismo periférico. No Brasil, sua implantação ocorreu na década de 90. Como reflexo, percebe-se a progressão do quadro de precarização das relações pelos elevados índices de trabalho informal, terceirização e outras formas de subcontratação, mesmo que não raras as vezes, o trabalhador se submeta a receber salários muito abaixo do real valor do serviço, ou mesmo que se sujeite a realizá-lo em condições ainda mais precárias, tudo isso como forma de fugir dos altos índices de desemprego.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH UFPel), mariuza.pinheiro@hotmail.com.

Dentro de uma projeção neoliberal, a flexibilização das relações trabalhistas surge como uma das principais metas do modelo no campo trabalhista, pois representa uma forma eficaz de manutenção da hegemonia capitalista pela diminuição, ou mesmo eliminação, da oposição dos trabalhadores. Isso se dá com o esvaziamento de direitos e eliminação de responsabilidades, o que diminui custos e aumenta lucros, tudo conforme doutrina neoliberal.

Este cenário trouxe à tona as reflexões daqueles que defendem o Estado Social (que advogam a favor da intervenção estatal nas relações de trabalho); e daqueles que se insurgem à favor do Estado Liberal (que esperam desregulamentações para que as regras atinentes às condições de emprego sejam arrançadas conforme as necessidades do mercado). É visto assim, que ambas as opiniões divergem quanto ao papel do poder público e as relações trabalhistas, sejam privadas ou públicas.

E é neste cenário que é preciso questionar: quais as consequências da adoção efetiva destas medidas neoliberais? Como ficam os trabalhadores inseridos neste cenário, e principalmente, daqueles que não conseguem se inserir no mesmo?

A escolha do tema decorre da tentativa de compreender o novo sistema de relações de trabalho em que o Estado intervém apenas para estimular a competitividade empresarial e por conseguinte, redução dos custos da produção, independente dos custos sociais do processo.

Importa salientar que este cenário de dúvidas e incertezas, facilita a adoção das medidas neoliberais. Tal afirmação é fácil de se constatar quando se percebe que, mesmo aqueles dados passíveis de confirmação - desemprego, precarização, subcontratações, trabalho informal; são ignorados pelas autoridades e utilizados como argumentos para enaltecer e aumentar ainda mais a adoção destes cenários, na promessa de que a sua utilização irrestrita, seria o caminho mais curto para a solução dos inúmeros problemas sociais ligados ao mercado de trabalho.

O presente trabalho busca, de modo não conclusivo, haja vista tratar-se de tema em constante mudança, identificar alguns impactos sofridos

pelo mundo do trabalho em razão da adoção de políticas neoliberais no contexto o novo modo de produção capitalista, ainda que muitas medidas possam ser tão somente, visualizadas e não medidas.

1. O pensamento neoliberal e o mundo do trabalho

O início do sec. XX, marca o surgimento de incertezas com relação à toda a vida moderna. Os ideais da Revolução Francesa começam a parecer um tanto utópicos, pois o pensamento neoliberal vê a igualdade como uma entrave para o progresso através da acumulação de riquezas e capital. Já a fraternidade é encarada como um obstáculo quase intransponível aos olhos neoliberais, que por sua vez, exaltam o individualismo. E a liberdade não pode ser irrestrita, pois o mercado neoliberal é regulador e intervencionista. As conquistas da humanidade começam a tomar um patamar jamais imaginado, tanto pela ciência quanto pela circulação do conhecimento. O mundo, irremediavelmente, está globalizado.

A par de todo esse desenvolvimento, impressiona o emprego do individualismo extremo, onde prevalece a injustiça social, a ignorância, a produção de riquezas centralizada na mão de poucos, o que causa insegurança e incertezas principalmente àquele que não detém o capital: o trabalhador.

A prática do pensamento neoliberal, submete o trabalhador à assimilação os meios de produção capitalistas de modo incondicional, até mesmo sem maiores questionamentos. As perdas aos trabalhadores são difíceis de medir em razão da sua complexidade e extensão, e isto se dá ao contrário de todo o discurso de convencimento empregado de obtenção de vantagens, seja a curto, médio ou mesmo longo prazo. A política de convencimento, apesar de perversa, é assimilada, apesar da redução dos salários e do aumento do nível de desemprego, além da precarização das condições de trabalho e fragilização do poder de negociação sindical. E não bastasse tudo isso, o que se percebe é uma flexibilização das normas trabalhistas com a finalidade única de prejuízo ao trabalhador e

favorecimento evidente dos empresários, evidenciando assim, acumulação exorbitante do capital. Para os especialistas em economia, a flexibilização aumenta a produtividade do trabalho, sendo essencial para o desenvolvimento de um Estado.

Para Costa (1998, p.133):

O trabalho é um instrumento de dominação e transformação da natureza, destinado a contribuir para a felicidade de todos e não apenas para o favorecimento de alguns. Por isso, as relações de trabalho reguladas pelo direito, dele devem fazer um instrumento a serviço da dignidade do homem e não o meio de regular um mecanismo ou um organismo de que o ser humano participe apenas como peça ou como célula.

Destacam-se, ainda, os ensinamentos de Hobsbawm (p.265)

Essencialmente, foi uma espécie de casamento entre o liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do new deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora a pioneira na idéia do planejamento econômico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos do livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico. Homens como o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992) jamais haviam sido pragmatistas, dispostos (embora com relutância) a ser persuadidos de que atividades econômicas que interferiam com o laissez-faire funcionavam; embora sem dúvida negassem, com argumentos sutis, que pudessem funcionar. Eram verdadeiros crentes da equação “Livre Mercado = Liberdade do Indivíduo”, e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, A estrada para a servidão, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes.

Em termos nacionais, o cenário é percebido a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado na década de 90, que claramente optou e implementou as políticas sociais e econômicas do neoliberalismo.

A consequência desta adoção, é que principalmente a população mais pobre invariavelmente arca com os prejuízos de políticas econômicas mal sucedidas. As privatizações são exemplos claros, conforme Biondi (1999, p. 18), além de influência no processo de recessão:

As importações maciças realizadas pelos “compradores” tiveram um efeito mais devastador do que parecia à primeira vista. A compra de peças e componentes no exterior, em substituição à produção local, significou cortes na utilização também de matérias-primas, como plástico, borracha, metais, evastando setores inteiros, fechando fábricas, cortando empregos – isto é, puxando a economia do país para o fosso. Além disso, a própria concentração dos empréstimos do BNDES a esses “compradores” implicou, na prática, em que as demais áreas e centenas de milhares de empresas continuassem às voltas com a falta de crédito. Ou, ainda, submetidos a juros elevadíssimos, enquanto os “clientes” do BNDES desfrutaram de taxas baixíssimas, privilegiadas: chegam a apenas um terço dos juros cobrados no mercado

Neste período, além da adoção da política de privatizações, outras medidas que utilizaram elevados gastos públicos, também agravaram o quadro recessivo. Tais medidas vêm de encontro à utilização de dinheiros públicos em políticas sociais, o que evidencia ainda mais a preferência governamental pelas práticas neoliberais, em detrimento de investimentos sociais. As ações são, todavia, mascaradas para que a população não as perceba e ainda, as apoie dentro de uma expectativa de melhoria nas suas próprias condições.

Sobre isso, complementa Boito (1999, p.41-42):

Verifica-se, em primeiro lugar, uma acentuação da transferência de renda dos trabalhadores para as empresas e, em segundo lugar, também uma acentuação, da transferência de renda e de propriedade das pequenas e médias empresas para as grandes empresas e da empresa nacional para os grupos estrangeiros. Uma novidade da política neoliberal foi que ela inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado. O modelo econômico que se desenvolve reforça, então, o papel do setor privado, fortalece os grandes grupos monopolistas, amplia a internacionalização do aparelho produtivo e aumenta a pobreza das massas.

As consequências para o trabalhador iniciam com o fato de que, ao aceitarem as políticas neoliberais, também aceitam a condição de dificuldade de articulações e defesas de direitos, e uma vez nesta posição, fica mais fácil a manipulação em razão principalmente, da fragilidade a que estão expostos. Assim, sobre a flexibilização das normas trabalhistas, Martins (2000, p.45), destaca o seguinte posicionamento:

A flexibilização das normas do Direito do Trabalho visa assegurar um conjunto de regras mínimas ao trabalhador e, em contrapartida, a sobrevivência da empresa, por meio da modificação de comandos legais, procurando outorgar aos trabalhadores certos direitos mínimos e ao empregador a possibilidade de adaptação de seu negócio, mormente em épocas de crise econômica.

Ainda que não se consiga exaurir as consequências nefastas do neoliberalismo, e também não é esta a ideia deste texto, é possível inferir, pela opinião de Moraes (1996, p.168), que:

Os fundamentos da sociedade do trabalho estão pois em crise, que atinge o mercado de trabalho, o trabalhador e a própria ética do trabalho. E, como interroga Silva, “se os fundamentos da sociedade do trabalho estão em crise, como não reconhecer que a sociedade do trabalho, ela própria, esteja também em crise?”

Sabe-se, contudo, que uma das grandes consequências do neoliberalismo no mundo do trabalho é, com certeza, o desemprego. Em termos históricos, temos três grandes momentos de profundas crises neste sentido: a primeira se deu no final do século XVIII, com o advento da máquina a vapor, pela redução do trabalho artesanal e a consequente impossibilidade de absorção de toda mão de obra que saía do campo para a cidade; em um segundo momento, temos a Depressão de 1929, que se estendeu todavia, até a década de 40; e por fim, na década de 70, com o encerramento da “era de ouro”², sendo tal crise existente até os dias atuais.

² O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi marcado pelas reconstruções europeia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela internacionalização da hegemonia americana. Com a experiência adquirida após a Primeira Guerra e na crise de 1929, os Estados Unidos teriam de se certificar de que os novos tempos de paz não representariam também uma nova crise de superprodução. Era necessário, antes de mais nada, o resgate das

Ao implementar as políticas pregadas pelo neoliberalismo, o governo provoca prejuízos incalculáveis ao trabalhador, que infelizmente, não se restringem apenas a fatos, situações ou circunstâncias isoladas, mas desencadeiam um processo complexo de banalização da própria vida dos trabalhadores. Ocorrem, gradualmente, alterações cotidianas no modo de vida dos trabalhadores, que remodela e impõe um novo modelo de produção/acumulação de capital, já que na sua filosofia, faz o trabalhador entender que, somente através da lei do mercado é que os objetivos da população na busca da plena felicidade, serão alcançados.

Apesar de ser uma das grandes consequências do neoliberalismo no país, infelizmente não é um problema exclusivamente brasileiro. Os índices mundiais de desemprego são elevadíssimos, e com a implementação de políticas neoliberais, tornou-se um dos principais problemas do próprio capitalismo, com consequências sociais em muitos casos, irreversíveis, além de prejuízos incalculáveis, além daquele material, partindo assim, para grandes perdas morais em razão da degradação, onde as pessoas não conseguem ter o mínimo para a sua subsistência digna.

Para Pastore (1996, p. 102):

A flexibilização teve uma função auxiliar importante. Na Europa, ela ajudou a alocar as pessoas nas novas modalidades de trabalho, tais como o trabalho por projeto, por empreita, em tempo parcial, com prazo determinado, etc. No Brasil, a flexibilização possui um papel adicional estratégico. Ela facilita a desobstrução dos entraves legais que hoje bloqueiam a entrada das pessoas no mercado formal.

Para Neto (1996, p. 132), “a flexibilização do direito do trabalho consubstancia-se no conjunto de medidas destinadas a afrouxar, adaptar ou

economias europeias devastadas pela guerra, pois sua falência inviabilizaria a manutenção da hegemonia dos EUA. O acordo de Bretton Woods, de 1944, surgiu como solução preventiva contra a falta de pagamentos internacionais dos países endividados com o conflito. Ele criava ainda o Fundo Monetário Internacional (FMI), para aplicação das novas normas monetárias, e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial), encarregado da reconstrução das economias destruídas. Bretton Woods, Doutrina Truman e Plano Marshall resumem a intrincada relação entre cooperação econômica e interesse estratégico do pós-Segunda Guerra. Esses anos gloriosos, ou idade de ouro, são os trinta anos do pós-guerra, que constituíram uma era única na história contemporânea.

eliminar direitos trabalhistas de acordo com a realidade econômica e produtiva”. Esclarece ainda, que:

A flexibilização do direito do trabalho é também entendida como um instrumento de adaptação rápida do mercado de trabalho. Neste sentido é concebida como a parte integrante do processo maior de flexibilização do mercado de trabalho, consistente no conjunto de medidas destinadas a dotar o direito laboral de novos mecanismos capazes de compatibilizá-lo com as mutações decorrentes de fatores de ordem econômica, tecnológica ou de natureza diversa exigentes de pronto ajustamento.

Tem-se que a terceira revolução industrial trouxe consigo profundas alterações no modo de acumulação de capital e de produção em todo o mundo, sem limitar-se a um campo de específico de produção. Paul Singer (1999, p.118), afirma, sobre isso:

Os robôs, o computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adianta lamentar-se por eles. Estes ganhos de produtividade do trabalho beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso técnico para manter seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato ou melhor. Além disso, a globalização da economia está modificando a divisão internacional do trabalho. O perverso nisso é que os capitais estão se deslocando para áreas em que o custo da força de trabalho é menor, onde não existem os benefícios sociais já consagrados em convênios internacionais, o que agrava a perda de empregos nos países em que os direitos trabalhistas existem e são respeitados.

O autor levanta ainda uma importante observação acerca do novo capitalismo em termos de economia global: o fato de que ocorre um deslocamento do capital para Estados onde as leis e regulamentações trabalhistas têm um peso menor para a produção. Isto só é possível em razão da abertura das fronteiras para o capital externo de praticamente todos os países do mundo, evidenciando a globalização da economia e solidificando o novo modo de acumulação capitalista de exploração e fragilização dos trabalhadores, com a fragmentação das legislações e flexibilização das

relações. Entretanto, é inegável que o desemprego faz parte da própria doutrina neoliberal, segundo infere Ramos (1999, p.86-87):

o desemprego é elemento inerente ao processo de acumulação de capital, pois funciona como regulador da taxa salarial, ou seja, do valor da força de trabalho. Sendo a fator de produção, seu custo interfere diretamente no custo da produção e, por conseguinte, na taxa de lucratividade. (...) Além disso, o desemprego impõe, ainda na óptica neoliberal, um “novo igualitarismo”, pelo qual a desigualdade é um valor positivo e estimulador da concorrência e da competitividade dos trabalhadores, capaz de gerar a prosperidade da sociedade

A interpretação parece lógica: mantida a alta taxa de desemprego, o trabalhador despende a sua força de trabalho até o limite, aceitando condições impostas, como redução de salários e das condições de trabalho, para não perder o posto de emprego. Com isso, há reflexos diretos na própria atuação sindical, já que não há negociação possível quando o trabalhador, por si mesmo, aceita condições aviltantes de emprego e renda.

2. As relações de trabalho e a precarização: a terceirização e demais formas de subcontratação

Com a implementação das novas regras neoliberais de acúmulo de capital, surgiram as mais diversas formas de redução do custo trabalhista, dentre elas terceirização, a contratação temporária, a contratação precária sem o registro em carteira, a subcontratação. Todas elas são reflexo da aniquilação das leis e direitos trabalhistas, cuja flexibilização estabeleceu uma precarização sem precedentes.

Rocha (2008, p. 108), afirma sobre o assunto:

Os ramos informais significam tão-somente que as relações capitalistas se desenvolvem à margem da legalidade, mas no interior do metabolismo de reprodução a ordem. A terceirização freqüentemente representa uma alingenesia do trabalho abstrato através de novas empresas satélites. A dita

“escravidão”, cujo reaparecimento” vem causando comoventes consternações aos ideólogos burgueses, que a vêem como lastimável “ausência” de capitalismo, não passa de super-exploração de proletários na pior situação possível: com salários-de-fome, sem alternativa de consumo a não ser no monopólio do novo “barracão” e, na carência do Estado com suas normas legais de cidadania, submetidos à eterna coerção privada pela milícia particular do fazendeiro-comerciante credor.

A terceirização, em termos resumidos, nasce como uma forma de burlar a legislação trabalhista, reduzindo assim os custos com o trabalhador. Nela, o trabalhador é contratado por empresa interposta, sem inúmeras garantias legais e contratuais. Os custos antes de grandes empresas, agora acabam recaindo sobre várias micro e pequenas empresas, que os diluem entre elas dentro das exigências das empresas contratantes. A prática, antes restrita apenas ao setor privado, tem sido utilizada amplamente, inclusive na Administração Pública, e agora, até mesmo nas atividades-fim do Estado.

Alves (2000, p. 207) enumera três fatores que influenciam o uso da terceirização:

1. Captura da subjetividade da força de trabalho: A terceirização concorre para a desconcentração operária, o que possibilita, por parte do capital, maior controle do trabalho e redução da luta de classes na produção, contribuindo, deste modo, para a elaboração de novo consentimento operário, imprescindível para a adoção dos novos paradigmas de produção capitalista.
2. Maior flexibilidade produtiva: A terceirização propicia às empresas maior capacidade de suportar alterações de mix de produção numa dada gama (família) de produtores e partes – o que pode ser considerado um dos principais aspectos da flexibilidade produtiva exigida pelos novos padrões de concorrência capitalista.
3. Redução de custos da produção: A terceirização reduz custos administrativos, transformando custos fixos em custos variáveis.

Como consequência dessas mudanças, ocorre a eliminação de qualquer oposição ao capitalismo, o que fragmenta as relações trabalhistas, o que enseja grande mobilidade de capital, tendo

É possível perceber, no Brasil, duas espécies de terceirização: em uma delas, o objetivo é alcançar melhores níveis de produtividade e competitividade, o que se dá com a introdução de tecnologias e gestão de qualidade; em outra, objetiva-se apenas a redução do custo. O ponto em comum entre ambas, é que em qualquer delas, ocorre perda para o trabalhador. Sobre isso, Cruz (2000, p.129), informa que:

A terceirização, entretanto, é apenas uma das variadas modalidades de redimensionamento dos valores absolutos de extração da mais-valia. A subcontratação é uma espécie de variante da terceirização, no sentido de que deriva, igualmente, de um processo de redução de custos através de um emprego mais intensivo da mão-de-obra contratada.

Uma vez que se isola o trabalhador, é mais fácil flexibilizar as condições de trabalho, além de reduzir direitos daqueles. A estratégia da terceirização cria uma agenda de desmotivação sindical, o que debilita as classes trabalhadoras e enfraquece qualquer negociação por melhores condições. Antunes (2016), afirma que:

O que se observa é que o Sindicato, muitas vezes, não consegue cumprir um dos lemas do sindicalismo propositivo – “atuar antes que as mudanças sejam um fato consumado”. O que demonstra que a terceirização, além de ser um aspecto da reestruturação produtiva que mais tem atraído a atenção sindical, é a que atinge o sindicalismo brasileiro em suas maiores fraquezas estruturais e políticas, além de tornar claro o poder das prerrogativas do capital em processo diante de um sindicalismo em crise.

Ainda sobre o assunto, Antunes (2016, p.209), elucida:

As transformações e metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas provocaram processos múltiplos de desproletarização e subproletarização e de qualificação e desqualificação do trabalho. Houve uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, principalmente nos países de capitalismo avançado, ou seja, ocorreu uma redução da classe operária industrial tradicional. Entretanto, ao mesmo tempo, implantou-se uma considerável subproletarização do trabalho, em decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao

setor de serviços, dentre outros. “Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.

Para Martins (1996, p. 111-112) “A flexibilização tem sido a resposta ao Estado onipotente, onipresente e onisciente, que representa muito mais um fator de atraso e de recessão econômica do que de progresso”.

Já para Bourdieu (1998, p. 123), “a flexibilização unilateral por parte do empregado justifica-se pela precariedade que está por toda a parte, dando aos trabalhadores a impressão de que são, facilmente, substituíveis e que estão ameaçados pela perda do emprego”. No mesmo sentido, segue o raciocínio com as seguintes palavras:

A precariedade atua diretamente sobre aqueles que ela afeta e indiretamente sobre todos os outros pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, com a introdução da famosa “flexibilidade”. Começa-se assim a suspeitar que a precariedade é o produto de uma vontade política, e não de uma fatalidade econômica, identificada com a famosa “mundialização”

O pensamento neoliberal fortaleceu-se assim com base no pensamento que, havendo intervenção e regulamentação estatal direta nas normas trabalhistas, haveria restrição da autonomia estatal, aumentando os custos da atividade desenvolvida. E diante deste cenário, flexibilizar seria a solução para que o Estado brasileiro pudesse se adequar (ou enquadrar), nas exigências do mercado mundial.

Conclusão

O século XX foi um momento de grande efervecência no mundo do trabalho. A ocorrência de duas grandes guerras mundiais; surgimento da democracia; forte crescimento econômico aliado ao mesmo tempo, ao crescimento da pobreza e da miséria; grande impacto no desenvolvimento tecnológico; além da informação globalizada e em tempo real, tudo isso formou um cenário de grande complexidade nas relações.

Diante disso, foi preciso que o sistema capitalista também se aprimorasse para manter a sua hegemonia, e todo este poder se dá pela grande capacidade de dominar as grandes massas de trabalhadores.

Ainda que a terceira fase do capitalismo tenha ocorrido a partir dos anos 70, foi na década de 90, aqui no Brasil, que o capitalismo se reinventou e adotou os ideais neoliberais, como por exemplo, o Estado-mínimo, onde o mercado é quem dá as ordens.

Com essas ideias, o capitalismo mostra a sua força e impõe mudanças nas relações trabalhistas, transformando o trabalhador em um mero instrumento para o alcance dos objetivos de lucro tão somente, aos empresários. A adoção da tecnologia, ao invés de libertar os trabalhadores, vem em oposição aos seus interesses quando o substitui, gerando índices astronômicos de desemprego tendo em vista o viés excludente deste sistema.

O certo é que o objetivo primordial da flexibilização das relações de trabalho é o de evitar a extinção de empresas. Tudo isso ao custo social elevadíssimo, vez que influi e interfere nas taxas de desemprego, além do evidente agravamento das condições socioeconômicas.

Diante disso, a flexibilização das normas e direitos trabalhistas, acaba sendo uma necessidade do neoliberalismo como forma de enfraquecimento das relações, eliminando a oposição dos trabalhadores ao sistema de acumulação de capitais.

Referências

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2016.

- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- BONAVIDES, Paulo. O Estado e a tradição política liberal do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda a parte. In: *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- COSTA, Orlando Teixeira Filho da. *O Direito do Trabalho na Sociedade Moderna*. São Paulo: LTr, 1998.
- CRUZ, Antonio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HAYEK, Friedrich August von. *Desestatização do dinheiro*. Tradução de Heloísa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.
- HIRST, Paul. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Tradução de Walter Barcellos e Sandra Bedran. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 3 ed., São Paulo: Malheiros. 1996.
- MARTINS, Sérgio Pinto. *Flexibilização das Condições de Trabalho*. 1 ed., São Paulo: Atlas. 2000.

MORAES, Maria Nazaré Guimarães de. A crise do modelo clássico de emprego . *Cadernos da Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará – UFPA*, Belém: Programa de Pós-Graduação em Direito, n. 4,1996. 168

NETO, José Francisco Siqueira. Flexibilização, desregulamentação e direito do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. (org). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2ª edição. São Paulo: Scritta, 1996.

PASTORE, José Pastore. *Encargos Sociais no Brasil e no Exterior*. São Paulo: Ltr. 1996.

ROCHA, Ronald. O mundo do trabalho e o trabalho do luto. In: ARRUDA Jr., Edmundo Lima de; RAMOS,Alexandre Luiz (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 2008. p.108.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 118.

O terrorismo de Estado na Argentina: uma análise sobre o terceiro governo peronista (1973-1976)

*Nádia Coelho Kendzerski*¹

Introdução

Durante a segunda metade do século XX, sobretudo durante os anos 1970, os países do Cone Sul passaram por golpes militares que resultaram em governos ditatoriais. A partir de 1973 países como Uruguai e Chile vivenciaram o início de regimes de exceção. O primeiro iniciou o período da ditadura civil-militar de maneira peculiar pelo fato de ter sido promovida pelo próprio presidente eleito Juan María Bordaberry. Em setembro do mesmo ano caía no Chile o presidente socialista Salvador Allende através de um golpe encabeçado pelo general Augusto Pinochet. Já no Brasil se consolidava a ditadura iniciada em 1964 e que duraria vinte e um anos, enquanto na Argentina, em março de 1976, começava a ditadura das Juntas Militares presidida pelo general Jorge Rafael Videla após depor a viúva do presidente Juan Domingo Perón, María Estela Martínez de Perón, ou Isabel, que era sua vice e havia assumido o governo logo após a morte do esposo, eleito para o terceiro mandato.

Nessa conjuntura, a partir dos anos 60 e 70, as Forças Armadas na América Latina em geral adotaram a denominada Doutrina de Segurança

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel), nadiacoelho@globomail.com.

Nacional (DSN)² difundida pelos Estados Unidos, tendo a Guerra Fria como um “contexto global para um anticomunismo patológico” (SOUZA, 2011, p.161), que por sua vez, contribuiu para a formação ideológica dos militares latino-americanos. O contexto, dessa forma, propicia o surgimento de uma política de Terrorismo de Estado (TDE) a qual se estabelece quando o próprio Estado se utiliza de suas Forças Armadas contra os cidadãos, violando seus direitos fundamentais e recorrendo sistematicamente a prisões, torturas e assassinatos. A partir dessas medidas de exceção quebra-se um princípio básico do Estado de Direito, que consiste em que os cidadãos aceitem que o Estado é o único que pode utilizar a força e as armas para garantir a vigência dos direitos fundamentais das pessoas. O TDE, ao contrário, se utiliza da força das armas para anular os direitos dos cidadãos, inclusive o direito à vida. (ROUQUIÉ, 2004).

Nesse sentido, o Estado converte-se em “terrorista” quando faz uso da tortura, limitando o poder do judiciário, intervindo nos sindicatos e controlando as universidades, ocultando informações, criando um clima de medo e de insegurança, produzindo a incerteza na população e tentando conduzir intencionalmente a opinião pública a seu favor. Pode-se afirmar que o Terrorismo de Estado “é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes (e outros setores conservadores), mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo.” (PADRÓS, 2005, p.64). Os países do sul do continente que se encontravam sob o comando de governos militares eram de viés antipopular, antidemocrático e conservador, manifestando uma sincronia do TDE entre eles, a qual ficou conhecida como Operação Condor. Dito plano era um acordo entre as ditaduras para repassar informações e evitar que pessoas perseguidas pelos regimes militares de um determinado país pudessem se exilar em um país vizinho que cooperava com a Operação.

² Essa doutrina tinha como princípio o combate à “ameaça comunista” e que a segurança deveria ser a condição básica do desenvolvimento do país. Dentro dessa ameaça estavam os inimigos internos, os quais eram chamados de subversivos.

Todos os países do Cone Sul que possuíam governos ditatoriais tiveram a experiência do TDE como política de combate ao inimigo interno, em diferentes escalas. No entanto, a prática, que é comum em regimes ditatoriais, também foi utilizada durante governos democráticos, com um presidente eleito pelo povo, como foi o caso do último governo peronista na Argentina durante os anos de 1973 a 1976. Sendo assim, neste artigo iremos tratar brevemente sobre o TDE na Argentina durante o governo de Juan Domingo Perón e, de sua esposa e sucessora, María Estela, a Isabel. A ideia é esboçar como estava constituído os aparelhos repressivos procurando indicar os grupos responsáveis por tal prática em um governo democrático como o da Argentina antes do golpe de 1976, analisando traços do TDE utilizado como justificativa para eliminar os infiltrados no Movimento Peronistas, principalmente aqueles alinhados à ideologia de esquerda e/ou ao socialismo, e a ameaça comunista.

“El Terror Blanco” do peronismo na Argentina

As ditaduras militares na América Latina ficaram associadas a violação dos direitos humanos e, as democracias, ligadas a tolerância, opostas à violência. No entanto, não se pode simplesmente colocar o ator militar como o único agente estatal com responsabilidade na geração da violência. (FRANCO, 2013). Um exemplo dessa afirmativa é o silêncio sobre a participação do último governo peronista (ou justicialista) antes de 1976. A Argentina tem sua história marcada por golpes à democracia durante o século XX e da alternância do poder entre governos civis e militares. Vai ser a partir da segunda metade do século, que o país irá sofrer sucessivos golpes militares como a *Revolución Libertadora* (1955), a *Revolución Argentina* (1966) e o *Proceso de Reorganización Nacional* (1976).³

A partir da proscricção do peronismo em 1955 e do exílio do ex-presidente Juan Domingo Perón, que atravessou toda a década de 60 e os

³ Ao todo foram seis golpes militares durante o século XX na Argentina: 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. Somente o golpe de 1962, que derrocou ao presidente eleito Arturo Frondizi, não assumiu um militar, sendo empossado no cargo o presidente do Senado José María Guido até 1963.

primeiros anos da década de 70, a violência política no país só aumentou. Esta foi uma opção estratégica aceita para resolver os conflitos de poder, tal como relata Marcelo Larraquy (2017), esse expediente foi uma ferramenta que abriu as portas para o século XX no país. A ausência física de Perón não fez com que desaparecesse sua influência na política argentina durante as quase duas décadas em que esteve no exílio, pelo contrário, lhe deu um ar místico, no qual muitos acreditavam que somente ele poderia pacificar o país.

A *Revolución Argentina*, iniciada em 1966 pelo general Juan Carlos Onganía e encerrada pelo general Alejandro Lanusse, chegou a seu fim em 25 de maio de 1973 com a volta do peronismo à cena política nacional através da vitória de Héctor Cámpora nas eleições presidenciais de março, como uma estratégia do Movimento *Justicialista* para preparar a volta de Perón ao poder. Com o lema “*Cámpora al gobierno. Perón al poder*”, o presidente eleito renunciou ao cargo apenas quarenta e nove dias após sua posse. Depois da renúncia de Cámpora e de seu vice Vicente Solano Lima, assumiu interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Raúl Lastiri, que convocou novas eleições para setembro do mesmo ano.⁴ Perón saiu vitorioso do pleito com expressivos 62% dos votos contra seu histórico rival, o radical Ricardo Balbín e o vice Fernando de la Rúa. Juntamente com Perón integrava a chapa sua esposa, María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabel.

O período constitucional que vai de maio de 1973 a março de 1976 foi marcado pela ação repressiva adotada pelo próprio Estado através do grupo armado conhecido como *Alianza Anticomunista Argentina*, a *Triple A* (ou AAA), formado por elementos da ultradireita peronista, uma das alas do Movimento. (CANALETTI; BARBANO, 2009). Sob o governo de Perón e de sua esposa e sucessora Isabel, se editava desde novembro de 1973, a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, cujo lema era: “*el mejor enemigo es el enemigo muerto.*” (FRANCO, 2012). A publicação da ultradireita

⁴ No ano de 1973 o país foi governado por quatro presidentes: o último ditador da *Revolución Argentina*, general Alejandro Lanusse (janeiro a maio), Héctor Cámpora (maio a julho), Raúl Lastiri (julho a outubro) e Juan Domingo Perón (outubro a dezembro).

peronista recebia apoio financeiro do *Ministerio de Bienestar Social*, comandado por José López Rega e, claramente, era porta voz de grupos parapoliciais fascistas que serviam ao Estado.

De acordo com Yofre (2008), para muitos a ata fundacional da *Triple A* foi no dia 1º de outubro de 1973 durante uma reunião na qual foi presidida pelo próprio Juan Domingo Perón, já como presidente eleito. Várias figuras ligadas à ortodoxia peronista como Raúl Lastiri (presidente interino), José López Rega (ministro do Bem-Estar Social) e Benito Llambi (ministro do Interior), estiveram presentes e cada um levou uma cópia de um “Documento Reservado” em que fixava as diretrizes para terminar com o “*entrismo*” da esquerda no Movimento Peronista. O documento foi publicado no jornal *La Opinión* de 2 de outubro de 1973 sob o título “*Drásticas instrucciones a los dirigentes del Movimiento para que excluyan todo atisbo de heterodoxia marxista*”.

Em outras palavras “se creó a la vista de toda sociedad un Estado al margen de la ley dentro del propio Estado de derecho”. (YOFRE, 2008, p.43). O primeiro ponto definia quem era o inimigo: grupos marxistas terroristas que haviam assassinado o sindicalista e secretário geral da *Confederación General del Trabajo* (CGT), José Ignacio Rucci.⁵ O segundo, observava que o estado de guerra em que se encontravam os obrigavam a assumir a defensiva e atacar ao inimigo em todas as frentes. Dessa forma, o TDE na Argentina foi praticado durante o governo democrático e com pleno conhecimento e incentivo do próprio presidente da república, cujo objetivo era eliminar os infiltrados no Movimento Peronista e qualquer indivíduo que se identificasse com o comunismo/marxismo/socialismo.

A primeira atuação pública da *Triple A* aconteceu no dia 21 de novembro de 1973 quando uma bomba explodiu no automóvel do senador da *Unión Cívica Radical* (UCR) Hipólito Solari Yrigogen.⁶ Perón havia tomado posse em 12 de outubro do mesmo ano, ou seja, o grupo começou a

⁵ Assassinado pela organização político-militar *Montoneros*, dois dias após a vitória de Perón nas urnas.

⁶ Em abril de 1975 foi vítima novamente de um atentado a bomba, dessa vez em sua casa. Em 1976 foi preso e torturado. Exilou-se em Paris e voltou à Argentina em 1983 durante o governo de Alfonsín.

atuar durante o governo do presidente eleito democraticamente através do voto popular. Miguel Bonasso, em seu livro *El presidente que no fue* (2002), relata o curto governo de Héctor Cámpora durante os meses de maio a julho de 1973 e como foi preparado o caminho para que Perón retornasse ao poder de forma efetiva. Uma das informações mais importantes em seu relato remete à responsabilidade e conformidade de Perón para com a criação da organização terrorista *Triple A*, cuja inspiração remete ao *El Somatén*, velha instituição espanhola de caráter parapolicial.

Perón governou a Argentina por três mandatos, mas conseguiu terminar somente o primeiro (1946-1951). Foi reeleito em 1951 para cumprir o segundo mandato até 1956, no entanto, em setembro de 1955 sofreu um golpe por parte dos militares que estavam descontentes com os rumos de seu governo e o velho general viu-se obrigado a fugir do país. Viveu de até junho de 1973 no exílio, mas sem deixar de ser esquecido por seus partidários que fizeram de tudo para que seu regresso ocorresse o mais rápido possível. Seus inimigos também não o esqueciam, mesmo com a proibição de menção de seu nome ou de qualquer termo que remetesse ao regime proscrito. Durante este período, que durou quase duas décadas, conheceu quem viria a ser sua terceira esposa, a bailarina María Estela Martínez, quem o acompanhou durante todo o exílio por países como Panamá, Venezuela, República Dominicana e Espanha. (SÁENZ QUESADA, 2003).

Importante salientar que em 20 de junho de 1973, dia do regresso definitivo de Perón à Argentina, ocorreu o Massacre de Ezeiza, no qual a direita sindical do Movimento entrou em confronto com *La Tendencia Revolucionária*, assassinando e deixando feridos uma grande quantidade de militantes da esquerda peronista. Vários autores sustentam que neste episódio a *Triple A*, embora ainda não estivesse formalizada, articulou o primeiro de muitos de seus crimes. (FEINMANN, 2010). Desde seu exílio em Madri, Perón já havia mostrando o duplo jogo com respeito ao movimento revolucionário, apoiando as ações armadas de setores radicalizados da *Juventud Peronista* (de esquerda). No entanto, após o episódio de

Ezeiza, marcaria o fim da ambiguidade discursiva do líder e sua inclinação aos setores ortodoxos do peronismo reconhecidos como de direita. (BUFANO; TEIXIDÓ 2015). Dessa forma, “Perón ponía un pie en el país marcando claramente su apoyo a la vieja ortodoxia sindical y a la derecha política.” (BESOKY, 2010, p.3).

Sabe-se, no entanto, que a repressão ilegal do Estado, segundo Larraquy (2007), Marongiu (2007) e Yofre (2008), foi impulsionada com o reingresso do delegado Alberto Villar para a força policial como chefe da Polícia Federal e Luis Margaride a subchefe. Ambas nomeações foram uma decisão direta de Perón através de um decreto assinado por ele. O delegado Juan Ramón Morales e o subinspetor Rodolfo Eduardo Almirón, também reingressaram na polícia através de decreto assinado pelo presidente interino Raúl Lastiri e se incorporaram a guarda pessoal de López Rega, que também acumulava o cargo de secretário privado de Perón.⁷

Sendo assim, dois membros da *Triple A*, Morales e Almirón, integravam importantes cargos no Estado. A revista *El Caudillo* na edição de 10 de maio de 1974 publicou que “el general Perón había ordenado la ‘depuración’ de los elementos marxistas subversivos y que a pesar de la reiteración de esta directiva, la orden no se había cumplido”. Foi então que, depois da morte de Perón, em julho de 1974, os crimes da *Triple A* cresceram “y hasta el final del período constitucional, las bajas se multiplican por 25: los muertos por 17; los desaparecidos por 49.” (IZAGUIRRE, 2009, p.94).

Outro fato importante que merece ser mencionado diz respeito à postura adotada por Perón e seus partidários frente aos governos ditatoriais na América Latina. No entanto, desde o governo (interino) de Lastiri, o Estado reconheceu imediatamente o governo de Pinochet em setembro de 1973 (no dia 23 do mesmo mês se realizariam as eleições presidenciais na Argentina) e ignorou a ocorrência de maus tratos aos refugiados chilenos que chegaram a Ezeiza. Em maio de 1974 Perón recebeu a visita de Pinochet e concedeu apoio ao ditador chileno. Para

⁷ Todos eles haviam sofrido baixa por ilícitos de drogas.

Eduardo Luís Duhalde,⁸ advogado de presos políticos, essa visita, longe de ser protocolar, seria um antecedente da Operação Condor. Nas Assembleias Gerais da ONU de 1974 e 1975, a Argentina foi um dos poucos países que rejeitaram projetos que condenavam a violação de direitos humanos no Chile.

O apoio e colaboração do governo peronista com a ditadura de Strosner, no Paraguai, e a Bordaberry, no Uruguai, assim como o fato da então presidente Isabel Perón ter condecorado o ditador Pinochet com a *Gran Cruz de la Orden de Mayo al Mérito Militar* mostram a concordância com regimes de exceção. A Operação Condor, que nasceu em fins de 1975, contou com ativa participação da Argentina, isto é, mesmo o país estando sob um governo, em teoria, democrático escolhido nas urnas. Dessa forma, cabe analisar de que maneira o uso recorrente de medidas de exceção foram praticadas durante um governo democrático.

Como já discutido anteriormente, o TDE é caracterizado pela suspensão total ou parcial do Estado de Direito ante casos considerados como ameaças da ordem com a concentração do poder nas mãos do executivo. Uma dessas medidas utilizada pelo governo peronista foi o decreto de Estado de Sítio em novembro de 1974. Esta medida foi renovada sucessivas vezes e nunca retirada até 1983. Ou seja, durante um governo constitucional decretou-se uma medida autoritária e que esteve vigente durante toda a ditadura iniciada em março de 1976 e na qual só iria ser “aproveitada” pelos militares golpistas.

Passada a última ditadura militar na Argentina (1976-1983), Raúl Alfonsín venceu as eleições e assumiu a presidência da república. Ainda no ano em que tomou posse, criou a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) responsável por averiguar as violações de direitos humanos cometidas no período de 1976-1983. No entanto, não foi considerado o período anterior, isto é, os governos de Perón e Isabel.

⁸ Atuou como diretor da revista *Militancia Peronista para la Liberación* entre os anos de 1973 e 1974, juntamente o deputado assassinado pela *Triple A*, Rodolfo Ortega Peña.

Os crimes cometidos durante a ditadura de 1966 a 1973, assim como o terrorismo dos anos democráticos de 1973 a 1975, não foram contabilizados, pois os membros da comissão acreditaram que as desapareições somente se transformaram em política repressiva de Estado a partir do golpe de 24 de março de 1976. (BAUER, 2014, p.173).

Os trabalhos de María Sáenz Queasada (2003) e Marcelo Larraquy (2007) mostram o peso das políticas oficiais do governo peronista e sua relação com a repressão clandestina antes de 1976, porém concentram suas análises na figura de López Rega. Salienta-se que os autores não deixam de destacar o compromisso de Perón e Isabel com as políticas para a eliminação da guerrilha.⁹ Através da análise de matérias da revista *El Caudillo*, dirigida por Felipe Romeo e vinculada à *Triple A*, é possível perceber como se constituiu e funcionou o aparato repressivo do peronismo durante o governo constitucional de Perón e de sua esposa, que o sucedeu em 1974. Perón jamais se pronunciou ou se preocupou em fazer algum reparo, tampouco Isabel.

Com o falecimento do presidente Juan Domingo Perón em 1º de julho de 1974, Isabel assumiu a presidência e uma figura que já era influente antes da morte de seu esposo, passou a exercer maior influência no governo: o ministro de Bem-Estar Social, José López Rega, *el brujo*. Este, ex-cabo de polícia, conheceu Isabel em 1965 quando viajou à Argentina como a “mensageira de Perón”. Quando Isabel regressou à Espanha em 1966, López Rega a acompanhou para se converter em uma espécie de “sombra” até 1975. (LARRAQUY, 2007). A presença do *brujo* no governo, possibilitou que a “*depuración*” desejada por Perón fosse colocada em prática. A partir do episódio do Massacre de Ezeiza, sua figura seria vinculada para sempre, pela esquerda peronista e grande parte de população, como um dos responsáveis pela tragédia juntamente com o coronel Jorge Osinde, o qual era o responsável pela segurança de Perón no dia de seu retorno. López Rega aparece como o idealizador da *Triple A* e, como chefe e patrocinador do grupo de extermínio, o qual intensificou seus atos criminosos

⁹ Hugo Gambini, em seu livro *Crímenes y mentiras. Las prácticas oscuras de Perón* (2017) disserta mais sobre a questão das práticas autoritárias do presidente desde seu primeiro mandato.

A partir de 1974, y con más impunidad luego de la muerte de Perón, los grupos de ultraderecha y la Triple A incrementan su actividad y firman más explícitamente sus asesinatos y acciones parapoliciales. Es el caso por ejemplo del asesinato del diputado Rodolfo Ortega Peña en pleno centro de la ciudad de Buenos Aires. Luego de la muerte de Ortega Peña, la Triple A emitió un comunicado diciendo que se había ejecutado al “agente del imperialismo rusocastista Ortega Peña... este ajusticiamiento será seguido por una larga lista de traidores al servicio de los imperialismos”. A partir de este momento resulta más evidente también la relación de estos hechos con el lopezrrreguismo: un automóvil de similares características al utilizado en el asesinato de Ortega Peña fue visto en el estacionamiento del Ministerio de Bienestar Social. (MARONGUIU, 2007, p.4-5).

Podemos dizer que a *Triple A* foi um ator político coletivo com uma organização interna bem estruturada que exerceu uma ação política ilegal e violenta utilizando recursos do próprio Estado. As armas eram contrabandeadas do Paraguai com ajuda da Polícia Federal e ficavam guardadas em salas do *Ministerio de Bienestar Social*. (ROSTICA, 2011). Os crimes eram assinados com a sigla “AAA” geralmente escritas com o sangue das vítimas em papéis ou talhadas com uma faca ou punhal no corpo do militante assassinado. Como revelam alguns números da revista *El Caudillo* e a bibliografia, a *Triple A* confeccionava uma “lista negra” de artistas, políticos e jornalistas publicando comunicados que justificavam os delitos cometidos, como foi o caso do assassinato de Silvio Frondizi, irmão do ex-presidente Arturo Frondizi, morto por ser “traidor de trabajadores, comunista, bolchevique.” (LARRAQUY, 2007, p.307). As listas de execuções em sua maioria terminavam com “Viva la Patria. Viva Perón. Viva Isabel.”

Segundo Feinmann (2010) não foi o exército quem praticou o TED durante o governo justicialista, mas sim os grupos fascistas, no qual a *Triple A* está incluída. Havia uma frase, que chegou a ser escrita nas paredes dos prédios de Buenos Aires e publicada na capa da revista *El Caudillo* de 1º de novembro de 1974 que dizia “quien le teme a las AAA” e complementava na contracapa “por algo será”. Ou seja, se alguém temia o grupo armado era

por ser “zurdo” ou por ser “monto”¹⁰ e temer a AAA era se denunciar. Além da *Triple A*, a *Concentración Nacional Universitaria* (CNU)¹¹ de viés anticomunista, assassinava estudantes considerados de esquerda. (FEINMANN, 2010). Membros da CNU foram utilizados como grupos de choque no enfrentamento em Ezeiza. A facção também era responsável por elaborar listas de ativistas da esquerda peronista e marxista dentro das universidades com nível de ativismo político mais elevado como a *Universidad de Mar del Plata* e a *Universidad de La Plata*. (MARONGIU, 2007).

Outro grupo, a *Juventud Peronista de la República Argentina* (*La Jotaperra*), que além de contar com elementos que assassinavam infiltrados no Movimento Peronista, possuía uma função logística e de difusão dos atos da *Triple A* através da revista *El Caudillo* e outros meios de comunicação. (MARONGIU, 2007). Sindicalistas peronistas de esquerda, como Hipólito Atílio López, figura destacada nos protestos do *Cordobazo* e vice-governador de Córdoba, foi sequestrado e assassinado pela *Triple A* em setembro de 1974 e ao redor do cadáver estavam cerca de 132 cápsulas 9mm. (BASCHETTI, 2007). A tortura praticada pela *Triple A* era simplesmente por crueldade e para gerar medo, não para obter informações de possíveis traidores ou infiltrados, pois o grupo sabia os nomes daqueles que eram considerados inimigos. Porém, devemos destacar que houve uma militarização das forças policiais aos conflitos políticos, sobretudo após o crescimento das guerrilhas marxistas e trotskistas, como o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e peronistas de esquerda como *Montoneros* nos anos 70.

Uma das formas mais ostensivas de TDE durante o governo peronista foi o decreto assinado por Isabel Perón em fevereiro de 1975, dando o aval para as Forças Armadas aniquilar “elementos subversivos” na província de Tucumán, no norte da Argentina, região na qual era dominada pela guerrilha do ERP. O chamado *Operativo Independencia*, se estendeu a todo território nacional em outubro através do decreto 2772/75. Nenhum setor político

¹⁰ Para se referir aos militantes do grupo *Montoneros*, da esquerda peronista.

¹¹ Surgiu em 1968 e sua função no âmbito universitário era o de funcionar como um grupo de choque de direita frente aos grupos estudantis de ideologias distintas. Posteriormente, membros da CNU passaram da esfera universitária para a sindical, participando de grupos da ultradireita do sindicalismo ortodoxo.

contestou tal medida, nem mesmo a oposição. O decreto tinha elementos essenciais do universo ideológico da DSN e o surgimento de centros clandestinos de detenção utilizando métodos de tortura e desaparecimento de pessoas foram cada vez mais recorrentes. (FRANCO, 2013). Segundo Crenzel (2008), 25% dos desaparecidos na província de Tucumán foram sequestrados durante o governo de Isabel, ou seja, antes da ditadura de 1976.

A construção da figura do inimigo interno e a ameaça da ordem serviram de sustentação e legitimação do TDE, como já vimos. Porém, a construção discursivo-ideológico do inimigo interno era imprescindível para assegurar a legitimidade das normas de exceção e segurança.

Quando os métodos não puderam mais ser negados diante das denúncias e comprovações realizadas, os ditadores e repressores passaram a apresentar argumentos justificativos para o terrorismo de Estado, nunca admitindo tal conceituação. (BAUER, 2014, p.195).

Durante o governo de Perón e de Isabel, os membros da polícia podiam trabalhar normalmente em seus cargos ao mesmo tempo em que se utilizavam da repressão clandestina para eliminar elementos considerados “inimigos” para a nação. (FRANCO, 2012). Lastiri e Perón ao assinarem decretos reincorporando Villar, Margaride, Almirón e Morales às forças policiais sabiam que estavam colocando indivíduos criminosos a serviço do Estado. Antes mesmo da declaração do Estado de Sítio na Argentina em novembro de 1974, foi aprovada a lei 20840 de 28 de setembro, que previa a erradicação da subversão no país dentro dos marcos legais criando delitos vagos e ambíguos, restringia o direito de greve e da liberdade de imprensa, identificava como subversivos âmbitos sindicais e universitários, determinava a expulsão de estrangeiros e argentinos naturalizados. (FRANCO, 2013).

Atribui-se à *Triple A* um total de mil e quinhentos a dois mil assassinatos, sendo que entre agosto e setembro de 1974 foram 60 mortos, 20 sequestros e 220 feridos. (LARRAQUY, 2007). A morte de sindicalistas ligados à direita do Movimento por grupos de esquerda como *Montoneros*, acabou implicando na ascensão de López Rega como chefe supremo de

todos os aparatos repressivos denominados como “escuadrones de la muerte”. A *Triple A* teve a particularidade de desaparecer com o golpe de Estado de 1976. (ROSTICA, 2011). O *Proceso de Reorganización Nacional* dissolveu a *Triple A* ao “estatizar” o terrorismo e institucionalizar o tipo de violência por ela implementada que foi absorvida pelos militares através da *Secretaría de Inteligencia Del Estado* (SIDE). (GASPARINI, 2005).

A partir da análise dos editoriais e matérias de *El Caudillo* é possível perceber que a atuação da *Triple A* contava com o apoio da presidente Isabel Perón, já que nunca fez nada a respeito para frear seus crimes ou punir os responsáveis, fato que lhe imputou a responsabilidade de diversas violações praticadas durante seu governo. A ex-presidente chegou a ser condenada pela justiça argentina por atos de lesa humanidade. Como vive exilada em Madri, desde 1981, após ser libertada de prisão pelos militares que a depuseram, o governo espanhol negou sua extradição e seu nome é algo que os argentinos não gostam de lembrar.

Considerações finais

Na Argentina, sob o governo peronista eleito em 1973, tal como na ditadura iniciada em 24 de março de 1976, houve a caça aos opositores e infiltrados, tratados como ameaça à ordem política e social. Sem dúvidas a ambiguidade do peronismo favoreceu o surgimento da *Triple A*. O Movimento peronista contava em suas fileiras com elementos que iam desde a ultradireita à guerrilheiros de extrema-esquerda o que possibilitou que ambos os lados cometessem atos de violência em nome de uma guerra ideológica. A *Triple A* participou da ação repressiva financiada pelo próprio Estado e sua existência favoreceu para a lógica da guerra interna colaborando para a criação de uma situação de tensão dentro do próprio Movimento Peronista a medida em que era apoiada pela presidente Isabel Perón ao dar plenos poderes a José López Rega e, antes disso, por Perón ter reincorporado ex-policiais com reputação violenta.

Os jovens peronistas tinham muitos motivos para tratar a política como guerra e Perón alentou desde seu exílio e após seu retorno marcou bem sua posição à direita do Movimento ao pregar uma “*depuración*” contra setores de esquerda dentro do próprio partido. Após o fim da ditadura que ficou conhecida como *Proceso de Reorganización Nacional* em 1983, foi criada a *Comisión Nacional de Desaparición de Personas* (CONADEP) e há cerca de mil denúncias de desaparecimentos perpetrados durante o governo peronista (1973-1976) e nenhum dos processos judiciais abertos condenou o peronismo pelos crimes praticados durante o período constitucional.

A aparição da *Triple A* em novembro de 1973, com Perón a frente da Casa Rosada, fez com que ele chamasse a guerra contra a subversão dentro de seu Movimento de que deveria eliminar “*los gérmenes patológicos*” e a infiltração marxista dentro do país. A violência fica mais acirrada depois da morte de Perón através da ação da *Triple A*, cujas ameaças eram publicadas na revista *El Caudillo*. Em um contexto de polarização e radicalização política, o problema da segurança interna foi prioridade no governo peronista nos anos 70. Dessa forma, temos de pensar o TDE como o resultado de um processo, de uma construção lenta e cumulativa no tempo em que foi possível pela instauração de práticas autoritárias e de exceção centradas no perigo do inimigo interno tanto em governos militares como democráticos. (FRANCO, 2013).

Grupos fascistas como CNU e *La Jotaperra* também contribuíram a o crescimento da violência e de assassinatos e sequestros de elementos do próprio partido. Importante destacar que membros da CNU atuaram durante a ditadura de 1976-1983 como forças denominadas “grupo de tarefas” dos repressores. O funcionamento da *Triple A* sob a tutela do Estado, pode detectar certos tipos de práticas autoritárias que promoveram a violência extrema em um país com um governo democrático eleito. Os decretos de Estado de Sítio e de aniquilação de elementos subversivos intensificaram o TDE, institucionalizado de forma mais enérgica durante a ditadura que pôs fim ao governo de Isabel Perón em março de 1976. A

Argentina, tão acostumada a vivenciar governos ditatoriais durante boa parte do século XX, enxergou, erroneamente, que um novo governo (militar) poderia “livrar” o país do terror instaurado durante o regime peronista. A ditadura iniciada em 1976 duraria sete anos e o resultado foi bem pior do que esperavam.

Referências

- BASCETTI, Roberto. *La memoria de los de abajo 1945-2007: hombres y mujeres del peronismo revolucionario, perseguidos, asesinados, desaparecidos, caídos en combate*. Buenos Aires: La Campana, 2007.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2ª ed. Porto Alegre, 2014.
- BESOKY, Juan Luís. Perón y la Triple A: ¿Una relación necesaria? *VI Jornadas de Sociología de la UNLP*, 9 y 10 de diciembre de 2010, La Plata, Argentina. Disponível em http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5120/ev.5120.pdf acesso em 18 out 2018.
- BONASSO, Miguel. *El presidente que no fue*. Archivos ocultos del peronismo. Buenos Aires: Planeta, 2002.
- BUFANO, Sergio; TEIXIDÓ, Lucrecia. *Perón y la Triple A: Las 20 advertencias a Montoneros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2015. Edição Kindle.
- CANALETTI, R; BARBANO, R. *Todos matoron*. Génesis de la Triple A: el pacto siniestro entre la Federal, el gobierno y la muerte. Buenos Aires: Planeta, 2009.
- CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- FEIMANN, José Pablo. Cronología de la violencia paraestatal producida durante la presidencia de Juan Domingo Perón (12 de octubre de 1973 - 29 de julio de 1974). In: Peronismo. Filosofía política de una obstinación argentina. Suplemento Especial de *Página 12*. 14 de março de 2010. Disponível em https://www.pagina12.com.ar/especiales/archivo/peronismo_feinmann/CLASE121C1.pdf Acesso em 21 set 2019.

- FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y "subversión"*, 1973-1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- FRANCO, Marina. La seguridad interna como política de Estado en la Argentina del siglo XX. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. p. 33- 64.
- GASPARINI, Juan. *La fuga del brujo*. Historia criminal de José Lopez Rega. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.
- IZAGUIRRE, Inés. *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1973-1983: antecedentes, desarrollo, complicidades*. 1a ed. - Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- LARRAQUY, Marcelo. *López Rega el peronismo y la triple A*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007
- LARRAQUY, Marcelo. Argentina. Un siglo de violencia política: 1890-1990. *De Roca a Menem. La historia del país*. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.
- MARONGIU, Federico. La ultraderecha en el gobierno justicialista de 1973-1976: Triple A, Juventud Peronista de la República Argentina y Concentración Nacional Universitaria. *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán. San Miguel de Tucumán, 2007. Disponible em <http://cdsa.academica.org/000-108/579.pdf> Acceso em 30 nov 2018.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- ROSTICA, Julieta. *Apuntes sobre la "Triple A"*. Argentina, 1973-1976. Desafíos. 23-II, 2011, p. 21-51.
- SÁENZ QUESADA, María. Isabel Perón. *La Argentina em los años de María Estela Martínez*. Buenos Aires: Planeta, 2003.
- ROUQUIÉ, Alain. *América Latina: introducción al Extremo Occidente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.

SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. AEDOS. N.8, v. 3, jan-jun, 2011.

YOFRE, Juan Bautista. *Nadie fue. Crónica, documentos y testimonios de los últimos meses, días y horas de Isabel Perón en el poder*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

Diplomacia federativa: fatores externos e domésticos que motivaram o seu surgimento em 1995

*Nairana Karkow Bones*¹

Introdução

A crise da União Soviética nos anos 1980 atuou como o fator mais poderoso de transformação sistêmica na ordem política e econômica mundial desde a Segunda Guerra Mundial (SARAIVA, 2007), em que colocou um término na Guerra Fria em 1991 e um reordenamento do Sistema Internacional. Isso representou principalmente o enfraquecimento em uma ordem internacional centrada no Estado e que traz consigo uma agenda e uma série de fenômenos novos.

Esse novo cenário internacional atrelado a uma recente redemocratização² interna no Brasil, em 1985, fez com que houvesse mudanças nas diretrizes da política externa brasileira na década de 1990. Importante mencionar que o Itamaraty³ é conhecido por ser o órgão do poder Executivo brasileiro com monopólio da formulação da política externa e na execução desta.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel), nairanabones@gmail.com.

² Após 21 anos do período de regime militar que perdurou durante os anos de 1964 a 1985, o país iniciou seu processo de redemocratização no dia 15 de Março de 1985, com o final do governo de João Figueiredo.

³ Termo usado como sinônimo de Ministério das Relações Exteriores.

Entretanto, na década de 1990 há uma atuação considerável de agentes subnacionais no plano internacional (MALLMANN; CLEMENTE, 2016), e isso faz com que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tenha que começar a remodelar-se, enfrentar esses novos desafios impostos, e dar um tratamento ao fenômeno da paradiplomacia⁴ no Brasil.

Diante deste cenário, com reflexões e debates, em 1995 resultou na criação da diplomacia federativa, uma política de Estado proveniente do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Política que tinha como configuração aproximar a chancelaria brasileira de governos estaduais e municipais e permitir a coordenação da atuação internacional de unidades subnacionais do país (MIKLOS, 2011).

Diante do exposto, quais foram os fatores domésticos e externos que motivaram o surgimento da diplomacia federativa?

Na literatura há um certo consenso de que o MRE foi influenciado tanto pela percepção do cenário internacional quanto pelos fatores domésticos da década de 1990. No cenário internacional tem-se a emergência do neoliberalismo e a intensificação da globalização; já nos fatores domésticos tem-se fatores relacionados a redemocratização, o próprio movimento dos entes federados em busca da internacionalização e o papel da liderança do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar influências internas e externas que motivaram a criação do conceito de diplomacia federativa, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). A abordagem metodológica utilizada é um estudo de caso no âmbito da política externa brasileira durante este governo, de caráter qualitativo. Ademais, a pesquisa será desenvolvida por meio de análise documental e de revisão bibliográfica, utilizando tanto fontes de caráter primário como

⁴ No que tange ao conceito, Junqueira (2018) define paradiplomacia como a inserção internacional de atores subnacionais ou a ação direta no internacional que complementam e/ou desafiam as políticas centrais do Estado; são inseridos em um ente político de maior grandeza, qual seja o próprio Estado-nação.

documentos e discursos oficiais, quanto secundário, em que aglomera livros, teses, dissertações, artigos científicos.

O presente artigo está organizado de modo em que na primeira seção será realizada uma análise dos fatores externos que desafiaram o padrão histórico de centralidade do Itamaraty nas ações externas, já na segunda, os domésticos.

1. Fatores externos

Após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Itamaraty passou a ser uma agência estatal progressivamente insulada, com uma corporação profissional especializada (FARIA, 2012). Vale ressaltar, que mesmo nos primeiros anos de república no Brasil, a política exterior nas mãos de Rio Branco (1902-1912), considerado o patrono da diplomacia brasileira, teve uma condução que deve ser atribuída quase unicamente à ele; o qual desde sua posse, desfrutou de um lugar à parte no Poder Executivo (CERVO; BUENO, 2015). Tal ação, remonta de certa maneira ao período monárquico (vigente até 1889), onde o imperador tinha concentração de poder absoluto, inclusive em política externa, o que atualmente pertence ao Executivo.

Mesmo anos depois, a Constituição Federal (CF) de 1988, no quesito de representação externa, preserva e reitera os princípios trazidos pela constituição de 1891. Como pode-se ver através do artigo 21 em que diz que compete a União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais; do artigo 49 em que prevê competência exclusiva do Congresso Nacional sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem o patrimônio nacional; além do artigo 84 em que diz que compete ao Presidente da República manter relações com outros Estados, e também celebrar convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (BRASIL, 1988). Entretanto, na Constituição de 1988 é apontado algumas novidades em relação a ótica federativa, que serão vistos na seção 2.

Sendo assim, o Itamaraty historicamente representa o ente governamental monopolizador das decisões no plano internacional. Em que “as relações internacionais, em geral, e a política externa, em particular, são possivelmente o espaço de atuação estatal e de formulação de políticas públicas em que o Estado-nação mais zela por exercer monopólio, coerência e controle” (RODRIGUES, 2008, p. 1015).

Esse insulamento burocrático tenderia para o Itamaraty uma autonomia tanto em relação ao sistema social como segmentos particulares deste sistema e do próprio Estado (CHEIBUB, 1985), o que o MRE poderia justificar essa posição como favorável para a qualificação e credibilidade do Brasil no meio diplomático, pois há imparcialidade com a política doméstica. Além disso, o Itamaraty quer com o insulamento evitar que entes subnacionais comecem a promover negociações no internacional, onde possam “fugir” do controle e até mesmo atuarem de maneira contrária à diretriz da política externa brasileira; a qual é considerada contínua, linear e com tendências ao longo da história (CERVO; BUENO, 2015).

Monopólio este, que torna menos democrático e transparente diante da sociedade civil, opinião pública, acadêmicos da área debate político doméstico e entre entes subnacionais que fazem parte da União. Há, no entanto, no final do século XX o surgimento de fatores que desafiaram esse papel hegemônico do Itamaraty na atuação estatal no plano externo.

A nova ordem mundial, pós-Guerra Fria, trouxe uma nova agenda e uma série de novos fenômenos em que desafiaram os Estados, além de temas que já vinham sendo debatidos na comunidade internacional, surgem outros que devem ser inseridos nas discussões de encontros e que passam a ser recorrentes nas relações internacionais⁵. Ademais, há também uma emergência de novos atores, como os entes subnacionais e não-estatais, empresas transnacionais e unidades da sociedade civil passam a influenciar em questões de amplitude universal.

⁵ Como por exemplo a proteção ao meio ambiente, direitos humanos, desequilíbrios regionais e sociais, epidemias devastadoras, instabilidade financeira e terrorismo, são alguns exemplos que por poder transcender fronteiras, passando a ser considerados problemas globais (SARAIVA, 2007).

Destes novos atores, o foco deste trabalho são os entes subnacionais⁶, os quais na década de 1990 passaram a ter uma maior importância e a terem uma manifestação considerável de ações globais. Houve nessa época, Conferências promovidas pela ONU, como as Conferências Rio-1992 e a Habitat-1996 foram fundamentais a essa projeção, pois em seus documentos políticos, respectivamente a Agenda 21 e a Agenda Habitat, garantiriam a atuação do poder local nos processos decisórios globais (RODRIGUES, 2004), em que concediam poder principalmente para as cidades e davam mais visibilidade do ponto de vista internacional.

Além disso, nesta conjuntura dos anos 1990, um fenômeno que obteve uma maior relevância no sistema internacional foi a globalização, que incentiva um novo ordenamento das relações entre território e espaço socioeconômico e político. Isso significa para a lógica do Estado um desafio, principalmente em estabelecer mecanismos de controle para os efeitos deste fenômeno sobre as sociedades e economias (MARIANO, 2007).

Neste contexto, com uma intensificação da globalização e um aumento de fluxos de transações, fomentou fenômenos como a paradiplomacia⁷, no qual entes subnacionais passaram a buscar no cenário internacional objetivos, como também ter uma certa influência nele. Assim, as pesquisas acerca da atuação internacional de entes subnacionais⁸ é relativamente recente, surgido especialmente em decorrência do debate, na década de 1980, na literatura norte-americana.

Houve uma crescente produção acadêmica e debates conceituais sobre o fenômeno da paradiplomacia, sua influência nas relações internacionais, na política internacional, regional e no ambiente doméstico. Além disso, há uma maior importância dada as cidades e entes

⁶ É o caso de estados, cidades, províncias, municípios e outras unidades que sejam consideradas de poder público que compõem a estrutura do Estado nacional.

⁷ Fenômeno que está diretamente ligado a globalização, e que começa a surgir na literatura científica nos anos 1980 para descrever ações dos Estados federados canadenses e americanos no internacional (RIBEIRO, 2009).

⁸ Entretanto, no campo das Relações Internacionais, autores neoliberais como Keohane e Nye também vão valorizar já na década de 1970 a importância dos entes subnacionais, em que consideram a existência de outros atores exercendo influência no Sistema Internacional além do Estado (PECEQUILLO, 2012).

subnacionais devido ao fenômeno. Deste modo, o Estado e o seu papel na ação internacional passaram a ser desafiados.

Ademais, um exemplo em que a globalização influenciou e auxiliou diretamente, foi no estado brasileiro do Amapá, em que no governo de João Capiberibe (1995-1998), foi criado um programa de desenvolvimento sustentável por meio de parcerias internacionais diretas, principalmente com a Guiana Francesa, em que várias decisões passaram a ser de interesses comuns (RODRIGUES, 2004). Assim, o Amapá, buscou projetar sua imagem no exterior de ser um estado que busca um desenvolvimento sustentável da Amazônia, para também, através disso, atrair turismo, investimentos e apoio de membros internacionais.

Outros casos que influenciaram na nova realidade dos agentes subnacionais no internacional no Brasil foram a reforma Constitucional da Argentina em 1994 e a crise de Chiapas no México em 1995 (RODRIGUES, 2004).

Regionalmente, portanto, tem-se o caso argentino, em que influenciou de maneira incisiva o Estado brasileiro, que foi a Constituição da Argentina de 1994, é possível ver um reconhecimento de ações dos entes subnacionais no cenário internacional, desde que cumpram medidas compatíveis com a política externa do Estado; mais claramente no artigo 124:

Las provincias podrán crear regiones para el desarrollo económico y social y establecer órganos con facultades para el cumplimiento de sus fines y podrán también celebrar convenios internacionales en tanto no sean incompatibles con la política exterior de la Nación y no afecten las facultades delegadas al Gobierno federal o el crédito público de la Nación; con conocimiento del Congreso Nacional. La ciudad de Buenos Aires tendrá el régimen que se establezca a tal efecto. Corresponde a las provincias el dominio originario de los recursos naturales existentes en su territorio (ARGENTINA, 1994).

Como também, o Movimento subnacional no estado de Chiapas no México, em que essa ação foi imprevista pelo Estado, e a crise teve repercussão e implicações no cenário internacional, reivindicavam

principalmente defesa dos direitos dos povos indígenas e da população mais pobre (RODRIGUES, 2004).

Ademais, na década de 1990, países começaram a dar um maior destaque para a integração regional em suas políticas externas. O Tratado de Assunção, assinado em 1991, em que definia metas e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul (Mercosul⁹) foi um reflexo da ascensão do liberalismo na América Latina e da política de promoção do regionalismo aberto¹⁰.

Por meio do Mercosul, surge a Rede Mercocidades¹¹ em 1995, formada por entes subnacionais, em que Rodrigues (2004) afirma que teve tanto êxito em suas atividades, que sua credibilidade e dinamismo não foram afetados com a crise que o bloco econômico passou no fim da década de 1990. Ademais, o processo de liberalização fez com que houvesse um crescimento da importância da política doméstica na definição da política externa, o que possibilita uma progressiva diminuição da autonomia do MRE na definição (OLIVEIRA, 2005). Sendo assim, Lima (2000) afirma que

[...] a principal consequência da liberalização política e da abertura econômica foi ter modificado a natureza da política externa que, além de representar interesses coletivos no plano mundial, passou a ter que negociar interesses setoriais, inserindo-se diretamente no conflito distributivo interno. Idealmente, nessa nova situação, a ratificação tende a adquirir uma dinâmica própria, cabendo ao chefe de governo o papel de compatibilizar os dois níveis, tal como ocorre nas poliarquias contemporâneas (LIMA, 2000, p. 295).

⁹ Teve como protagonistas diretos no processo negociador do Mercosul os governos nacionais e os grupos empresariais (VAZ, 2002). Se deu todo basicamente em nível do Executivo, sem envolver os outros entes, e poderia ter sido um espaço que entes subnacionais teriam a oportunidade de ter promovido a sua inserção enquanto atores nessa negociação, porque esse acordo tem um impacto regional direto e de diferentes maneiras em cada localização.

¹⁰ O qual segundo Cepal é “un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región” (CEPAL, 1994).

¹¹ Segundo Gomes, a Rede Mercocidades é uma organização de cooperação descentralizada, formada pelos governos locais da região sul-americana que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de ações e projetos de interesse intermunicipal que se relacionem ao processo de integração. Assim, trata-se de exemplo do fenômeno da paradiplomacia na integração regional sul-americana (GOMES, 2016).

Por meio desses fatores, pode-se inferir que houve influências externas diretas e indiretas nas tomadas de decisões por parte de política externa e que desafiaram o papel centralizador do Itamaraty. Próxima seção refere-se às influências internas.

2. Fatores domésticos

No Brasil não foi diferente do resto do mundo em relação a mudança sistêmica pós-Guerra Fria. Assim como a maioria dos países, houve uma grande repercussão das transformações da nova ordem mundial internamente, e o fenômeno da globalização com forças suficientes para operacionalizar de maneira rápida e provavelmente irreversível. Dessa maneira, o tema da inserção internacional de governos subnacionais é recentemente novo na agenda nos círculos acadêmicos brasileiros, como pode-se ver que nessa época era:

Cada vez mais importante atividade externa de governos subnacionais (locais, provinciais, estaduais etc.) em todo o mundo vem despertando um crescente interesse acadêmico. [...] O meio acadêmico brasileiro não é exceção. Existe, neste momento, um acervo bastante respeitável de artigos, livros, monografias, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado dedicado à análise da atividade externa de entidades subnacionais em geral, bem como dos governos estaduais e municipais brasileiros que mais atuam nessa área (NUNES; SALOMÓN, 2007, p. 99-100).

Como em outros países, entes subnacionais brasileiros também começaram a ter uma maior relevância e buscaram seus objetivos no meio internacional, e essa atuação já era verificada no cenário brasileiro desde o início da década de 1980. Tal fato pode ser ilustrado pela criação da primeira assessoria estadual de relações internacionais que foi no estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola (1983-1986) (RODRIGUES, 2008). Desta maneira, o Estado brasileiro teve desafios e assim, teve que se adaptar algumas de suas instâncias decisórias a esta nova realidade.

Assim, as próprias unidades subnacionais brasileiras estavam engajadas em buscar seus objetivos e desenvolvimento no plano internacional, seja no âmbito cultural, econômico, social, político; antes mesmo das primeiras manifestações em normatizar o fenômeno da paradiplomacia no país, por parte da União. Outro exemplo além do estado do Amapá e da criação de uma assessoria especial do estado do Rio de Janeiro, foi a criação da Secretaria Especial de Assuntos Internacionais (SEAI¹²), durante o governo de Pedro Simón (1987-1990) vinculado ao governo do Rio Grande do Sul, no fim da década de 1980 (SALOMÓN; NUNES, 2007).

O Brasil na década de 1990 estava passando no plano doméstico por uma série de transformações internas, e que pressionaram também, de certa maneira, o Itamaraty a superar o modelo insular da produção da política externa. O motivo doméstico mais explícito, provavelmente, seja a recente redemocratização que o Brasil estava passando após um longo período de regime militar (1964-1985), em que a partir de Março de 1985 tem-se como o início de uma redemocratização.

Com a redemocratização e levando em consideração a CF de 1988, o Brasil passa a ser considerado uma Federação trina, o qual é formada por três entes federados – a União, os estados e os municípios. Ou seja, municípios tornaram-se entes federados, assemelhando-se à União e aos estados com competências próprias e comuns aos outros entes; ademais, segundo o autor, na América Latina, apenas o Brasil é uma Federação trina (RODRIGUES, 2008). Dessa maneira, nessa nova distribuição de poderes, foi permitido às cidades terem um maior grau de autonomia política e administrativa, além de oferecer melhores condições de buscarem seus objetivos no cenário internacional.

Também a respeito à atuação de entes subnacionais na esfera internacional, há uma menção no artigo 52, em que garante a possibilidade de que estados e municípios possam recorrer às instâncias econômicas

¹²A SEAI foi estabelecida em 1987 e teria funções como: assessorar o governador nas relações com outros países e com organismos internacionais; supervisionar e orientar os órgãos de governo em ações externas; captar recursos e investimentos; e apoiar o setor privado em projetos com participação externa (SALOMÓN; NUNES, 2007).

internacionais, desde que com o aval do Senado Federal (BRASIL, 1988). Isso demonstra as negociações diretas que vários entes subnacionais brasileiros vêm mantendo desde os anos 1990 com organismos econômicos internacionais, e que tem-se como exemplo o caso do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (RODRIGUES, 2008).

Além disso, mesmo sem uma previsão constitucional, a paradiplomacia tem sido praticada diariamente, sem necessariamente afrontar o Estado, pois há uma atuação estadual e municipal no âmbito do artigo 23 da CF em que aponta temas como saúde, patrimônio histórico, cultura, educação e ciência, meio ambiente e entre outros, como de âmbito de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (RODRIGUES, 2008). Sendo assim, este autor ainda afirma que:

É crescente a quantidade de convênios de cooperação técnica entre municípios e Estados federados brasileiros e contrapartes estatais estrangeiras para implementar políticas públicas de proteção ambiental tendo por base tratados ou documentos internacionais (RODRIGUES, 2008 p. 1020).

Durante o governo de Itamar Franco, no ano de 1993, há um documento do Itamaraty, o qual tem o título “Reflexões sobre a Política Externa Brasileira”, em que consta a intenção de abrir espaços de representação do MRE nos estados brasileiros (MIKLOS, 2010). Importante mencionar que neste governo, o Itamaraty era comandado pelo chanceler Fernando Henrique Cardoso, o próximo presidente da República.

Para tanto, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) é de extrema relevância, pois em virtude dos desafios e fatores impostos ao MRE, este governo realizará uma espécie de “resposta”. Em meio a este cenário, debates e discussões, “a percepção da necessidade de incorporar a dimensão subnacional à formulação e execução da política externa brasileira apareceu, pela primeira vez, como elemento determinante de uma política de Estado” (MIKLOS, 2010, p. 44).

Ademais, vale evidenciar, que o pronunciamento do então chanceler Luiz Felipe Lampreia em 1995, dando as diretrizes que o governo iria tomar nas questões externas, coloca Cardoso numa posição de um líder fundamental e de extrema importância, pois, como já visto, no período em que foi chanceler do governo de Itamar Franco, houve debates e seminários, que teve presente a questão dos entes subnacionais no processo decisório da política externa brasileira. Portanto, diplomacia federativa, conceito que passou a ser uma política estatal no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), mencionado no discurso de Lampreia:

É também diretriz do Presidente Fernando Henrique que a essa vertente da diplomacia pública, da diplomacia de interação, se some outra vertente igualmente fundamental em função do nosso sistema político, que é a **diplomacia federativa. Os Estados e mesmo os municípios têm crescentemente uma agenda internacional que se soma à agenda externa da União, responsável em primeira instância pelas relações exteriores do país.** Essa nova e dinâmica dimensão da nossa diplomacia requer um **esforço permanente de diálogo, de troca de informação e de consultas entre o Executivo federal e as Regiões, Estados e Municípios**, de forma que haja a **maior coordenação e a maior harmonia** possível nos diversos níveis do relacionamento internacional do Brasil. Governadores e prefeitos, membros do Congresso Nacional em representação de um Estado ou uma região, associações e sindicatos, a imprensa e os meios de comunicação locais têm procurado com intensidade cada vez maior o Itamaraty para tratar de assuntos internacionais de seu interesse imediato. O Itamaraty, por sua vez, tem procurado, dentro dos limites dos seus recursos escassos, **criar canais diretos de contato com os estados**, inclusive mediante a criação de formas de presença permanente em algumas capitais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1995, p. 115-116, grifo da autora).

Além disso, Faria (2012) aponta que o crescente adensamento das relações internacionais do país, a politização da política externa brasileira e a própria expansão e consolidação do campo dos estudos de Relações Internacionais no Brasil influenciaram também na ampliação do escopo da arena decisória da produção da política externa.

Até aquele momento antes dos anos 1990, esta produção era pouco transparente e de difícil acesso pela sociedade civil. Pode-se notar através das palavras de Pecequilo (2012), que:

A grande expansão de cursos de graduação, pós graduação e especialização na área de Relações Internacionais no Brasil foi data dos anos de 1980 e início dos anos 1990 quando pressionada por fatores externos a sociedade nacional passou a buscar respostas a seus dilemas, deparando-se com uma ausência de profissionais qualificados. Até então, protegido do meio internacional, o país possuía atividades extremamente limitadas no setor, restringindo-se basicamente à diplomacia. Mesmo as empresas contratavam consultorias no exterior, e suas atividades de exportação/importação estavam estrategicamente orientadas pelo governo. Em termos acadêmicos, poucos eram os especialistas e os centros de excelência (PECEQUILO, 2012, p. 25).

Sendo assim, as análises de autores e estudiosos de Relações Internacionais renomados (FARIA, 2012; RODRIGUES, 2004, 2008) sugerem que o Itamaraty tem mudado seu relacionamento com os entes subnacionais, há um processo de “desmonopolização” da tomada de decisão da política externa brasileira a partir da década de 1990, onde demandaram principalmente uma maior representatividade e democratização. Faria (2012) aponta que pode ter sido:

Por iniciativa própria ou constrangido por uma diversidade de atores e circunstâncias extracorporativas, o MRE tem, nos últimos anos, em paralelo ao adensamento de sua atuação internacional, multiplicado os seus esforços de coordenação intragovernamental, de articulação intergovernamental, no plano federativo, e de busca de cooperação intersetorial (FARIA, 2012, p. 320).

A formulação e a criação da diplomacia federativa pode ser uma resposta a um constrangimento ou pode ser uma iniciativa própria em que já tinham vontade algum tempo. A resposta não se sabe. Entretanto, este trabalho sugere que os fatos evidenciam que foi uma atitude mais reativa aos acontecimentos internacionais e domésticos no Brasil em que desafiavam o papel centralizador do Itamaraty.

Conclusão

Portanto, diversos fatores foram fundamentais e predominantes para pressionar de alguma maneira o MRE a se posicionar no que tange em uma definição de um conceito para a atividade dos entes subnacionais no meio internacional, especialmente a criação de uma política estatal em coordenação mais o Itamaraty com os entes subnacionais, a diplomacia federativa.

Por meio de uma categorização explicativa com os fatores mais incisivos, pode-se entender que no meio internacional as cidades foram incentivadas não só pelo fenômeno da globalização em si que criou oportunidades, mas também pelos próprios organismos internacionais que passam a reconhecer a importância, como também o comprometimento das agências internacionais incluam as cidades nas discussões; na esfera econômica, se tem uma maior influência de liberalização da economia, maior integração regional, e também com esse ambiente internacional mais “integrado”, é o que muitas vezes leva os entes subnacionais a se internacionalizarem.

Já no âmbito doméstico, na área política, tem-se as ações unilaterais de alguns estados da federação que promoveram essa internacionalização, como foi o caso do Rio de Janeiro, em 1983 e do Rio Grande do Sul, 1987, juntamente em meados da década de 1990, o estado do Amapá; na esfera normativa a CF de 1988 traz alguma autonomia para os entes federados; na área acadêmica, abertura de cursos e especializações em Relações Internacionais no Brasil.

Ademais, liderança de figuras políticas como o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e o chanceler Luiz Felipe Lampreia em que tiveram um papel fundamental para a criação da diplomacia federativa. Vale ressaltar, que desde o governo de Itamar Franco e em que tinha o Fernando Henrique Cardoso como chanceler, ele já demonstrava uma vontade em “abrir” a arena decisória do Itamaraty e de política externa.

Além disso, é interessante observar que para o caso brasileiro e sua posição geográfica, a dimensão regional também tem um papel muito

importante, como foi o caso da Argentina, país “vizinho” e que estava dando um passo à frente nesse sentido de institucionalização da paradiplomacia.

Referências

ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. 1994. Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>. Acesso em: outubro/2019.

BRASIL. Constituição da República Dos Estados Unidos Do Brasil de 1891. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao091.htm>. Acesso em: setembro/2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: setembro/2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: 4ª Ed. UnB, 2015.

CEPAL. *El regionalismo abierto en América Latina: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile: Cepal, 1994.

CHEIBUB, ZAIRO. Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro vol. I, 1985, p. 113-131.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1, janeiro/junho, p. 311-355, 2012. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-85292012000100009>. Acesso em: setembro/2019.

GOMES, Joséli Fiorin. A contribuição da Rede Mercocidades para o desenvolvimento da integração fronteiriça junto ao MERCOSUL: o papel da paradiplomacia municipal sul-americana na concretização da integração regional em zonas de fronteira. *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. 2016. Disponível: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Joseli_Gomes_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf>. Acesso em: setembro/2019.

- JUNQUEIRA, Cairo G. B. *Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil*. 2017. Disponível: <<http://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-83/11093-paradiplomacia-a-transformacao-do-conceito-nas-relacoes-internacionais-e-no-brasil/file>>. Acesso em: setembro/2019.
- LIMA, Maria Regina S. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2. 2000. Disponível: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf>. Acesso em: setembro/2019.
- MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. *Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional*. 2016.
- MARIANO, Karina Pasquariello. *Globalização, integração e o estado*. 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6445200700020005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: agosto/2019.
- MIKLOS, Manoela Salem. *A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado nacional: A experiência brasileira*. Dissertação de mestrado. São Paulo: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2010.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 5 de abril de 1995. In: *Resenha De Política Exterior Do Brasil*, número 76, ano 21, p. 113-132. 1995.
- OLIVEIRA, Henrique A. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões*. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. *A ação internacional das entidades subnacionais*. 2009. Disponível: <<http://books.scielo.org/id/zxnbn/pdf/ribeiro-9788523212018-03.pdf>>. Acesso em: agosto/2019.
- RODRIGUES, Gilberto M. A. *Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios Brasileiros*. Tese. PUC-SP, 2004.

RODRIGUES, Gilberto M. A. *Relações internacionais federativas no Brasil*. 2008. Disponível: _____ <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400007>. Acesso em: agosto/2019.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. *A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos*. 2007. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/ao4v29n1.pdf>>. Acesso em: setembro/2019.

SARAIVA, José Flavio Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas - Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª edição, 2007.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: IBRI, 2002.

**“Generoso e cavalheiro mesmo em face da morte”:
a defesa da honra partidária no duelo de
Pinheiro Machado por meio de *A Federação* ¹**

Vitor Wieth Porto ²

Duelar era uma prática presente entre as elites brasileiras do começo do século XX. Embora existam poucos trabalhos historiográficos no Brasil que se debruçam sobre os duelos e a honra, elemento crucial para que o primeiro fenômeno ocorra, tentaremos elucidar como o ideal da honra poderia ser uma prerrogativa importante no modo de fazer política durante a primeira década do século XX, na qual ocorre o duelo de José Pinheiro Machado contra o jornalista Edmundo Bittencourt. Utilizando como aporte teórico a antropologia social e como referências bibliográficas alguns dos trabalhos historiográficos que se debruçam nos duelos, tentaremos traçar um panorama que possa esclarecer como um valor como a honra pode vir a ser relevante como arma e prática política. Arma política enquanto pensamos nos partidários do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) na redação de seu veículo de comunicação oficial, o jornal *A Federação* (1884-1937), utilizando-se do acontecimento para angariar prestígio para o seu correligionário (o Pinheiro Machado em si) e também para o próprio partido ao qual representava. Prática no sentido em que o discurso presente no jornal visa justificar e legitimar a ação do senador

¹ Esse trabalho faz parte de uma pesquisa maior que desenvolvo em minha monografia, intitulada “Os duelos de honra rio-grandenses através do jornal *A Federação* (1885-1910)”.

² Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), vitor.wieth.porto@hotmail.com.

rio-grandense. Analisaremos as quatro notícias dentro do periódico que tratam do conflito, buscando interpretá-las como um esforço da redação para defender a “honra partidária” do PRR.

A honra, que é o conceito chave para entendermos as prerrogativas de um duelo, é dividida pelo antropólogo Julian Pitt-Rivers em individual e coletiva. A honra individual, segundo Pitt Rivers,

[...] é o valor que uma pessoa tem aos seus olhos e aos olhos da sociedade, por meio da conformação a determinadas formas de conduta. É a reclamação pessoal de orgulho e também a aceitação do direito ao orgulho. Sentimentos, condutas, reputação e concessão de honra estariam implicados (PITT-RIVERS, 1971 apud ROHDEN, 2006, p. 105).

Nesse sentido, o duelo está intrinsecamente ligado à conduta, reputação e com os sentimentos. O último se faz importante enquanto pensamos que para Pitt-Rivers, a honra teria um polo inverso, que seria a vergonha. A dualidade honra-vergonha seria o que hierarquizaria a sociedade ocidental, especialmente tratando da relação entre os gêneros³, onde a figura masculina estaria associada à honra e a feminina à vergonha e ao pudor (PERISTIANY, 1971). Todavia, a vergonha passa a também ser atribuída ao homem no momento em que esse é ofendido. Na Europa (e também na América, mas com destaque para o Velho Mundo), existiam os “manuais de honra” que ensinavam como os homens deveriam proceder diante de uma ofensa, que iam deste o tipo de ofensa até as regras para os duelos, visando civilizá-los (THOMPSON FLORES, 2018, p. 366-383), algo que utilizaremos como exemplo para pensarmos que a preocupação dos homens de não serem humilhados é tão latente que um desacato não precisa ser materializado para que a honra seja ultrajada: basta a simples intenção que poderia ser percebida em detalhes sutis, como o tom de voz utilizado, um olhar mais duro e prolongado, um comportamento mais

³ Segundo Alain Corbin (2013), houve grande influência do Naturalismo para reforçar a hierarquização da sociedade tendo o masculino como supostamente biologicamente superior. Utilizando-se da noção de virilidade, o autor francês a utiliza como ponto de partida para entender a questão da honra como um dos vários atributos que compõem essa virilidade do século XIX.

ríspido, uma discordância em certo assunto para que haja uma inversão entre os polos entre honra e vergonha (PERISTIANY, 1971 apud ROHDEN, 2006, p. 105-106). Quando essa tensão se instaura em público, a situação se torna ainda mais delicada, pois quanto maior for o alcance da informação de que a reputação do indivíduo foi ofendida, o dano à mesma torna-se proporcionalmente maior (Idem, 2006, p. 106).

No momento em que a reputação é ofendida, a honra é ultrajada, o que torna a violência como um recurso característico e necessário a partir do momento em que outros recursos (uma retratação, mais especificamente) se mostraram ineficazes, dando espaço para o duelo (Idem, 2006, p. 105). É importante citarmos que a ofensa só é válida se os dois indivíduos se veem como iguais na sociedade. Se o ofensor for de uma classe inferior, respondê-lo pode colocá-lo em uma “armadilha de honra”, rebaixando-o e intensificando ainda mais a desonra (vergonha) (Idem, 2006, p. 105). Com essa visão de hierarquização da sociedade por intermédio da honra,

[...] temos a crença das elites que a honra era um bem exclusivo, o restante da sociedade excluía-se dos detentores de honorabilidade, por motivos que iam da origem racial impura, ilegitimidade de origens, maus hábitos; fica evidente que devemos levar em contas a clivagens de classe, gênero e raça para entendermos a cultura da honra (REMEDI, 2011, p. 12).

Certamente, a honra não era uma prerrogativa exclusiva da elite, embora houvesse distinções notáveis entre os meios em que homens de elite e populares resolviam seus conflitos (THOMPSON FLORES & ARENDT, 2017). Essas distinções, as quais colocavam o duelo regrado e arranjado como a única condição válida para a defesa da honra, é importante para pensarmos em como os conflitos em nome da honra eram descritos pela literatura (REMEDI, 2011) e, como nos debruçaremos no presente texto, pela imprensa.

Complexificando um pouco mais as relações entre classes, a honra não possui somente um valor de ordenação, seja pensando nas “atribuições” dos gêneros ou na exclusividade de uma classe em detrimento da outra. Ela também

Representaria não só uma variedade de personalidades sociais presentes em uma dada sociedade, mas também os interesses variados e conflitantes de grupos rivais, como linhagens, clãs, classes ou corporações, que dão precedência, na sua definição de honra, a aspectos que *favoreçam sua promoção social* (PERISTANY & PITT-RIVERS, 1992, p. 4 apud ROHDEN, 2006, p. 104, grifos nossos).

Utilizar-se da honra – ou melhor, a defesa da mesma através do duelo – tanto para obtenção de prestígio quanto projeção social (enquanto indivíduo e/ou grupo) era algo que François Guillet (2013, p. 115-134) argumenta ser frequente entre jornalistas e políticos, por exemplo, pois era rotineiro que a imprensa noticiasse os duelos e o nome dos participantes destes. A própria noção de honra coletiva de Pitt-Rivers corrobora essa interpretação:

Grupos sociais possuem uma honra coletiva relacionada à honra de cada membro. *A conduta desonrosa de alguém se reflete na honra de todos, ao mesmo tempo em que cada indivíduo participa da honra de todo o grupo.* Desde a família até a nação, nos mais diversos grupos, uma pessoa é investida de honra de todo o grupo (PITT-RIVERS, 1971 apud ROHDEN, 2006, p. 106, grifos nossos).

A honra coletiva é crucial para esse trabalho, pois interpretamos a honra partidária (tratando do PRR, para sermos mais precisos) como um tipo de honra coletiva, o que ficará mais claro durante o desenvolvimento do trabalho a partir da fonte.

Em suma, a honra é um valor extremamente complexo e que poderia ser muito mais aprofundado. Com um caráter ordenador da sociedade, que dita os deveres de homens, obrigando-os a estar prontos para defender com a própria vida a honra dos mais diversos tipos (profissional, pessoal, familiar, etc.) também é utilizado como atributo de prestígio, de projeção social e de exclusividade, mesmo que trespasse as classes dominantes e seja amplamente difundido entre os populares.

Já no âmbito metodológico, como trabalharemos com a imprensa, os preceitos postos por Tânia de Luca (2008), são imprescindíveis. Sugerindo

alguns pontos metodológicos a serem levados em conta para a análise de um periódico⁴, a pesquisadora acrescenta muito para trabalharmos com *A Federação*.

Acreditamos ser fortuita uma rápida contextualização sobre o impresso em questão. Fundado em 1884 na cidade de Porto Alegre, *A Federação* era o órgão de comunicação do então recente PRR. Mantendo o padrão jornalístico característico do séc. XIX, o denominado político-partidário⁵, o mesmo tinha a função de ser um articulador do movimento republicano no Rio Grande do Sul, demonstrando desde o princípio um caráter enérgico para defender suas posições e atacar opositores (RÜDIGER, 1993, p. 43-44). Com a Proclamação da República e a consequente ascensão do partido ao poder do estado, o jornal se tornou o principal impresso do Rio Grande do Sul, chegando a tiragem de dez mil exemplares por dia (Idem, 1993, p. 44-45). Como já dito, o jornal era notório pela defesa de sua agenda, o que nos faz presumir que também o fosse com seus partidários, especialmente se pensarmos em quem era a figura de Pinheiro Machado dentro do próprio partido. Entretanto, nos aprofundaremos nessa questão a partir das notícias que utilizaremos como fonte. Vamos a elas.

Em 23 de maio do ano de 1906, o serviço telegráfico a serviço do jornal reporta o seguinte:

RIO, 23 – Devido a injurias publicadas pelo Correio da Manhã contra o senador Pinheiro Machado, este desafiou Edmundo Bittencourt, redactor daquelle jornal, para um duello.

O senador Pinheiro deixou a Edmundo Bittencourt a escolha das armas.

Este escolheu a pistola e marcou a distancia de vinte passos.

⁴ Os principais pontos propostos por Tânia de Luca (2008, p. 142) que levaremos em conta são: encontrar as fontes e constituir uma representativa série; localizar as publicações na história da imprensa; atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores e identificar o público a que se destinava.

⁵ Para Francisco Rüdiger (1993, p. 36), o jornalismo político-partidário é resultado de um processo em que as elites políticas brasileiras tornaram a imprensa um agente partidário, de modo que essa passou a ser um modo de doutrinação da opinião pública, nos quais os termos e medida dependiam de cada partido. Opinativa, a função do jornal é transmitir organizadamente a doutrina e opinião de um partido específico para seus leitores.

O senador Pinheiro exigiu que a distancia fosse reduzida a dez passos.
O duello realizou-se hoje, ás cinco horas da manhã, na praia de Copacabana.
Foram padrinhos: o senador Ramiro Barcellos, por parte do senador Pinheiro, e Vicente Piragibe, por parte de Edmundo Bittencourt.
Chegados ao terreno, onde devia realizar-se o duello, foi tirada a sorte entre os padrinhos, para ver quem atiraria primeiro.
Coube a sorte a Edmundo Bittencourt.
Dado o signal, Edmundo disparou a pistola, negando fogo a arma.
Os padrinhos mandaram, então, o senador Pinheiro atirar.
Este deu um tiro para o ar.
Cabendo a vez a Edmundo Bittencourt, este atirou, errando o alvo, e passando a bala proximo á cabeça do senador.
Tocando a vez ao senador Pinheiro Machado atirou tambem, ferindo Edmundo Bittencourt no hypocondrio.
Examinado pelo senador Ramiro Barcellos verificou que o ferimento é grave.
A bala está alojada no interior do ventre.
Edmundo Bittencourt foi retirado do campo do duello para a sua residencia.
O senador Pinheiro Machado almoçou depois em sua residencia, sendo acompanhado por numerosos amigos.
Pinheiro Machado compareceu hoje mesmo ao Senado, sendo muito felicitado (A FEDERAÇÃO, 1906, p. 2, grifos nossos).

Pensar na figura de Pinheiro Machado, um importante senador da República no contexto, bater-se em duelo contra um jornalista é, em primeiro momento, algo que podemos pensar como inusitado. Entretanto, ao focarmos com mais atenção na figura do gaúcho e nas próprias motivações que ocasionaram o conflito, passamos a compreender o porquê de Pinheiro Machado tê-lo feito.

Quando nos debruçamos em suas biografias, encontramos a obra de Newton Alvim (1996), a qual dá um enfoque especial para como a honra era um valor importante na visão do político. Em vários discursos, os quais foram transcritos pelo biógrafo, a honra aparece como um elemento no qual Pinheiro Machado possuía grande apreço, como é o caso envolvendo o mesmo e o General Carlos Teles em 1898, onde o militar o teria caluniado e o político anunciou que recorreria aos tribunais para puni-lo (ALVIM, 1996, p. 56). Retornando mais um pouco, existem outros elementos dos ideais de

honra presentes na trajetória de Pinheiro Machado. O mais notável é o ideal de “líder guerreiro” que se mostra presente durante as correspondências trocadas por um jovem José com seu tio e tutor, Venâncio Aires, onde o mais velho exalta a aura de “herói de guerra” que Pinheiro Machado adquiriu por ter lutado na Guerra do Paraguai (mesmo que tivesse somente 14 anos durante a época do grande conflito), tendo assim um respeito de seus subordinados, a “peonada” de suas estâncias (DEVINCENZI, 2018, p. 43-47). De acordo com Diego Devincenzi (2018, p. 47),

O relato de Venâncio reforça que José Pinheiro Machado era respeitado pelo grupo de agregados de suas estâncias, incluindo a sua fama como um homem acostumado a guerrear e esses fatores seriam importantes para as disputas políticas. Tal tese pode ser aplicada ao conjunto familiar: tanto o patriarca, Antônio [pai de José Pinheiro Machado], como seus filhos, [...] envolveram-se em atividades bélicas e isso foi um recurso utilizado por todos [...] para se lançarem à atividade político-partidária.

De tal forma, conjecturamos que portar-se como um homem forte e honrado provavelmente era uma obrigação fundamental para que o Pinheiro Machado mantivesse suas bases de apoio e o prestígio enquanto líder político e também militar⁶, podendo assim permanecer como um articulador importante entre o Rio Grande do Sul e o governo federal.

A respeito do contexto político da época, em 1906 seria o ano em que o senador gaúcho foi o principal articulador para a criação da chapa do mineiro Afonso Pena para a presidência e, conseqüentemente, para a sua vitória. Articulando para que as bancadas estaduais do Amazonas, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro apoiassem o candidato do Partido Republicano Mineiro (PRM), é a partir desse momento que Pinheiro Machado se torna gradualmente mais importante para os meandros da política nacional, pois se torna o líder do “Bloco”, que é justamente a união de todas as bancadas estaduais acima citadas

⁶ Algo que se consolidou durante a Revolta Federalista (1893-1895), na qual Pinheiro Machado liderou a “Divisão Norte”, grupamento militar republicano de destaque e que lhe rendeu o título honorífico de General (DEVINCENZI, 2018, p. 70).

(DEVINCENZI, 2018, p. 130-138). Essa influência e prestígio crescentes do senador o tornam o principal alvo de críticas do jornal *Correio da Manhã*, no qual Edmundo Bittencourt é o redator.

O *Correio da Manhã*, jornal fundado no Rio de Janeiro em 1901 pelo próprio Edmundo Bittencourt, tinha o objetivo de “quebrar a austeridade” dos outros periódicos nacionais, pois esses eram em época supostamente financiados pelo Presidente da República, Campos Sales, o que o tornava um periódico de oposição ao governo, seja qual fosse (DUARTE, 2007, p. 56-63). Não cabe aqui nos aprofundarmos se o *Correio* era um periódico de permanente oposição, mas o fato é que ele sempre teve uma postura agressiva com ataques sistemáticos à figura de Pinheiro Machado, especialmente após ele se tornar o líder do Bloco (DUARTE, 2007, p. 56-65; DEVINCENZI, 2018, p. 145).

Em maio de 1906, a polêmica impulsionada pelo *Correio da Manhã* era sobre uma suposta manobra feita por Pinheiro Machado, o qual o mesmo teria se utilizado de sua influência para impugnar a titulação de um senador eleito para que Augusto de Vasconcellos assumisse seu lugar, o que fez Edmundo Bittencourt direcionar ataques violentos contra Pinheiro Machado durante quase todo o presente mês (DEVINCENZI, 2018, p. 141-142). A nosso ver, essas novas ofensas dirigidas ao parlamentar gaúcho foram críticas para que ele tomasse a decisão de defender a sua honra por meio das armas, pois o próprio Pinheiro Machado teria dito que as injúrias dirigidas a ele não eram enquanto político, mas enquanto cidadão (Idem, 2018, p. 65). Para um homem que prezava pela sua honra e prestígio enquanto um líder político, mas também “líder guerreiro”, era impossível não fazer algo a respeito dos pesados ataques infligidos pelo redator do *Correio da Manhã*. Sendo assim, temos um contexto propício para o duelo.

Retornando ao telegrama do dia 23, os elementos que constituem um duelo de elites estão presentes: o desafio formal, a ação das testemunhas (chamadas de padrinhos pelo periódico), as regras de combate, um local e hora pré-determinados. O que é mais curioso nesse evento são os ganhos

sociais para o vencedor, Pinheiro Machado, como dito na última frase do telegrama (“compareceu hoje ao Senado, sendo muito felicitado”). A vitória do senador no duelo é algo no qual será aproveitado por *A Federação* nos dois próximos dias das mais diversas formas.

No dia 24, a repercussão sobre a contenda se mantém:

RIO, 23 (às 7h50 noite) – Foram padrinhos do senador Pinheiro no duello, hoje pela manhã realizado em Copacabana, o general de divisão Hermes Rodrigues da Fonseca e o senador Ramiro Barcellos.

Por parte de Edmundo Bittencourt serviram de testemunhas os redactores do Correio da Manhã Osmundo Pimentel e Vicente Piragibe.

Edmundo Bittencourt foi ferido na fossa illiaca direita, constando que a bala está alojada próximo á espinha dorsal.

Seu medico, o dr. Daniel de Almeida, considera leve o ferimento (*A FEDERAÇÃO*, 1906, p. 2).

Localizado na segunda página, esse novo telegrama permanece nos aspectos mais factuais. É adicionada a informação de que Hermes da Fonseca, homem que seria “bancado” na eleição de presidente de 1910 (DEVINCENZI, 2018, p. 148-174), o que pode nos indicar as relações de confiança que Pinheiro Machado possuía com o general de divisão. Contudo, é na primeira página dessa mesma edição em que deixamos o factual e passamos a ler a defesa de *A Federação* para as ações do senador:

Senador Pinheiro

Em desaffronta

A vida dos homens é cada vez mais um repasto preferido da diffamação calculada dos que exploram a industria jornalística.

E quanto mais eminente é o homem publico, quanto mais rija e inamolgável o resguarda a couraça da honra, quanto mais profícuo alastra o seu vasto prestigio, e avultam os seus méritos, tanto mais revolta contra si a alma tortuosa dos agitadores, tanto mais lhe irrita as inclinações desvairadas.

O egrégio senador general Pinheiro Machado acaba de ser jungido pelo pelourinho da injuria e da calumnia. Resolveu desforçar-se batendo-se com o offensor. Entendeu esmagar assim o auctor das diatribes e alevies jogados á sua dignidade. Julgou necessário lavar essa *licção excepcional*, embora esquecendo a sua *culminantissima posição pessoal e política*, para conter, – com risco da própria

preciosa existência a que estão *cada vez mais vinculados os destinos nacionaes, na actualidade* – a onda de diffamação, que tudo vae assoberbando e salpicando de lama as mais caracterizadas individualisações de nossa pátria.

E, incólume, desaffrontado pelo meio que preferiu, havendo temerariamente *exposto a vida ao acaso da sorte e de uma pontaria certa, generoso e cavalheiro em face da morte*, voltou o conspícuo brasileiro para os braços de seus amigos, para o seio do Senado, tendo formulado, com sua conducta, *uma advertência aos profissionaes da calumnia* e erigido uma barreira em defeza dos que se dedicam á vida pública.

O Riogrande do Sul republicano se congratula com o eminente patriota por vel-o sair incólume do imprevisto e supremo lance da arrojada desaffronta (A FEDERAÇÃO, 1906, p. 1, grifos nossos).

Um homem superior e corajoso é construído na narrativa de *A Federação*, indivíduo que o destaca por sua gradativa importância nos rumos da nação. O ato de arriscar sua vida para ensinar uma lição ao redator do jornal opositor para torná-lo um exemplo aos demais periódicos é, em nossa interpretação, mais um aviso da redação do órgão do PRR do que um objetivo do próprio Pinheiro Machado. O duelo se torna um feito heroico (“generoso e cavalheiro mesmo em face da morte”), ação memorável para a defesa da honra de um senador tão importante quanto Pinheiro o era.

No dia seguinte (25), a defesa ao correligionário continua, sendo ainda mais vigorosa e revelando novas questões:

SENADOR PINHEIRO

Um incoercível frêmito de apprehensão e receio, de duvida e temor, empolgou os corações republicanos mal que se propalara a noticia de se haver batido em duello o eminente e prestigioso leader da colligação, nosso egrégio patricio senador Pinheiro Machado.

Graves, gravíssimos, ponderavam todos unisonamente, deviam ser os motivos que induziram o bravo general gaucho a esse lance arriscado.

E ninguém enganou-se a tal respeito.

Infelizmente os Aretinos pullulam. A baba peçonhenta de um delles pretendendo atingir a intemerata alvura da honra do eminente varão, uma gloria do Rio Grande, foi de mister applicar ao asqueroso calumniador o castigo que sua audácia insólita reclamava.

A honra de um político como o general Pinheiro Machado não lhe pertence exclusivamente: é um precioso patrimônio da corporação em que serve, que inspira e commanda.

E' bem de se ver que cogitando-se de si unicamente o excelso cidadão e preclaro patriota relegaria ao desprezo o miserável e audacioso flibusteiro da honra alheia. Como, porém, tenha lhe cabido, na vida nacional, saliente e conspícua função emanada da confiança do paiz inteiro, o altivo representante do Rio Grande do Sul sentiu-se no dever, cumprido com firmeza e brilho, de corrigir o anonymo que buscara vâmente marcar o lustre de uma reputação que se fez no devotamento ao serviço social e na defesa integérrima das apirações republicanas da nação.

Quase insuperável era a distancia que houve de vencer o glorioso paladino republicano para chegar ao nivel de seu obscuro diffamador: só mesmo uma compreensão severíssima das responsabilidades tremendas com que arca o creador e guia do bloco republicano e que o impellem a não admittir suspeitas desairosas sobre o seu nome impolluto conduziriam o magnimo senador patricio a uma desaffronta completa como a que tirou do misérrimo e infeliz gazeteiro acostumado e explorar com a honra dos mais eminentes servidores das instituições. [...]

Afortunadamente, a desaffronta do eminente patriota rio-grandense foi cabal. *O partido republicano, o Rio Grande, a nação dispensavam ao impolluto chefe do bloco esse supremo heroísmo da honra.* Maior talvez que o da resignação com que se costuma deixar as víboras esvurmarem sua peçanha.

Comtudo era forçoso [INILEGÍVEL] que um exemplo edificante, uma licção nobre e digna, viessem mostrar aos especuladores que conspurcam a augusta magistratura da imprensa, vendendo seus louvores ou o seu silencio como os homens ativos se desforçam airosamente.

Não é cousa que se deixe sem reparo a magnanimidade do egrégio rio-grandense: perdendo seu contendor o primeiro tiro, fácil lhe fora liberta-se logo do impertinente garoto que o insultara.

Entanto, generoso como todo o homem são, puro e certo de sua superioridade, o general gauchó descarregou sua arma para o ar, abandonando o alvo!

Deviam certamente ruborizar-se de pejo as faces do insolente salteador da honra alheia, se isso podesse acontecer a quem não hesita em atirar a salsugem que vae n'alma e corróe-lhe o corpo, fibra a fibra, a respeitabilidade alheia.

Mais, se a insensibilidade moral já lhe não houvesse amortalhado o brio a esse villão, deveria pejar-lhe e doer-lhe essa prova de commiseração, que o mesmo stygma que o marcará eternamente.

O vilipêndio, o insulto, a injúria não atingiam apenas o leal, impolluto servidor do regimen: feriam por equal todos quantos se orgulham a obedecer sua inspiração na política brasileira e o que elegeu-o seu representante. [...]

Congratulamos-nos com o partido republicano e com a nação por ter saído materialmente illeso na pugna sangrenta quem sempre illeso tem estado moralmente no convívio dos homens honestos e imputáveis. – Emilio de Campos (A FEDERAÇÃO, 1906, p. 1, grifos nossos).

Além dos componentes presentes no artigo anterior (a noção de superioridade de Pinheiro Machado e o duelo como um tipo de lição empregada pelo senador para com Edmundo Bittencourt, o qual é atacado com força nos dois artigos), outros pontos de vista sobre o duelo e sobre a própria figura do político duelista se revelam. Primeiramente, quando o autor do texto acima, Emílio de Campos, diz que a honra pública do parlamentar não pertence exclusivamente a ele (“A honra de um político como [...] Pinheiro Machado não lhe pertence exclusivamente: é um precioso patrimônio da corporação em que serve, que inspira e commanda”). Conjecturamos que exatamente nessa parte, está implícita a noção de uma honra coletiva e, especificamente para esse caso, uma honra partidária.

A partir desse pressuposto, teria uma justificativa por parte de *A Federação* de que Pinheiro Machado havia se batido em duelo para reparar a honra do grupo que era líder, mais especificamente, a bancada legislativa federal do PRR. Embora, na visão do próprio Emílio, o duelo não fosse algo necessário (“O partido republicano, o Rio Grande, a nação dispensavam ao impolluto chefe do bloco esse supremo heroísmo da honra”), o mesmo retorna a justificar as ações de Pinheiro como algo que iria além dele, que ele não estaria pensando em sua honra individual (“O vilipêndio, o insulto, a injúria não atingiam apenas o leal, impolluto servidor do regimen: feriam por equal todos quantos se orgulham a obedecer a sua inspiração na política brasileira e o que o elegeu seu representante”), expandindo o “alcance” da honra do parlamentar entre os outros políticos que coordenava e também seus eleitores, o que teria simultaneamente impulsionado o duelo.

Sendo assim, conseguimos perceber que *A Federação* tem uma preocupação em justificar e, ao mesmo tempo, majorar os motivos e o próprio

combate individual entre Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt, utilizando-se da noção de honra partidária (coletiva) como argumento fundamental. Mesmo que duelar fosse tipificado como crime pelo Código Penal da República no Capítulo VI, Artigo 309 (BRASIL, 1890), não há qualquer tipo de menção por parte do impresso sobre a ilegalidade do ato, já que isso iria de encontro à figura de Pinheiro Machado e sua importância dentro do PRR, não sendo lógico para o impresso oficial do partido no qual ele era integrante.

A Federação fecha a questão com sua postura clássica: ofensiva e ácida, por meio de uma pequena provocação à redação do *Correio da Manhã*, em notícia na segunda página da mesma edição do dia 25 de maio: “O *Correio da Manhã* não publicou noticia alguma a respeito do duello entre o senador Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt” (*A FEDERAÇÃO*, 1906, p. 2). Como nosso foco é exclusivamente a análise do jornal rio-grandense, decidimos não averiguar se o *Correio da Manhã* publicou algo a respeito da contenda entre o senador e seu redator nos dias seguintes.

Como pudemos acompanhar por meio das quatro notícias que tangem a esse duelo em específico, há por parte da redação de *A Federação* de apropriar-se da vitória de Pinheiro Machado no duelo como algo benéfico não somente para o indivíduo, mas para toda a gama de pessoas que o cercam, sejam eles seus correligionários (tanto no Rio Grande do Sul quanto na capital federal), sejam seus eleitores. Embora tenha sido uma ação tomada exclusivamente pelo senador por seus valores pessoais de honra, há um grande esforço do periódico para justificá-lo como algo maior, beirando um altruísmo, ao mesmo tempo em que tenta convertê-lo como prestígio social para o partido e seus apoiadores. Nesse sentido, podemos perceber como a honra é um valor que tem sua importância dentro das relações políticas das elites governantes da República Velha.

A defesa da honra por meio do duelo, além de ser crucial para a manutenção do prestígio social e político, é também se torna uma arma política para lidar com as oposições. Danny Rangel (2011), estudando as

práticas de duelo em Portugal durante a virada do séc. XIX para o XX argumenta que

É pelo factor já abordado [o ataque à honra pública através da afronta a opositores políticos] do duelo ser mais usado como ferramenta política que como protecção pessoal da honra, que temos a prova mais concreta de que a consideração social representava a parcela quase integral neste esquema social de combate. *A violência neste contexto é uma arma política e social do homem para contra seu opositor*, evitando derramamento de sangue descontrolados no parlamento (RANGEL, 2011, p. 248, grifos nossos).

Transplantando essa noção de arma política para o duelo de Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt, também podemos pensar que além das “obrigações” do senador para consigo mesmo e para com os seus apoiadores enquanto se colocava como um “líder guerreiro”, a contenda entre o gaúcho e o redator do Correio da Manhã possa ter sido usada com o propósito de “neutralizar” a oposição ferrenha exercida por Edmundo. Claro que nem sempre havia uma total racionalidade e coerência nas ações, de modo que talvez Pinheiro Machado tenha desafiado-o para um duelo pelo simples fato de ter se sentido verdadeiramente ofendido e irado com o jornalista em uma sociedade em que a prerrogativa da honra era importantíssima para um homem público e o ato do duelo, embora proibido, naturalizado dentro dessa sociedade.

O que importa é que, independente das motivações de seu partidário, o PRR por meio do seu órgão de comunicação, *A Federação*, tentou extrair o máximo de prestígio social possível por meio desse duelo, o que também corrobora para pensarmos na honra como um elemento presente e relevante nas relações políticas do contexto aqui abordado. Dessa forma, temos um panorama que visa agregar à visão de como a História Política não se resume somente às atividades parlamentares, especialmente no Brasil do começo do séc. XX, onde valores socioculturais da sociedade aristocrática do século passado permanecem como balizas morais e sociais.

Referências

- ALVIM, Newton. *Pinheiro Machado*. 2ª Edição. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996.
- BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890. Código Penal. Capítulo VI, Artigo 309, Inciso 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaoriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 Out. 2019.
- CORBIN, ALAIN. A virilidade sobre o prisma do naturalismo. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DEVINCENZI, Diego Speggiorin. *A crista do chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)*. 2018. 220 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- DUARTE, Luiz Antônio Farias Duarte. *Imprensa e Poder no Brasil – 1901/1905*. Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS). 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.
- PERISTIANY, John. G. (org.). Introdução. In: *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- RANGEL, Danny Martins. *O Código d'honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX*. CEM - Cultura, Espaço e Memória. N. 2. 2011.
- REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fiação*. 2011. 307 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? *Campos - Revista de Antropologia Social*, vol. 7, nº 2, 2006.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & ARENDT, Jéssica Fernanda. *Noções de honra e justiça entre as classes populares na fronteira do Brasil Meridional na segunda metade do século XIX* – estudo de casos. Porto Alegre: Aedos, v. 9, n. 20, 2017.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *En un país em donde el honor es máspreciado que la vida: os códigos cavaleirescos e os fundamentos de defesa da honra no Prata*. In: Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de justiça. São Leopoldo: Oikos, 2018.

Fontes

A Federação, Porto Alegre, 23 Mai 1906, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Senador Pinheiro. Em desaffronta. *A Federação*, 24 Mai 1906, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

A Federação, Porto Alegre, 24 Mai 1906, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Senador Pinheiro. *A Federação*, Porto Alegre, 25 Mai 1906, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org